Quarta-Feira, 26 de Julho de 2023

Série I, N.° 27

JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

$ 8.50

SUPLEMENTO

PROGRAMA DO IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

ÍNDICE

1. REAFIRMAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

1.1. VISÃO GERAL

1.2. CENÁRIO ATUAL

2. PROSSEGUIR COM O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

2.1. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

2.1.1. Ensino Pré-Escolar

2.1.2. Ensino Básico

2.1.3. Ensino Secundário Geral e Técnico-Vocacional

2.1.4. Ensino recorrente

2.1.5. Reforço da Coesão Social através da Educação

2.1.6. Gestão e Qualidade do Ensino

2.1.7. Ensino Superior

2.1.8. Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

2.2. SAÚDE

2.2.1. Objetivos gerais

2.2.2. Prestação de Serviços de Saúde Primária

2.2.3. Prestação de Serviços de Saúde Hospitalar

2.2.4. Infraestruturas no Setor da Saúde

2.2.5. Gestão e Distribuição de Medicamentos e Equipamentos Médicos

2.2.6. Emergências Médicas

2.2.7. Gestão e Administração do Setor da Saúde

2.2.8. Recursos Humanos da Saúde

2.3. INCLUSÃO SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE SOCIAL

2.3.1. Mulher

2.3.2. Criança

2.3.3. Idosos

2.3.4. Outros Grupos Vulneráveis

2.4. COMBATENTES DA LIBERTAÇÃO NACIONAL

2.5. CULTURA E PATRIMÓNIO

2.6. JUVENTUDE

2.7. DESPORTO

2.8. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

2.9. COMUNICAÇÃO SOCIAL

2.10. SOCIEDADE CIVIL

2.10.1. Religião

2.11. HABITAÇÃO

3. PROSSEGUIR COM O DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS

3.1. GOVERNAÇÃO DO SETOR DAS INFRAESTRUTURAS

3.2. REDE RODOVIÁRIA

3.3. ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

3.4. ENERGIA

3.4.1. Fornecimento de Eletricidade

3.4.2. Gás Natural

3.4.3. Energias Renováveis

3.5. TRANSPORTES

3.5.1. Transportes Terrestres

3.5.2. Transportes Marítimos

PROGRAMA IX GOVERNU KONSTITUSIONAL NIA

ÍNDISE

1. REAFIRMASAUN BA ESTADU DIREITU DEMOKRÁTIKU

1.1. VIZAUN JERÁL

1.2. SENÁRIU ATUÁL

2. KONTINUA HO DEZENVOLVIMENTU HUSI KAPITÁL SOSIÁL

2.1. EDUKASAUN NO FORMASAUN

2.1.1. Ensinu Pré-Eskolár

2.1.2. Ensinu Báziku

2.1.3. Ensinu Sekundáriu Jerál no Tékniku Vokasionál

2.1.4. Ensinu Rekorrente

2.1.5. Reforsu ba Koezaun Sosiál liubusi Edukasaun

2.1.6. Jestaun no Kualidade Ensinu

2.1.7. Ensinu Superiór

2.1.8. Fundu Dezenvolvimentu Kapitál Umanu

2.2. SAÚDE

2.2.1. Objetivu jerál sira

2.2.2. Prestasaun Servisu sira Saúde Primária nian

2.2.3. Prestasaun de Servisu sira iha Saúde Ospitalár

2.2.4. Infraestruturas iha Setór de Saúde

2.2.5. Jestaun no Distribuisaun hosi Medikamentu no Ekipamentu Médiku sira

2.2.6. Emerjénsia Médika sira

2.2.7. Jestaun ho Administrasaun iha Setór de Saúde

2.2.8. Rekursus Umanus Saúde nian

2.3. INKLUZAUN SOSIÁL, PROTESAUN SOSIÁL NO SOLIDARIEDADE SOSIÁL

2.3.1. Feto

2.3.2. Labarik

2.3.3. Idozus

2.3.4. Grupus Vulneráveis seluk

2.4. KOMBATENTES DE LIBERTASAUN NASIONÁL

2.5. KULTURA NO PATRIMÓNIU

2.6. JUVENTUDE

2.7. DESPORTU

2.8. TEKNOLOJIAS INFORMASAUN NO KOMUNIKASAUN (TIC)

2.9. KOMUNIKASAUN SOSIÁL

2.10. SOSIEDADE SIVÍL

2.10.1. Relijiaun

2.11. ABITASAUN

3. KONTINUA HO DEZENVOLVIMENTU INFRAESTRUTURAS

3.1. GOVERNASAUN IHA SETÓR INFRAESTRUTURAS

3.2. REDE RODOVIÁRIA

3.3. BEE MOOS NO SANEAMENTU BÁZIKU

3.4. ENERJIA

3.4.1. Fornesimentu Eletrisidade

3.4.2. Gás Naturál

3.4.3. Enerjias Renováveis

3.5. TRANSPORTES

3.5.1. Transporte Terrestre

3.5.2. Transportes Marítimus

3.5.3. Transportes Aéreos
3.6. Metteorologia e Geofísica
3.7. Telecomunicações
3.8. Serviço Postal

4. PROSSEGUIR COM O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA

4.1. Economia Azul
4.2. Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas
4.2.1. Agricultura
4.2.1.1. Cultura do Café
4.2.2. Pecuária
4.2.3. Pescas
4.2.4. Produção Florestal
4.3. Petróleo e Recursos Minerais
4.3.1. Desenvolvimento de uma Base Logística no Suai
4.3.2. Desenvolvimento de uma Refinaria Petrolífera e de um Complexo Petroquímico
4.3.3. Desenvolvimento de uma Fábrica de Gás Natural Liquefeito
4.3.4 Desenvolvimento da Zona Costeira do Sul
4.3.5. Desenvolvimento de Estudos Geológicos e do Setor dos Minerais
4.4. Turismo
4.5. Comércio
4.6. Indústria
4.7. Setor Privado
4.8. Emprego
4.9. Cooperativas
4.10. Ambiente

5. PROSSEGUIR COM A CONSOLIDAÇÃO GOVERNATIVA

5.1. Política Macroeconómica
5.2. Setor Financeiro
5.2.1. Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDTL)
5.2.2. Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL)
5.2.3. Micro e União de Crédito
5.3. Finanças Públicas
5.3.1. Reforma da Gestão das Finanças Públicas
5.3.2. Reforma de Impostos e Taxas
5.3.3. Eficiência e Eficácia da Despesa Pública
5.3.4. Orçamentação por Programas
5.3.5. Aprovisionamento e Transparência nas Finanças Públicas
5.3.6. Dívida Pública
5.3.7. Parcerias Público-Privadas (PPPs)
5.3.8. Participação do Setor Público no Investimento Privado (Participação Equitativa)
5.3.9. Investimentos de Timor-Leste (TLIC)
5.3.10. Gestão do Fundo Petrolífero
5.3.11. Gestão do Fundo da Segurança Social
5.3.12. Gestão do Património do Estado

6. BOA GOVERNAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

6.1. Administração Pública
6.2. Descentralização
6.3. Administração Eleitoral
6.4. Ordenamento do Território
6.5. Desenvolvimento Rural
6.6. Região Administrativa Especial de Oe Cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social de Mercado
6.7. Governo Eletrónico
6.8. Justiça
6.8.1. Reforma da Polícia Científica de Investigação Criminal
6.9. Defesa e Segurança
6.9.1. Defesa
6.9.2. Segurança
6.9.3. Serviços de Migração
6.9.4. Serviço Nacional de Inteligência
6.9.5 Autoridade Nacional de Proteção Civil
6.10. Relações Internacionais e Política Externa
6.11. Delimitação de Fronteiras Terrestres e Marítimas
6.12. Desenvolvimento Institucional da Política Externa
6.13. Comunidades Timorenses no Exterior

3.5.3. Transportes Aéreos
3.6. Meteorolojia no Jeofízika
3.7. Telekomunikasoens
3.8. Servisu Postál

4. KONTINUA HO DEZENVOLVIMENTU EKONÓMIKU

4.1. Ekonomia Azul
4.2. Agrikultura, Pekuária, Peskas no Florestas
4.2.1. Agrikultura
4.2.1.1. Kuda Kafé
4.2.2. Pekuária
4.2.3. Peskas
4.2.4. Produsaun Florestal
4.3. Petróleu ho Rekursus Minerais
4.3.1. Dezenvolvimentu Baze Lojístika ida iha Suai
4.3.2. Dezenvolvimentu Refinaria Petrolífera ho Kompleksu Petrokímiku ida
4.3.3. Dezenvolvimentu Fábrika Gás Naturál Likefeitu
4.3.4. Dezenvolvimentu Zona Kosteira Sul
4.3.5. Dezenvolvimentu Estudus Jeológikus no husi Setór Minerais
4.4. Turizmu
4.5. Komérsiu
4.6. Indústria
4.7. Setór Privadu
4.8. Empregu
4.9. Kooperativas
4.10. Ambiente

5. KONTINUA HO KONSOLIDASAUN GOVERNATIVA

5.1. Polítika Makroekonómika
5.2. Setór Finanseiru
5.2.1. Banku de Dezenvolvimentu de Timor-Leste (BDTL)
5.2.2. Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL)
5.2.3. Mikro no Uniaun de Kréditu
5.3. Finansas Públikas
5.3.1. Reforma de Jestaun de Finansas Públikas
5.3.2. Reforma kona-ba Impostu no Taxa sira
5.3.3. Efisiénsia no Efikásia iha Despeza Públika
5.3.4. Orsamentu Bazeia ba Programa
5.3.5. Aprovizionamento no Transparénsia iha Finansas Públikas
5.3.6. Divida Públika
5.3.7. Parcerias Públiku-Privadas (PPP)
5.3.8. Participasaun Setór Públiku iha Investimento Privado (Partisipasaun ekuitativa Equity Participation)
5.3.9. Investimentu sira Timor Leste nian (Timor Leste Investment Corporation (TLIC))
5.3.10. Jestaun ba Fundo Mina rai
5.3.11. Jestaun Fundo Seguransa Sosiál
5.3.12. Jestaun ba Património do Estadu

6. BOA GOVERNASAUN NO KOMBATE HASORU KORRUPSAUN

6.1. Administrasaun Públika
6.2. Desentralizasaun
6.3. Administrasaun Eleitorál
6.4. Ordenamentu Territóriu nian
6.5. Dezenvolvimentu Rurai
6.6. Rejiaun Administrativa Espesiál Oekusi Ambeno no Zona Espesiál ba Ekonomia Sosiál Merkadu
6.7. Governu Eletróniku
6.8. Justisa
6.8.1. Reforma ba Polisia Sientífika Investigasaun Kriminál
6.9. Defeza no Seguransa
6.9.1. Defeza
6.9.2. Seguransa
6.9.3. Servisus Migrasaun
6.9.4. Servisu Nasionál de Inteliténsia
6.9.5. Autoridade Nasionál de Protesaun Sivil
6.10. Relasaoes Internasionais no Polítika Esterna
6.11. Delimitasaun ba Fronteiras Terrestres no Marítimas
6.12. Dezenvolvimentu Institusionál ba Polítika Esterna
6.13. Komunidade Timoroan iha Estranjeiru

1. REAFIRMAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

Depois destes últimos 6 anos, de 2017 a 2023, reveladores de total ineficiência dos VII e VIII Governos, é premente um múltiplo esforço para a correção das irregularidades cometidas durante este longo período de estagnação, onde prevaleceu uma sistemática violação das regras de boa-governação e de transparência, cruciais para o desenvolvimento e consolidação deste Estado de Direito Democrático.

O Programa do IX Governo Constitucional apresenta-se como o instrumento político, através do qual e durante estes próximos cinco anos, o Executivo quer retomar o roteiro definido por Timor-Leste para cumprir a 'Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas', roteiro esse que também ficou expresso com base no Plano Estratégico de Desenvolvimento, onde articulava as suas metas e prioridades com os 'Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)', com o objetivo de se alcançar progressos concretos de desenvolvimento sustentável.

Timor-Leste assumiu o compromisso político de implementação desta Agenda Global de 17 ODS, e esteve particularmente envolvido na inclusão do **'Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis'**.

Nesta conjuntura difícil para o País, que demonstrou ao mundo quão frágil ainda é o Estado de Timor-Leste, o IX Governo Constitucional chama, para si, o dever e a responsabilidade de proceder às devidas correções às irregularidades perpetradas pelo anterior Governo:

1. implementar as políticas públicas de reforma do sistema implantado, pelo Governo cessante, de falta de transparência, de falta de responsabilidade financeira e de administração;

2. promover as reformas estruturantes para acelerar a transformação necessária em áreas que não estão a responder às expectativas da sociedade e da população;

3. proceder a correções a fim de aperfeiçoar, de forma transversal, os processos, sistemas e metodologias que estão a travar o desenvolvimento sustentável, para que todas as Instituições venham a ser mais eficazes, responsáveis e inclusivas.

Para este jovem Estado, já com os seus 21 anos, mas ainda frágil, a paz social, a justiça e instituições sólidas são os pilares que permitirão transmitir confiança e segurança à população e permitem também atrair investimentos, no sentido de se poder desenvolver o sector económico e social de forma sustentável.

Assim, rever, capacitar e melhorar as instituições garantes destas condições, constituem uma prioridade nacional, já que não havendo uma justiça sólida, transparente e eficaz, não será possível transpor as barreiras que nos permitem eliminar esta atual situação de fragilidade enquanto Estado.

A diversificação económica e a criação de emprego são

1. REAFIRMASAUN BA ESTADU DIREITU DEMOKRÁTIKU

Hafoin tinan 6 ikus ne'e, husi 2017 to'o 2023, ne'ebé revela momoos inefisiénsia totál husi VII no VIII Governu, ne'ebé presiza tebes esforsu barak hodi hadi'a irregularidade ne'ebé komete ona iha períodu naruk estagnasaun (paradu hela), iha ne'ebé prevalese violasaun sistemátika ba regra boa-governasaun no transparénsia nian sira, ne'ebé importante tebes ba dezenvolvimentu no konsolidasaun Estadu Direitu Demokrátiku ida-ne'e.

Programa hosi IX Governu Konstitusionál sai hanesan instrumentu políticu ida, ne'ebé liuhusi nia no durante tinan lima mai ne'e, Ezekutivu ne'e hakarak kaer filafali roteiru (matadalan) ne'ebé Timor-Leste define tiha ona atu bele kumpre 'Ajenda 2030 ba Dezenvolvimentu Sustentável, husi Organizasaun NasoensUnidas', roteiru ne'e mós fó-sai bazeia ba Plano Estratéjiku Dezenvolvimentu, iha ne'ebé ko'alia kona-ba ninia meta no prioridade tuir ODS (Objetivu Dezenvolvimentu Sustentável), ho objetivu atu hetan progresu konkretu ba dezenvolvimentu sustentável.

Timor-Leste mós assume ona kompromisu políticu ba implementasaun Ajenda Globál ODS 17 ida-ne'e, no Timor-Leste partikularmente envolve ona iha inkluzaun **"Objetivu 16 - Pás, Justisa no Instituisaun efikás, responsavel no inkluziva, iha nivel hotu-hotu"**.

Iha konjuntura ne'ebé difisil ba País ne'e, ne'ebé hatudu ona ba mundu kona-ba Estadu Timor-Leste ninia frajilidade, IX Governu Konstitusionál hasan devér no responsabilidade atu korrije ho loloos kona-ba irregularidade sira ne'ebé Governu liubá halo:

1. Implementa políticka públika hodi halo reforma ba sistema ne'ebé Governu anteriór implementa, ne'ebé la iha transparénsia no la iha responsabilidade finanseira no administrasaun;

2. Promove reformas estruturantes, atu aselera transformasaun nesesária, iha área sira ne'ebé hatán ba espetativa husi sosiedade no husi populasaun;

3. Halo korresaun, hodi aperfeisoa prosesu, sistema no metodolojia ho forma transversál, ne'ebé trava hela dezenvolvimentu sustentável, atu Instituisaun tomak bele sai efikás, responsavel no inkluziva liután.

Ba Estadu joven ida-ne'e, ho ona tinan 21, maibé sei frajil, pas sosiál, justisa no instituisaun ne'ebé sólida (metin) mak sai nu'udar pilár ne'ebé sei permite atu transmite konfiansa no seguransa ba populasaun no permite mós atu atrai investimentu sira, hodi nune'e bele dezenvolve setór ekonómiku no sosiál husi dalan ne'ebé sustentável.

Nune'e, tenke haree filafali, kapasita no hadi'a instituisoens ne'ebé garante kondisoens-ne'e, nu'udar prioridade nasionál ida, tanba lahó justisa ne'ebé sólida, transparente no efikás, sei labele hakat liu barreira sira ne'ebé permite ita atu hadi'a tiha situasaun frajil daudaun ne'e hanesan Estadu ida.

Diversifikasaun ekonómika no kriasaun empregu mak sai

prioridades assumidas por este Executivo, para dar resposta aos desafios da modernidade e suportar uma população jovem e em crescimento acelerado. Temos o benefício de possuir riquezas energéticas, mas temos de colocar todo o nosso empenho para escapar à "maldição dos recursos", construindo pontes que façam uma ligação sólida entre os recursos naturais e o progresso.

Perante este desafio, iremos continuar a investir em três áreas fundamentais: capital social, desenvolvimento de infraestruturas e desenvolvimento económico, alicerçadas num quadro institucional eficaz que contribua para eliminar a corrupção e a burocracia excessiva e que, por outro lado, promova a competência, o profissionalismo, a honestidade e a transparência.

Os investimentos a nível do **capital social** visam construir uma sociedade saudável e instruída, capaz de satisfazer as necessidades sociais do povo e de produzir uma força de trabalho que acompanhe o desenvolvimento do país. Os investimentos ao nível de **infraestruturas** pretendem contribuir para uma economia emergente, interligada e sustentável. Contamos com um plano completo de infraestruturas para a construção de portos, aeroportos, estradas, água potável e saneamento básico em todo o país, a ser implementado com uma nova dinâmica, nos próximos cinco anos. Os investimentos a nível de desenvolvimento económico permitirão a Timor-Leste criar uma economia moderna, diversificada e próspera, por via da construção de setores industriais estratégicos e transformadores. A agricultura, as pescas, a pecuária e os recursos florestais são uma fonte de rendimento e de alimentação cruciais ao desenvolvimento que, aliados ao empreendedorismo, criam diversas oportunidades de desenvolvimento de indústrias. O turismo requer um investimento prioritário como forma de capitalizar a beleza, a diversidade e a localização geoestratégica do país.

Por outro lado, o investimento na transformação da costa sul num centro petrolífero regional - o **projeto Tasi Mane** – é uma aposta arrojada com efeitos económicos multiplicadores em todos os municípios.

Parte importante deste processo de construção do Estado e da Nação é ainda garantir a plena soberania sobre o território nacional, incluindo o território marítimo que, nos termos do direito internacional, se encontra sobre a sua jurisdição. É neste sentido que o IX Governo irá continuar a dar **prioridade máxima** às negociações para **finalizar a delimitação de fronteiras terrestres e marítimas com a Indonésia**, bem como implementar o Tratado das Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália no Mar de Timor, cuja execução do projeto Tasi Mane está intrinsecamente relacionado.

Considerando que o Tratado entre Timor-Leste e a Austrália contempla, para além da delimitação das fronteiras marítimas, o estatuto jurídico do campo de gás do Greater Sunrise e o estabelecimento de um regime especial para o desenvolvimento desses recursos e a partilha de receitas resultantes, iremos continuar a apostar na construção de um gasoduto para Timor-Leste, implementando assim a visão do nosso povo, tal como consubstanciada no nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

prioridade ba Governu ida-ne'e, atu fó resposta ba dezafiu ne'ebé mai husi modernidade no atu apoia populasaun ne'ebé joven no iha kreximentu lalais. Ita iha benefísiu tamba iha rikusoin enerjétiku sira, maibé ita tenke esforsa-an maka'as atu hasees-an husi 'maldição dos recursos', ('malisan husi rikusoin'), hodi harii ponte ne'ebé halo ligasaun ida ne'ebé forte entre rekursus naturál sira ne'e ho progresu.

Atu hasoru dezafiu ida-ne'e, ita sei kontinua investe iha área fundamentál tolu: kapitál sosiál, dezenvolvimentu infrastrutura no dezenvolvimentu ekonómiku, bazeia ba kuadru institusionál ida ne'ebé efikás duni no bele kontribui atu elimina korrupsaun no burokrasia ne'ebé todan liu, no iha sorin seluk promove kompeténsia, profisionalizmu, onestidade no transparénsia.

Investimentu iha **kapitál sosiál**, ho objetivu atu harii sosiedade ida ne'ebé saudavel no instruida, bele hatán ba nesesidade sosiál povu-nian no prodús forsa-de-traballu ida ne'ebé bele akompaña dezenvolvimentu País nian. Investimentu ne'ebé aloka iha **infrastrutura** ho hanoin atu kontribui ba ekonomia ida ne'ebé buras, interligada no sustentável. Iha ona planu kompletu ida iha infrastrutura, ba konstrusaun portu, aeroportu, estrada sira, bee moos no saneamentu báziku iha rai-laran tomak, ne'ebé sei implementa ho dinámika foun ida, iha tinan 5 mai ne'e.

Investimentu iha dezenvolvimentu ekonómiku sei ajuda Timor-Leste atu kria ekonomia moderna, diversifikada no próspera ida, liuhusi konstrusaun iha setór industriál estratéjiku no transformadór sira. Agrikultura, peska, pekuária no rekursus florestál sira nu'udar fonte rendimentu no alimentasaun ne'ebé krusiál ba dezenvolvimentu ne'ebé, ho tan hadi'a no haboot empreendedorizmu, kria oportunidade barak ba dezenvolvimentu iha indústria. Turizmu presiza investimentu prioritáriu ida nu'udar maneira atu kapitaliza (fó valór) ba ninia beleza, ninia diversidade no atu aproveita lokalizasaun jeográfika País nian.

Nune'e mós, investimentu atu transforma Kosta Súl sai sentru petrolíferu rejionál ida – **projetu Tasi Mane** – ne'e sai hanesan investimentu ida ne'ebé brani, ne'ebé sei lori impaktu ekonómiku multiplikadór (barak) ba munisípiu hotu-hotu to'o suku no aldeia tomak.

Parte importante iha prosesu konstrusaun Estadu no Nasaun ida-ne'e, atu garante mós soberania totál ba Rai, inklui ba Tasi ne'ebé, tuir direitu internasionál, iha Timor-Leste ninia jurisdisaun (kontrole no uzu). Tan ne'e mak IX Governu sei kontinua fó **prioridade másima** ba negosioens atu **hetan delimitasaun fronteira terrestre no marítima ho Indonézia**, nune'e mós oinsá implementa Tratadu kona-ba Fronteira Marítima entre Timor-Leste ho Austrália, iha Tasi Timor, ne'ebé ezekusaun ba projetu Tasi Mane iha relasaun ne'ebé boot tebes.

Hodi haree katak Tratadu entre Timor-Leste ho Austrália, kona-ba aleinde delimitasaun fronteira marítima, estatutu jurídiku ba kampu gás Greater Sunrise nian no estabelesimentu rejime espesiál ida ba dezenvolvimentu rekursu hirak-ne'e no fahe reseita ne'ebé sei mai, ami sei kontinua defende opsaun kadoras mai ita-nia Rain, hodi implementa vizaun husi ita-nia povu, ne'ebé hakerek ona iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu 2011-2030.

Partimos da convicção que o sucesso de Timor-Leste, enquanto Estado e enquanto Nação, depende da conjuntura democrática e política destes próximos anos, onde o Estado timorense se estruturará e consolidará como um Estado moderno, onde todos reconhecem o primado do Direito e onde há responsabilização e responsabilidade por parte de todas as forças vivas da sociedade.

Só através da consolidação de uma consciência de defesa dos interesses nacionais, do compromisso pela paz e pela democracia, é possível atuar de forma concertada para reduzir a pobreza extrema no país, diminuir as desigualdades e as assimetrias regionais e reforçar a soberania nacional. O Governo irá, para tal, chamar a participar neste processo as outras instituições públicas e os atores sociais nacionais, por forma a conciliar uma visão de desenvolvimento partilhada e que cumpra os requisitos constitucionais.

Como tal, o IX Governo Constitucional compromete-se ainda a fazer uma adequada e verdadeira Revisão do Plano Estratégico de Desenvolvimento, em permanente consulta com a Sociedade Civil, para atualizar o plano anterior e refletir o estado atual da Nação e as mudanças que, entretanto, ocorreram no país e no mundo, bem como para demonstrar as vantagens competitivas da Nação no desenvolvimento dos setores estratégicos referidos, os quais irão conduzir ao seu progresso efetivo.

O Programa do Governo, para a legislatura 2023-2028, que agora se apresenta aos Distintos Deputados do Parlamento Nacional, sintetiza as principais políticas públicas a serem adotadas para reforçar e otimizar os sectores de governação e os seus recursos, encurtando o caminho traçado para transformar a visão para 2030 em realidade.

Por fim, este documento representa um conjunto de compromissos com a sociedade timorense, passíveis de escrutínio público, para o desenvolvimento nacional e para o progresso e o bem-estar de todos os timorenses, com a participação de todos os timorenses.

1.1. Visão Geral

O programa do IX Governo procede das políticas implementadas com sucesso no passado (IV, V e VI Governos), já que os objetivos e prioridades centrais do Governo fundamentam-se numa perspetiva de continuação dos esforços empreendidos e dos progressos alcançados de desenvolvimento económico, social e político.

Por esta razão, o Governo analisou seriamente a situação interna do país – o Estado da Nação - para aferir sobre as melhores estratégias a implementar durante os próximos cinco anos. Como tal, é importante relembrar o passado recente e sintetizar o ponto de situação interna atual do país:

1. A Agenda 2030 das Nações Unidas, aprovada em 2015, reconhece, assim, que sem paz, sem justiça e sem instituições

Ami iha konviksaun katak susesu Timor-Leste nian, nu'udar Estadu no nu'udar Nasaun, depende ba konjuntura demokrátika no polítika iha tinan hirak mai ne'e, iha ne'ebé Estadu timorense sei iha estrutura ne'ebé di'ak liután no sei konsolida-an nu'udar Estadu modernu ida, iha ne'ebé ema hotu-hotu rekoñese *primado do Direito* (katak, lei mak aas liu) no iha ne'ebé iha responsabilizasaun (husu responsabilidade) no iha responsabilidade (ema ida-idak simu ninian) husi forsas vivas (komponente, sosiál, polítika, ekonómika) tomak iha sosiedade laran.

Liuhosi de'it konsolidasaun ba konsiénsia atu defende interese nasionál sira, kompromisu ba pás no demokrasia, mak sei bele atua ho hamutuk atu redús moris-ki'ak ne'ebé makaas tebes iha País ne'e, hamenus dezigualdade no asimetria (diferensa) rejionál sira no atu reforsa soberania nasionál. Nune'e, Governu sei husu instituisaun públika sira seluk no atór sosiál nasionál sira atu partisipa iha prosesu ida ne'e, hodi bele konsilia (tau hamutuk) vizaun kona-ba dezenvolvimentu ne'ebé hotu-hotu iha laran, tuir rekizitu (norma) konstitusionál.

Nune'e, IX Governu Konstitusionál kompromete mós atu halo Revizaun ida ne'ebé di'ak no loos ba Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu, ho konsulta permanente ho Sosiedade Sivíl, hodi atualiza planu anteriór no hodi reflete situasaun atuál Nasaun nian no mudansa ne'ebé mosu hela iha ita-nia rain laran no iha mundu, nune'e mós atu hatudu vantajen kompetitiva sira Nasaun nian, iha dezenvolvimentu setór estratéjiku sira ne'ebé temi ona, tamba setór sira ne'e mak sei lori ba progresu ne'ebé efetivu.

Programa Governu nian, ba Lejislatura 2023-2028, ne'ebé aprezenta daudauk ba Distintu Deputadu sira iha Parlamento Nacionál, rezume polítika públikas prinsipál sira ne'ebé atu haktuir hodi reforsa no halo di'ak liután setór governasaun nian sira no rekursus ne'ebé sei uza, hodi habadak dalan ne'ebé trasa ona hodi nune'e bele transforma Vizaun ba 2030 iha realidade.

Ikus liu, dokumentu ida ne'e reprezenta kompromisu sira lubun ida ho sosiedade timorense, ne'ebé hotu-hotu bele haree tuir ka fiskaliza, kompromisu ba dezenvolvimentu nasionál no ba progresu no moris-di'ak timoroan hotu-hotu, liuhusi mós partisipasaun husi timoroan hotu-hotu.

1.1. Vizaun Jerál

Programa IX Governu nian atu haktuir polítika ne'ebé implementa ona ho susesu (iha mandatu IV, V no VI Governu), tamba objetivu no prioridade sentrál Governu ida ne'e nian, maka atu kontinua progresu ne'ebé iha daudauk kona-ba dezenvolvimentu ekonómiku, sosiál no polítiku.

Tamba ne'e, Governu halo análize séria ida kona-ba situasaun interna País nian – situasaun Nasaun nian – atu bele buka no hetan estratéjia ne'ebé di'ak liu atu implementa iha tinan liman oin mai.

Nune'e, importante atu lembra fali pasadu ne'ebé resente no sintetiza *ponto de situação* (avalia evolusaun hosi situasaun) interna iha País:

1. Ajenda 2030 NasoensUnidas nian, aprova ona iha 2015, rekoñese katak, se laiha pás, laiha justisa no laiha

sólidas e eficazes, muito dificilmente um país poderá implementar os outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2. Este compromisso foi reforçado por Timor-Leste, já pelo VI Governo, que em maio de 2017 organizou uma Conferência Global sobre o "Roteiro para a Implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável". Timor-Leste definiu um percurso claro para progredir nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, tendo em conta o contexto nacional, alinhou esses objetivos com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

3. Também no respeito pelo princípio da transparência, Timor-Leste adotou uma medida em que os Parceiros de Desenvolvimento não só têm de respeitar o sistema estabelecido no país, como apresentar, anualmente, um relatório sobre o uso do dinheiro investido, concedido pelos seus Governos. Como tal, foi aprovada a Política de Gestão da Eficácia da Ajuda Externa, que define como o apoio internacional para o desenvolvimento deve ser facultado a Timor-Leste, garantindo a apropriação do mesmo, o alinhamento com os programas do Governo e a promoção de responsabilidade mútua, tendo sempre em vista a obtenção de resultados que melhorem a vida do povo.

4. Quer através dos sucessos alcançados no sentido da paz, estabilidade e crescimento económico num tão curto espaço de tempo, quer através da sua ação no grupo g7+ e participação nos mais diversos fóruns internacionais – partilhando a sua experiência do conflito à resiliência e promovendo uma agenda de paz mundial e a reconciliação - Timor-Leste foi considerado, a nível mundial, um caso de sucesso, tendo tido a oportunidade de capitalizar a sua presença no palco internacional. **Infelizmente, a estagnação sofrida durante 6 longos anos, de 2017 a 2023, e sobretudo as violações sistemáticas ao sistema e às leis, colocou Timor-Leste na perspetiva de necessidade de recuperação da sua imagem internacional**.

5. A nossa democracia tem vindo a ser consolidada, ano após ano. Timor-Leste foi considerado o país mais democrático do Sudeste Asiático, segundo a avaliação independente do 'The Economist', sobre o Índice de Democracia. Este estudo publicado em 2017, considera os processos eleitorais, o pluralismo, as liberdades e garantias, a participação política, a cultura política e o funcionamento das instituições de Timor-Leste. **Estas recentes Eleições Parlamentares vieram confirmar este sucesso político, a nível regional e internacional**.

1.2. Cenário Atual

1. Em 2022, a população total de Timor-Leste atingiu os 1.341.737 habitantes, com um crescimento anual de cerca de 1,8%. Destes, 48,7% dos habitantes tem menos de 20 anos, 48,3% dos habitantes são mulheres e 75,8% desses habitantes vivem fora da capital, Díli.

2. A economia timorense, entre 2017 e 2021 viveu uma contração económica média de -1,4%. Em 2021, o PIB não petrolífero foi de 1.528 milhões de dólares (equivalendo a

instituisaun forte no efikás, difisil tebetebes ba País ida atu implementa Objetivu sira seluk ba Dezenvolvimentu Sustentável.

2. Kompromisu ida-ne'e hetan apoiu boot husi Timor-Leste, tamba VI Governu, iha fulan-maiu tinan 2017, organiza Konferénsia Globál ida kona-ba 'Roteiru ba Implementasaun Ajenda 2030 no Objetivu Dezenvolvimentu Sustentável'. Timor-Leste define klaru ona nia dalan atu la'o ba Objetivu Dezenvolvimentu Sustentável no, haree mós ba kontextu nasionál, aliña objetivu sira ne'e ho Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu 2011-2030.

3. Kaer mós ba prinsípiu transparénsia, Timor-Leste adota medida ida, iha ne'ebé Parseiru Dezenvolvimentu sira la'ós de'it tenke respeita sistema ne'ebé ita estabelese ona, maibé mós tenke, tinan-tinan, aprezenta relatóriu kona-ba oinsá sira uza osan ne'ebé sira-nia Governu fó liuhusi sira. Ho nune'e, aprova tiha Polítika Jestaun kona-ba Efikásia husi Ajuda Esterna, ne'ebé define oinsá apoiu internasionál ba dezenvolvimentu bele fó mai Timor-Leste, hodi garante katak, atu hala'o apoiu ne'e, tenke aliña ho programa sira Governu nian no atu garante promove responsabilidade husi parte rua (doadór no benefisiáriu), sempre ho hanoin kona-ba hetan rezultadu ne'ebé bele hadi'a povu nia moris.

4. La'ós de'it husi susesu ne'ebé ita alkansa iha pás, estabilidade no kreximentu ekonómiku, iha tempu ne'ebé badak, maibé liu mós husi asaun ne'ebé hala'o iha grupu g7+ no partisipasaun iha forun internasionál oioin – hodi fahe esperiénsia husi konflitu ba reziliénsia no promove ajenda pás iha mundu no rekonsiliasaun – Timor-Leste, iha nivel mundiál, konsideradu kazu susesu ida, no ho nune'e kapitaliza ninia prezensa iha palku internasionál. **Infelizmente estagnasaun ne'ebé ita sofre durante tinan 6, husi 2017 to'o 2023, no liuliu violasaun sistemátika ba sistema n ba lei sira, lori Timor-Leste ba situasaun ne'ebé presiza halo rekuperasaun ba ninia imajen internasionál**.

5. Ita buka no esforsa-an atu konsolida hela ita-nia demokrasia, tinan ba tinan. Timor-Leste, konsideradu País ne'ebé demokrátiku liu iha Sudeste Aziátiku, tuir avaliasaun independente husi 'The Economist', kona-ba 'índise Demokrasia'. Estudu ida-ne'e publika iha tinan 2017, hodi haree ba prosesu eleitorál, pluralizmu, liberdade no garantia sira, partisipasaun polítika, kultura polítika no funsionamentu instituisoens Timor-Leste nian. **Eleisaun Parlamentár ne'ebé ita foin daudaun realiza, mai konfirma susesu políticu ida-ne'e, iha nivel rejionál no internasionál.**

1.2. Senáriu Atuál

1. Iha tinan 2022, populasaun totál Timor-Leste nian to'o ona abitantes 1.341.737, ho kreximentu anuál ida besik 1,8%. Husi abitantes ne'e, 48,7% % ninia idade menus de 20 anos. 48,7% husi abitantes ne'e maka feto sira no 75,8% husi abitantes ne'e mak hela iha Munisípiu sira seluk no la hela iha Dili.

2. Ekonomia Timor-Leste nian, husi 2017 to'o 2021, hetan kontrasaun ekonómika média ho valór -1,4%. Iha 2021, PIB naun-petrolíferu hetan valor 1.528 milloens dólares (ne'ebé

um crescimento de 2,9%), e o PIB Per Capita de 1.136,80 dólares (valor que, em 5 anos, diminuiu dos 1.285,30 dólares registados em 2017).

3. Em 2022, o PIB deveria crescer 3,9% e, em 2023, deveria registar um aumento de 2,9%. Infelizmente, esse crescimento não foi feito de forma sustentável uma vez que se deveu sobretudo à subsidiação da economia. O IX Governo trabalhará para continuar a aumentar o PIB de forma sustentada através das despesas públicas em investimento estratégico.

4. Quanto aos índices relativos à pobreza em Timor-Leste, registou-se um grande aumento entre os anos de 2001 e 2007, de 36,3% para 50,4% respetivamente. Após este período, o nível de pobreza vem diminuindo de forma consistente, passando dos 50,4% de 2007 para 41,8% registados em 2014. Um valor que se reduz de forma mais expressiva se for usado o indicador internacional de pobreza (1,9 dólares norte-americanos por dia), com base no qual a incidência de pobreza extrema caiu, assim, de 47,2%, em 2007, para 30,3% em 2014 (uma diminuição acompanhada de outras melhorias nos padrões de vida, como sendo o aumento no acesso à eletricidade, qualidade de habitação e propriedade de ativos). Desde 2014 até ao momento não se efetuou a atualização do índice de pobreza, sendo objetivo do IX Governo proceder às pesquisas e estudos necessários já em 2024.

5. Os níveis de consumo privado vêm também refletindo esse crescimento da economia e redução de pobreza desde a Independência, sendo que, segundo os dados económicos da Conta Nacional, entre 2007 e 2014, as famílias timorenses foram responsáveis por um aumento do consumo privado de 63,3%. Em 2021, a contribuição do consumo do setor privado para o crescimento da economia foi 65,1%.

6. Em 2020, a construção, como indicador da dinâmica económica, registava uma área total de construção projetada de 2.105.668 m^2, correspondendo a um total de 17 licenças concedidas e um valor projetado de 900,2 milhões de dólares. Comparando com o ano de 2016, a área de construção projetava-se nos 92.814 m^2, com um total de 46 licenças, totalizando um valor projetado de apenas 37,716 milhões de dólares.

7. Na aquisição de transporte próprio, em 2020 registou-se a compra de 20.032 veículos, sendo que, destes, 83,9% correspondem a motociclos, 13% a veículos ligeiros de passageiros, 0,2% a veículos ligeiros de carga e 1.9% a veículos pesados.

8. Timor-Leste continua a figurar entre os **46 Países Menos Avançados** (PMA) identificados no Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (CNUCD). Com uma economia excessivamente dependente das políticas e programas de despesa pública, a falta de uma diversificação consistente da economia que seja capaz de fomentar um crescimento económico liderado pelo setor privado, vem dificultando o desenvolvimento sustentável e uma menor dependência em relação aos dividendos do petróleo.

korresponde ba kreximentu ho valór 2,9%), no PIB *Per Capita* hetan valór 1.136,00 dólares, (valór ne'ebé tun, iha tinan 5 nia laran, husi 1.285,30 dólares ne'ebé ita hetan iha tinan 2017).

3. Iha tinan 2022, PIB devia sa'e 3.9% no, iha tinan 2023, devia hetan aumentu ho valór 2.9%. Infelizmente, kreximentu ne'e la halo ho sustentabilidade tanba barak depende de'it ba subsidiasaun ba ekonomia. Governu IX sei kontinua servisu atu aumenta PIB ho sustentabilidade, liuhusi despeza públika iha investimentu estratéjiku.

4. Relasiona ho índise sira kona-ba pobreza iha Timor-Leste, hetan aumentu makaas, hosi tinan 2001 to'o 2007, hosi 36,3% to'o 50,4%. Hafoin períodu ida ne'e, nivel moris-kiak diminui ona ho forma konsistente, hosi 50,4% iha tinan 2007 to'o 41,8% iha tinan 2014. Valór ida ne'ebé tun ho forma signifikante liu karik ita uza Indikadór Internasionál kona-ba Pobreza (1,9 dólares amerikanus loron ida), husi ne'ebé bele hetan ka haree katak pobreza extrema (ka mukit) tun, husi 47,2% iha 2007, to'o 30,3% iha 2014 (redusaun ida ne'e ita mai hamutuk ho melloria sira seluk iha padroens moris nian, hanesan aumentu iha asesu ba eletrisidade, kualidade iha abitasaun (ka uma) no kbiit atu hetan osan no sasán (propriedade de ativos). Desde 2014 to'o agora, la iha atualizasaun ba índise pobreza nian. Governu IX iha objetivu atu halo peskizas no estudus ne'ebé presiza, iha kedas 2024, hodi atualiza índise ne'e.

5. Níveis konsumu privadu mós hatudu kreximentu ekonomia no redusaun pobreza nian ne'e, husi Independénsia to'o agora, no, tuir dadus ekonómikus husi Konta Nasionál, entre 2007 no 2014, famílias timorenses mak sai responsavel ba aumentu konsumu privado to'o kedas 63,3%. Iha tinan 2021, kontribuisaun konsumu setór privadu nian ba kreximentu ekonomia ninia valór maka 65,1% .

6. Iha tinan 2020, konstrusaun, nu'udar indikadór ida ba dinámika ekonómika, rejista ona área totál ba konstrusaun ne'ebé atu halo ho valór 2.105.668 m^2, ne'ebé korresponde ba 17 lisensas ne'ebé fó ona, no valor osan ne'ebé prevee 900,2 milloens de dólares. Kompara ho tinan 2016, área ba konstrusaun prevista maka 92.814 m^2, ho totál lisensas 46 ne'ebé fó ona, no valór totál previstu maka 37.716 milloes de dólares.

7. Kona-ba akizisaun transporte rasik, iha 2020, rejista kompra (ka sosa) 20.032 veíkulus, no husi totál ne'e, 83,9% ba motorizadas, 13% ba veíkulus lijeirus pasajeirus (karreta), 0,2% veíkulus lijeirus atu tula karga (ka sasán) no 1.9% ba veikulus pesados (karreta boot).

8. Timor-Leste kontinua mosu hamutuk ho **Países Menus Avansadus 46** (PMA), ne'ebé identifikadus iha Relatório Konferénsia Nasoens Unidas nian kona-ba Komérsiu no Dezenvolvimentu (CNUCD). Ho ekonomia ida ne'ebé dependente tebetebes ba políticas no programas despesa públika nian, falta de diversifikasaun ne'ebé konsistente ba ekonomia, ne'ebé bele dudu kreximentu ekonómiku ida ne'ebé lidera husi setór privadu, mak sai nu'udar obstákulu ba dezenvolvimentu sustentável no ba dependénsia menór ba reseitas petróleu nian.

9. De acordo com os dados da Pesquisa Força de Trabalho, em 2021, 62.9% da população timorense encontrava-se em idade ativa, sendo que, destes, apenas 30.5% integravam a força de trabalho (excluindo agricultura de subsistência). Dos que integravam a força de trabalho, menos de 25% tinham emprego formal, ou seja, no cumprimento da Lei Laboral, sendo que os restantes tinham emprego informal ou eram trabalhadores independentes.

10. O crédito ao setor privado, que esteve estagnado em 2019 e diminuiu 10% em 2020, tem vindo a recuperar, tendo-se registado um aumento de 11.6% em 2021 e de 17.2% em 2022. A queda do crédito ao setor privado deveu-se à contração económica, tendo-se verificado nos últimos dois anos um retorno ao crescimento.

11. O Índice de Preços no Consumidor (IPC), que tem vindo a decrescer consecutivamente desde 2011, tendo mesmo atingindo uma desvalorização de 1,5% em 2016, regista uma inflação positiva de 3,8% em 2021 e de 7,2% em 2022. Prevê-se que em 2023 o Índice de Preços no Consumidor se fixe nos 5,5%, e em 2024 nos 3,3%.

12. Timor-Leste tem vindo a investir as suas receitas provenientes dos recursos naturais num fundo de riqueza soberano, o Fundo Petrolífero, consistente com os princípios de transparência e boa governação, estando obrigado a retirar apenas montantes limitados, para financiar as prioridades estratégicas nacionais do Orçamento Geral do Estado, como é o caso das infraestruturas básicas, da educação e da saúde.

13. Este Fundo, estabelecido em 2005 com um saldo de abertura de 204,6 milhões de dólares, é uma ferramenta que contribui para uma boa política fiscal, que considera e pondera devidamente os interesses a longo prazo dos timorenses, já que o montante das transferências é pautado pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), estabelecido como 3% da riqueza total petrolífera. O objetivo do RSE é suavizar os gastos de rendimentos petrolíferos temporariamente altos e servir de escudo contra a volatilidade dos influxos das receitas petrolíferas e salvaguarda de um uso sustentável das finanças públicas.

14. Ao alterar a Lei do Fundo Petrolífero, em 2011, após um processo rigoroso e participativo, definiu-se uma alocação de não menos de 50% em títulos, não mais de 50% em ações e até 5% em instrumentos alternativos. Esta estratégia de diversificação do Fundo Petrolífero provou ser sólida e positiva e proporcionou sólidos retornos. De acordo com o Banco Central, o Fundo Petrolífero, que é afetado pelas receitas de petróleo, pelo retorno de investimento líquido e pelos levantamentos, encontrava-se avaliado 17.9 mil milhões de dólares americanos, a 31 de maio de 2023.

15. Relativamente aos investimentos realizados do Fundo Petrolífero, até ao momento registou-se um retorno positivo de 8,1 mil milhões de dólares (sendo que 7,5 mil milhões foram registados após a alteração à política de

9. Tuir dadus husi Peskiza Forsa Traballu, iha tinan 2021, 62.9% populasaun timorense iha hela idade ativa (katak, bele servisu), maibé husi populasaun ida ne'e, 30,5% de'it maka integra iha forsa traballu (esklui agrikultura subsisténsia). Husi sira ne'ebé integra iha forsa traballu, la to'o 25% mak hetan empregu formál, ne'e katak kumpre Lei Laborál, no sira seluk iha empregu naun-formál ka nu'udar traballadores independentes (ka servisu ba an rasik).

10. Kréditu ba setór privadu, ne'ebé estagna (la la'o) tiha iha tinan 2019 no tun 10% iha tinan 2020, hahú rekupera fali, ho aumentu ho valór 11,6% iha tinan 2021 no ho valór 17,2% iha tinan 2022. Keda (tun) husi kréditu ba setór privadu ne'ebé verifika akontese tanba kontrasaun ekonómika, maibé iha tinan rua ikus ne'e, filafali ba kreximentu.

11. Índise Presus ba Konsumidór (IPC), ne'ebé tun beibeik husi 2011, hodi atinje dezvalorizasaun ho valór 1,5%, iha tinan 2016, rejista inflasaun ida ne'ebé pozitiva ho valór 3,8% iha 2021 no 7,2% iha 2022. Tuir previzaun, iha tinan 2023, Índise Presus ba Konsumidór ninia valór maka 5,5%, no iha 2024, atinje 3,3%.

12. Timor-Leste investe hela ninia reseitas, ne'ebé mai husi rekursus naturais, iha fundu rikeza soberanu, Fundu Petrolíferu ka Fundu Mina-rai, tuir prinsipius transparénsia no boa governasaun, no iha obrigasaun atu hasai de'it montantes limitadus, atu finansia prioridades estratéjikas nasionais iha Orsamentu Jerál Estadu, hanesan infrastruturas, edukasaun no saúde.

13. Fundu ida ne'e, ne'ebé estabelese iha tinan 2005, ho saldo abertura nian ho valór 204,6 milloens de dólares, sai nu'udar instrumentu ida ba polítika fiskál ne'ebé di'ak, hodi haree no sukat didi'ak interesses timoroan hotu nian, ba longo prazu, tamba montante ne'ebé bele hasai, reguladu husi Rendimentu Sustentável Estimadu (RSE), ne'ebé to'o de'it 3% husi totál rikeza petrolífera. Objetivu RSE nian mak atu kontrola gastus ba rendimentus petrolíferus, ne'ebé por enkuantu aas hela, no tahan impactu husi presu mina-rai ne'ebé volátil (ka sa'e-tun) no salvaguarda uzu sustentável iha finansas públikas.

14. Bainhira altera Lei Fundu Petrolíferu, iha tinan 2011, haoin prosesu rigorozu no partisipativu ida, define ona alokasaun ida pelumenus 50%, iha Titulos Públikus, to'o 50% iha asoens no no to'o 5% iha mekanizmus alternativus. Estratéjia diversifikasaun Fundu Petrolíferu ida- ne'e, prova duni katak forte no positiva, hodi proporsiona retornus ne'ebé maka'as. Tuir Banku Mundiál, Fundu ne'e, ne'ebé afeta husi reseitas petróleu nian (ne'ebé dala ruma sa'e, dala ruma tun), husi retornus ne'ebé hetan husi investimentu líkidu, no mós husi levantamentus (osan ne'ebé hasai, tuir orsamentu Estadu), ninia valór, iha loron 31 fulan-maiu tinan 2023, maka dolar amerikanu millaun rihun 17.9 (17.9 mil milhões de dólares americanos).

15. Kona ba investimentu husi Fundu Petrolíferu ne'ebé realiza ona, to'o agora rejista ona retornu pozitivu hamutuk dolar amerikanu millaun rihun 8.1 (8,1 mil milhões de dólares americanos), (no husi valór ida ne'e, dolar amerikanu

investimentos aprovada em 2011). Em 2022, registou-se a maior perda da história do investimento do Fundo, no valor de 2,1 mil milhões de dólares, tendo tal cenário mudado já em 2023, registando-se um retorno positivo de 726,5 milhões de dólares até ao final de maio.

16. Ainda sobre o desenvolvimento do setor petrolífero, é importante relembrar que, em 2007, Timor-Leste ingressou na Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE), tendo desenvolvido, apenas com uma década de independência, um sistema de classe mundial para gerir as receitas, sendo o primeiro país da Ásia-Pacífico e o terceiro no mundo inteiro ao qual foi concedido o estatuto de conformidade com a ITIE, em termos de divulgação e transparência das receitas do petróleo e gás, em julho de 2010.

17. Em 2002, o primeiro Orçamento Geral do Estado foi de 75,7 milhões de dólares, por doações internacionais. Em 2022, o Orçamento Geral de Timor-Leste tinha crescido para 2.155,7 milhões de dólares. O significativo crescimento da despesa pública requereu que o Governo desenvolvesse um sistema de gestão das finanças públicas que fosse eficiente, responsável e transparente. Como tal, várias reformas foram iniciadas para um maior profissionalismo no Ministério das Finanças e noutros ministérios, o que melhorou a gestão e execução financeira e a prestação de serviços.

18. As transferências do Fundo Petrolífero financiam a maior parte da despesa pública em Timor-Leste, sendo que desde 2009 o Governo tem procedido a levantamentos anuais do Fundo superiores aos 3% do RSE. Esta dependência do Fundo Petrolífero deve-se à coleta de receitas domésticas ser ainda muito baixa (menos de 12% do PIB). O IX Governo está comprometido a continuar a reforma da gestão das finanças públicas por forma a diversificar as receitas e a racionalizar as despesas para promover a sustentabilidade fiscal.

19. Ainda como forma de assegurar a melhor gestão possível dos recursos, o Governo, em 2008, criou a Autoridade Nacional do Petróleo (ANP), alterada em 2016 para Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM), enquanto instituição pública responsável pela gestão e regulação das atividades petrolífera e de exploração mineira na área de Timor-Leste, tanto 'offshore' como '*onshore*', e na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP), tal como era designada antes de 2018. Para maximizar a participação de Timor-Leste no desenvolvimento do setor petrolífero, o Governo criou ainda, em 2011, a companhia nacional de petróleo de Timor-Leste, ou seja, o TIMOR GAP E.P.

20. A criação do Instituto do Petróleo e Geologia (IPG), em 2012, e da empresa Companhia Mineira Nacional de Timor-Leste, em 2022, tem como objetivo o desenvolvimento de estudos geológicos e zelar pelos interesses do Estado nas atividades de exploração dos recursos minerais do país.

21. Com este cenário real da situação socioeconómica do País, o IX Governo Constitucional assume, como prioridade

millaun rihun 7.5 (7,5 mil milhões de dólares americanos) rejista ona depoizde alterasaun ba polítika investimentu nian ne'ebé aprova ona iha tinan 2011). Iha tinan 2022, rejista ona perda boot liu ida iha istória investimentu Fundu nian, ho valor dolar amerikanu rihun 2.1 (2,1 mil milhões de dólares), maibé iha tinan 2023, situasaun nian ne'e muda ona, ho retornu pozitivu hamutuk dolar amerikanu millaun 726,5 to'o remata fulan Maiu.

16. Kona-ba mós dezenvolvimentu setór petrolíferu, importante atu relembra katak, iha 2007, Timor-Leste tama iha Inisiativa da Transparénsia Indústrias Extrativas (ITIE), no katak, iha de'it tinan 10 Ukun-An, dezenvolve kedas Sistema ho klase mundiál atu jere reseitas, no sai, iha Jullu 2010, primeiru País husi Ásia-Pasífiku no terseiru País husi Mundu tomak, ne'ebé hetan estatutu katak hala'o tuir duni ITIE, iha divulgasaun no transparénsia reseitas petróleo no gás.

17. Iha 2002, primeiru Orsamentu Jerál do Estadu ninia valór maka 75,7 milloens dólares, husi ajuda internasionál. Iha 2022, OJE sa'e ba dolar amerikanu 2.155,7 (2 mil, 155 milhões e 400 mil dólares). Kreximentu ne'ebé signifikativu (ka boot) iha despesa públika ezije ba Governu atu dezenvolve sistema ida kona-ba jestaun ba finansas públikas, ne'ebé efisiente, responsável no transparente. Nune'e, reformas lubuk ida hahú ona iha Ministériu Finansas no iha ministérius seluk, hodi hetan profisionalizmu boot liu. Reformas ne'e permite atu hadi'a jestaun no ezekusaun finanseira no prestasaun servisus.

18. Transferénsias husi Fundu Petrolíferu finansia maioria husi despeza públika iha Timor-Leste, no dezde tinan 2009 Governu halo levantamentu anual husi Fundu superiór ba 3% husi Rendimentu Sustentável Estimadu (RSE). Dependénsia ba Fundu Petrolíferu ne'e de'it akontese tanba rekolla reseitas doméstikas sei kiik nafatin (menus husi 12% PIB). Governu IX komprometidu atu kontinua reforma ba jestaun finansas públikas hodi bele diversifika reseitas no rasionaliza despezas, hodi promove sustentabilidade fiskál.

19. Hodi bele assegura di'ak liután jestaun ba rekursus, Governu, iha 2008, kria Autoridade Nasionál Petróleu (ANP), ne'ebé transforma, iha 2016, ba Autoridade Nasionál Petróleo no Minerais (ANPM), nu'udar instituisaun públika ne'ebé responsável ba jestaun no regulasaun ba atividades petrolíferas no esplorasaun mineira iha Timor-Leste nia laran, tanto iha tasi (*offshore*) komu iha rai-laran (*onshore*), no iha Área Konjunta Dezenvolvimentu Petrolíferu (ACDP), hanesan ne'ebé hatuur molok iha tinan 2018. Atu maximiza partisipasaun Timor-Leste nian iha dezenvolvimentu setór petrolíferu, Governu kria mós, iha 2011, kompañia nasionál petróleo, ho naran TIMOR GAP E.P. (GAP, katak: Gás no Petróleu).

20. Kriasaun Institutu Petróleu no Jeolojia (IPG), iha 2012, no empreza Kompañia Mineira Nasionál Timor-Leste, iha 2022, nina objetivu mak atu dezenvolve estudus jeolójikus no defende interesses Estadu nian iha atividades esplorasaun ba rekursus minerais país nian.

21. Ho senário ida ne'ebé reál kona-ba situasaun sosioekonómika país nian, Governu Konstitusionál IX assume,

número um, a criação do emprego. Para tal, o Governo compromete-se a criar todas as condições possíveis para fazer alavancar a diversificação económica, nas áreas produtivas, tais como agricultura, pecuária, pescas, florestas e turismo, para além do sector da indústria. Para isso, a criação de um Banco de Desenvolvimento, aberto ao investimento estrangeiro, tem como objetivo prover uma linha de crédito a empresas nacionais, para iniciarem, com confiança, uma participação ativa e efetiva no crescimento económico do País.

22. O Banco de Desenvolvimento Nacional (BDN) terá também o papel central de gestão do Fundo dos Veteranos e do Fundo da Segurança Social para se garantir sustentabilidade no futuro destes Fundos, quanto ao bom uso do Fundo dos Veteranos e quanto a imprimir uma melhor certeza para a gestão das reformas, libertando o Estado de uma obrigação financeira anual.

2. PROSSEGUIR COM O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

"A verdadeira riqueza de qualquer Nação é a força do seu povo. A maximização da saúde, educação e qualidade de vida gerais do povo timorense é essencial para se conseguir uma Nação justa e desenvolvida".

O desenvolvimento económico de Timor-Leste é um objetivo nacional que depende fortemente da capacitação, saúde e qualificação da sua força de trabalho. Investir no capital humano é, portanto, uma estratégia fundamental para permitir o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, criar condições para uma maior inclusão, bem-estar e dignidade na sociedade timorense.

Uma sociedade culturalmente democrática e desenvolvida é, ainda, aquela que não deixa ninguém para trás, investindo nos grupos mais fragilizados e vulneráveis, e onde se assume o papel fundamental da mulher, dos jovens e idosos, para o desenvolvimento sustentável, reconhecendo não só os seus direitos nos termos da Constituição, como, no caso dos direitos da mulher, promovendo a igualdade e transversalidade do género em todos os momentos políticos, sociais e económicos do País e em todas as suas instituições.

2.1. Educação e Formação

Remover as barreiras no acesso à educação e assegurar que todas as crianças e jovens têm acesso a um ensino de qualidade, independentemente da sua condição social e económica e da localidade onde residem, é uma estratégia prioritária do Governo. O acesso a uma educação de qualidade não deve nunca ser um privilégio de alguns, mas, pelo contrário, a educação deve ser um instrumento inclusivo que permita nivelar as diferenças nas oportunidades socioeconómicas, sendo, assim, possível promover o desenvolvimento equitativo da Nação.

A educação é um direito fundamental do cidadão e a principal ferramenta para o desenvolvimento social e económico, bem como para a criação de uma sociedade saudável e próspera.

hanesan prioridade númeru um, maka kriasaun empregu. Ba ida ne'e, Governu kompromete atu kria kondisoens hotu ne'ebé bele atu hatuur no haburas diversifikasaun ekonómika, iha áreas produtivas, hanesan agrikultura, pekuária, peskas, florestas no turizmu, aleinde setór indústria nian. Ba ida ne'e, kriasaun Banku Dezenvolvimentu ida ne'ebé loke ba investimentu estranjeiru, ninia objetivu mak atu fó liña de kréditu ba emprezas nasionais, atu bele inisia (ka hahú), ho konfiansa, partisipasaun ne'ebé ativa no efetiva iha kreximentu ekonómiku Pais nian.

22. Banku Dezenvolvimentu Nasionál (BDN) sei iha mós knaar sentrál ba iha jestaun Fundu Veteranus no Fundu Seguransa Sosiál, atu bele garante sustentabilidade iha futuru ba Fundus ne'e, kona-ba uza didi'ak Fundu Veteranus no mós atu imprime (ka kuda metin) serteza ne'ebé boot iha jestaun ba reformas, hodi liberta Estadu husi obrigasaun finanseira anuál.

2. KONTINUA HO DEZENVOLVIMENTU HUSI KAPITÁL SOSIÁL

"Rikeza ka rikusoin Nasaun ida nian mak povu nia forsa ka kbiit rasik. Dezenvolvimentu másimu iha Saúde, Edukasaun ho kualidade moris povu timor tomak nian, ne'e esensiál tebes atu bele harii metin Nasaun ida ne'ebé justa no dezenvolvida".

Dezenvolvimentu ekonómiku Timor-Leste nian hanesan objetivu nasionál ida ne'ebé depende maka'as tebes ba kapasitasaun, saúde ho kualifikasaun husi nia forsa de traballu. Investe iha kapitál umanu, ne'e hanesan estratéjia fundamentál ida, hodi permite dezenvolvimentu ne'ebé sustentável no mós kria kondisoens ba inkluzaun ne'ebé boot liu, bein-estár ka moris di'ak no ho dignidade iha sosiedade timor laran.

Sosiedade ne'ebé kulturálmente demokratika no dezenvolvida, mak ida ne'ebé la husik hela ema ida ba kotuk, hodi buka no investe maka'as iha grupus ne'ebé frájeis no vulneráveis liu, no asume (ka simu) papel fundamentál feto, jovens ho idozus nian ba dezenvolvimentu sustentável, hodi rekoñese mos, la'os de'it sira-nia direitus tuir Konstituisaun, maibé hanesan iha kazu kona-ba feto-nia direitus, promove igualdade no transversalidade jéneru iha momentus hotu-hotu politikus, sosiais no ekonomikus País nian tomak no iha ninia instituisoens hotu-hotu.

2.1. Edukasaun no Formasaun

Halakon obstákulus iha asesu ba edukasaun no asegura atu labarik no foin sa'e sira bele hetan asesu ba edukasaun ida ho kualidade, la haree ba kondisaun ekonómika no sosiál no mós fatin iha ne'ebé sira horik ba - sai nu'udar estratéjia prioritária ba Governu. Asesu ba Edukasaun, ho kualidade, labele sai de'it priviléjio ba ema balun, maibé, pelu kontráriu, edukasaun presiza sai nu'udar instrumentu inkluzivu ida ne'ebé bele hamenus diferensas, iha oportunidades socio-ekonómikas, hodi promove dezenvolvimentu ekuitativu (ka, hanesan) iha ita-nia Nasaun.

Edukasaun sai nu'udar direitu fundamentál ida ba sidadauns no sai instrumentu importante ba dezenvolvimentu sosiál no ekonómiku, nune'e mós atu kria sosiedade ida ne'ebé saudável no próspera.

Em 2028, Timor-Leste pretende atingir uma educação de melhor qualidade, com mais ampla oportunidade de acesso para todos, sendo esta uma educação capaz de prover realmente resposta às necessidades do mercado de trabalho, contribuir para a redução do desemprego, através da aprendizagem ao longo da vida, e, essencialmente, quebrar o círculo vicioso de pobreza intergeracional. A educação a ser alcançada irá promover uma aprendizagem para servir de base, para que os cidadãos possam tornar-se ativos no desenvolvimento sustentável, na consolidação da nação e, também, a aplicarem as suas potencialidades e a sua criatividade humana a favor da inovação.

Para atingir este resultado, o Programa do IX Governo Constitucional, na área da Educação, reflete um programa coerente e, simultaneamente, integrado. Afirma-se, através deste programa, que o verdadeiro caminho, para alcançar os resultados esperados de forma sustentável, é através da participação efetiva da comunidade educativa e da contribuição ativa das várias entidades públicas e privadas (incluindo a sociedade civil e o setor privado) com base num sistema de coordenação firme. Ainda, promove-se, através deste Programa, a definição e implementação de intervenções educativas com base em evidências científicas e concretas e estudos rigorosos, de qualidade.

Neste sentido, o Governo irá melhorar a qualidade da educação e da formação profissional, assegurando a igualdade de acesso, de toda a população timorense, a todas as áreas de ensino. Para tal irá:

i. Reformar a gestão e administração do sistema educativo, ao nível do Ministério da Educação e ao nível municipal e das escolas, incluindo a definição de procedimentos adequados e de sistemas para a monitorização e avaliação;

ii. Fortalecer as condições para que as crianças, com idades compreendidas entre os três e os cinco anos, tenham acesso à preparação para o ingresso no ensino básico obrigatório, incluindo a educação pré-escolar e outros programas para o desenvolvimento da primeira infância (DPI) e de preparação para o ingresso no ensino básico, em escolas próximas às suas casas, devendo, ainda, assegurar a participação efetiva da comunidade educativa;

iii. Iniciar um programa de tutoria de alta dosagem e outras intervenções que ofereçam uma educação acessível e recuperem a aprendizagem, especialmente em áreas remotas e escolas onde os alunos foram identificados com perda de aprendizagem devido à COVID-19;

iv. Solidificar as condições para a implementação de um ensino básico universal, obrigatório, gratuito e de melhor qualidade. O ensino básico será um centro para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Aos seis anos de idade, todas as crianças terão acesso ao Ensino Básico de qualidade, com a aquisição de sólidas competências matemáticas e de literacia nas línguas oficiais (tétum e português), e competências básicas na língua inglesa, enquanto língua estrangeira, os valores

Iha tinan 2028, Timor Leste hakarak atu atinje edukasaun ida ne'ebé ho kualidade di'ak liu, ho oportunidade boot iha asesu ba ema hotu, hodi sai edukasaun ida ne'ebé bele hatán lolós ba nesesidades merkadu-de-traballu nian, kontribui hodi hamenus dezempregu, liuhusi aprendizajen iha moris tomak (aprendizajen ao longo da vida), no, liuliu, atu hakotu tiha sírkulu visiozu iha kiak ne'ebé mai husi jerasaun ba jerasaun (interjerasional). Edukasaun ida ne'ebé atu atinje, mak sei promove aprendizajen ida ne'ebé serve hanesan baze, atu sidadauns bele ativus iha partisipasaun ba dezenvolvimentu sustentável, iha konsolidasaun ba Nasaun no, nune'e mós, atu sidadauns bele aplika sira-nia potensialidade no sira-nia kriatividade umana ne'ebé favorese ba inovasaun.

Atu atinje rezultadus ne'e, programa IX Governu Konstitusionál iha área Edukasaun, reflete (ka hatudu) programa ida koerente no integradu. Liu husi programa ida ne'e, hakarak afirma katak dalan lós atu alkansa rezultadus ne'ebé ita hein ho forma sustentável, maka liuhusi partisipasaun permanente husi komunidade edukativa no kontribuisaun ativa husi entidades oioin, públikas no privadas (inklui mos sosiedade sivíl no setór privadu) ho baze iha sistema koordenasaun ida ne'ebé firme. No mós, liuhusi programa ida ne'e, sei promove definisaun no implementasaun ba intervensoens edukativas, ne'ebé bazeia ba evidénsias sientífikas no konkretas nune'e mós ba estudus rigorozus, ho kualidade.

Nune'e, Governu sei hadi'a kualidade Edukasaun no formasaun profisionál, hodi asegura asesu ne'ebé hanesan ba populasaun timoroan tomak, iha áreas Ensinu hotu-hotu. Ba ne'e, Governu sei:

i. Reforma jestaun no administrasaun iha sistema edukativu, iha nível Ministériu Edukasaun, Munisipál no mós iha eskolas, inklui definisaun ba prosedimentus ne'ebé adekuadus no ba sistemas monitorizasaun no avaliasaun;

ii. Haforsa kondisoens atu labarik sira, ho tinan entre tolu to'o lima, bele hetan asesu ba preparasaun hodi tama ba ensinu báziku obrigatóriu, inklui edukasaun pré-eskolár no programa sira seluk ba dezenvolvimentu iha primeira infánsia (DPI) no ba preparasaun hodi tama ba ensinu báziku, iha eskolas ne'ebé besik ba sira-nia hela-fatin. Asegura mos, partisipasaun efetiva husi komunidade edukativa;

iii. Hahú programa tutoria ida ho dozajen ne'ebé aas no intervensoens seluk ne'ebé oferese edukasaun ida ne'ebé asesivel no rekupera aprendizajen, liuliu iha área remota sira no eskola sira iha ne'ebé identifika alunu sira ne'ebé lakon aprendizajen tanba COVID-19;

iv. Haforsa (ka hametin) kondisoens hodi implementa ensinu báziku ne'ebé universál, obrigatóriu no gratuitu, ho kualidade ne'ebé di'ak duni. Ensinu Báziku sei sai nu'udar sentru ida hodi aprende atu koñese, aprende atu halo, aprende atu moris ho ema seluk no mós aprende atu forma nia an rasik. Iha idade ho tinan neen, labarik hotu-hotu sei hetan asesu ba Ensinu Báziku ida ho kualidade, ho akizisaun ba kompeténsias ne'ebé maka'as iha matemátika no iha literasia, iha lian (ka, línguas) oficiais (portugés no tetun), ho mós kompeténsia bázika iha lian inglés, hanesan

fundamentais da identidade nacional, da história e cultura timorenses, e o desenvolvimento das habilidades do século XXI;

v. Reforçar as condições para um ensino secundário onde se adquiram conhecimentos científicos, humanísticos e técnicos. Os alunos irão aprender a aplicar estes conhecimentos nos setores produtivos do país, estando preparados para ingressar no mercado de trabalho ou prosseguir para estudos superiores, universitários ou politécnicos. O Governo continuará a prover duas opções: o ensino secundário geral e o ensino secundário técnico-vocacional;

vi. Assegurar que a frequência, no ensino superior, seja capaz de dar uma resposta mais acertada ao mercado de trabalho, assegurando a igualdade de acesso para todos e o fortalecimento dos mecanismos de acreditação e avaliação da qualidade deste nível de ensino;

vii. Reforçar as oportunidades, àqueles que querem estudar e aprofundar os seus conhecimentos, principalmente os mais vulneráveis, e àqueles que enfrentam os maiores desafios, através de programas educativos atraentes e flexíveis e com base em metodologia de qualidade para o ensino de adultos;

viii. Modernizar e assegurar uma maior relevância dos esforços de formação profissional contínuo, fortalecendo as medidas de maior efetividade como a mentoria e o acompanhamento, e o uso da informática e tecnologias da informação, de materiais multimédia e da aprendizagem à distância para assegurar docentes de qualidade, aptos para formar o futuro de Timor-Leste;

ix. Continuar a desenvolver os recursos humanos nacionais, através de programas, estratégias e investimentos plurianuais. O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano irá continuar a contribuir para o desenvolvimento da educação e da formação profissional de jovens e adultos, de forma transparente e coordenada, e com base na identificação das áreas de conhecimento e habilidades mais carentes;

x. Consolidar a Comissão Nacional da Educação (CNE) como mecanismo de promoção de diálogo inclusivo e participativo, entre todas as partes interessadas do setor educativo e da estreita coordenação entre o Ministério da Educação, a sociedade civil, o setor privado e os parceiros para o desenvolvimento;

xi. Enraizar o Programa na educação inclusiva, promovendo uma cultura de respeito pela diversidade, reconhecendo os diversos talentos e as múltiplas capacidades de todos, promovendo o sucesso de todos os alunos e efetivamente convidando-os a terem um futuro como cidadãos respeitados por toda a comunidade, assegurando a educação centrada no aluno como uma realidade diária, representando, ainda, o princípio-chave para a política educativa;

xii. Reforçar os programas que asseguram a equidade para as

lian estranjeiru, nune'e mós kompeténsia iha valores fundamentais husi identidade nasionál, husi istória no husi kultura timor-nian, no mós dezenvolvimentu ba abilidade iha sékulu XXI;

v. Reforsa kondisoens ba Ensinu Sekundáriu ida, iha ne'ebé estudantes bele hetan asesu ba koñesimentus sientífikus, umanístikus no mós téknikus. Alunus sei aprende atu aplika koñesimentus hirak ne'e, iha setores produtivus país nian, hodi prepara sira atu tama ba merkadu de traballu ka atu kontinua sira-nia estudus superiores, universitárius ka politéknikus. Governu sei kontinua fó opsaun rua: Ensinu Sekundáriu Jerál ka Ensinu Sekundáriu Tekniku-Vokasional;

vi. Asegura atu estudantes ne'ebé tama iha Ensinu Superiór, bele prontu atu fó resposta ne'ebé los liu, iha merkadu de traballu, hodi asegura asesu ne'ebé hanesan ba ema hotu no haforsa **mekanizmus akreditasaun nian no avaliasaun ba kualidade iha nível ensinu ida ne'e**;

vii. Reforsa oportunidade ba hirak ne'ebé hakarak estuda no hakle'an sira-nia koñesimentus, liuliu sira ne'ebé vulneráveis liu, no sira ne'ebé hasoru dezafius boot, liuhusi programa edukativu ne'ebé atraente no flexível, bazeia ba metodolojia ne'ebé ho kualidade ba ensinu ba ema adultus;

viii. Moderniza no hodi assegura importansia ne'ebé boot, iha esforsus ba formasaun profesionál kontínua, hodi haforsa padroens efetividade ne'ebé tenke di'ak, hanesan mentoria no akompañamentu, no uza informátika no teknolojia ba informasaun, materiál multimédia no aprendizajen 'à distánsia' (ka, husi dok) atu assegura dosentes ho kualidade, preparadus atu forma futuru Timor-Leste nian;

ix. Kontinua dezenvolve rekursus umanus nasionais, liuhusi programas, estratéjias no investimentus plurianuais. Fundu Dezenvolvimentu Kapitál Umanu sei kontinua kontribui ba dezenvolvimento iha Edukasaun no Formasaun Profisionál ba foin-sa'e no adultus, ho forma ne'ebé transparente no koordenadu, no ho baze iha identifikasaun ba áreas koñesimentu no habilidades ne'ebé sei falta liu;

x. Konsolida Komisaun Nasionál Edukasaun (CNE), nu'udar mekanizmu ba promosaun diálogu inkluzivu no partisipativu, entre partes interessadas iha setór edukativu, no koordenasaun ne'ebé di'ak entre Ministériu Edukasaun ho sosiedade sivíl no setór privadu no mós ho parseirus dezenvolvimentu nasionais no internasionais;

xi. Hakle'an programa iha edukasaun inkluziva, hodi promove kultura kona-ba respeitu ba diversidade, hodi rekoñese talentus oioin no mós kapasidades oioin, husi ema hotu, atu nune'e bele promove susesu ba alunus no, efetivamente, possibilita sira atu hetan futuru hanesan sidadauns ne'ebé hetan respeitu husi komunidade tomak, no asegura edukasaun ne'ebé orienta liu ba alunu, nu'udar realidade loron-loron, ne'e hotu nu'udar prinsípiu-xave ba polítika edukativa;

xii. Reforsa programa sira ne'ebé asegura igualdade ba labarik

crianças com menos meios económicos, através de programas de alimentação escolar e de subsídios escolares cujos recursos sejam distribuídos de forma justa, e garantir que as escolas mais pequenas das zonas rurais recebam as instalações e os recursos de que necessitam;

xiii. Criar um plano mestre para as infraestruturas do Ministério da Educação, incluindo as escolas de todos os níveis e os edifícios administrativos, com base num senso de infraestruturas a fim de resolver os problemas que têm constituído um obstáculo ao desenvolvimento da educação;

xiv. Proceder aos estudos e à avaliação financeira necessária para iniciar o processo de estender as escolas CAFE aos Postos Administrativos, para promover um mais amplo conhecimento da língua portuguesa, através de qualificação de professores timorenses;

xv. Consolidar a língua tétum, por forma a garantir a padronização da língua, promover a sua utilização nos estabelecimentos de ensino, nas diferentes áreas de governação, nos media e pela população em geral. Desta forma, o Governo compromete-se a revigorar a implementação do Plano Estratégico Nacional da Educação 2011-2030 e a alcançar as seguintes metas durante os próximos cinco anos:

- Pelo menos 60% das crianças, entre 3 e 5 anos de idade, encontram-se matriculadas, participam e beneficiam de educação pré-escolar ou programas de preparação para o ensino básico obrigatório, com especial atenção às comunidades rurais, tendo em vista a que progressivamente se atinja a participação de 100% das crianças na educação pré-escolar;
- Implementar, na sua integridade, o currículo nacional de base e programas de orientação pedagógicos relativos à educação pré-escolar;
- Assegurar o acesso a materiais didáticos, bem como a livros de histórias nas línguas oficiais e nacionais, a fim de apoiar a implementação efetiva do Currículo Nacional de Base e promover o desenvolvimento da capacidade fundamental de leitura;
- Definir um sistema de administração e gestão dos estabelecimentos pré-escolares adequado à realidade nacional capaz de assegurar a efetividade do processo de ensino-aprendizagem e a maximização dos recursos humanos e financeiros, promovendo ainda o acesso das pré-escolas a incentivos financeiros públicos;
- Assegurar a construção ou reabilitação de, no mínimo 100 escolas, para o uso da educação pré-escolar, completas com os seus recursos humanos, equipamentos e materiais didáticos;
- Garantir que 100% dos educadores da educação pré-escolar tenham a qualificação mínima exigida por lei;
- Continuar a proporcionar desenvolvimento profissional aos

sira ne'ebé la iha kondisaun ekonómika, liuhosi programa alimentasaun eskolár no subsídiu eskolár ne'ebé ninia rekursu sira distribui ho justu, no garante katak eskola sira ne'ebé tebes iha área rurál sira hetan fasilidade no rekursu sira ne'ebé nesesita;

xiii. Kria planu mestre ba infraestruturas Ministériu Edukasaun nian, inklui eskola sira husi nivel hotu-hotu no edifísiu administrativu sira, bazeia ba sensu infraestruturas hodi rezolve problema sira ne'ebé sai hanesan obstákulu ba dezenvolvimentu edukasaun nian;

xiv. Halo estudu no avaliasaun finanseira ne'ebé presiza hodi hahú prosesu atu loke eskola CAFE sira iha Postos Administrativos, atu promove koñesimentu di'ak liu ba Língua portuguesa, liuhusi kualifikasaun ba professores timorenses;

xv. Konsolida Lian Tetun hodi garante padraun ida ba nia uzu, no promove nia uzu iha estabelesimentu ensinu sira, iha áreas oin-oin Governu nian, iha média no ba populasaun hotu. Nune'e, Governu kompromete atu haka'as liután iha implementasaun Planu Estratéjiku Nasionál Edukasaun (2011-2030), atu nune'e bele alkansa metas hirak tuir mai, iha tinan lima oin mai.

2.1.1. Ensinu Pré-Eskolár

- Pelu menus 60% husi labarik, ho tinan entre 3 to'o 5, sei benefisia ba Edukasaun Pré-Eskolár ka programa preparasaun ba Ensinu Báziku obrigatóriu, ho atensaun espesiál ba komunidades rurais, atu nune'e labarik sira bele partisipa neineik iha edukasaun pré-eskolár ho 100%;
- Implementa ho kompletu, Kurríkulu Nasionál de Baze no programas ba orientasaun pedagójika, relasiona ho edukasaun pré-eskolár;
- Garante asesu ba materiál didátiku, nune'e mós livru istória sira iha lian ofisiál no nasionál sira, hodi nune'e bele apoia implementasaun efetiva ba Kurríkulu Nasionál Baze no promove dezenvolvimentu ba kapasidade fundamentál leitura nian;
- Define sistema administrasaun no jestaun ba estabelesimentus pré-eskolares, adekuadu ba realidade nasionál, ne'ebé bele asegura efetividade iha prosesu ensino-aprendizajen no maximiza rekursus umanus no finanseirus, hodi loke liután asesu husi pré-eskolas ba insentivus finanseirus públikus;
- Assegura konstrusaun ka reabilitasaun, iha minimu, fasilidades 100, hodi uza ba edukasaun pre-eskolár, ne'ebé kompletas ho rekursus umanus, ekipamentus no materiál didátiku;
- Garante katak 100% edukadór sira hosi edukasaun pré-eskolár iha kualifikasaun mínima ne'ebé lei ezije;
- Kontinua oferese dezenvolvimentu profisionál ba profesór

professores de acordo com as competências indicadas no Quadro Curricular para a Formação de educadores da educação pré-escolar;

- Oferecer formação integrada aos pais da educação pré-escolar para que possam tornar-se melhores parceiros na aprendizagem dos seus filhos;

- Promover a participação das crianças com necessidades educativas especiais no processo de ensino e aprendizagem através da introdução das modificações e acomodações necessárias em todos os estabelecimentos de educação pré-escolar.

2.1.2. Ensino Básico

- Aumentar para 95%, a taxa líquida de matrícula;

- Aumentar a taxa de aprovação, no fim do ensino básico para, pelo menos, 85%;

- Diminuir o rácio de alunos nas salas de aula, para uma média nacional de 1 professor para 35 alunos, através da construção de, pelo menos, 1.050 salas de aula;

- Assegurar, ao mínimo, um aumento de 30% na capacidade de literacia dos alunos no final do segundo ano escolar, medidos com base em avaliações de acordo com padrões internacionais;

- Assegurar 100% das Escolas Básicas Centrais Públicas com instalações de água e saneamento e bibliotecas em condições de uso e um aumento de 50%, no número destas escolas, com acesso a instalações laboratoriais;

- Criar um fundo para dar resposta a situações de emergência, que ponham em risco a segurança e saúde dos alunos e professores;

- Implementar, na íntegra, o currículo nacional de base, e os seus programas de orientação pedagógica;

- Desenvolver e implementar medidas pedagógicas adequadas para assegurar um ensino de qualidade, nas áreas rurais, incluindo formação especial e apoio aos professores em salas multimédia;

- Rever o currículo nacional para o 3º Ciclo do Ensino Básico, aprovando a legislação relevante e as orientações pedagógicas para um currículo que desenvolve as competências do século XXI;

- Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, incluindo o Programa da Horta Pedagógica, e criar novos programas que estimulem competências culturais, artísticas e desportivas, em todas as Escolas do Ensino Básico; para um currículo que esteja alinhado com as normas do século XXI;

- Garantir que todos os alunos e professores tenham acesso a livros e materiais escolares relevantes e de qualidade, promovendo também o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);

sira tuir kompeténsia ne'ebé indika ona iha Kuadru Kurrikulár ba Formasaun edukadór hosi edukasaun pré-eskolár;

· Oferese formasaun kompleta ba inan-aman hosi edukasaun pré-eskolár atu bele sai parseiru ne'ebé di'ak tebes iha aprendizajen oan sira nian;

· Promove partisipasaun hosi labarik sira ho nesesidade edukativa espesiál iha prosesu ensinu no aprendizajen liuhosi introdusaun modifikasoens no akomodasoens ne'ebé presiza iha estabelesimentu edukasaun pré-eskolár hotu-hotu.

2.1.2. Ensinu Báziku

· Aumenta ba 95%, taxa líkida iha matrícula;

· Aumenta taxa aprovasaun, iha etapa finál ensinu báziku, ba pelu menus 85%;

· Hamenus rásiu husi alunus iha sala laran, ba média nasionál, profesor 1 ba alunus 35, liuhusi konstrusaun, pelu menus, 1.050 salas foun;

· Asegura iha mínimu, aumentu ba 30% ba kapasidade literasia husi alunus, ne'ebé iha ona fin 2º anu escolar, kapasidade ne'ebé sei sukat ho baze husi avaliasaun, tuir padraun internasionál;

· Asegura katak Eskolas Bázikas Sentrais Públikas hotu-hotu sei hetan instalasaun bee no saneamentu, no bibliotekas ho kondisoens atu uza, no mós aumenta ba 50% númeru eskolas ne'ebé hetan ona asesu ba instalasoens laboratoriais nian;

· Kria fundu ida, atu fó resposta ba situasoens emerjensia, ne'ebé bele tau-em-risku seguransa no saúde alunus no professores nian;

· Implementa, ho kompletu, Kurríkulu Nasionál de Baze, no ninia programas ba orientasaun pedagójika;

· Dezenvolve no implementa medidas pedagójikas, ne'ebé adekuadas, hodi asegura ensinu ida ho kualidade, iha áreas rurais, inklui formasaun espesiál no apoiu ba profesór sira iha sala multimedia;

· Halo revizaun ba Kurrikulu Nasionál ba 3º siklu do Ensinu Baziku, hodi aprova lejizlasaun relevante no orientasoens pedagójikas ba kurríkulu ida ne'ebé dezenvolve kompeténsia sira hosi sékulu XXI;

· Konsolida atividades ne'ebé hariku kurríkulu, inklui programa "Horta Pedagójica", no kria programas foun ne'ebé estimula kompetensias kulturais, artístikas no desportivas, iha eskolas tomak iha ensinu báziku; ba kurríkulu ida ne'ebé aliña ho norma sira sékulu XXI nian;

· Garante atu alunus no professores tomak bele iha asesu ba livrus no materiais eskolares, ne'ebé relevantes no ho kualidade, hodi promove mos uzu ba Teknolojia husi Informasaun no Komunikasaun (TIC);

- Criar uma série de programas televisivos e vídeos, para apoiar o processo de ensino-aprendizagem;
- Definir e implementar programas de excelência, através de um processo de partilha dos padrões-modelo, para potencializar um acesso às práticas de qualidade aos estabelecimentos escolares públicos mais carecidos, utilizando os Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE) e escolas públicas identificadas, como recurso;
- Aprofundar a gestão democrática das escolas, através de medidas que fortaleçam a participação dos pais e alunos;
- Reforçar a implementação do conteúdo curricular em matéria de formação para os valores cívicos, igualdade de género e respeito pela diversidade;
- Garantir que 100% dos professores do Ensino Básico tenham habilidades profissionais e conhecimento do século XXI e assegurar o seu acesso à aprendizagem digital;
- Promover a participação das crianças com necessidades educativas especiais no processo de ensino e aprendizagem através da introdução das modificações e acomodações necessárias em todos os estabelecimentos de educação e ensino;
- Assegurar a atribuição de subsídios escolares de uma forma que responda adequadamente às necessidades dos estudantes, tendo igualmente em conta os materiais e equipamentos necessários para uma pedagogia moderna e a equidade para as crianças que vivem em zonas remotas;
- Abrir oportunidades e apoiar os estudantes a participarem em concursos académicos nacionais e internacionais.

2.1.3. Ensino Secundário Geral e Técnico-Vocacional

- Atingir até 85% a taxa bruta de matrícula, abrindo um número de vagas necessárias, em novas e atuais escolas;
- Construir ou reabilitar, pelo menos 300 salas de aula, através do programa de construção e reabilitação de novas escolas e salas de aula do Ensino Secundário;
- Assegurar que 100% das Escolas Secundárias Públicas estejam completamente equipadas e prontas para servirem como um local de aprendizagem adequado, com facilidades de laboratório e biblioteca, com um ambiente seguro e respeitoso;
- Dar início à implementação de medidas de avaliação pelo padrão internacional, para a medição dos resultados de aprendizagem (ex. Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes - PISA), servindo como linha de base para o reforço da qualidade deste nível de ensino e como mecanismo de medição do progresso;
- Rever o Currículo Nacional do Ensino Secundário Geral, para promover uma melhor adequação aos padrões regionais e internacionais de ensino, assegurando a

- Hamosu programas televisivus lubuk ida no vídeos, hodi apoia prosesu ensinu-aprendizajen;
- Define no implementa programas de excelénsia, liuhusi prosesu partilla (ka fahe ba malu) padroens-modelu atu potensializa asesu ba prátikas ho kualidade iha estabelesimentus eskolares públikus, ne'ebé presiza liu, liuhusi utiliza Centro de Aprendizajen e Formação Escolar (CAFE), no eskolas ne'ebé identifika ona, hanesan rekursu;
- Aprofunda jestaun demokrátika iha eskolas, liuhusi medidas ne'ebé haforsa partisipasaun inan-aman no alunos;
- Reforsa implementasaun konteúdu kurríkulu nian iha matéria formasaun kona-ba valores sívikus, igualdade de jéneru no respeitu ba diversidade;
- Garante katak profesór hotu-hotu hosi Ensinu Báziku iha abilidade profisionál no koñesimentu hosi sékulu XXI no garante sira-nia asesu ba aprendizajen dijitál;
- Promove partisipasaun labarik sira-nia ho nesesidade edukativa espesiál iha prosesu ensinu no aprendizajen liuhosi introdusaun modifikasoens no akomodasoens ne'ebé presiza iha estabelesimentu edukasaun no ensinu hotu-hotu;
- Garante atribuisaun ba subsídiu eskolár sira hodi nune'e bele responde ho loloos nesesidade estudante sira nian, ho haree mós ba materiál no ekipamentu nesesáriu sira ba pedagojia ida ne'ebé moderna no igualdade ba labarik sira ne'ebé hela iha área remota sira;
- Loke oportunidade no apoia estudante sira hodi partisipa iha konkursu akadémiku nasionál no internasionál sira;

2.1.3. Ensinu Sekundáriu Jerál no Tékniku Vokasionál

- Atinje to'o 85%, taxa bruta ba matrikula, hodi loke tan número vagas ne'ebé nesesárias, iha eskolas foun no eskolas ne'ebé iha ona;
- Konstroi ka reabilita, pelumenus 300 salas de aula, liuhusi programa konstrusaun no reabilitasaun eskolas foun no sala de aulas ba Ensinu Sekundáriu;
- Asegura katak 100%, husi eskolas sekundárias públikas, bele hetan kondisoens tomak ne'ebé di'ak no prontas atu sai hanesan fatin ida ba aprendizajen ne'ebé adekuada, ho fasilidades hanesan laboratóriu no biblioteka, iha ambiente ida ne'ebé seguru no respeitozu;
- Hahú implementa medidas atu halo avaliasaun, tuir padraun internasionál, atu sukat rezultadus husi aprendizajen (ex. Programa Avaliasaun Internasionál Estudantes - PISA), ne'ebé serve nu'udar baze ba reforsu ba kualidade iha nível ensinu ida ne'e, no sai mos nu'udar mekanizmu hodi sukat progresu ne'ebé iha;
- Haree hikas fali Kurrikulu Nasionál ba Ensinu Sekundáriu Jerál, atu promove adaptasaun ne'ebé di'ak-liu ba padroens rejionais no internasionais ba ensinu, no asegura adkire

aquisição de competências práticas e de laboratório, e culturais, artísticas, desportivas, habilidades para a vida e competências transversais de empreendedorismo;

- Rever o Currículo Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional, para promover uma melhor adequação às necessidades do mercado tais como a agricultura, a indústria, a mecânica, eletrónica, a construção civil e a prestação de serviços, vocacionados para as artes, empresas, turismo e restauração, e com foco no desenvolvimento das áreas rurais;
- Assegurar o acesso dos professores a materiais pedagógicos capazes de apoiar a implementação do currículo;
- Garantir que 100% dos professores do Ensino Secundário Geral tenham a qualificação mínima exigida por lei, através da continuação da formação contínua de professores nos currículos e programas de orientação pedagógicas e utilização da língua portuguesa, como meio de ensino;
- Utilizar a informática e tecnologias de comunicação, como instrumento para promover o ensino moderno e de qualidade;
- Implementar um programa de aconselhamento profissional, para apoiar a escolha dos alunos aos cursos no Ensino Superior;
- Promover vigorosas parcerias com entidades relevantes, como ainda o setor privado, para garantir um Ensino Secundário acessível e de qualidade, incluindo o apoio financeiro e realização de estágios aos alunos, ajustados às necessidades do mercado;
- Definir e implementar programas de excelência, através de um processo de partilha dos padrões-modelo, para potencializar um acesso às práticas de qualidade aos estabelecimentos escolares públicos mais carecidos;
- Melhorar a gestão de Escolas Técnicas Agrícolas (ETA) existentes no país (Lautém, Manatuto, Bobonaro e Oe-Cusse Ambeno).

2.1.4. Ensino recorrente

- Usar metodologias atrativas e flexíveis, de forma a aumentar a taxa de aprovação e graduação de programas do Ensino Recorrente;
- Avaliar e reforçar os Centros Comunitários de Aprendizagem, promovendo, essencialmente, que estes tenham, na sua base, a participação efetiva da sociedade civil e comunidade local, maximizando o seu uso para diversas atividades educativas no seio da comunidade;
- Fortalecer a qualidade do Ensino Recorrente, através do acesso a materiais didáticos com conteúdos concretos e de fácil compreensão;
- Expandir o programa de equivalência até ao Ensino Secundário, com base num estudo de viabilidade;

(ka hetan) kompeténsias prátikas no ba laboratóriu, kompeténsias kulturais, artistikas no desportivas, habilidades ba moris no kompeténsias transversais ba empreendedorismu;

- Haree hikas fali Kurríkulu Nasionál ba Ensinu Sekundáriu Tékniku-Vokasionál, atu promove ajustamentu di'ak-liu ba nesesidades husi merkadu, hanesan: agrikultura, indústria, mekánika, eletrónika, konstrusaun sivíl, no prestasaun servisus ne'ebé vokasionadus (ka, iha tendénsia) ba artes, empresas, turizmu no restaurasaun, ho foku ba dezenvolvimentu iha áreas rurais;
- Asegura asesu professores nian ba materiais pedagójikus, ne'ebé bele apoia implementasaun ba kurríkulu;
- Garante katak 100% husi professores, iha Ensinu Sekundáriu Jerál, iha kualifikasaun minima ne'ebé lei exije, liuhusi formasaun kontínua ba professores iha kurríkulus no iha programas orientasaun pedagojika nian;
- Uza informátika no teknolojias komunikasaun, hanesan instrumentu atu promove ensinu ida ne'ebé modernu no ho kualidade;
- Implementa programa akonsellamentu profisionál ida, hodi apoia alunus atu hili kursus ne'ebé sira hakarak hasai, iha Ensinu Superiór;
- Promove parcerias fortes ho entidades relevantes, inklui setór privadu, atu garante Ensinu Sekundáriu ne'ebé asesível no ho kualidade, inklui apoiu finanseiru no realizasaun estájius ba alunus, ne'ebé ajusta ho nesesidades merkadu nian;
- Defini no implementa programas de exelénsia, liuhusi prosesu partilla kona-ba padroens-modelu, atu potensializa asesu ba prátikas ne'ebé ho kualidade, ba estabelesimentus eskolares públikus ne'ebé presiza liu;
- Hadi'a jestaun Eskola Téknika Agríkola (ETA) ne'ebé eziste iha nasaun ne'e, (Lautein, Manatutu, Bobonaru no Oekusi Ambenu).

2.1.4. Ensinu Rekorrente

- Uza metodolojias atrativas no flexíveis, hodi aumenta taxa de aprovasaun no graduasaun ba programas Ensinu Rekorrente nian;
- Avalia no reforsa Sentrus Komunitárius ba Aprendizajen, hodi promove liuliu katak Sentrus ne'e hetan partisipasaun, ne'ebé efetiva, husi sosiedade sivíl no komunidade lokál, atu maximiza utilizasaun Sentrus ne'e ba atividades edukativas oioin iha komunidades nia let;
- Haforsa kualidade Ensinu Rekorrente, liuhusi asesu ba materiais didátikus ho konteúdus ne'ebé konkretus no fásil atu kompriende.
- Habelar Programa Ekivalénsia nian to'o Ensinu Sekundáriu, bazeia ba estudu viabilidade ida.

- Desenhar modalidades de ensino recorrente que incentivem a igualdade de género, como a combinação de oportunidades de ensino recorrente com programas pré-escolares.

2.1.5. Reforço da Coesão Social através da Educação

- Promover a integração de modificações físicas necessárias, em todas as novas instalações das escolas públicas;
- Implementar um sistema educativo de reforço, acompanhado de formação aprofundada para os Professores, conjuntamente com um programa de apoio específico às Escolas Públicas e Privadas que proporcionam um serviço educativo especializado aos alunos com necessidades educativas especiais, permitindo-as servir melhor a população;
- Realizar rastreios anuais à visão e à audição de todos os alunos, a fim de detetar problemas que possam ser resolvidos através de uma intervenção precoce;
- Estabelecer uma equipa especializada para apoiar a avaliação de deficiências físicas, cognitivas e psicológicas, e para apoiar os professores a responder melhor aos alunos com necessidades educativas especiais;
- Estabelecer um modelo abrangente de educação inclusiva para apoiar os alunos com necessidades especiais a nível municipal;
- Assegurar que todos os alunos com necessidades especiais tenham a oportunidade de ser avaliados, nomeadamente através do exame nacional, utilizando as modificações e/ou adaptações necessárias a cada aluno;
- Oferecer oportunidades de formação avançada em educação especial;
- Iniciar um programa de para-profissionais para que os alunos com dificuldades de aprendizagem possam receber um apoio mais concentrado na sala de aula;
- Assegurar o reforço institucional e técnico dos Centros de Recursos da Educação Inclusiva, a partir de uma análise rigorosa das necessidades;
- Promover uma alimentação nutritiva dos alunos, incluindo a melhoria da implementação do programa de Merenda Escolar, fortalecendo a sua gestão e eficácia, através de mecanismos de coordenação interministerial;
- Estabelecer ligações com o Programa Saúde na Família e com outros programas relevantes, de forma a coordenar o apoio em relação à saúde física e mental das crianças, na escola e no lar, incluindo aqueles que possuam problemas psicológicos, traumas e outros problemas de saúde;
- Reforçar a coordenação com o programa Bolsa da Mãe, proporcionando também o acesso a bolsas de estudo aos alunos com necessidades educativas especiais;
- Promover medidas de apoio para as crianças, que não

· Dezeña modalidade hosi ensinu rekorrente ne'ebé insentiva igualdade jéneru, hanesan kombinasaun ba oportunidade ensinu rekorrente ho programa pré-eskolár sira.

2.1.5. Reforsu ba Koezaun Sosiál liuhusi Edukasaun

· Promove integrasaun ba modifikasoens físikas ne'ebé nesesárias, iha instalasoens hotu-hotu ne'ebé foun ba Eskolas Públikas;

· Implementa sistema edukativu ida nu'udar reforsu, ho formasaun kle'an liu ba professores, hamutuk ho programa ba apoiu espesífiku iha eskolas públikas no privadas, ne'ebé oferese servisu edukativu espesializadu ida ba alunus ne'ebé ho necessidade edukativa espesializada, ba alunus ne'ebé iha nesesidades edukativas espesiais, hodi permite katak eskolas ne'e bele servi populasaun di'ak liután;

· Tinan-tinan halo rastreiu (buka-hatene) vizaun no audisaun hosi alunu hotu-hotu, atu bele deteta problema sira ne'ebé bele rezolve liuhosi intervensaun *precoce* (molok to'o nia tempu) ida;

· Garante katak alunu hotu-hotu ho nesesidade espesiál iha oportunidade hodi hetan avaliasaun, liuliu liuhosi ezame nasionál, hodi utiliza modifikasaun no/ka adaptasaun nesesária sira ba alunu ida-idak;

· Oferese oportunidade ba formasaun avansada iha edukasaun espesiál;

· Hahú programa ida ho "para-profisionál sira" atu alunu sira ne'ebé ho difikuldade aprendizajen bele hetan apoiu ida ne'ebé konsentradu liu iha aula;

· Assegura reforsu institusionál no tékniku ba Sentrus Rekursus ba Edukasaun Inkluziva, liuhusi análize rigoroza kona-ba nesesidades;

· Promove alimentasaun ne'ebé nutritiva ba alunus, inklui hadia implementasaun programa Merenda Eskolár, hodi haforsa nia jestaun no efikásia, liuhusi mekanizmus koordenasaun interministeriál;

· Estabelese ligasaun ho Programa Saúde iha Família no ho programas relevantes seluk, hodi koordena apoiu ligadu ba saúde fízika no mentál labarik sira, iha eskola ka iha lar (uma mahon), inklui sira ne'ebé iha problema psikolójiku, trauma no problemas saúde seluk-tan;

· Reforsa koordenasaun ho programa "Bolsa da Mãe", hodi oferese mos asesu ba bolsas estudu ba alunus, ho nesesidades edukativas espesiais;

· Kontinua reforsa kualidade de Ensino iha Institutos no Universidades, públikus no privadus;

· Promove medidas apoiu ba labarik sira ne'ebé laiha

possuem conhecimento de uma das línguas oficiais quando da integração no sistema educativo, através da continuação do programa piloto EMBLI até ao fim do 6.º ano escolar, assegurando o reforço da formação específica sobre o uso da primeira língua, como ponte para a aprendizagem das línguas oficiais;

- Desenvolver um programa de atividades recreativas e de animação e outras inovações, para promover o conhecimento das duas línguas oficiais para crianças de mais tenra idade;
- Elaborar e implementar um programa específico para assegurar que as mães adolescentes continuem a ter acesso à educação em condições de igualdade;
- Desenvolver um programa que encoraje as pessoas com deficiências a participarem em atividades profissionais de grande relevância para o desenvolvimento nacional, incluindo como professores;
- Iniciar a implementação de um programa de transporte escolar, com o uso de métodos adequados para a realidade nacional, e a participação ativa da comunidade educativa;
- Aumentar a percentagem de mulheres professoras e em cargos de direção e chefia em entidades relevantes no setor da educação para, no mínimo, 15%.

2.1.6. Gestão e Qualidade do Ensino

- Promover um sistema rigoroso para a Avaliação do Ensino e Gestão e Acreditação das Escolas, e implementar programas de capacitação capazes de colmatar as fraquezas identificadas;
- Promover o fortalecimento dos mecanismos de controlo do número de horas de ensino formal de cada aluno;
- Fortalecer o sistema de recursos humanos, nos estabelecimentos de Educação e Ensino, com base no mérito, profissionalismo e competência, bem como proporcionar incentivo, formação e capacitação, e implementar uma avaliação de desempenho com base em meios qualitativos e progressão nas carreiras, capazes de assegurar a valorização da profissão;
- Implementar medidas capazes de adequar a qualificação dos professores com a função a ser desempenhada, e assegurar que estes sejam colocados de acordo com a real necessidade;
- Assegurar que todo o processo de planeamento, de financiamento e de aprovisionamento seja de qualidade, e implementar passos para monitorizar a sua efetividade, utilizando os dados da educação e dados populacionais como uma ferramenta fundamental de planeamento, monitorização e avaliação;
- Modernizar os diversos níveis de Ensino, através da utilização de tecnologias da informática na administração e gestão escolar e no sistema informático de gestão escolar;

koñesimentu lian ofisiál ida, bainhira sira integra ba sistema edukativu, liuhusi kontinuasaun programa-pilotu EMBLI to'o 6.º ano eskolár remata, hodi asegura reforsu ba formasaun espesifika kona-ba uza primeira língua hanesan ponte aprendizajen ba lian ofisiál sira;

- Dezenvolve programa atividades rekreativas no programas animasaun nian no inovasoens seluk-tan, hodi promove koñesimentu lian ofisiál ba labarik sira ne'ebé ho idade ki'ik;
- Elabora no implementa programa espesífiku ida, atu asegura inan-foin-sa'e sira kontinua hetan asesu ba edukasaun, iha kondisoens hanesan ema seluk;
- Dezenvolve programa ida ne'ebé enkoraja ema ho defisiénsia atu sira partisipa iha atividades profissionais, ne'ebé iha relevánsia boot ba dezenvolvimentu nasionál, inklui mos hanesan professores;
- Hahú implementa programa transporte eskolár, ho métodus ne'ebé adekuadus ba realidade nasionál no partisipasaun ativa husi komunidade edukativa;
- Aumenta persentajen professoras no feto iha kargus diresaun no xefia, iha entidades relevantes ba setór edukasaun, to'o minimu 15%.

2.1.6. Jestaun no Kualidade Ensinu

- Promove sistema ida rigorozu ba Avaliasaun do Ensinu no Jestaun no Akreditasaun ba Eskolas no implementa programas de kapasitasaun hodi bele halakon frakezas ne'ebé identifika ona;
- Promove no haforsa mekanizmu kontrolu ba númeru oras ensinu formál ba alunu ida-idak;
- Haforsa sistema rekursus umanus, iha estabelesimentus edukasaun no ensinu, ne'ebé bazeia ba méritu, profisionalizmu no kompeténsia, nune'e mós oferese insentivu, formasaun no kapasitasaun, no mós implementa avaliasaun ba dezenpeñu ho baze ba kualidade no progresaun iha karreira, hodi bele asegura valorizasaun iha profisaun ne'e;
- Implementa medidas ne'ebé bele adekua professores nia kualifikasaun ho sira-nia funsaun ne'ebé atu hala'o, no asegura katak sira kolokadus tuir nesesidade real;
- Asegura katak prosesu tomak ba planeamentu, nia finansiamentu no nia aprovizionamentu iha kualidade, no implementa asoens atu monitoriza nia efetividade, hodi utiliza dadus Edukasaun nian no dadus kona-ba populasaun, hanesan ferramenta baze ba planeamentu, monitorizasaun no avaliasaun;
- Moderniza níveis de Ensinu ne'ebé iha, liuhusi utilizasaun teknolojia informátika iha administrasaun no jestaun eskolár no iha sistema informátiku ba jestaun eskolár;

- Fortalecer as capacidades dos Serviços Municipais, incluindo através de uma efetiva coordenação com o processo de descentralização administrativa e a formação em gestão e administração e em outras áreas necessárias;
- Assegurar uma gestão escolar eficiente, através da definição e implementação de regulamentos relativos à disciplina dos professores e alunos e de financiamento escolar;
- Melhorar a relação das escolas com os pais, incluindo a promoção de associação de pais e a realização de campanhas de sensibilização para o envolvimento dos pais, na educação das crianças;
- Implementar programas de enriquecimento pessoal dos alunos, nomeadamente através de atividades desportivas, escuteiras, cívicas, artísticas e culturais;
- Reestruturar o INFORDEPE para que este possa proporcionar um desenvolvimento profissional progressivo e de qualidade dos recursos humanos da educação e assegurar uma formação mais efetiva aos gestores e professores;
- Continuar a apoiar a Comissão Nacional da UNESCO na missão de apoiar o desenvolvimento do sector da educação, da ciência e da cultura em Timor-Leste;
- Preparar professores, de acordo com áreas de especialização relevantes, assegurando a colocação efetiva destes antes do início do ano letivo;
- Promover a qualidade e relevância do Instituto Nacional da Linguística, sendo ainda assegurado mais recursos para o fortalecimento da língua oficial Tétum e de outras línguas nacionais.

2.1.7. Ensino Superior

- Reforçar a qualidade de ensino nos Institutos e Universidades, públicos e privados;
- Criar uma Comissão coordenadora das Universidades e Institutos Superiores, para estudar uma estratégia coletiva na definição de uma melhor assistência por parte do Estado e na implementação do objetivo de elevar a qualidade do Ensino;
- Assegurar um sistema de Ensino Superior abrangente e ampliado, regulado por rigorosos padrões de qualidade e que responda às necessidades do País e respeite o Sistema Nacional de Qualificações de Timor-Leste;
- Reforçar a capacidade da Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA), para promover a avaliação de qualidade e a acreditação dos estabelecimentos do Ensino Superior;
- Continuar a reforçar o programa de Bolsas de Estudo, através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), assegurando que este dê resposta às áreas estratégicas para o desenvolvimento do País, identificadas através do mapeamento dos recursos humanos elaborado pelo FDCH, e garanta o acesso com base no mérito e em programas específicos de apoio social;

- Haforsa kapasidade servisus munisipais nian, inklui mos liuhusi koordenasaun efetiva ho prosesu desentralizasaun administrativa, formasaun ba jestaun no administrasaun no iha áreas seluk;
- Asegura jestaun eskolár efisiente, liuhusi definisaun no implementasaun regulamentus kona-ba disiplina professores no alunus nian, no ba finansiamentu eskolár;
- Hadi'a relasaun eskolas ho inan-aman sira, inklui promosaun ba asosiasaun inan-aman nian no realizasaun kampañas sensibilizasaun ba envolvimentu inan-aman sira, iha edukasaun labarik sira-nian;
- Implementa programas ne'ebé hariku alunus, liuliu atividades desportivas, eskuteirus, atividades sívika, artístika no kulturál;
- Reestrutura INFORDEPE atu bele oferese dezenvolvimentu profisionál progresivu no ho kualidade ba rekursus umanus iha edukasaun no asegura formasaun ne'ebé efetiva liu ba Jestores no professores;
- Prepara professores, tuir áreas relevantes ba espesializasaun, hodi asegura kolokasaun ne'ebé efetivu antes hahú anu letivu;
- Promove kualidade no relevánsia iha Institutu Nasionál Linguístika nian, no asegura tan rekursus hodi fortalese lian ofisiál Tetun no lian nasionál seluk.

2.1.7. Ensinu Superiór

- Reforsa kualidade ensinu iha Institutu no Universidade, públiku no privadu sira;
- Kria Komisaun koordenadora ida ba Universidade no Institutu Superiór sira, hodi estuda estratéjia koletiva ida hodi define asisténsia ida ne'ebé di'ak liu hosi parte Estadu nian no hodi implementa objetivu ba hasa'e kualidade Ensinu;
- Asegura sistema Ensinu Superiór ida ne'ebé abranjente no luan, regula hosi padraun kualidade ne'ebé rigorozu no ne'ebé hatán ba nesesidade País ne'e nian no respeita Sistema Nasionál Kualifikasaun nian iha Timor-Leste;
- Reforsa kapasidade Ajénsia Nasionál ba Avaliasaun no Akreditasaun Akademika (ANAAA), hodi promove avaliasaun ho kualidade no akreditasaun ba estabelesimentus Ensinu Superiór nian;
- Kontinua no reforsa programa bolsas-de-estudu, liuhusi Fundu Dezenvolvimentu Kapitál Umanu (FDCH), hodi asegura katak sei fó resposta ba áreas estratéjikas iha dezenvolvimentu País nian, ne'ebé identifika liuhosi mapeamentu rekursus umanus ne'ebé elabora hosi FDCH, no garante asesu ho baze iha méritu no iha programas espesifikus ba apoiu sosiál sira;

- Continuar a reforçar a qualidade do ensino na Universidade Nacional Timor Lorosa'e, incluindo a criação de novos cursos ajustados às necessidades do desenvolvimento socioeconómico do País, a melhoria das condições de infraestruturas e equipamentos, e o reforço da formação de novos professores para os vários níveis de ensino;

- Expandir o Ensino Superior Técnico, em áreas estratégicas para a economia nacional, criando o Instituto Superior Politécnico de Turismo, Hotelaria e de Agências e Guias de Turismo de Lospalos, o Instituto Superior Politécnico de Engenharia, no Suai e a Academia de Pescas e Estudos Marinhos, de Manatuto, e da melhoria das condições de infraestruturas e de gestão e de ensino no Instituto Politécnico de Betano, nomeadamente apetrechando esta instituição com os equipamentos adequados ao ensino superior técnico;

- Diversificar a oferta formativa e reorientar as áreas, os cursos, os graus, os níveis e a natureza da formação superior, nomeadamente na área do Ensino Superior Técnico;

- Fortalecer o Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia de forma a desenvolver e criar conhecimento científico com impacto relevante na dinâmica social, económica e cultural do país, disponibilizado num Repositório Nacional Digital;

- Implementar programas capazes de fomentar um amplo acesso a materiais académicos aos estudantes e docentes, através de bibliotecas físicas e digitais;

- Promover a ligação entre as instituições de ensino superior acreditadas, públicas e privadas, com as empresas nacionais qualificadas com o objetivo de assegurar o alinhamento entre a oferta educativa e as necessidades;

- Assegurar a implementação de uma Política de Gestão e Organização do Ensino Superior, que estabeleça diretrizes sobre a diversificação da oferta educativa, o cumprimento do currículo de Padrão Mínimo e das línguas oficiais e ainda que promova a identidade, o patriotismo e a coesão social da comunidade educativa;

- Promover a implementação da Carreira Docente Universitária em todas as instituições de ensino superior públicas e privadas;

- Promover o reforço do nível de competências linguísticas e científicas com que os estudantes acedem ao ensino superior, instituindo nas Instituições de Ensino Superior um programa preparatório para o reforço e aquisição de competências (Ano Zero);

- Proceder à aprovação e/ou atualização de legislação estruturante e específica do Ensino Superior, por forma a reforçar o funcionamento do setor e elevar a qualidade do Ensino, promover a equidade de acesso e a igualdade de género;

- Garantir a utilização das línguas oficiais como línguas

- Kontinua reforsa kualidade ensinu iha Universidade Nasionál Timor Lorosa'e, inklui kriasaun kursus foun, ne'ebé ajustadus ba nesesidade dezenvolvimentu sosioekonomiku País nian, hodi hadi'a kondisaun infraestruturas no ekipamentu sira, formasaun ba profesór sira iha nivel oioin ensinu nian;

- Habelar Ensinu Tékniku Superiór, iha áreas estratéjikas ba ekonomia nasionál, hodi kria Instituto Superiór Politékniku ba Turizmu no Ajénsia no Gia Turizmu iha Lospalos, Institutu Superiór Politékniku ba Enjenãria, iha Suai no Akademia Peskas no Estudus Mariños iha Manatuto, no hadi'a kondisaun infraestruturas, jestaun no ba ensinu iha Instituto Politékniku Betano, liuliu kompleta instituisaun ida-ne'e ho ekipamentu sira ne'ebé adekuadu ba ensinu superiór tékniku;

- Haforsa Institutu Nasionál ba Siénsias no Teknolojia hodi desenvolve no kria koñesimentu sientífiku ho impaktu relevante iha dinámika sosiál, ekonómika no kulturál país nian, ne'ebé atu disponibiliza iha Repozitóriu Nasionál Dijitál ida;

- Implementa programas ne'ebé bele favorese asesu ida boot (ka luan) ba materiais akadémikus ba Dosentes no Estudantes, liuhusi bibliotekas fizikas no dijitais;

- Promove ligasaun entre Instituisoens Ensino Superiór akreditadas, públikas no privadas, ho emprezas nasionais kualifikadas, ho objetivu atu asegura aliñamentu entre oferta edukativa no nesesidades ba merkadu de traballu;

- Asegura implementasaun ba Polítika de Jestaun no Organizasaun do Ensino Superiór, ne'ebé estabelese diretrizes kona-ba diversifikasaun ba oferta edukativa, hodi kumpre kurríkulu ba Padraun Mínimu no ba línguas ofisiais ne'ebé promove identidade, patriotizmu no koezaun sosiál iha komunidade edukativa nia laran;

- Promove implementasaun ba Karreira Dosentes Universitários iha instituisaun ensinu superiór públika no privada hotu-hotu;

- Promove reforsu iha nivel kompeténsia linguístika no sientífika ho nune'e estudante sira hetan sesu ba ensinu superiór, hodi harii programa preparatóriu ida iha Instituisaun Ensinu Superiór hodi reforsa no hetan kompeténsia (*Ano Zero*);

- Halo aprovasaun no/ka atualizasaun ba lejizlasaun estruturante no espesífika Ensinu Superiór nian, hodi reforsa funsionamentu setór no hasae kualidade Ensinu ne'e nian, promove igualdade asesu no igualdade jéneru;

- Garante utilizasaun ba língua ofisiál sira hanesan língua

exclusivas na formação e ensino em todas as Instituições de Ensino Superior, conforme estabelecido na Lei de Bases da Educação;

- Criar mecanismos e procedimentos que garantam o mapeamento, a monitorização, inspeção e o acompanhamento regular de todas as instituições do Ensino Superior, com o objetivo de assegurar a qualidade de ensino;

- Desenvolver um programa de capacitação para o Ensino Superior, a fim de elevar a qualidade institucional dos serviços académicos e de apoio administrativo;

- Promover a cooperação na área do Ensino Superior, devidamente regulamentada e enquadrada com as prioridades de Timor-Leste, com Instituições de Ensino Superior estrangeiras acreditadas;

- Aprovar e implementar um programa de combate ao plágio académico nas instituições de ensino superior públicas e privadas;

- Desenvolver parcerias com países integrados na ASEAN e CPLP de forma a fomentar a troca de experiências e a mobilidade de estudantes e docentes e outras atividades académicas;

- Desenvolver uma rede de residências universitárias;

- Estabelecer parcerias com parceiros nacionais e internacionais, para o desenvolvimento de programas, conteúdos, currículos, formação e disponibilização de Professores e Técnicos Especialistas;

- Promover a investigação, salvaguarda e divulgação na área do património cultural (incluindo estudos antropológicos, arqueológicos, etnológicos, linguísticos e sociológicos).

2.1.8. Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) foi criado em 2011, com a missão de contribuir para o desenvolvimento de recursos humanos nacionais, em várias áreas estratégicas de desenvolvimento, através do financiamento de programas e projetos plurianuais de formação, destinados a aumentar a capacidade dos profissionais timorenses. Este fundo inclui programas de formação profissional, focados sobretudo nos jovens, formação profissional técnica para os funcionários públicos, bem como jovens professores, Forças da Polícia e Defesa e programas de bolsas de estudo para os funcionários do Estado e público em geral, com o objetivo de estes adquirirem um grau académico inicial ou avançado.

O Governo irá continuar a:

- Investir no FDCH para, de forma coordenada e estratégica, providenciar educação e formação profissional alargada, incluindo para pessoas com necessidades especiais;

- Monitorizar e avaliar os programas do FDCH;

eskluziva ba formasaun no ensinu iha Instituisaun Ensinu Superiór hotu-hotu, tuir hatuur ona iha Lei Baze Edukasaun;

- Kria mekanizmus no prosedimentus ne'ebé garante mapeamentu, monitorizasaun, inspesaun no akompañamentu regulár ba instituisoens do Ensino Superiór, ho objetivu atu asegura kualidade ensinu;

- Dezenvolve programa kapasitasaun ida iha Ensinu Superiór, hodi hasae kualidade institusionál ba servisu akadémiku sira no apoiu administrativu;

- Promove kooperasaun iha área Ensinu Superiór, ne'ebé sei regula no enkuadra ho prioridades ba Timor-Leste, ho Instituisoens estranjeiras de Ensinu Superiór, ne'ebé akreditadas;

- Aprova no implementa programa kombate ba plájiu akadémiku iha instituisoens Ensinu Superiór, públikas no privadas;

- Dezenvolve parserias ho paízes, ne'ebé integra iha ASEAN no CPLP, atu fomenta troka experiénsias no mobilidade ba estudantes no dosentes no mós atividades akadémikas selu-seluk;

- Dezenvolve rede ida ba rezidénsia universitária;

- Estabelese parseria ho parseiru nasionál no internasionál sira, hodi dezenvolve programa, konteúdu, kurríkulu, formasaun no disponibilizasaun ba profesór no Tékniku Espesialista sira;

- Promove investigasaun, salvaguarda no divulgasaun iha área patrimóniu kulturál nian (inklui estudu antropolójiku, arkeolójiku, etnolójiku, linguístiku no sosiolójiku);

2.1.8. Fundu Dezenvolvimentu Kapitál Umanu

Fundu Dezenvolvimentu Kapitál Umanu, ne'ebé estabelese iha tinan 2011, ho misaun atu kontribui ba dezenvolvimentu rekursus umanus nasionais, iha áreas estratéjikas dezenvolvimentu, liuhusi finansiamentu ba programas no projetus formasaun plurianuais, ne'ebé destinadu atu aumenta kapasidade ba profissionais timoroan. Fundu ida ne'e inklui programas ba formasaun profisionál, ne'ebé foka liu ba jovens, formasaun profisionál téknika ba funsionárius públikus, nune'e mós ba professores foin-sa'e, forsas Polísia no Defesa nian no programas bolsas-de-estudu ba funsionárius Estadu-nian no públiku ein jerál, ho objetivu atu sira hetan grau akadémiku inisiál ka avansadu ida.

Governu sei kontinua:

- Investe iha FDCH atu, ho forma koordenada no estratéjika, fornese edukasaun no formasaun profisionál ida ne'ebé alargada, inklui ba ema sira ne'ebé ho nesesidade espesiál;

- Monitoriza no avalia programas FDCH nian;

- Analisar e mapear os recursos humanos do setor público de Timor-Leste;
- Produzir e divulgar guiões de bolsas de estudo e acesso à formação;
- Melhorar os regulamentos e os manuais de recursos humanos para os funcionários do FDCH;
- Duplicar o número de bolsas de estudo a serem atribuídas, por mérito e em termos de necessidades nacionais.

2.2. Saúde

Todos os cidadãos têm direito à saúde e à assistência médica e sanitária e o dever de o defender e promover. Segundo a Constituição da República, o Estado deve promover a criação de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e, sempre que possível, gratuito.

O Governo irá continuar a implementar a Política Nacional de Saúde e o Plano Estratégico Nacional do Setor da Saúde 2011-2030 (PENSS 2011-2030), mantendo a visão de ter um "Timor-Leste saudável", onde todos os timorenses possam ter acesso à saúde e onde esta é tida como um fator de desenvolvimento global de luta contra a pobreza.

As iniciativas do Governo para o setor da Saúde continuarão a ser orientadas pela maximização dos esforços no sentido de garantir uma melhor prestação de serviços do setor da saúde, bem como generalizar o acesso aos cuidados de saúde de qualidade, aferindo constantemente sobre a eficiência, transparência e profissionalismo na gestão dos recursos financeiros, humanos, materiais e logísticos, das infraestruturas e dos equipamentos.

Para tal, irá ser fortalecido o Sistema Nacional de Saúde, representado por um conjunto de elementos interdependentes que contribuem para a saúde e o bem-estar nas famílias, nos estabelecimentos de ensino, nos locais de trabalho e locais públicos e juntos das comunidades, através da capacitação das instituições que prestam cuidados de saúde, dos profissionais de saúde, dos sistemas de fornecimento e distribuição de medicamentos e dos sistemas de emergência médica.

2.2.1. Objetivos gerais

Os objetivos gerais para a área da Saúde são:

i. Melhorar a prestação de cuidados de saúde em todo o país, com especial atenção para as áreas remotas e as camadas da população mais desfavorecidas, seguindo os princípios da inclusão, equidade, eficiência e qualidade;

ii. Melhorar os sistemas de financiamento e a gestão dos recursos financeiros, humanos, logísticos, materiais e equipamentos e das infraestruturas do setor da Saúde;

iii. Continuar a desenvolver esforços no sentido da descentralização dos Serviços da Saúde, melhorando a coordenação com o Ministério da Administração Estatal e instituições relevantes;

- Analiza no halo mapeamentu kona-ba rekursus umanus iha setór públiku iha Timor Leste;
- Produz no divulga guiaun ba bolsas-de-estudu no asesu ba formasaun;
- Hadi'a regulamentus no manuais rekursus umanus nian, ba funsionárius FDCH nian;
- Duplika númeru bolsa estudu ne'ebé sei atribui, tuir méritu no nesesidade nasionál.

2.2. Saúde

Sidadaun hotu-hotu iha direitu ba saúde no asisténsia médika no sanitária no mós iha devér atu defende no promove saúde. Tuir Konstituisaun República, Estadu tenke promove kriasaun husi servisu nasionál saúde ida ne'ebé universál, jerál no, karik bele, gratuitu (ka la selu).

Governu sei kontinua implementa Polítika Nasionál Saúde nian ho Planu Estratéjiku Nasionál Setór Saúde 2011-2030 (PENSS 2011-2030), hodi mantein vizaun kona-ba "Timor-Leste ne'ebé saudavel", iha ne'ebé timoroan hotu-hotu bele iha asesu ba saúde no, iha ne'ebé, saúde sai hanesan fatór dezenvolvimentu globál, ba luta hasoru pobreza ka moris-kiak.

Inisiativa sira Governu nian kona-ba Setór Saúde sei kontinua orienta ba oinsá masimiza esforsu tomak, hodi garante prestasaun servisu ne'ebé di'ak liu, iha setór ida ne'e, no mós jeneraliza (ka habelar) asesu ba kuidadu saúde sira ho kualidade, no halo avaliasaun beibeik kona-ba efisiénsia, transparénsia ho profisionalizmu, iha jestaun rekursu finanseiru, umanu, materiál no lojístiku, infraestrutura ho ekipamentu sira.

Tanba ne'e, sei hametin Sistema Nasionál Saúde – ne'ebé reprezenta liuhusi elementu independente lubun ida ne'ebé sei kontribui ba saúde ho bein estár famílias hotu nian, nomos iha estabelesimentu ensinu sira, iha fatin servisu no iha fatin públiku no iha komunidade sira nia leet - liuhusi kapasitasaun ba instituisoens ne'ebé presta kuidadu sira Saúde nian, ba profisionál saúde, ba sistemas fornesimentu no distribuisaun medikamentu sira ho sistema sira emerjénsia médika nian.

2.2.1. Objetivu jerál sira

Objetivu jerál sira ba área Saúde, mak hanesan tuirmai:

i. Hadi'a prestasaun kuidadu Saúde sira iha País tomak, ho atensaun espesiál ba área remota sira no ba kamada populasaun ne'ebé dezfavoresida liu, haktuir prinsípiu sira hanesan inkluzaun, ekuidade, efisiénsia no kualidade;

ii. Hadi'a sistemas finansiamentu no jestaun husi rekursu finanseiru, umanu, lojístiku, materiál no ekipamentu ho infraestrutura sira setór Saúde nian;

iii. Kontinua dezenvolve esforsu sira kona-ba desentralizasaun Servisu Saúde sira, hodi hadi'a koordenasaun entre Ministériu Administrasaun Estatál no instituisoens ne'ebé relevante;

iv. Melhorar a coordenação intersectorial de todo o Governo, no sentido da concretização de um "Timor-Leste saudável", incluindo a melhoria da nutrição e das condições sanitárias, através de estratégias concertadas de melhoria da agricultura e autossuficiência alimentar, aumento da produção animal e melhoria do setor das pescas, bem como através da provisão de eletricidade, água potável e saneamento básico;

v. Rever e melhorar a estrutura do Sistema Nacional de Saúde, a sua organização, recursos e capacidade técnica para a melhoria da prestação de serviços integrados, em quantidade e qualidade suficiente, melhorando inclusivamente os sistemas de planeamento, monitorização, avaliação e recolha de indicadores;

vi. Continuar a investir na garantia de segurança e melhoria da qualidade de prestação dos serviços de saúde;

vii. Assegurar um melhor funcionamento do Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos da Saúde (SAMES, I.P) e do Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste, de forma a garantir a disponibilidade e distribuição dos medicamentos, reagentes e consumíveis médicos com eficiência, celeridade e qualidade;

viii. Assegurar um melhor funcionamento dos Serviços de Emergência e de transferência de pacientes;

ix. Estabelecer parcerias com a Sociedade Civil, Setor Privado e Parceiros de Desenvolvimento, por forma a desenvolver campanhas de sensibilização em todo o país que melhorem a saúde pública, nomeadamente através da prevenção e melhoria dos cuidados de saúde e promoção de hábitos saudáveis, na área da nutrição, imunização, saúde reprodutiva, saúde mental e saúde ambiental.

Para a prossecução destes objetivos, o Governo irá realizar as seguintes ações e procurar atingir as seguintes metas:

2.2.2. Prestação de Serviços de Saúde Primária

1. Garantir que todos os sucos, com uma população entre 1500 e 2000 pessoas, sobretudo localizados em áreas remotas, tenham acesso a um Posto de Saúde com um pacote abrangente de serviços;

2. Assegurar que os Centros de Saúde Comunitários, nos postos administrativos, garantem o atendimento, entre 5000 e 15000 pessoas, e têm a capacidade de gerir cerca de 4 Postos de Saúde das respetivas áreas geográficas;

3. Aumentar para 70% a taxa de mulheres grávidas, que recebem cuidados pré-natais, pelo menos, quatro vezes durante o período de gestação;

4. Aumentar para 80% a taxa de partos, assistidos por um profissional de saúde;

5. Aumentar a taxa de cobertura de cuidados pós-natais para 90% durante as primeiras duas semanas após o parto;

iv. Hadi'a koordenasaun intersetoriál Governu tomak nian, hodi konkretiza "Timor-Leste ida ne'ebé saudavel", inklui hadi'a nutrisaun ho kondisaun sanitária sira, liuhusi estratéjia sira ne'ebé konsertada, hodi hadi'a agrikultura no autosufisiénsia alimentár, aumentu iha produsaun animál no hadi'a liu tan setór peska, no mós liuhusi fornesimentu eletrisidade, bee mós no saneamentu báziku;

v. Revee no hadi'a estrutura Sistema Nasionál de Saúde, ninia organizasaun, rekursu sira ho kapasidade téknika atu hadi'a prestasaun servisu integradu sira, iha kuantidade no kualidade sufisiente, hodi hadi'a mos sistemas planeamentu, monitorizasaun, avaliasaun no rekolla (ka halibur) husi indikadór sira;

vi. Kontinua investe ba garantia seguransa no melloria kualidade prestasaun servisu saúde sira nian;

vii. Asegura funsionamentu ne'ebé di'ak liu ba Servisu Autónomu Medikamentus ho Ekipamentus Saúde (SAMES, I.P), no Institutu Nasionál Saúde Públika Timor-Leste nian atu bele garante disponibilidade no distribuisaun ai-moruk, reajente no konsumivel médiku sira (utensilio médiku sira) ho efisiénsia, lailais no ho kualidade;

viii. Asegura funsionamentu ne'ebé di'ak liu, husi Servisu Emerjénsia no transferénsia pasiente sira;

ix. Estabelese parserias ho Sosiedade Sivíl, Setór Privadu ho Parseiru Dezenvolvimentu sira, atu bele dezenvolve kampañas sensibilizasaun, iha País tomak, hodi hadi'a Saúde públika, liuliu liuhusi prevensaun no hadi'a kuidadu sira iha área nutrisaun, imunizasaun, saúde reprodutiva, saúde mentál no saúde ambientál.

Hodi alkansa objetivu hirak ne'e, Governu sei halo asoens no buka atinje meta sira hanesan tuirmai:

2.2.2. Prestasaun Servisu sira Saúde Primária nian

1. Garante katak suku sira hotu ne'ebé ho populasaun entre ema 1500 to'o 2000, liuliu ne'ebé hela iha área remota sira, bele iha asesu ba Postu de Saúde ida ho pakote servisu sira ne'ebé abranjente;

2. Asegura katak Sentru de Saúde Komunitáriu sira, iha Postu Administrativu sira, bele garante atendimentu ba ema entre 5000 to'o 15000 no iha kapasidade atu jere Postu Saúde 4 iha área jeográfika ida-idak nian;

3. Aumenta ba 70% taxa feto isin-rua ne'ebé simu kuidadu pré-natál sira, pelumenus dala-haat durante períodu isin-rua;

4. Aumenta ba 80%, taxa partu sira ne'ebé hetan asisténsia husi profisionál Saúde ida;

5. Aumenta taxa kobertura ba kuidadu sira pós-natál ba 90% durante semana rua dahuluk hafoin partu;

6. Continuar a promover a melhoria do estado nutricional da população, com especial incidência nos bebés e crianças, incluindo a prevenção e tratamento de carências nutricionais, bem como através de campanhas com vista à mudança do comportamento nutricional – é um objetivo que se pode reverter para a redução da taxa de desnutrição (malnutrição e obesidade), incluindo a percentagem de crianças que beneficiam de um acompanhamento e monitorização do crescimento;

7. Garantir 90% de imunização contra a poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e hepatite B;

8. Continuar a preparar e implementar o plano de prevenção às doenças cardíaca, reumática e febre reumática;

9. Reduzir o impacto e aumentar a consciencialização e prevenção sobre doenças tais como: o HIV-SIDA, a tuberculose, a asma, a malária, o dengue e a lepra;

10. Continuar a melhorar o acesso ao tratamento, relacionado com doenças do foro psicológico e mental;

11. Reforçar ações de promoção de saúde oral e melhorar os serviços odontológicos;

12. Reforçar ações de promoção de saúde ocular e melhorar os serviços oftalmológicos;

13. Reforçar ações de promoção de saúde com base em hábitos alimentares e melhorar a prestação de serviços para as doenças cardiovasculares, diabetes e hipertensão;

14. Promover campanhas de saúde geral com o envolvimento das famílias, comunidades e escolas, nomeadamente para a prevenção de doenças relacionadas com o consumo de drogas, tabaco, álcool, doenças sexualmente transmissíveis e outros comportamentos de risco perante doenças contagiosas.

2.2.3. Prestação de Serviços de Saúde Hospitalar

1. Continuar a planear, financiar e disponibilizar a prestação de cuidados cardíacos e paliativos no Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV);

2. Planear, financiar e disponibilizar a prestação de cuidados oncológicos e renais, bem como outros cuidados de saúde especializados no Hospital Nacional Guido Valadares;

3. Estabelecer os serviços de neurocirurgia;

4. Aumentar o número e a qualidade de médicos e técnicos especializados no Hospital Nacional Guido Valadares e Hospitais de Referência, tendo em consideração um pacote compreensivo de cuidados de saúde secundários e terciários de saúde;

5. Reforçar as condições e a disponibilidade do Hospital Nacional e dos Hospitais de Referência para que continuem a servir de centros de estágio para todos os profissionais de saúde, com qualidade acrescida;

6. Kontinua promove esforsu atu hadi'a estadu nutrisaun populasaun nian, ne'ebé foka liu ba bebé ho labarik sira, inklui prevensaun no tratamentu kona-ba falta nutrisaun, nomos liuhusi kampaña sira atu halo mudansa ba komportamentu kona-ba nutrisaun – ne'e nu'udar objetivu ne'ebé bele rezulta hodi reduz taxa deznutrisaun (malnutrisaun no obezidade), inklui persentajen labarik sira ne'ebé hetan akompañamentu no monitorizasaun ba sira-nia kreximentu;

7. Garante 90% imunizasaun hasoru poliomielite (ka moras polio), sarampu, tuberkuloze, difteria (ka moras respirasaun) no epatite B;

8. Kontinua prepara no implementa planu kona-ba prevensaun ba moras kardíaka (ka, fuan nian), reumátika (ka isin-sin) ho febre reumátika;

9. Reduz impaktu no aumenta konxiensializaun ho prevensaun kona-ba moras hanesan: HIV-SIDA, tuberkuloze, asma (ka dada-iis susar tanba alerjia), malária, dengue, lepra (ka rate);

10. Kontinua hadi'a asesu ba tratamentu ne'ebé relasiona ho moras iha foru (ka, kampu) psikolójiku no mental;

11. Reforsa asoens kona-ba promosaun saúde orál no hadi'a servisu odontolójiku sira (katak, kona-ba moras nehan);

12. Reforsa asoens promosaun saúde okulár no hadi'a servisu oftalmolójiku sira (katak, tratamentu moras matan);

13. Reforsa asoens kona-ba promosaun saúde ho baze iha ábitu alimentár sira no hadi'a prestasaun servisu sira ba moras kardiovaskulár (ka fuan nian), diabetes (ka mi-midar) ho ipertensaun;

14. Promove kampaña sira kona-ba saúde jerál ho envolvimentu husi família, komunidade no eskola sira, liuliu kona-ba prevensaun moras relasiona ho konsumu droga, tabaku, álkool, moras ne'ebé bele tranzmite liuhusi atividade seksuál ho komportamentu seluk-tan ho risku hodi hetan moras kontajioza (ka ne'ebé da'et).

2.2.3. Prestasaun de Servisu sira iha Saúde Ospitalár

1. Kontinua halo planu, finansia no hala'o prestasaun kuidadu kardíaku no paliativu sira iha Ospitál Nasionál Guido Valadares (HNGV);

2. Halo planu, finansia no hala'o prestasaun kuidadu onkolójiku sira (ka, kona-ba moras kankru) no renál (ka, kona-ba rins), no mós kuidadu saúde espesializadu sira seluk tan iha Ospitál Nasionál Guido Valadares;

3. Estabelese servisu sira ba neurosirurjía iha HNGV;

4. Aumenta númeru no kualidade ba Médiku no Tékniku espesializadu sira, iha HNGV no Ospitál Referénsia sira, haree ba pakote kompriensivu kuidadu saúde sekundáriu no tersiáriu sira;

5. Reforsa kondisoens no disponibilidade iha Ospitál Nasionál no iha Ospitál Referénsia sira, atu bele kontinua sai hanesan sentru estájiu sira, ho kualidade ne'ebé di'ak liu, ba profisionál saúde hotu-hotu;

6. Preparar um estudo detalhado para aferir as necessidades do País e as condições de financiamento, com vista a alcançar a meta de construção de um hospital em cada município até 2030;

7. Reduzir a transferência de pacientes para tratamento médico no estrangeiro, através de uma oferta de melhores serviços, equipamentos, meios de diagnóstico e médicos especializados no Hospital Nacional Guido Valadares;

8. Implementar políticas para descongestionar os hospitais, isto é "devolver" ou "contra referenciar" os doentes que requerem cuidados de saúde primários aos Centros de Saúde Comunitária;

9. Descentralizar as competências de administração e gestão financeira dos Hospitais de Referência, a fim de assegurar o fortalecimento institucional e uma melhor autonomia sobre a gestão dos recursos afetos a estes hospitais;

10. Reformar o Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste para melhorar o acesso e gestão dos serviços laboratoriais em todo o território;

11. Reformar o Banco de Sangue para uma melhor gestão dos sistemas de fornecimento de sangue e seus substitutos.

2.2.4. Infraestruturas no Setor da Saúde

1. Continuar a construir e reabilitar Postos de Saúde para alcançar a meta de um Posto de Saúde para cada suco e para cada localidade, com 1000 a 5000 habitantes;

2. Continuar a reabilitar e a aumentar a capacidade (equipamento, recursos humanos) dos Centros de Saúde Comunitária;

3. Garantir que, tanto os Postos de Saúde como os Centros de Saúde Comunitária, estão devidamente equipados e operacionais, incluindo expandir as instalações/edifícios do HNGV para acomodar especialidades adicionais e providenciar acomodação para os especialistas visitantes;

4. Expandir o número e a qualidade dos equipamentos médicos, incluindo o apoio e acesso às tecnologias da informação;

5. Garantir que 100% dos edifícios integrados no Serviço Nacional de Saúde têm acesso à eletricidade, água potável e saneamento básico;

6. Garantir que os profissionais de saúde a prestar funções fora da sua área de residência e, especialmente, em áreas remotas, tenham alojamento adequado;

7. Continuar a reabilitar e aumentar a capacidade técnica dos Hospitais de Referência para serem capazes de oferecer mais serviços especializados à população;

8. Continuar a aumentar os edifícios da repartição dos serviços centrais do Ministério da Saúde para acomodar decentemente o pessoal existente;

9. Criar um Hospital de Saúde Psiquiátrica.

6. Prepara estudu detalladu hodi avalia nesesidade sira País nian no kondisoens finansiamentu nian, atu bele alkansa meta atu hari Ospitál ida, iha kada munisípiu, to'o tinan 2030;

7. hamenus transferénsia pasiente sira ba tratamentu médiku iha estranjeiru, liuhusi oferta servisu sira, ekipamentu, meius diagnóstiku no médiku espesializadu sira ne'ebé di'ak liu, iha HNGV.

8. Implementa polítika atu deskonjestiona Ospitál sira ka hamenus númeru pasiente sira, liuhusi mekanizmu 'haruka fila fali' ka halo "kontra referénsia" husi pasiente ne'ebé presiza kuidadus saúde primárius ba Sentrus de Saúde Komunitáriu;

9. Desentraliza kompeténsia administrasaun no jestaun finanseira sira iha Ospitál Referénsia, hodi asegura fortalesimentu institusionál no autonomia di'ak ida konaba jestaun no rekursu sira ne'ebé afeta ba Ospitál sira ne'e;

10. Reforma Institutu Nasionál Saúde Públika Timor-Leste hodi hadi'a asesu no jestaun servisu laboratóriu nian iha territóriu tomak;

11. Reforma Banku Sangue nian, hodi jere di'ak liu sistema fornesimentu raan no troka raan.

2.2.4. Infraestruturas iha Setór de Saúde

1. Kontinua harii no reabilita Postu Saúde sira, hodi alkansa meta hanesan Postu de Saúde ida (1) ba suku ida-idak no ba lokalidade ida-idak ho abitante entre ema 1.000 to'o 5.000;

2. Kontinua reabilita no hasa'e kapasidade (ekipamentu sira, rekursus umanus) iha Sentru Saúde Komunitáriu sira;

3. Garante katak Postu Saúde no Sentru Saúde Komunitáriu sira bele hetan ekipamentu no funsiona ho di'ak, inklui aumenta instalasaun/edifísiu sira HNGV nian hodi simu espesialidade adisionál sira tan no garante akomodasaun ba espesialista sira ne'ebé mai vizita;

4. Expande númeru no kualidade hosi ekipamentu médiku sira, inklui fó apoiu no asesu ba teknolojias informasaun nian;

5. Garante katak 100% hosi edifísiu sira ne'ebé integra iha Servisu Nasionál de Saúde hetan asesu ba eletrisidade, bee moos no saneamentu báziku;

6. Garante katak profisionál Saúde ne'ebé hala'o servisu dook husi sira-nia área rezidénsia, liuliu iha área remota sira, sei iha alojamentu ne'ebé di'ak;

7. Kontinua reabilita no hasa'e kapasidade téknika iha Ospitál Referénsia sira, atu bele oferese servisu espesializadu sira seluk tan;

8. Kontinua aumenta edifísiu servisu sentrál sira iha Ministériu de Saúde, atu bele akomoda ho di'ak ema hirak ne'ebé iha.

9. Harii Ospitál Saúde Psikiátrika (ba moras mentál).

2.2.5. Gestão e Distribuição de Medicamentos e Equipamentos Médicos

1. Capacitar o Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos da Saúde (SAMES, I.P) para a melhor prestação de serviços e assegurar a eficiência no aprovisionamento e logística de produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, para o Serviço Nacional de Saúde;

2. Rever o sistema de gestão dos stocks de medicamentos e consumos médico, assegurando um stock de pelo menos de 20% das necessidades no armazém do SAMES e de 10% nas unidades de saúde;

3. Melhorar a provisão e distribuição de medicamentos e produtos associados em todo o Serviço Nacional de Saúde, primando pela celeridade, eficiência, transparência e qualidade dos serviços, através de uma melhor coordenação e comunicação entre o SAMES e as entidades relevantes;

4. Reformar o Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste para uma melhor gestão e controlo da qualidade das análises clínicas e dos sistemas de fornecimento de sangue;

5. Rever a regulamentação e fiscalização às farmácias e aos locais de venda não especializados de medicamentos;

6. Regular a prática do uso da medicina alternativa e complementar e promover a medicina tradicional timorense.

2.2.6. Emergências Médicas

1. Garantir a qualidade e eficiência dos serviços de emergência, desde a linha de atendimento, à celeridade da resposta com meios e profissionais adequados a cada caso de emergência, 24 horas por dia;

2. Assegurar a existência de uma frota suficiente e apropriada de transportes de emergência, nomeadamente ambulâncias e veículos multifuncionais, com capacidade para se deslocar em todo o País;

3. Reforçar a capacidade de evacuação médica urgente das áreas remotas e de difícil acesso por via viária através da utilização de meios aéreos.

2.2.7. Gestão e Administração do Setor da Saúde

1. Implementar o Plano Estratégico Nacional do Setor da Saúde 2011-2030;

2. Rever e melhorar a estrutura do Sistema Nacional de Saúde, incluindo a sua organização, recursos e capacidade técnica, melhorando a prestação de serviços integrados, e melhorando também os sistemas de planeamento, monitorização, avaliação e recolha de indicadores;

2.2.5. Jestaun no Distribuisaun hosi Medikamentu no Ekipamentu Médiku sira

1. Kapasita Servisu Autónomu Medikamentus no Ekipamentus de Saúde (SAMES, I.P), atu bele hala'o prestasaun servisu sira ne'ebé di'ak liu no asegura efisiénsia iha aprovizionamentu no lojístika ba produtu farmaséutiku sira no ba ekipamentu médiku sira ba Servisu Nasionál de Saúde;

2. Revee sistema jestaun husi stock ai-moruk no konsumu médiku nian, hodi garante stock ida ho, pelumenus 20% husi nesesidade sira iha armazén SAMES nian no pelumenus 10% iha Unidade Saúde sira;

3. Hadi'a provizaun no distribuisaun medikamentu ho produtu sira ne'ebé asosiadu (ka liga ba) iha Servisu Nasionál de Saúde tomak, hodi garante seleridade (ka, lalais), efisiénsia, transparénsia no kualidade servisu sira, liuhusi koordenasaun no komunikasaun ida ne'ebé di'ak liu entre SAMES ho entidade relevante sira;

4. Reforma Institutu Nasionál Saúde Públika Timor-Leste hodi hadi'a jestaun no kontrolu kualidade nian hosi análize klínika no sistema fornesimentu raan;

5. Revee regulamentasaun no fiskalizasaun ba Farmásia sira no ba fatin sira seluk ne'ebé la espesializadu atu fa'an medikamentu sira (ka ai-moruk);

6. Regula prátika sira hodi uza medisina alternativa no komplementár no promove medisina tradisionál timorense.

2.2.6. Emerjénsia Médika sira

1. Garante kualidade ho efisiénsia iha Servisu sira Emerjénsia nian, hahú husi liña atendimentu ba to'o seleridade resposta (resposta lalais) ho meiu no profisionál sira ne'ebé adekuadu ba kazu emerjénsia ida-idak, durante 24 oras loron ida (loron tomak);

2. Asegura ezisténsia husi frota transporte emerjénsia ida ne'ebé sufisiente no apropriada, liuliu ho ambulánsia ho veíkulu multifunsionál sira, ho kapasidade atu dezloka (ka la'o) iha país tomak;

3. Reforsa kapasidade evakuasaun médika urjente liuhusi meiu aéreu sira husi fatin sira ne'ebé dook tebes (área remota sira) no difisil atu hetan asesu husi rai.

2.2.7. Jestaun ho Administrasaun iha Setór de Saúde

1. Implementa Planu Estratéjiku Nasionál Setór Saúde 2011-2030;

2. Haree di'ak fali no hadi'a estrutura Sistema Nasionál de Saúde nian, inklui nia organizasaun, rekursus ho kapasidade téknika, hodi hadi'a prestasaun servisu sira integradus, no hadi'a mos sistemas planeamentu, monitorizasaun, avaliasaun no rekolla de indikadores;

3. Melhorar os sistemas de financiamento e de gestão dos recursos financeiros, logísticos, materiais e de equipamentos e de infraestruturas no Setor de Saúde;

4. Desenvolver e operacionalizar um plano de otimização dos recursos materiais e humanos, incluindo a formação, capacitação e avaliação do desempenho, na melhoria das condições de higiene e asseptização de todos os edifícios onde há prestação de serviços de saúde primária e hospitalar;

5. Implementar o levantamento das condições, para uma subsequente melhoria nas Unidades Sanitárias, nos edifícios onde há prestação de serviços de Saúde primária e hospitalar;

6. Continuar a desenvolver esforços para a descentralização dos serviços de Saúde, através de uma melhor coordenação com o Ministério de Administração Estatal e outras instituições relevantes;

7. Desenvolver e implementar padrões apropriados de saúde e de segurança de trabalho, em todas as instituições do Estado;

8. Implementar toda a regulamentação sobre a prestação de serviços, desde as unidades de saúde privadas, em conformidade com o sistema público de saúde;

9. Melhorar os Sistemas de Informação de Saúde, para colher as informações clínicas por cada utente, no único registo, para se permitir rápidas consultas assim como a prescrição eletrónica dos medicamentos e utilização de meios complementares de diagnóstico, com o objetivo de unificar o Registo de Saúde Eletrónico para todos os cidadãos.

2.2.8. Recursos Humanos da Saúde

1. Continuar a criar condições para que todos os Postos de Saúde sejam compostos por um médico, dois enfermeiros e duas parteiras;

2. Continuar a criar condições para que todas as aldeias, localizadas a mais de uma hora a pé de um Posto de Saúde, tenham acesso a um profissional de saúde competente;

3. Continuar a capacitar o Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste, com vista a garantir a qualidade do ensino, investigação e pesquisa em saúde, e melhorar a supervisão das Instituições de formação do setor;

4. Em parceria com as instituições de ensino superior e com o Ministério do Ensino Superior e Ciência, rever os currículos do ensino superior destinados à formação dos profissionais de saúde;

5. Implementar políticas para garantir a formação académica, qualificação profissional e formação contínua dos profissionais de saúde;

6. Continuar a investir na melhoria das competências

3. Hadi'a sistema finansiamentu ho jestaun kona-ba rekursu finanseiru, lojístiku, materiál ho ekipamentu no infraestrutura sira Setór Saúde nian;

4. Dezenvolve no operacionaliza planu ida ba otimizasaun rekursu materiál no umanu sira, inklui formasaun, kapasitasaun ho avaliasaun kona-ba dezempeñu, hodi hadi'a kondisoens ijiene no asetizasaun (ka esterilizasaun) hosi edifísiu hotu-hotu iha ne'ebé halo prestasaun servisu saúde primária no Ospitalár sira;

5. Implementa levantamentu kona-ba sira hodi hadi'a Unidades Sanitárias, iha edifísiu sira iha ne'ebé hala'o prestasaun servisu saúde primária no Ospitalár sira;

6. Kontinua dezenvolve esforsu sira kona-ba desentralizasaun servisu sira Saúde nian, liuhusi koordenasaun di'ak liután ho Ministériu Administrasaun Estatál no instituisaun relevante sira;

7. Dezenvolve no implementa padraun saúde sira ne'ebé apropriadu no seguransa iha servisu, iha instituisoens Estadu tomak nian;

8. Implementa regulamentasaun tomak kona-ba prestasaun servisu sira, husi unidade privada saúde nian sira, tuir Sistema Públiku de Saúde nian;

9. Hadi'a Sistema Informasaun Saúde sira nian, atu bele halibur informasaun klínika kona-ba utente ida-idak, iha rejistu ida de'it, hodi permite halo lailais konsulta no mós preskrisaun eletrónika ba medikamentu sira ho utilizasaun husi meiu komplementár diagnóstiku sira nian, ho objetivu halo hamutuk Rejistu Saúde Eletróniku ida de'it ba sidadaun hotu-hotu.

2.2.8. Rekursus Umanus Saúde nian

1. Kontinua kria kondisoens atu Postus de Saúde hotu-hotu bele iha médiku ida (1), enfermeirus rua no parteiras rua;

2. Kontinua kria kondisoens atu aldeias hotu-hotu, iha fatin sira ne'ebé la'o liu oras ida hodi to'o iha Postu Saúde, bele iha asesu ba profisionál Saúde ida ne'ebé kompetente;

3. Kontinua kapasita Institutu Nasionál Saúde Públika Timor-Leste, hodi garante kualidade de ensinu, investigasaun no peskiza iha saúde, no hadi'a supervizaun ba instituisoens formasaun iha setór ne'e;

4. Halo parseria ho instituisoens Ensinu Superiór no Ministériu do Ensinu Superiór no Siénsia, hare'e fali kurríkulus ba ensinu superiór ne'ebé destina ona ba formasaun profisionais de saúde;

5. Implementa políticas atu garante formasaun akadémika, kualifikasaun profisionál no formasaun kontínua ba profisionais de saúde;

6. Kontinua investe atu hadi'a kompeténsias profisionais no

profissionais e capacidades técnicas dos recursos humanos da Saúde, proporcionando formação adequada aos quadros superiores, médios e básicos;

7. Estimular parcerias e cooperação internacional, para formar e capacitar os profissionais de Saúde, desde os profissionais de saúde especializados aos técnicos e restantes recursos humanos do setor da Saúde, como ainda na área de administração, gestão, finanças, aprovisionamento e contabilidade;

8. Implementar os planos de força laboral, quadros de pessoal, regulamentos e padrões e códigos de conduta dos profissionais do setor da Saúde.

2.3. Inclusão Social, Proteção Social e Solidariedade Social

De 2007 a 2017, os sucessivos governos (IV, V e VI Governos) têm vindo a dar prioridade à assistência aos cidadãos mais pobres e vulneráveis da sociedade timorense. Apesar de sabermos que, a longo prazo, a prestação de uma educação e formação de qualidade e a criação de oportunidades de emprego serão os instrumentos fundamentais para a saída da pobreza, até lá é dever do Estado assegurar que os Combatentes da Libertação Nacional (que ofereceram inúmeros sacrifícios à Pátria), as mulheres e crianças (onde reside a fórmula de sucesso para o desenvolvimento sustentável), bem como as famílias pobres e carenciadas, os idosos e outros cidadãos vulneráveis (como é o caso das pessoas portadoras de deficiência), tenham acesso à satisfação das suas necessidades básicas e ao bem-estar, bem como acesso a oportunidades para saírem da sua situação de fragilidade.

O IX Governo Constitucional irá, portanto, continuar a apoiar esta camada da população, ao mesmo tempo que desenvolve políticas e cria estratégias que reduzam a dependência ao apoio do Estado, nomeadamente:

- Consolidar a implementação da Estratégia Nacional de Proteção Social;
- Consolidar a implementação da Lei do Regime Geral da Segurança Social e garantir a proteção aos trabalhadores e suas famílias, também nas situações de maternidade, paternidade, adoção, velhice, invalidez e morte;
- Consolidar o Instituto Nacional de Segurança Social e o Fundo de Reserva da Segurança Social de forma a gerir com independência, transparência, eficácia e eficiência o sistema de segurança social, incluindo os regimes contributivos e não contributivos;
- Aprovar a Lei de Bases de Proteção Social;
- Rever e avaliar os documentos legislativos e operacionais da Pensão Social;
- Rever e avaliar o Programa Bolsa da Mãe *Jerasaun Foun*, subsídio de apoio condicional que será reajustado, e os

kapasidade téknika ba rekursus umanus no profisionais iha setór de Saúde, hodi fó formasaun ne'ebé adekuada ba kuadrus superiores, médius no bázikus;

7. Estimula parserias ho kooperasaun internasionál, hodi forma no kapasita profisionais de saúde, hahú husi profisionais de Saúde espesializadus to'o téknikus ho rekursus umanus seluk, iha setór de saúde (nune'e mós iha área administrasaun, jestaun, finansas, aproviziona-mentu no kontabilidade);

8. Implementa planus kona-ba forsa laborál, kuadrus de pesoál, regulamentus no padroens ho kódigus konduta ba profisionais iha setór de Saúde.

2.3. Inkluzaun Sosiál, Protesaun Sosiál no Solidariedade Sosiál

Husi 2007 ba 2017, governus ne'ebé tuituir malu (IV, V no VI Governos) fó prioridade ba asisténsia ba sidadauns ne'ebé kiak no vulneráveis liu, iha sosiedade timor. Maski ita hatene katak, ba longu prazu (ka tempu naruk), prestasaun edukasaun no formasaun ne'ebé ho kualidade no kriasaun oportunidades ba empregu, mak sei sai nafatin hanesan instrumentus fundamentais atu bele sai husi moris-kiak, atu to'o iha ne'ebá, Estadu nia devér mak atu asegura katak Kombatentes Libertasaun Nasionál sira (ne'ebé simu sakrifísius barak tebetebes ba Pátria), feto ho labarik sira (iha sira ne'e mak rezide fórmula susesu ba dezenvolvimentu sustentável), nune'e mós ho famílias kiak no kbiit-laek sira, idozus ho sidadauns vulneráveis seluk tan (hanesan kazu kona-ba ema defisientes), hotu-hotu bele iha asesu hodi satisfaz sira-nia nesesidades bázikas ba bein-está, no mós asesu ba oportunidades atu bele sai husi sira-nia kondisaun frajilidade.

Tanba ne'e, IX Governu sei kontinua fó tulun ba kamada populasaun ida ne'e, no mós dezenvolve polítikas no kria estratéjias ne'ebé bele reduz dependénsia ba apoiu husi Estadu. Iha ne'e inklui mos:

- Konsolida implementasaun ba Estratéjia Nasionál kona-ba Protesaun Sosiál;
- Konsolida implementasaun ba Lei kona-ba Rejime Jerál ba Seguransa Sosiál no garante protesaun ba traballadores ho sira-nia famílias, no mós iha situasoens hanesan maternidade, paternidade, adosaun, idade ferik-katuas, invalidez no mate;
- Konsolida Institutu Nasionál de Seguransa Sosiál no Fundu Rezerva Seguransa Sosiál, atu nune'e bele jere, ho independéncia, transparénsia, efikásia no efisiénsia, sistema seguransa sosiál, inklui rejimes kontributivus no naun-kontributivus;
- Aprova Lei de Bazes ba Protesaun Sosiál;
- Haree di'ak fali (ka halo revizaun) no avalia dokumentus lejislativus no operasionais kona-ba Pensaun Sosiál;
- Haree di'ak fali no avalia programa Bolsa de Mãe - Jerasaun Foun, subsídiu apoiu kondisionál, ne'ebé sei reajusta ho

apoios sociais pecuniários às famílias mais necessitadas, com especial incidência em investimentos na saúde e educação das crianças;

- Alargar a construção de Centros de Solidariedade Social (CSS), já existentes nos Municípios a todos os Postos Administrativos;

- Melhorar os Serviços de Atendimento Social (SAS) de proximidade às comunidades, através dos Centros de Solidariedade Social (CSS);

- Melhorar o Programa de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, com prioridade àquelas com maior impacto no auxílio a crianças e jovens, idosos, mulheres e cidadãos portadores de deficiências, bem como na área da integração social, desenvolvimento humanitário e apoio em situações de emergência, como em caso de desastres naturais, prevenção e reparação de situações de carência e dependência;

- Promover ações de coesão social, que promovam o diálogo, a segurança comunitária e a resolução de conflitos e problemas sociais ao nível das comunidades;

- Rever o quadro jurídico do Centro Nacional de Reabilitação.

2.3.1. Mulher

A Mulher e o Homem têm os mesmos direitos e obrigações em todos os aspetos da vida familiar, cultural, social, económica e política. Para que esses direitos possam ser concretizados e as mulheres timorenses possam contribuir cada vez mais e melhor para a nossa sociedade e para o crescimento do País, o Governo irá:

- Estimular a criação de negócios autossustentáveis para mulheres chefes de família e para mulheres vítimas de violência doméstica e violência baseada no género, com o objetivo de assegurar a sua independência económica;

- Garantir que 60% das mulheres têm igual oportunidade de acesso a posições de tomada de decisão, à justiça e segurança de acordo com a capacidade e mérito das mesmas;

- Cooperar com o Ministério da Educação a fim de rever e continuar a implementar os currículos sensíveis às questões do género e garantir que os mesmos são implementados com eficácia e qualidade nos sistemas de ensino;

- Continuar a promover ações de formação profissional, em áreas suscetíveis de criação de pequenas e médias empresas e cooperativas, lideradas por mulheres;

- Cooperar com o Ministério da Educação e com a INDICA – Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança, IP a fim de assegurar que 75% das meninas, em idade escolar, completam o ensino básico;

- Continuar a implementar o Plano de Ação Nacional contra a Violência Baseada no Género;

apoius sosiais pekuniárius (ka, fó osan) ba famílias ne'ebé presiza liu, no foka liuliu iha investimentus iha Saúde ho Edukasaun labarik sira-nian;

- Alarga konstrusaun Centrus de Solidariedade Sosiál (CSS), ne'ebé eziste ona iha Munisípiu sira, ba Postos Administrativos hotu-hotu;

- Hadi'a Servisu sira Atendimentu Sosiál (SAS) ne'ebé hakbesik-an ba komunidades, liuhusi Centrus Solidariedade Sosiál (CSS);

- Hadi'a Programa Apoiu ba Instituisoens Solidariedade Sosiál, ho prioridade ba hirak ne'ebé ho impaktu boot liu hanesan, tulun ne'ebé fó ba labarik ho jovens, ba feto ho sidadauns portadores de defisiénsias, no mós hanesan iha área integrasaun sosiál, dezenvolvimentu umanitáriu ho apoiu iha situasoens Emerjénsia ba kazus hanesan dezastres naturais, prevensaun ho reparasaun ba situasoens karénsia no dependénsia;

- Promove asoens koezaun sosiál, ne'ebé promove diálogu, seguransa komunitária ho rezolusaun de konflitus no problemas sosiais iha nível komunidades;

- Revee kuadru jurídiku husi Sentru Nasionál Reabilitasaun.

2.3.1. Feto

Feto ho mane iha direitus no obrigasoens ne'ebé hanesan iha aspetus hotu-hotu, iha moris família nian, kulturál, sosiál, ekonómika no polítika. Atu direitus hirak ne'e bele konkretiza ho di'ak liután, hodi Feto timoroan sira bele kontribui barak liu no di'ak liu ba ita-nia sosiedade no ba kreximentu ka dezenvolvimentu rai nian, mak Governu sei:

- Estimula krisaun negósius auto-sustentáveis ba feto sira, inklui sira ne'ebé sai xefe família no sira ne'ebé sai vítima ba violénsia doméstika no violénsia bazeia ba jéneru, hodi asegura independénsia ekonómika;

- Garante katak 60% husi feto sira bele hetan asesu ne'ebé hanesan ba pozisoens (ka, kargus) foti desizaun nian, hetan asesu ba justisa no seguransa, tuir ninia kapasidade no méritu;

- Koopera ho Ministériu Edukasaun atu revé, no kontinua asegura implementasaun kurríkulu ne'ebé sensível ba jéneru ho efikásia no kualidade iha Sistemas de ensinu;

- Kontinua promove asoens kona-ba formasaun profisionál iha áreas ne'ebé bele hamosu empreza ki'ik no natoon no mós kooperativas, ne'ebé lidera husi feto;

- Koopera ho Ministériu Edukasaun, no mós ho INDICA – Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança, IP (Institutu ba Defesa husi Direitus Labarik-nian) atu asegura katak 75% husi labarik feto sira ho idade eskolár, bele remata ensinu báziku (PED 2022);

- Kontinua implementa Planu de Asaun Nasionál kona-ba Violénsia bazeia ba Jéneru;

- Continuar a implementar o Plano de Ação Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança;
- Continuar a implementar campanhas de combate à violência doméstica;
- Continuar a implementar a política de orçamento sensível às questões do género;
- Assegurar melhores condições de trabalho às mulheres, que também sejam mães e educadoras, através da revisão da legislação laboral e em colaboração com a SEFOPE;
- Apoiar as organizações e associações de mulheres que defendam os direitos e os interesses das mulheres;
- Implementar a Declaração de Maubisse, que se foca na atribuição de igualdade de oportunidades para a mulher, em termos de educação e formação profissional, acesso ao mercado de trabalho e vida social e política.

2.3.2. Criança

A criança tem direito à proteção especial por parte da família, da comunidade e do Estado, particularmente contra todas as formas de abandono, discriminação, violência, opressão, abuso sexual e exploração. A criança goza de todos os direitos que lhe são universalmente reconhecidos, bem como de todos aqueles que estejam consagrados em Convenções Internacionais, regularmente ratificados ou aprovados pelo Estado. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam dos mesmos direitos e da mesma proteção social.

Nesse sentido, o Governo vai continuar a tomar medidas para:

- Implementar o Regime Jurídico de Proteção da Maternidade, Paternidade e Adoção, juntamente com outras medidas para apoiar crianças vulneráveis;
- Implementar a Lei da Proteção das Crianças em perigo;
- Implementar a Rede de Proteção de Crianças, em todos os Postos Administrativos do País;
- Capacitar a INDICA – Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança, IP e implementar o Plano de Ação Nacional da Criança;
- Criar e dinamizar programas ocupacionais e de tempos livros específicos para crianças institucionalizadas em orfanatos, com o devido acompanhamento pedagógico e psicológico;
- Promover campanhas e ações de sensibilização sobre os direitos e deveres das crianças e sobre legislação relevante que afetem as crianças;
- Incrementar programas de inclusão social de crianças, consideradas marginalizadas ou em conflito com a lei;

- Kontinua implementa Planu de Asaun Nasionál kona-ba Feto, Pás no Seguransa;
- Kontinua implementa kampañas atu luta hasoru violénsia doméstika;
- Kontinua implementa polítika ba orsamentu ne'ebé sensível ba kestoens Jéneru nian;
- Asegura kondisoens servisu ne'ebé di'ak liu ba feto, ne'ebé sai mós hanesan mães mo edukadoras, liuhusi revizaun ba lejizlasaun laborál no liuhusi koordenasaun ho SEFOPE;
- Apoia organizasaun no asosiasaun feto nian sira, ne'ebé defende feto sira nia direitu no interesse;
- Implementa Deklarasaun Maubisse nian ne'ebé foka liu ba atribuisaun igualdade oportunidade sira ba feto, kona-ba edukasaun no formasaun profissionál, asesu ba merkadu traballu no moris sosiál no polítika.

2.3.2. Labarik

Labarik iha direitu ba protesaun espesiál husi parte família, husi komunidade no Estadu, liuliu hasoru formas abandonu (ka, soe no husik hela), diskriminasaun, violénsia, opresaun, abuzu seksuál ho esplorasaun. Labarik sira goza direitus tomak ne'ebé rekoñese universalmente, no mós direitus ne'ebé konsagra iha konvensoens internasionais, ne'ebé Estadu ratifika ka aprova regularmente. Labarik sira hotu, ne'ebé moris husi matrimóniu ka lae, goza direitus no hetan protesaun sosiál ne'ebé hanesan ho sira-seluk.

Nune'e, Governu sei kontinua foti medidas hodi:

- Implementa Rejime Jurídiku kona-ba Protesaun ba Maternidade, Paternidade ho Adosaun, hamutuk ho medidas seluk hodi apoia Labarik vulneráveis;
- Implementa Lei kona-ba Protesaun ba Labarik sira ne'ebé iha perigu;
- Implementa Rede kona-ba Protesaun Labarik sira iha Postu Administrativu sira hotu-hotu iha País;
- Kapasita ka hakbiit INDICA – Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança IP (Institutu ba Defesa husi Direitus Labarik-nian) no implementa Planu Asaun Nasionál ba Labarik;
- Kria no dinamiza programas okupasionais no ba tempus livres ne'ebé espesífikus ba Labarik sira, ne'ebé hela iha orfanatus, ho akompañamentu pedagójiku no psikolójiku ne'ebé di'ak;
- Promove kampañas ho asoens sensibilizasaun kona-ba direitus ho deveres Labarik sira-nian no kona-ba lejizlasaun relevante ne'ebé afeta labarik sira;
- Inkrementa ka dezenvolve programas kona-ba inkluzaun sosiál ba Labarik sira, ne'ebé konsidera hanesan marjinalizadas ka iha konflitu ho lei;

- Criar programas que previnam a marginalidade e delinquência das crianças para a reinserção na comunidade ou nas instituições que trabalham na proteção das crianças;

- Continuar a implementar os programas de prevenção, proteção e assistência às crianças vítimas de violência, abandono, incesto e abuso sexual, nomeadamente através de uma linha de atendimento segura para a denúncia destes casos;

- Melhorar a monitorização e o tratamento pela Polícia, Ministério Público e Tribunais dos casos de violência e abuso contra as crianças.

2.3.3. Idosos

Todos os cidadãos na terceira idade têm direito à proteção especial por parte do Estado. A política de terceira idade engloba medidas de caráter económico, social e cultural, tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação digna e ativa na vida da comunidade.

Contudo, o Estado deve reconhecer que não foram apenas os Guerrilheiros nem apenas os Membros da Frente Clandestina que lutaram pela Libertação da Pátria. Para estes cidadãos que apoiaram a Resistência o Estado tem de os recompensar pelas atividades desenvolvidas durante a Resistência.

Assim, o IX Governo vai prestar toda a sua atenção aos Idosos, já com idade superior a 70 anos, porque foi esta grande camada da população quem sofreu desde que se iniciou a Guerra de libertação, com inúmeros sacrifícios, tendo perdido os seus familiares, que foram assassinados ou morreram por fome e doença e, no fim do difícil percurso da Luta, em 1999, suportaram todo o tipo de ameaças, mas não hesitaram a Votar pela Independência, no Referendo. Eles, sim, são os verdadeiros Heróis Vivos, e o Estado tem de reconhecer isso, pelos seus sacrifícios e pela sua decisão corajosa de ir às urnas e votar pela 'Ukun Rasik-an'. Se tivessem medo e tivessem escolhido não ir, os votos dos membros das organizações clandestinas não teriam nenhum significado, porque também os guerrilheiros não votaram, por instruções do Comando Superior da Luta.

Por isso, o IX Governo vai prestar toda a sua atenção aos idosos, a quem podemos chamar de 'Heróis Vivos'. Assim, o Governo irá:

- Formular normas concretas, para fazer com urgência o levantamento de dados dos Idosos, com idade superior a 70 anos, a fim de que possam receber um maior apoio, nestes últimos tempos da sua vida;

- Continuar a prestar subsídios pecuniários aos idosos através da Pensão Social;

- Criar Centros de Atendimento a Idosos, em todos os Municípios;

- Desenvolver campanhas sobre os direitos das pessoas idosas e promover a sua integração e cuidados especiais nas famílias e nas comunidades;

- Kria programas ne'ebé prevene marjinalidade ho delinkuénsia (ka atus krime) Labarik sira-nian hodi halo reinsersaun ba komunidade ka ba instituisoens ne'ebé hala'o servisu iha área protesaun labarik nian;

- Kontinua implementa programas kona-ba prevensaun, protesaun ho asisténsia ba Labarik sira, ne'ebé sai vítimas violénsia, abandonu, insestu (katak relasaun iha uma laran - aman ho oan, maun ka alin mane ho feton rasik), no abuzu seksuál, liuhusi liña atendimentu ida ne'ebé segura ba denúnsia kona-ba kazus hanesan ne'e;

- Hadi'a monitorizasaun ho tratamentu husi Polísia, Ministériu Públiku no Tribunais kona-ba kazus violénsia ho abuzu ba Labarik sira.

2.3.3. Idozus

Sidadaun hotu-hotu terseira idade nian iha direitu ba protesaun espesiál husi parte Estadu. Polítika kona-ba terseira idade engloba medidas ho karáter ekonómiku, sosiál no kulturál, hodi proporsiona oportunidades ba realizasaun pesoál ba idozus, liuhusi partisipasaun ida ne'ebé digna no ativa, iha vida komunidade.

Maibé, Estadu mós tenke rekoñese katak la'ós de'it Gerrilleiros mak luta no la'ós de'it Ema hotu ne'ebé partisipa iha Rede Clandestina mak luta ba Libertasaun da Pátria. Ba sidadauns ne'ebé fó apoiu ba Rezisténsia, Estadu tenke fó rekompensa sira ba atividades ne'ebé sira hala'o durante Rezisténsia.

Ne'e duni, IX Governu sei tau matan liuliu ba Idozu sira, ho idade liu ona tinan 70, tanba kamada boot populasaun nian ne'ebé terus husi kedas hahú funu libertasaun nian, ho sakrifísius oioin, lakon família ne'ebé mate tanba ema oho, tanba hamlaha no moras no, ikus mai, iha tinan 1999, enfrenta (ka, hasoru) ameasas hotu-hotu hodi la hakiduk atu ba vota iha Referendum ba Ukun Rasik-an. Sira mak Heróis Vivos, ne'ebé Estadu tenke hakru'uk ba, tanba sira-nia sacrifícios hotu-hotu no, liuliu, sira nia desizaun ne'ebé berani atu Vota ba Ukun Rasik-an. Sira mak ta'uk no la ba Vota, Membros Organizações klandestinas nia Votus sei la to'o, tanba guerrilleiros mós la vota, tuir instrusaun husi Komando Superiór da Luta.

Tan ne'e, IX Governu tenke fó atensaun boot liu ba idozus ne'e, ne'ebé bele bolu 'Heróis Vivos'. Ho ne'e hotu, mak Governu sei:

- Hasai normas ne'ebé konkretas, hodi halo urjentemente levantamento ba idozus, ho idade liu tinan 70, para sira bele hetan apoio ne'ebé boot liu, hodi hamenus matanwen iha sira-nia loron ikus sei moris:

- Kontinua fó subsídius pekuniárius (ka osan) ba idozus, liuhusi Subsídiu de Apoiu ba Idozus ho Inválidus (SAII);

- Kria Sentrus Atendimentu ba idozus, iha Munisípiu sira hotu;

- Dezenvolve kampañas kona-ba idozus nia direitus no promove sira-nia integrasaun ho kuidadu sira espesiais iha famílias no iha komunidades;

- Criar programas de Tempos Livres/Espaços de Convívio/ Terapia Ocupacional para as pessoas idosas, promovendo o seu bem-estar e integração na sociedade (pode incluir atividades desportivas, artes, tecnologias tradicionais como olaria e artesanato, pintura, passeios ou meramente espaços de convívio).

2.3.4. Outros Grupos Vulneráveis

O cidadão portador de deficiência goza dos mesmos direitos e está sujeito aos mesmos deveres dos demais cidadãos, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontre impossibilitado, em razão da deficiência.

Como medidas de apoio a estes grupos de cidadãos, o Governo vai:

- Estimular a criação de negócios autossustentáveis para cidadãos portadores de deficiência;
- Melhorar a capacidade em todo o país para prestar serviços de qualidade às pessoas vulneráveis, incluindo a construção de equipamentos e acessibilidade a equipamentos de instituições públicas;
- Desenvolver programas de apoio às famílias e comunidades que têm, a seu cargo, pessoas portadoras de deficiência;
- Melhorar as condições de assistência aos deficientes no Centro Nacional de Reabilitação e, no futuro, criar centros análogos em todos os Municípios;
- Continuar a desenvolver os Programas de Reabilitação e de prestação de serviços e divulgação para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, através da reabilitação especializada e integrada;
- Fazer um levantamento de pessoas portadoras de doenças crónicas e criar programas de apoio, bem como promover campanhas de sensibilização sobre doenças crónicas;
- Implementar programas de reabilitação para reclusos e ex-reclusos, com vista à sua integração na sociedade;
- Investir em programas de assistência alimentar, para apoio a vítimas de desastres naturais e indivíduos e famílias vulneráveis;
- Melhorar os mecanismos de socorro e assistência às vítimas de desastres naturais, incluindo a construção de infraestruturas e distribuição de materiais de construção e materiais para armazenamento;
- Realizar ações de formação e capacitação para a prevenção, mitigação e ação em caso de desastres naturais, em todas as comunidades do país;
- Fazer um levantamento sobre a existência de toxicodependentes no País e criar condições para a sua recuperação e aconselhamento, ao mesmo tempo que se reforçam campanhas de sensibilização sobre o consumo de drogas e se combate o tráfico ilegal;

- Kria programas kona-ba Tempus Livres/Espasus Konvíviu/ Terapia Okupasionál ba idozus, hodi promove nia bein-estár ho integrasaun iha sosiedade (bele inklui atividades desportivas, artes, teknolojias tradisionais hanesan olaria ho artezenatu, pintura, paseius ka hanesan de'it espasus ba konvíviu).

2.3.4. Grupus Vulneráveis seluk

Sidadaun ne'ebé iha Defisiénsia goza direitus ne'ebé hanesan no mós sujeitu ba deveres ne'ebé hanesan ho sidadauns seluk, exetu kona-ba ezersísiu ka kumprimentu deveres ne'ebé nia labele hala'o tanba razaun defisiénsia.

Hanesan medidas apoiu ba grupus sidadauns ne'e, Governu sei:

- Estimula kriasaun negósius autosustentáveis ba sidadauns ne'ebé ho Defisiénsia;
- Hadi'a kapasidade iha país tomak atu presta servisu sira ho kualidade ba ema vulneráveis, inklui konstrusaun ekipamentus no asesibilidade ba ekipamentus iha instituisoens públikas nian;
- Dezenvolve programas de apoiu ba famílias ho komunidades ne'ebé tau-matan ba ema sira ho Defisiénsia;
- Hadi'a kondisoes asisténsia nian ba ema ho defisiénsia iha Sentro Nasionál Reabilitasaun no, ba oin, harii sentru sira hanesan ne'e iha Munisípiu sira hotu;
- Kontinua dezenvolve Programas Reabilitasaun ho prestasaun servisu sira no divulgasaun hodi hadi'a kualidade moris ema sira ne'ebé ho Defisiénsia, liuhusi reabilitasaun ne'ebé espesializada no integrada;
- Halo levantamentu kona-ba ema sira ne'ebé ho moras krónika no kria pogramas de apoiu, no mós promove kampañas de sensibilizasaun kona-ba moras krónikas;
- Implementa programas reabilitasaun ba rekluzus (ka, prezus) ho ex-rekluzus (ka, ex-prezus) ba sira-nia integrasaun iha sosiedade;
- Investe iha programas asisténsia alimentár, hodi apoia vítimas dezastres naturais no indivíduos ho famílias vulneráveis;
- Hadi'a mekanizmus sokorru ho asisténsia ba vítimas dezastres naturais, inklui konstrusaun infraestruturas, ho distribuisaun materiais konstrusaun no materiais ba armazenamentu;
- Realiza asoens formasaun ho kapasitasaun ba prevensaun, mitigasaun no asaun ba kazus dezastres naturais, iha komunidades iha País tomak;
- Halo levantamentu kona-ba ezisténsia toksikodependentes iha país no kria kondisoens ba sira-nia rekuperasaun ho akonsellamentu, no mós reforsa kampañas de sensibilizasaun kona-ba konsumu drogas no kombate tráfiku ilegal;

· Apoiar a Instituto Nacional de Combate ao HIV–SIDA, I.P., e continuar a realizar campanhas de prevenção sobre a transmissão do HIV-SIDA, prestar apoio aos pacientes da Casa de Recuperação de Saúde de Tibar, bem como melhorar a assistência em termos de alimentação, cuidados de saúde e tratamento dos pacientes portadores de HIV-SIDA e desenvolver campanhas de integração e terapia ocupacional, em coordenação com o Ministério da Saúde;

· Implementar a Declaração de Maubisse.

2.4. Combatentes da Libertação Nacional

A Constituição determina que o Estado deve assegurar proteção especial aos mutilados de guerra, órfãos e outros dependentes daqueles que dedicaram as suas vidas à Luta pela independência e proteger todos aqueles que participaram na resistência contra a ocupação estrangeira. A lei define ainda os mecanismos para homenagear os heróis nacionais.

O Governo irá, por isso, continuar a reconhecer o inestimável valor dos heróis nacionais, a preservar e a celebrar a memória da luta e a providenciar que todos aqueles que viveram com sacrifício para alcançar o bem comum, possam, agora, viver com condições dignas, até porque disso depende também a própria dignidade do país.

O Governo irá continuar a desenvolver as seguintes ações:

- Promover o reconhecimento oficial dos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional, através de atribuição de condecorações e outros atos de reconhecimento oficial, dando atenção especial aos CLN, com 3 anos na Base de Apoio, que, segundo a lei em vigor, não beneficiam de qualquer pensão;
- Atribuir Diplomas de Honra a todos os Veteranos e CLN já com os registos e processos validados;
- Continuar a promover cerimónias de Condecoração aos Veteranos, Mártires e CLN que, até agora, ainda não receberam medalhas honoríficas do Estado;
- Atribuir uma Prestação Pecuniária Única ou outro tipo de benefícios aos CLN com 3 anos de Base de Apoio, pela revisão da Lei do Estatuto dos Combatentes de Libertação Nacional;
- Rever o estatuto para os familiares dos Combatentes falecidos, com dedicação exclusiva de 4-7 anos, para poderem adquirir o direito à prestação pecuniária única;
- Rever o Estatuto dos CLN no sentido de atribuir dedicação exclusiva aos combatentes mortos, durante o período de luta, mas não considerados mártires;
- Concluir todos os processos Reclamados e Pendentes do registo de 2003-2005;
- Acelerar o processo de verificação e validação dos registos de 2009;

· Apoia Institutu Nasionál Kombate ba HIV-SIDA, I.P., no kontinua realiza kampañas de prevensaun kona-ba tranzmisaun HIV-SIDA, fó apoiu ba pasientes iha Casa de Rekuperasaun Saúde, iha Tibar, no mós hadi'a asisténsia kona-ba alimentasaun, kuidadu sira saúde no tratamentu ba pasientes ho moras HIV-SIDA no dezenvolve kampañas integrasaun no terapia okupasionál, liuhusi koordenasaun ho Ministériu Saúde;

· Implementa Deklarasaun Maubisse nian.

2.4. Kombatentes de Libertasaun Nasionál

Konstituisaun determina katak Estadu tenke asegura protesaun espesiál ba mutiladus funu, oan-kiak ho sira ne'ebé dependente hela ba ema sira ne'ebé dedika sira-nia moris tomak iha Luta ba Independénsia no soberania Nasionál no proteje ema hotu-hotu ne'ebé partisipa iha rezisténsia hasoru okupasaun estranjeira. Lei mos define tiha ona mekanimus hodi fó omenajen ba Eróis Nasionais. Nune'e, Governu sei kontinua rekoñese valór ne'ebé aas tebes husi Eróis Nasionais, sei prezerva no selebra memória kona-ba Luta no sei halo buat hotu (ka providensia) atu sira hotu ne'ebé simu sakrifísius tomak hodi alkansa bein-komún (ka hotu-hotu nia di'ak), bele moris, agora, ho kondisoens ne'ebé dignas, tanba País nia dignidade rasik mos depende ba ida ne'e.

Governu sei kontinua dezenvolve asoens hanesan ne'e:

· Promove rekoñesimentu ofisiál ba Veteranus no Kombatentes Libertasaun Nasionál, liuhusi atribuisaun ka fó kondekorasoens no husi atus rekoñesimentu ofisiál seluk tan, hodi fó atensaun espesiál ba CLN sira ne'ebé hetan tinan 3 iha Base de Apoio tamba, tuir Lei ne'ebé vigora, sira seidauk hetan (ka sai benefisiáriu ba) pensaun ruma;

· Atribui Diplomas de Honra ba Veteranus no CLN sira ne'ebé iha rejisto no sira-nia prosesus validadus hotu ona;

· Promove nafatin Serimónias de Kondekorasaun ba Veteranus, Mártires no CLN sira, ne'ebé to'o agora seidauk simu medallas de onra husi Estadu;

· Atribui pensaun Prestasaun Pekuniária Únika ka benefísiu seluk ba CLN sira ho tinan 3 iha Base de Apoio, liuhusi revizaun ba Lei kona-ba Estatutu CLN;

· Revee estatutu ba familiares, husi Kombatentes ne'ebé mate ho 'dedikasaun exkluziva '4-7 anos', atu bele hetan direitu ba prestasaun pekuniária únika;

· Revee Estatutu atu bele atribui 'dedikasaun exklusiva' ba kombatentes ne'ebé mate, iha funu laran maibé la konsidera hanesan mártires;

· Hakotu prosesus ne'ebé sai reklamadus no pendentes, husi kedas rejistu 2003-2005 nian;

· Hala'o lalais prosesu verifikasaun no validasaun ba rejistos husi tinan 2009;

- Abrir novo registo aos Veteranos e CLN que não pediram registo em 2003 e 2009;
- Assegurar a proteção social e pensões aos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional, bem como às famílias dos mártires e enlutados;
- Implementar o sistema de atribuição de bolsas de estudos aos filhos dos mártires e Combatentes da Libertação Nacional atendendo às condições individuais de cada um;
- Integrar os Veteranos e os Combatentes da Libertação Nacional na vida económica e social, incluindo acesso a qualificações e oportunidades de emprego;
- Estimular a criação de negócios autossustentáveis para os Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional;
- Estudar a viabilidade de criação do Fundo dos Veteranos;
- Apoiar o CCLN na criação de um banco comercial com as verbas do Fundo de Investimento dos Veteranos;
- Aconselhar os Veteranos e CLN para se reunirem em associações ou em cooperativas e estimular investimento em micro, pequenas ou médias empresas com o próprio dinheiro das pensões;
- Implementar programas de preservação e valorização da História da Luta, bem como a construção de Monumentos históricos e outros (cemitérios, jardins dos heróis, etc.);
- Imortalizar os nomes dos falecidos durante o período da luta, recolhidos pelo registo Uma Lisan, a ser gravados nos monumentos em todos os Postos Administrativos;
- Construir novos cemitérios especiais (em Ainaro, Natarbora, Covalima, Kelikai, Iliomar, Uato Lari, Ermera, Maliana) e proceder ao acabamento dos cemitérios já construídos, mas até agora inacabados (Laga e outros mais) e a continuação do Jardim dos Heróis em Metinaro;
- Sepultamento dos restos mortais já recolhidos em 'Uma Mahon', em quase todos os Municípios;
- Incentivar os Veteranos e CLN para continuarem a fazer a recolha dos restos mortais;
- Criar a Comissão Nacional Científica Independente para a História da Luta de Libertação Nacional, prevista no artigo 36.º do Estatuto dos CLN;
- Concluir uma investigação rigorosa sobre a História da Luta da Libertação Nacional e divulgá-la junto das escolas e comunidades, para que as futuras gerações conheçam o passado, honrem o presente e valorizem o futuro, em cooperação com o setor da Cultura;
- Implementar programas de preservação e valorização da História da Luta, bem como a celebração de momentos e dias históricos;

- Loke rejistu foun ba Veteranus no CLN sira ne'ebé seidauk rejista-an, husi tinan 2003 to'o 2009;
- Asegura protesaun sosiál ho pensoens ba Veteranus ho Kombatentes Libertasaun Nasionál sira, no mós ba famílias mártires no sira ne'ebé lutu;
- Implementa sistema atribuisaun bolsas de estudu ba mártires ho Kombatentes Libertasaun Nasionál sira-nia oan, haree ba kondisaun individuál ida-idak;
- Integra Veteranus ho Kombatentes Libertasaun Nasionál iha vida ekonómika no sosiál, inklui asesu ba kualifikasoens ho oportunidades empregu;
- Estimula kriasaun negósius autosustentáveis ba Veteranus ho Kombatentes Libertasaun Nasionál;
- Haree ba viabilidade atu kria Fundo Veteranus nian;
- Fó apoiu ba CCLN hodi harii banku komersiál ida ho verba sira Fundu Investmentu Veteranu sira nian;
- Akonsella Veteranus no CLN sira hodi halibur iha asosiasoens ka kooperativas no Estimula investimentu iha mikro, emprezas ki'ik ka médiu, husi sira-nia osan pensaun rasik;
- Implementa programas prezervasaun ho valorizasaun ba Istória Luta nian, no mós harii Monumentus istórikus no seluk tan (semitérius ka rate, jardins eróis, etc.);
- Halo imortalizasaun hosi matebian durante períodu luta nian, ne'ebé rekolle ona liuhusi rejistu Uma Lisan nian, atu halo gravasaun (hakerek) iha monumentu husi Postu Administrativu sira hotu;
- Halo konstrusaun Semiterius Espesiais foun (iha Ainaro, Natarbora, Covalima, Kelikai, Iliomar, Uatulari, Ermera, Maliana) no halo remata semiterius ne'ebé to'o agora seidauk hotu (Laga no seluk-tan) no kontinua ho konstrusaun *Jardim dos Heróis* iha Metinaro;
- Hakoi restus mortais ne'ebé rekolla tiha ona no tau hela iha 'Uma Mahon', iha Munisípiu lubuk ida;
- Insentiva Veteranos no KLN hodi kontinua hala'o nafatin rekolla ba restus mortais;
- Kria Komisaun Nasionál Sientífika Independente ba Istória Luta Libertasaun Nasionál nian, ne'ebé prevee ona iha artigu 36º Estatutu CLN nian;
- Konklui investigasaun rigoroza ida kona-ba Istória Luta ba libertasaun nasionál, hodi bele fahe ba eskolas no komunidades, atu futuras jerasoens koñese pasadu, onra presente no valoriza futuru;
- Implementa programas prezervasaun no valorizasaun Istória Luta, hanesan mos kona-ba selebrasaun ba momentus ho dias istórikus;

- Implementar o Estatuto Orgânico do Conselho Nacional dos Combatentes da Libertação Nacional e apoiar os seus programas e iniciativas, incluindo a sua participação em programas de desenvolvimento nacional;

- Continuar a apoiar o "Centro Nacional Chega!" e os seus programas e iniciativas, por forma a preservar memória do passado e a promover a reconciliação e a paz, ao nível nacional e internacional;

- Desenvolver as diligências necessárias, nomeadamente com o Ministério da Educação, para colocar os materiais e conteúdos do "Centro Nacional Chega!" nos currículos de ensino;

- Lançar, em vários formatos, a História Contemporânea de Timor-Leste, incluindo os dados de investigação histórica e levantamento que se vai fazer em todo o País, sobre o período da Resistência e da Luta pela Independência;

- Disponibilizar exposições, espaços museológicos e instalações, que tenham relação com o período da Resistência e a história da luta nacional, incluindo espaços museológicos "Abrigos subterrâneos da Resistência", lugares que assinalam eventos importantes, exposições permanentes, temporárias e itinerantes, com o apoio e promoção do Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT).

2.5. Cultura e Património

Segundo a Constituição da República, o Estado reconhece e garante ao cidadão o direito à cultura e determina que todos têm direito à fruição e à criação culturais, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural. A cultura é, ainda, uma forma pacífica e construtiva de desenvolver a personalidade e de expressar emoções, potenciando uma consciência de cidadania e valorizando a sensibilidade individual e a empatia para com o outro. Assim, a cultura tem um papel fundamental e insubstituível, na construção de uma sociedade pacífica e moderna.

Neste sentido, o Governo irá desenvolver esforços na promoção e valorização das diversas expressões artísticas, para além da salvaguarda e promoção do Património histórico e cultural, material e imaterial, incluindo património arqueológico e edificado, a música, as línguas e dialetos e a história oral, a arquitetura tradicional, o artesanato e todos e quaisquer formas de expressões artística, tradicional ou moderna.

O Governo irá ainda fazer uso da cultura e do património cultural, para promover a consciência patriótica e o sentido da pertença e identidade nacional, contribuindo desta forma para criar o otimismo e bem-estar na população e estimular a sua participação no desenvolvimento sustentável do País.

Este Governo irá, como tal, promover os seguintes objetivos gerais, na área da Cultura e do Património:

- Fomentar a identidade nacional e a cultura timorense, por forma a contribuir para a construção de uma Nação pacífica, tolerante e criativa;

- Implementa Estatutu Orgániku ba Konsellu Nasionál Kombatentes Libertasaun Nasionál nian no apoia sira-nia programas no inisiativas, inklui sira-nia partisipasaun iha programas dezenvolvimentu Nasionál;

- Kontinua apoia "Centro Nasionál Chega!" ho nia programas no inisiativas, atu nune'e bele prezerva memória kona-ba pasadu no promove rekonsiliasaun ho pás, iha nível Nasionál no internasionál;

- Halo dilijénsia sira hotu ne'ebé presiza, liuliu hamutuk ho Ministériu Edukasaun nian, hodi inklui materiál no konteúdu husi "Centro Nacional Chega!" iha kurríkulu ensinu nian;

- Lansa (ka fó-sai), iha formatus oioin, Istória Kontemporánea Timor-Leste nian, inklui dadus kona-ba investigasaun istórika ho levantamentu ne'ebé halo iha País tomak, kona-ba períodu Rezisténsia ho Luta ba Independénsia;

- Disponibiliza expozisoens, espasus muzeulójikus ho instalasoens, ne'ebé iha relasaun ho períodu Rezisténsia no istória kona-ba luta Nasionál, inklui espasus muzeulójikus "Abrigus subterráneus Rezisténsia nian", fatin sira ne'ebé marka ho eventus importantes, expozisoens permanentes, temporárias ho itinerantes, liuhusi apoiu ho promosaun ba Arkivu ho Muzeu Rezisténsia Timor nian (AMRT).

2.5. Kultura no Patrimóniu

Tuir Konstituisaun da Repúblika, Estadu rekoñese no garante, ba sidadaun ida-idak, direitu ba Kultura no determina katak ema hotu-hotu iha direitu ba fruisaun (ka aproveita, goza) no kriasaun kulturál, no mós devér atu prezerva, defende no valoriza patrimóniu kulturál. Kultura hanesan mós forma pasífika no konstrutiva ida, atu dezenvolve personalidade no expresa emosoens, hodi poténsia (ka aumenta) konsiénsia kona-ba sidadania no valoriza sensibilidade ema ida-idak nian no nia empatia ba maluk seluk. Nune'e, Kultura iha papel ne'ebé fundamentál no insubstituível (ka la iha atu substitui ka troka) iha konstrusaun sosiedade ida ne'ebé pasifikada no moderna.

Nune'e, sei kontinua dezenvolve esforsus kona-ba promosaun ho valorizasaun espresoens artístikas oioin, aleinde salvaguarda no promove Patrimóniu Istóriku no Kulturál, materiál no imateriál, inklui Patrimóniu arkeolójiku no edifikadu, múzika, línguas (ka lian) no dialetus no istória orál, arkitetura tradisionál, artezanatu ho kualkér forma de espresaun artístika, tradisionál ka moderna.

Governu sei uza Kultura no Patrimóniu kulturál, hodi promove konsiénsia patriótika ho sentidu pertensa no identidade Nasionál, hodi bele, ho nune'e, kontribui atu kria otimizmu no bein-estár iha populasaun no estimula nia partisipasaun iha dezenvolvimentu sustentável País nian.

Ne'e mak, Governu sei promove objetivus jerais tuir mai, iha área Kultura no Patrimóniu:

- Fomenta Identidade Nasionál no Kultura timor-nian, hodi kontribui ba konstrusaun Nasaun ida, ne'ebé pasífika, tolerante no kriativa;

- Assegurar que toda a população tenha acesso à diversidade de saberes, expressões artísticas e elementos culturais, com respeito pelas especificidades históricas e geográficas do país;

- Aumentar a cooperação, parcerias e intercâmbios artísticos e culturais com outras nações e com os organismos internacionais, no sentido de promover a cultura e o património timorense no estrangeiro, mas, também, enquanto estratégia de aprendizagem e formação das nossas instituições culturais e dos nossos produtores culturais e artistas nacionais;

- Incrementar o turismo cultural e apoiar as iniciativas, públicas ou privadas, que tenham em vista a preservação e desenvolvimento do património cultural nacional;

- Melhorar e reforçar a coordenação intersectorial, por forma a promover a cultura de forma transversal, incluindo ações de formação profissional e ensino cultural e artístico nas escolas;

- Incentivar um maior consumo de arte e cultura no país e incentivar a conservação do património cultural;

- Continuar a promover todas as manifestações culturais nacionais, incluindo feiras, concursos e cerimónias tradicionais, entre outros;

- Implementar um quadro legal para a preservação dos locais históricos do país e respetivas regras de reabilitação e conservação (em articulação com as entidades governamentais relevantes, nomeadamente o Ministério de Justiça);

- Desenvolver o programa de mapeamento de todos os locais históricos, em articulação com as entidades governamentais relevantes, nomeadamente com o Ministério do Turismo;

- Implementar o Código do Direito de Autor e Direitos Conexos, aprovado pela Lei n.º 14/2022, de 21 de dezembro.

Para a concretização destes objetivos gerais, o Governo desenvolverá as seguintes ações:

- Construir um Museu e o Centro Cultural em Díli (PED 2015);

- Prosseguir com a construção da Biblioteca Nacional;

- Estabelecer a Academia de Arte, Cultura e Indústrias Criativas;

- Estabelecer Centros Culturais Regionais em Oe-Cusse Ambeno, Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro e Suai (PED 2020);

- Criar uma Companhia Nacional de Teatro e Dança e promover a realização de eventos e visitas regulares, a nível municipal;

- Implementar o quadro legal relativo ao Património Cultural e promover a regulamentação legal das bibliotecas;

- Asegura katak populasaun tomak iha asesu ba diversidade saberes (ka, koñesimentus), expresoens artístikas no elementus kulturais, kona-ba espesifisidades istórikas no jeográfika País nian;

- Aumenta kooperasaun, parserias ho interkámbius artístikus no kulturais ho Nasoens seluk no mós Organizmus Internasionais, atu bele promove Kultura ho Patrimóniu timor-nian iha estranjeiru, nune'e mós hanesan estratéjia aprendizajen no formasaun ba ita-nia instituisoens kulturais no ita-nia produtores kulturais ho artistas nasionais;

- Dezenvolve turizmu kulturál no apoia inisiativas, públikas ka privadas, ho objetivu atu prezerva no dezenvolve patrimóniu kulturál nasionál;

- Hadi'a no reforsa koordenasaun intersetoriál hodi promove kultura ho forma tranzversál, inklui asoens formasaun profisionál ho ensinu kulturál no artístiku iha eskolas;

- Insentiva konsumu ne'ebé boot liu iha Arte no Kultura, iha ita-nia País, no insentiva konservasaun patrimóniu kulturál;

- Kontinua promove manifestasoens kulturais nasionais hotu-hotu, inklui feiras, konkursus no serimónias tradisionais, ho seluk-seluk tan;

- Implementa kuadru legál ida ba prezervasaun (katak kuidadu no bali didi'ak) lokais ka fatin istórikus País nian, tuir nia regras reabilitasaun ho konservasaun rasik (halo artikulasaun ho entidades governamentais relevantes, hanesan Ministériu da Justisa);

- Dezenvolve programa mapeamentu ba fatin istórikus hotu-hotu, liuhusi artikulasaun (ka koordenasaun) ho entidades governamentais relevantes, hanesan Ministériu do Turizmu;

- Implementa Código do Direito de Autor e Direitos Conexos, ne'ebé aprova husi Lei no. 14/2022, de 21 de dezembro.

Atu konkretiza objetivus jerais, ne'ebé deskreve iha leten, Governu sei dezenvolve asoens tuir mai no konkretiza metas hanesan:

- Harii Muzeu ida ho Sentru Kulturál iha Díli (PED 2015);

- Kontinua konstrusaun Biblioteka Nasionál;

- Estabelese Akademia Arte, Kultura no Indústrias Kriativas;

- Estabelese Sentrus Kulturais Rejionais iha Oe-Cusse Ambenu, Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro ho Suai (PED 2020);

- Kria Kompañia Nasionál ba Teatru no Dansa no promove realizasaun eventus no vizitas regulares, iha nível munisipál;

- Implementa kuadru legál kona-ba Patrimóniu Kulturál no promove regulamentasaun legál husi biblioteka sira;

- Continuar a fazer o levantamento sobre bens culturais, em todo o País, e divulgar através de uma base de dados 'online';
- Investir na formação de quadros e apoiar a investigação em áreas culturais, através de parcerias com instituições académicas nacionais e internacionais;
- Impulsionar a criação de associações nacionais que defendam, promovam e conservem o património cultural, também em cooperação com instituições e organismos internacionais;
- Melhorar a coordenação entre as entidades públicas responsáveis pela área da Cultura e da Educação visando o desenvolvimento de programas de formação e currículos na área do património cultural, ação cultural e artística;
- Melhorar a coordenação entre entidades públicas responsáveis pela área da Cultura e do Turismo com o objetivo de se desenvolver programas no âmbito de património cultural e ações culturais que sejam atrativas ao setor turístico;
- Reforçar os laços históricos, culturais, linguísticos e artísticos com os Países da CPLP, pela promoção de programas, eventos e intercâmbios na área cultural e artística;
- Estreitar os laços de cooperação e amizade com os Países da ASEAN e do Pacífico, através de programas, eventos e intercâmbios na área cultural e artística;
- Rever a legislação existente sobre Cultura e corrigir as necessárias lacunas, para disponibilizar um quadro legal que efetivamente pode apoiar, promover e harmonizar as iniciativas na área cultural e seus intervenientes;
- Criar a legislação para a promoção do mecenato cultural;
- Promover atividades culturais e artísticas, sobretudo na área de expressões artísticas, com a criação de prémios nacionais, que venha a motivar uma maior participação, através de Patrocinadores ou Mecenato.

2.6. Juventude

O Estado promove e encoraja as iniciativas da Juventude na consolidação da Unidade Nacional, na reconstrução, na defesa e no desenvolvimento do País. O Estado promove, na medida das suas possibilidades, a educação, a saúde e a formação profissional dos jovens.

Os jovens timorenses são os futuros líderes da Nação e cabe-lhes transformar o País, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável. Timor-Leste é uma nação muito jovem, onde mais de 50% têm menos de 20 anos, sendo que a maioria destes necessitam de adquirir mais e melhores qualificações e mais e melhor acesso a oportunidades de emprego e de realização pessoal e profissional.

- Kontinua halo levantamentu kona-ba bens kulturais, iha País tomak, no divulga (ka publika) liuhusi baze dadus 'online' ida;
- Investe iha formasaun ba kuadrus no apoia investigasaun iha áreas kulturais, liuhusi parserias ho instituisoens akadémikas nasionais no internasionais;
- Impulsiona (ka dudu) kriasaun asosiasoens nasionais ne'ebé defende, promove ho konserva patrimóniu kulturál, liu mos husi kooperasaun ho instituisoens no organizmus internasionais;
- Hadi'a koordenasaun entre entidades públikas responsáveis ba área Kultura ho Entidades Governamentais responsáveis ba área Edukasaun, atu bele dezenvolve programas ho kurríkulus iha área patrimóniu kulturál, asaun kulturál no artístika;
- Hadi'a koordenasaun entre entidades governamentais responsáveis ba área Kultura ho entidades governamentais responsáveis ba área Turizmu, hodi dezenvolve programas iha ámbitu patrimóniu kulturál ho asaun kulturál ne'ebé atrativus ba setór turístiku;
- Reforsa lasus istórikus, kulturais, linguístikus no artístikus ho paízes CPLP, liuhusi promosaun programas, eventus ho interkámbius iha área kulturál no artístika;
- Estreita (ka hametin) lasus kooperasaun no amizade ho paízes ASEAN no iha Pasífiku, liuhusi programas, eventus no interkámbius iha área kulturál no artístika;
- Reforsa kooperasaun ho UNESCO;
- Haree di'ak fali lejizlasaun ne'ebé iha ba Kultura no korrije (ka hadi'a) lakunas (ka faltas) ne'ebé presiza, hodi disponibiliza (ka prepara) kuadru legál ida ne'ebé efetivamente bele apoia, promove no armoniza inisiativas iha área kulturál ho ninia intervenientes;
- Kria lejizlasaun ba promosaun mesenatu kulturál (ka halo doasoens, fó ajuda ba kultura);
- Promove atividades kulturais ho artístikas, liuliu iha área expresoens artístikas, hanesan kriasaun prémius nasionais, hodi motiva partisipasaun ne'ebé boot, liuhusi patrosínius ka mesenatu.

2.6. Juventude

Estadu promove no enkoraja inisiativas kona-ba Juventude, iha konsolidasaun ba Unidade Nasionál, iha rekonstrusaun, iha defeza no iha dezenvolvimentu País. Estadu promove, tuir ninia possibilidades, edukasaun, saúde ho formasaun profisionál ba Jovens.

Jovens timoroan sira mak hanesan futurus líderes Nasaun nian no iha sira-nia liman responsabilidade atu transforma País ne'e, iha futuru, no kontribui ba nia dezenvolvimentu sustentável. Timor-Leste, Nasaun ida ne'ebé liu 50% husi populasaun tomak, mak iha hela idade tinan 20 ba kraik, no maioria husi jovens ne'e presiza hetan kualifikasoens ne'ebé di'ak liu, ho mos asesu di'ak liu ba oportunidades empregu ba sira-nia realizasaun pesoál no profisionál.

A aposta do Governo timorense vai no sentido de criar oportunidades que possibilitem aos jovens concretizar o seu potencial.

Para tal, o Governo pretende implementar as seguintes ações e alcançar as seguintes metas:

- Implementar a Política Nacional de Juventude e os planos de ação nacionais que promovam o desenvolvimento e a autonomia da Juventude;
- Reforçar o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Juventude, no sentido de serem criadas condições para uma melhor coordenação entre entidades públicas e privadas, que assegurem a dinamização de iniciativas para os jovens e o seu ingresso no mercado de trabalho, bem como garantir a preparação das políticas e a aplicação dos planos de ação nacionais, relacionados com as estratégicas aprovadas na Política Nacional da Juventude;
- Apoiar o estabelecimento de Associação de Jovens;
- Continuar a promover o Parlamento do Jovens - "Parlamento Foin Sa'e", incluindo a capacitação na área da liderança, valores cívicos, pensamento crítico, capacidade de debate e análise social;
- Construir um Centro Nacional de Juventude em Díli (PED 2020);
- Desenvolver a condução de Campos de Formação em Liderança, para promover a boa condição física, qualificações administrativas, resolução de conflito e valores cívicos;
- Melhorar os Centros de Juventude existentes e a construção de Centros Multifunções da Juventude em todos os municípios, a fim de prestar a formação em áreas como sejam as línguas, as tecnologias, a arte, a música, o desporto e a educação cívica;
- Promover as Jornadas da Juventude.

2.7. Desporto

Uma das melhores formas para moldar adequadamente o caráter dos jovens e fomentar valores de cooperação, amizade e de equipa, ao mesmo tempo que se melhora a condição física dos jovens, é apostar no desenvolvimento do Desporto.

O Desporto é parte crucial na vida dos jovens, envolvendo-os em mais e melhores relacionamentos sociais e promovendo o diálogo, a tolerância, a ética, a democracia, a competição saudável e, até mesmo, capacidade de liderança. Em termos gerais, o Desporto tem a capacidade de unir as pessoas e fazê-las trabalhar para um ideal comum, promovendo ainda uma forte identidade nacional, o que se espera aliás de todos os cidadãos na construção e desenvolvimento do país.

Por fim, a atividade física é um fator importante para a qualidade de vida dos seres humanos, assegurando uma maior produtividade das pessoas e a sensação de bem-estar.

Esforsu husi Governu ne'e maka atu kria oportunidades ne'ebé posibilita Jovens kronketiza sira-nia potensiál.

Kona-ba ida ne'e, no atu alkansa metas ne'ebé iha, Governu hakarak implementa asoens tuir mai, hanesan:

- Implementa Polítika Nasionál kona-ba Juventude ho planus de asaun nasionais, ne'ebé bele promove dezenvolvimentu ho autonomia ba Juventude;
- Reforsa funsionamentu husi Konsellu Nasionál Dezenvolvimentu Juventude, hodi kria kondisoens ba koordenasaun ne'ebé di'ak liu entre entidades públikas no privadas, hodi asegura dinamizasaun inisiativas ba jovens no atu sira tama iha merkadu de traballu, no mós garante preparasaun kona-ba polítikas ho aplicasaun planus de asaun nasionais, ne'ebé relasiona ho estratéjias ne'ebé aprova tiha ona iha Polítika Nasionál kona-ba Juventude;
- Apoia estabelesimentu de Asosiasaun de Jovens;
- Kontinua promove Parlamentu Jovens nian ka "Parlamentu Foin Sa'e", inklui kapasitasaun iha área lideransa, pensamentu krítiku, kapasidade debate ho análize sosiál;
- Harii Sentru Nasionál Juventude nian iha Díli (PED 2020);
- Dezenvolve kbiit atu loke no hala'o Kampus de Formasaun iha Lideransa, hodi promove kondisaun fízika ne'ebé di'ak, kualifikasoens administrativas, rezolusaun konflitu ho valores sívikus;
- Hadi'a Sentrus Juventude ne'ebé iha ho konstrusaun Sentrus Multifunsoens ba Juventude, iha Munisípiu sira, atu bele fó formasaun iha áreas hanesan línguas ka lian, teknolojias, arte, múzika, desportu ho edukasaun sívika;
- Promove Jornada sira Juventude nian.

2.7. Desportu

Forma ida mós ne'ebé di'ak liu, atu oinsá bele hadi'a jovens nia karáter no fomenta valores kooperasaun, amizade no espíritu de ekipa, no mós hadi'a jovens nia kondisaun fízika, mak aposta iha dezenvolvimentu Desportu.

Desportu hanesan parte ne'ebé krusiál ka desizivu tebes, iha jovens nia vida, hodi envolve sira barak no di'ak liu iha relasionamentus sosiais no promove diálogu, toleránsia, étika, demokrasia, kompetisaun saudável no, mezmu kapasidade lideransa. Jerálmente, Desportu iha kapasidade atu halibur ema no halo sira servisu hamutuk ba ideál komun ida, hodi promove mos identidade Nasionál ida ne'ebé forte, buat ne'ebé ita hein no bele dehan husi sidadauns hotu-hotu, iha konstrusaun no dezenvolvimentu País nian.

Finalmente, atividade fízika ne'e hanesan fator importante ida ba kualidade moris ema hotu-hotu nian, hodi asegura ita ema nia produtividade ne'ebé boot liu ho sensasaun bein-estár.

No sentido de promover e incentivar a prática de atividades desportivas pelos nossos jovens, raparigas e rapazes, o Governo irá continuar a desenvolver as seguintes metas e ações:

- Rever e implementar o Plano Estratégico do Desporto de Timor-Leste;
- Financiar, promover e apoiar atividades de desporto em todas as comunidades do País, por forma a promover concursos de várias modalidades, ao nível nacional;
- Apoiar e desenvolver os recursos humanos nas áreas de gestão de instalações desportivas, treino e desenvolvimento de atletas, gestão de equipas e gestão de eventos;
- Apoiar a participação das comunidades e dos alunos em atividades desportivas, por meio de clubes e eventos desportivos comunitários e escolares, melhorando inclusivamente a coordenação entre as entidades governamentais, responsáveis pela área do Desporto e as entidades governamentais, responsáveis pela Educação, com o fim de promover o Desporto escolar e as entidades governamentais, responsáveis pela área do Desporto e as entidades municipais, por forma a desenvolver o Desporto Municipal;
- Assegurar a participação nos jogos universitários da CPLP e da ASEAN;
- Incentivar e desenvolver talentos, por forma a promover o Desporto de alta competição;
- Encorajar e promover o turismo desportivo, incluindo Desportos radicais e desportos marítimos;
- Desenvolver o futebol, voleibol e basquetebol, badminton, ténis, boxe, natação, incluindo o desenvolvimento de ligas, em parceira com entidades nacionais e internacionais;
- Apoiar a Comissão Reguladora das Artes Marciais, por forma a desenvolver esta modalidade de forma pacífica e gratificante para os seus participantes, cumprindo a Lei das Artes Marciais ao nível nacional;
- Promover a realização de competições saudáveis entre os grupos de artes marciais, com o objetivo de promover a amizade e a solidariedade entre estes grupos, para se quebrar de vez a mentalidade de violência;
- Reabilitar infraestruturas desportivas e construir novas instalações, incluindo ginásios multiúsos, em cada município (PED 2020), e reabilitar o estádio de Díli e o complexo gimnodesportivo;
- Promover a profissionalização do Desporto através da capacitação das federações desportivas tendo como objetivo máximo a participação de timorenses nos *Asian Games*, *Sea Games* e Jogos Olímpicos.

Atu bele promove no insentiva prátika atividades desportivas, husi ita-nia jovens timoroan sira, Feto ho Mane, Governu sei kontinua dezenvolve metas ho asoens hanesan tuir mai:

- Haree di'ak fali (ka, Revee) no implementa Planu Estratéjiku kona-ba Desportu Timor-Leste;
- Finansia, promove no apoia atividades desportu iha komunidades tomak iha País, atu bele promove kompetisoens ka konkursus kona-ba modalidades oioin, iha nível Nasionál;
- Apoia no dezenvolve rekursus umanus, iha áreas jestaun instalasoens desportivas, treinu no dezenvolvimentu atletas, jestaun ekipas ho jestaun eventus;
- Apoia partisipasaun komunidades ho alunus iha atividades desportivas, liuhusi klubes ho eventus desportivus komunitárius no eskolares, hodi hadi'a mos koordenasaun entre entidades governamentais responsáveis ba área Desportu no entidades governamentais ne'ebé responsáveis ba Edukasaun, ho objetivu promove Desportu Eskolár no entidades governamentais ne'ebé responsáveis ba área Desportu ho entidades Munisipais, atu bele dezenvolve Desportu Munisipál;
- Asegura partisipasaun iha Jogus Universitárius CPLP no ASEAN;
- Insentiva no dezenvolve talentus, atu bele promove Desportu de alta kompetisaun;
- Enkoraja no promove Turizmu desportivu, inklui desportus radikais no desportus marítimus;
- Dezenvolve futebol, voleibol ho basketeból, inklui dezenvolvimentu ligas, halo parseria ho entidades nasionais no internasionais;
- Apoia Komisaun Reguladora Artes Marsiais nian, atu bele dezenvolve modalidade ida ne'e, ho forma pasífika no gratifikante ba ninia partisipantes, hodi kumpre Lei Artes Marsiais nian iha nível Nasionál;
- Promove realizasaun kompetisaun saudável entre grupus artes marsiais, ho objetivu atu promove amizade no solidariedade entre grupus ne'e, hodi hakotu mentalidade violénsia nian;
- Reabilita infraestruturas desportivas no harii instalasoens foun, inklui Jináziu multiuzus iha kada Munisípiu (PED 2020) no reabilita Estádiu Díli ho kompleksu Jimnodesportivu;
- Promove profisionalizasaun Desportu nian, liuhusi kapasitasaun ba federasaun desportiva sira, ho objetivu másimu atu garante partisipasaun timoroan sira iha *Asian Games*, *Sea Games* no *Jogos Olímpicos*.

2.8. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Vivemos uma era de globalização e tecnologia, onde os cidadãos de qualquer país poderão ter acesso ao conhecimento de forma rápida e abrangente. É, no entanto, necessário criar condições de acesso às tecnologias de informação e comunicação e incutir nas pessoas e nas instituições a sua participação ativa na produção, disseminação e uso do conhecimento.

O domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação, irá contribuir para a melhoria da qualidade de ensino e formação, para uma melhor gestão e administração públicas e para o desenvolvimento do setor privado, fatores necessários à competitividade e desenvolvimento sustentável do País.

Assim, o Governo irá prosseguir com as seguintes ações:

- Implementar a Política de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Desenvolver e implementar o quadro legal de apoio ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação propondo ao Parlamento Nacional, nomeadamente, a aprovação de legislação em matéria de criminalidade informática e de gestão, acesso e proteção de bases de dados pessoais eletrónicas;
- Capacitar a Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação I.P. - TIC TIMOR com a missão de gerir a rede informática do Governo e de outras entidades públicas com vista à modernização do Estado e a melhorar o funcionamento e a prestação de serviços das instituições públicas;
- Reforçar as capacidades em termos de instituições, infraestruturas e recursos humanos neste setor;
- Implementar uma estratégia de modernização administrativa, desenvolvendo a mais-valia do Governo Eletrónico, incluindo o estabelecimento das plataformas de conectividade e acesso à internet em todas as instituições do Estado e do Governo;
- Proporcionar ações de formação em Tecnologias de Informação e Comunicação para todos os líderes, administradores, diretores e funcionários públicos;
- Criar as infraestruturas necessárias para o acesso generalizado à internet em todo o país, incluindo em áreas rurais, através da criação de Espaços Internet ou Centros de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Continuar a realizar acampamentos de Tecnologias de Informação e Comunicação em todo o país;
- Promover a criação de conteúdos, adaptados às circunstâncias e necessidades locais;
- Promover e facilitar o acesso das mulheres às novas Tecnologias de Informação e Comunicação;

2.8. Teknolojias Informasaun no Komunikasaun (TIC)

Ita moris iha era globalizasaun no teknolojia ne'ebé, sidadauns husi kualkér país bele hetan koñesimentu ne'ebé lailais no luan tebetebes. Maibé presiza kria kondisoens atu hetan asesu ba teknolojias informasaun no komunikasaun, hodi inkuti (ka, haburas) iha ema no iha instituisoens, sira-nia partisipasaun ativa iha produsaun, diseminasaun no uzu ba koñesimentu ne'e.

Domíniu kona-ba Teknolojias de Informasaun no Komunikasaun sei kontribui hodi hadi'a kualidade ensinu no formasaun, ba jestaun ho administrasaun públikas ne'e di'ak liu no ba dezenvolvimentu setór privadu, fatores ne'ebé nesesárius ba kompetitividade ho dezenvolvimentu sustentável país nian.

Nune'e, Governu sei kontinua ho asoens hanesan tuir mai:

- Implementa Polítika kona-ba Teknolojias de Informasaun ho Komunikasaun;
- Dezenvolve no implementa kuadru legál kona-ba fó apoiu ba uzu Teknolojias de Informasaun no Komunikasaun, hodi propoin ba Parlamentu Nasionál kona-ba aprovasaun lejizlasaun iha matéria kriminalidade informátika no jestaun, asesu no protesaun ba baze de dadus pesoais eletrónikas;
- Kapasita Ajénsia Teknolojia de Informasaun no Komunikasaun IP – TIC TIMOR, , ne'ebé nia misaun mak atu jere rede informátika husi Governu ho entidades públikas seluk tan, ba modernizasaun Estadu no hadi'a funsionamentu ho prestasaun servisu sira instituisoens públikas nian;
- Reforsa kapasidades iha instituisoens, no iha infraestruturas no rekursus umanus iha setór ida ne'e;
- Implementa estratéjia kona-ba modernizasaun administrativa, hodi dezenvolve valor adisionál husi Governu Eletróniku, inklui estabelesimentu plataformas konektividade ho asesu ba internet, iha instituisoens Estadu no Governu nian tomak;
- Proporsiona asoens formasaun iha Teknolojias de Informasaun no Komunikasaun ba líderes, administradores, diretores ho funsionárius públikus hotu;
- Kria infraestruturas ne'ebé presiza, ba asesu jeneralizadu ba internet iha País tomak, inklui iha áreas rurais, liuhusi kriasaun Espasus Internet ka Sentrus de Teknolojias de Informasaun no Komunikasaun;
- Kontinua realiza akampamentus ba Teknolojias de Informasaun no Komunikasaun nian iha País tomak;
- Promove kriasaun konteúdus ne'ebé adapta ba sirkunstánsias ho nesesidades lokais;
- Promove no fasilita asesu Feto sira-nian ba Teknolojias de Informasaun no Komunikasaun foun;

- Promover a investigação científica, a inovação e a competitividade fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação;

- Criar parcerias, com o setor privado nacional e internacional, por forma a desenvolver as Tecnologias de Informação e Comunicação, enquanto instrumento útil de aquisição, produção e difusão do conhecimento;

- Continuar a oferecer formação gratuita na área de informática, na ótica do utilizador, desenho gráfico e o uso de novas tecnologias de informação para pesquisa e investigação e criação de negócios.

2.9. Comunicação Social

A Constituição da República determina que é garantida a liberdade de imprensa e dos demais meios da comunicação social, incluindo a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a liberdade editorial, a proteção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão. O Estado deve assegurar a liberdade e a independência dos órgãos públicos de comunicação social perante o poder político e o poder económico e garantir a não monopolização dos meios de comunicação social.

Compete ainda ao Estado assegurar a existência de um serviço público de rádio e de televisão, que deve ser isento, tendo em vista, entre outros objetivos, a proteção e divulgação da cultura e das tradições de Timor-Leste, bem como a garantia da expressão do pluralismo de opinião.

O Governo irá:

- Apoiar e reforçar a TATOLI – Agência Noticiosa de Timor-Leste, IP;

- Apoiar e reforçar o Conselho de Imprensa, enquanto órgão independente regulador do setor da comunicação social;

- Continuar a apoiar programas de disseminação da ação governativa, promovendo o conhecimento do público sobre a ação governativa e uma maior transparência sobre a governação;

- Continuar a apoiar a RTTL, E.P. incluindo a melhoria das infraestruturas físicas e a atualização de equipamentos técnicos, e a implementação de um Plano Estratégico da Empresa, por forma a melhorar a qualidade e a quantidade da informação divulgada;

- Propor ao Parlamento Nacional a aprovação de legislação para regular o sector da comunicação audiovisual em Timor-Leste;

- Estabelecer o Instituto de Formação de Jornalistas e continuar a apostar na formação de jornalistas para o desenvolvimento e diversificação do sector;

- Desenvolver mecanismos de cooperação intersectorial, que potenciem o uso correto das línguas oficiais por parte dos jornalistas;

- Promove investigasaun sientífika, inovasaun ho kompetitividade ne'ebé uza teknolojias de informasaun no komunikasaun;

- Kria parserias ho setór privadu Nasionál no internasionál, atu bele dezenvolve Teknolojias de Informasaun no Komunikasaun, nu'udar instrumentu ne'ebé útil ka di'ak ba akizisaun, produsaun no difuzaun koñesimentus;

- Kontinua oferese formasaun gratuita, iha área informátika, husi ótika utilizador nian, dezeñu gráfiku no uzu teknolojias de informasaun foun ba peskiza ho investigasaun no kriasaun negósius.

2.9. Komunikasaun Sosiál

Konstituisaun Repúblika determina katak sei garante liberdade ba imprensa no ba meius komunikasaun sosiál seluk tan, inklui liberdade de espresaun ho kriasaun husi jornalistas, asesu ba fontes informasaun, liberdade editoriál, protesaun ba independénsia no ba sijilu (ka, segredu) profisionál no direitu kona-ba estabelese jornais, publikasoens no meius de difuzaun seluk tan. Estadu tenke asegura liberdade no independénsia, husi Órgauns Públikus, ba komunikasaun sosiál, hasoru Poder Polítiku no Poder Ekonómiku, no garante katak sei la iha monopóliu kona-ba meius komunikasaun sosiál.

Sei kompete mos (ka, sai responsabilidade) ba Estadu atu asegura ezisténsia Servisu Públiku ba Rádiu no Televizaun, ne'ebé tenke izentu, hodi haree mos, entre objetivu sira-seluk, kona-ba protesaun no divulgasaun kultura no tradisoens Timor-Leste nian, no mós garantia kona-ba espresaun tuir pluralizmu opiniaun.

Tanba ne'e, mak Governu sei:

- Apoia no reforsa TATOLI - Ajénsia Notisioza Timor-Leste IP;

- Apoia no reforsa Konsellu de Imprensa, nu'udar órgaun independente regulador ba setór komunikasaun sosiál;

- Kontinua apoia programas diseminasaun kona-ba Asaun Governativa, hodi promove koñesimentu públiku nian ba asaun governativa ho transparénsia ne'ebé boot liu kona-ba governasaun;

- Kontinua apoia RTTL, E.P. inklui hadi'a infraestruturas fízikas ho atualizasaun ekipamentus téknikus, no mós iha implementasaun Planu Estratéjiku ida ba Imprensa, atu nune'e bele hadi'a kualidade ho kuantidade informasaun ne'ebé divulga;

- Propoin ba Parlamentu Nasionál atu aprova lejizlasaun hodi regula setór komunikasaun audiovisuál iha Timor-Leste;

- Estabelese Institutu ba Formasaun de Jornalistas no kontinua aposta iha formasaun jornalistas ba dezenvolvimentu no diversifikasaun setór ida ne'e;

- Dezenvolve mekanizmus ba kooperasaun intersetoriál, ne'ebé bele poténsia (ka optimiza) uzu ne'ebé korretu kona-ba línguas ofisiais husi jornalistas;

- Desenvolver mecanismos de cooperação intersectorial por forma a fomentar e divulgar as línguas oficiais junto de toda a população;
- Apoiar o Conselho das Rádios Comunitárias e o estabelecimento de novas estações de rádios comunitárias;
- Apoiar as Associações de Jornalistas Nacionais;
- Incentivar o acesso e participação das mulheres nos órgãos de comunicação social;
- Incrementar a perspetiva de género nos órgãos de comunicação social e incentivar campanhas e programas que promovam o uso das línguas oficiais, a identidade nacional, a educação para a cidadania, o papel das mulheres na sociedade e o conhecimento técnico e científico;
- Promover a diversificação de órgãos de comunicação social ao nível municipal;
- Criar, em colaboração com o Ministério da Administração Estatal, um programa de disseminação da política de descentralização municipal;
- Criar um programa de apoio aos meios de comunicação social privados por forma a contribuir para o desenvolvimento do setor da comunicação social;
- Criar um Centro de Informação em cada Suco com o objetivo de promover o conhecimento de todos sobre as notícias da atualidade, internacionais e nacionais;
- Criar um programa de formação profissional para capacitar os "*media officers*" das linhas ministeriais e dos Municípios com o objetivo de aumentar a eficácia da comunicação oficial de cada instituição;
- Desenvolver um plano de disseminação da promoção de Timor-Leste através das plataformas digitais.

2.10. Sociedade Civil

A Sociedade Civil é parte determinante do processo de construção do Estado e da Nação, do desenvolvimento e consolidação democrática de Timor-Leste.

A parceria entre o Governo e as organizações da Sociedade Civil deve ser reforçada no sentido de uma participação mais ativa e responsável na implementação da agenda estratégica para o desenvolvimento do País.

Apoiar a Sociedade Civil, no cumprimento do seu papel, é ainda parte integrante da estratégia do Executivo em assegurar uma boa governação e de promover a inclusão social. A construção de uma Nação saudável implica o desenvolvimento de uma sociedade civil igualmente saudável e independente.

O Governo irá, por isso, contribuir para a melhoria das capacidades, iniciativas e ações da Sociedade Civil, promovendo assim também a tolerância, a paz e a dignidade humana e mantendo o Estado responsável pelas suas ações e promovendo soluções alternativas e progressistas para o País.

- Dezenvolve mekanizmus ba kooperasaun intersetoriál, hodi fomenta no divulga lian ofisiais ba populasaun tomak;
- Apoia Konsellu de Rádius Komunitárias no estabelesimentu estasoens Rádius Komunitárias foun;
- Apoia Asosiasoens de Jornalistas Nasionais;
- Insentiva asesu no partisipasaun Feto, iha órgauns de komunikasaun sosiál;
- Inkrementa ka dezenvolve perspetiva kona-ba Jéneru iha Órgauns Komunikasaun Sosiál no insentiva kampañas no programas ne'ebé bele promove uza lian ofisiál sira, identidade Nasionál, edukasaun ba sidadania, knaar feto nian iha sosiedade no koñesimentu tékniku no sientífiku;
- Promove diversifikasaun Órgauns de Komunikasaun Sosiál, iha nível Munisipál;
- Kria, hamutuk ho Ministériu Administrasaun Estatál, programa ida hodi dissemina polítika desentralizasaun administrativa;
- Kria programa ida hodi fó apoiu ba meios komunikasaun sosiál privadu sira atu kontribui ba dezenvolvimentu husi setór komunikasaun sosiál nian;
- Kria Sentru Informasaun iha Suku ida-idak, ho objetivu atu promove koñesimentu husi sidadaun hotu-hotu kona-ba notísia atualidade nian, nasionál no internasionál;
- Kria programa formasaun profisionál hodi kapasita "*media officer*" sira husi liña ministeriál no husi Munisípiu sira, ho objetivu atu aumenta efikásia komunikasaun ofisiál instituisaun ida-idak;
- Dezenvolve planu ida hodi dissemina promosaun Timor-Leste nian, liuhusi plataformas dijitais.

2.10. Sosiedade Sivíl

Sosiedade Sivíl hanesan parte determinante iha prosesu konstrusaun Estadu, iha dezenvolvimentu no konsolidasaun demokrátika iha Timor-Leste.

Parseria entre Governu ho Organizasoens Sosiedade Sivíl tenke reforsa hodi bele iha partisipasaun ne'ebé ativa no responsável liután iha implementasaun ajenda estratéjika ba dezenvolvimentu País nian.

Apoia Sosiedade Sivíl atu kumpre nia papel, sai hanesan parte integrante husi estratéjia Ezekutivu nian, atu asegura boa governasaun no promove inkluzaun sosiál. Konstrusaun Nasaun ida ne'ebé saudável, implika (ka husu) dezenvolvimentu Sosiedade Sivíl ida ne'ebé mos saudável no independente.

Governu sei, ho ida ne'e, kontribui hodi hadi'a kapasidades, inisiativas ho asoens Sosiedade Sivíl nian, promove mos toleránsia, pás ho dignidade umana no mantein Estadu responsável, ba ninia asoens no fó solusoens alternativas no progresistas ba País.

- Realizar um estudo e averiguar a sustentabilidade financeira de atribuição de fundos e incentivos fiscais às organizações da sociedade civil, por forma a ajudar o Estado na tomada de decisões acertadas nesta matéria;

- Melhorar o apoio à implementação das atividades da Sociedade Civil, incluindo a melhor coordenação e diálogo com o Governo;

- Promover e dinamizar a cooperação entre a Sociedade Civil de vários países ou grupos de países (nomeadamente através da CPLP e da ASEAN), com o objetivo de explorar oportunidades de desenvolvimento económico, cultural, social, religioso e político, bem como ações de solidariedade e de defesa dos direitos humanos;

- Continuar a apoiar e colaborar com as diferentes instituições e confissões religiosas, incentivando a realização de iniciativas que promovam os valores morais e éticos da sociedade, bem como a promoção da paz, harmonia familiar e social e da tolerância;

- Promover a participação ativa das Sociedade Civil no combate à redução da pobreza nas áreas rurais de forma sustentável;

- Promover a participação da Sociedade Civil na melhoria da boa governação;

- Promover o envolvimento ativo da Sociedade Civil na promoção dos deveres cívicos e dos direitos humanos.

2.10.1. Religião

A toda a pessoa, segundo a Constituição de Timor-Leste, é assegurada a liberdade de consciência, de religião e de culto, encontrando-se as confissões religiosas separadas do Estado.

Ninguém pode ser perseguido nem discriminado por causa das suas confissões religiosas e é ainda garantida a liberdade do ensino a qualquer religião, no âmbito da respetiva confissão religiosa.

O governo irá continuar a apoiar e a colaborar com as diferentes instituições e confissões religiosas, incentivando a realização de iniciativas que promovam os valores morais e éticos da sociedade, bem como a promoção da paz, harmonia familiar, social e da tolerância.

Além disso:

1. Continuar a cooperação com a Conferência Episcopal Timorense (CET) no âmbito de boa governação, reforçar instituição da CET, na transparência e responsabilização;

2. Desenvolver uma política que assegure a prática de todas as confissões religiosas de forma pacífica;

3. Promover a participação das confissões religiosas no âmbito da promoção dos direitos humanos, educação cívica e redução da pobreza.

- Halo estudu ida no averigua (katak buka hatene didi'ak) iha ka la iha sustentabilidade finanseira kona-ba atribuisaun (ka, fó de'it) fundus no kona-ba insentivus fiskais ne'ebé organizasoens sosiedade sivíl hetan ka simu, atu nune'e Estadu bele hasai desizaun ne'ebé loos;

- Hadi'a apoiu ba implementasaun atividades Sosiedade Sivíl nian, inklui koordenasaun no diálogu ne'ebé di'ak liu ho Governu;

- Promove no dinamiza kooperasaun entre Sosiedade Sivíl husi paízes ka grupus paízes (hanesan liuhusi CPLP ho ASEAN) ho objetivu atu explora oportunidades dezenvolvimentu ekonómiku, kulturál, sosiál no polítiku, no mós asoens solidariedade no defeza direitus umanus;

- Kontinua fó apoiu no kolabora ho instituisaun no konfisaun relijioza oioin, hodi insentiva realizasaun inisiativa sira ne'ebé bele promove valór morál no étiku sira sosiedade nian, no mós promosaun ba Dame, armonia familiár no sosiál, no toleránsia;

- Promove partisipasaun ativa husi Sosiedade Sivíl iha kombate ba pobreza iha área rurál, ho forma ne'ebé sustentável;

- Promove partisipasaun husi Sosiedade Sivíl iha melloria ba boa governasaun;

- Promove envolvimentu ativu husi Sosiedade Sivíl iha promosaun ba devér síviku sira no ba direitus umanus.

2.10.1. Relijiaun

Konstituisaun Timor-Leste asegura, ba ema hotu-hotu, liberdade de konsiénsia, relijiaun no kultu, maibé iha separasaun konfisoens relijiozas husi Estadu.

Ema ida sei labele hetan persegisaun ka diskriminasaun, tanba ninia konviksoens relijiozas, hodi mós iha garantia ba liberdade hanorin ba kualkér relijiaun, tuir ida-idak nia fiar.

Governu sei kontinua apoia no kolabora ho instituisoens no konfisoens relijiozas ne'ebé eziste, hodi insentiva sira hala'o inisiativas ne'ebé bele promove valores morais no étikus iha sosiedade nia laran no mós promove pás, armonia familiár no sosiál ho mós toleránsia.

Aleinde ne'e, Governu sei:

1. Kontinua kooperasaun ho CET (Konferénsia Episkopál Timorense) relasiona ho boa governasaun, reforsa CET nu'udar instituisaun, no mós relasiona ho transparénsia no responsabilidade;

2. Dezenvolve polítika ida ne'ebé bele garante katak konfisaun relijioza hotu-hotu bele pratika sira nia fiar ho dame;

3. Promove partisipasaun husi konfisaun relijioza sira iha promosaun ba direitus umanus, edukasaun sívika no redusaun pobreza.

2.11. Habitação

Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Para proporcionar uma habitação condigna aos nossos cidadãos, o Governo vai:

- Rever a Política Nacional de Habitação, de 2007, e desenvolver um Programa Nacional de Habitação, incluindo as questões de sustentabilidade, para garantir, a prazo, uma habitação condigna a todos os timorenses, com acesso a água potável e reservatório, instalações de saneamento individual (casa de banho), cozinha, eletricidade e um nível de conforto do adequado aos padrões modernos;
- Criar regulamentação de forma a estabelecer requisitos mínimos para a edificação de forma a assegurar a construção de habitações condignas que promovam uma habitabilidade em condições de segurança e salubridade;
- Rever e reformar o Programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG Sucos – PED 2015);
- Criar e implementar um programa de apoio à reabilitação e construção de habitações de forma a melhorar a qualidade de habitabilidade;
- Introduzir técnicas modernas e materiais de construção mais adequados à cultura, tradição e clima de Timor-Leste, envolvendo a participação das comunidades locais durante todo o processo;
- Estudar e implementar um programa de promoção de edificação de habitação por parte de investidores particulares, em zonas novas, através de Planos de Urbanização planeados e dotados de todas as infraestruturas e devidamente aprovados;
- Assegurar um acompanhamento permanente às comunidades, em relação à forma como as suas habitações acolhem animais de criação, formando e sensibilizando os líderes comunitários e chefes de família para as questões de Saúde Pública associadas ao convívio com esses animais;
- Fomentar uma política de habitação saudável e de bairros inovadores e integrados;
- Atribuir apoios às comunidades, aldeias e sucos com vista ao seu desenvolvimento.

3. PROSSEGUIR COM O DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS

"Um pilar central do Plano Estratégico de Desenvolvimento é a construção e a manutenção de um leque de infraestruturas produtivas".

As infraestruturas são cruciais ao desenvolvimento económico

2.11. Abitasaun

Ema hotu-hotu iha direitu, ba nia an rasik no ba nia família, ba abitasaun (ka uma) di'ak ida ho luan ne'ebé natoon, ho kondisoens ijiene no konfortu, ne'ebé bele prezerva intimidade pesoál ho privasidade família nian.

Atu proporsiona abitasaun ne'ebé kondigna ba ita-nia sidadauns, Governu sei:

- Revee Polítika Nasionál ba Abitasaun, tinan 2007 nian, hodi dezenvolve Programa Nasionál Abitasaun, iha ne'ebé inklui kestoens sustentabilidade, hodi garante, tuir prazu, abitasaun ne'ebé kondigna ba timoroan hotu-hotu, ho asesu ba bee mós no rezervatóriu, instalasoens saneamentu individuál (hariis fatin), koziña ka dapur, eletrisidade ho nível konfortu ne'ebé tuir padroens modernus;
- Kria regulamentus hodi estabelese rekizitus mínimus, atu bele harii no asegura konstrusaun uma ne'ebé dignu, ne'ebé promove habitabilidade ho kondisaun seguransa no mós ho hijiene;
- Haree di'ak fali no reforma Programa kona-ba Objetivus Dezenvolvimentu Miléniu (MDG Sukus – PED 2015);
- Kria no implementa programa apoiu ba reabilitasaun no konstrusaun uma, hodi hadi'a kualidade nu'udar hela fatin;
- Introdús téknikas modernas ho materiais konstrusaun ne'ebé di'ak no haree tuir kultura, tradisaun ho klima Timor-Leste, envolve partisipasaun komunidades lokais durante prosesu tomak;
- Estuda no implementa programa kona-ba promosaun atu harii uma hosi investidores privadu sira, iha fatin foun, liuhosi Planu Urbanizasaun ne'ebé planeadu no ho infraestruturas hotu ne'ebé hetan ona aprovasaun;
- Asegura akompañamentu permanente ba komunidades, relasiona ho forma oinsá nia abitasoens bele simu animais hakiak, hodi forma no sensibiliza líderes komunitárius ho xefes de família kona-ba kestoens Saúde Públika, ne'ebé asosia ho konvíviu (ka moris hamutuk) ho animais.
- Promove polítika ida kona-ba abitasaun saudável no bairru sira ne'ebé inovadór no integradu;
- Fó apoiu ba komunidade, aldeia no suku sira ba ninia dezenvolvimentu.

3. KONTINUA HO DEZENVOLVIMENTU INFRAESTRUTURAS

"Pilár sentrál ida hosi Plano Estratéjiku ba Dezenvolvimentu maka konstrusaun no manutensaun iha infraestuturas oioin ne'ebé produtivas".

Infraestuturas, importante tebes ba dezenvolvimentu

e social, sendo que a escala e os custos associados à implementação de uma rede infraestrutural, são um enorme desafio que permitirá sustentar a produtividade, a criação de emprego e o desenvolvimento do setor privado ao nível nacional.

Por esta razão, o planeamento, orçamentação, monitorização e a avaliação são parte essencial desta estratégia. Assim, a curto prazo, o Governo propõe-se a fazer um levantamento detalhado de todas as infraestruturas e projetos em curso durante estes 5 últimos anos, para auditoria, reavaliação, correção e reestruturação do plano de infraestruturas, para se combater a total falta de transparência, que foi sendo posta de lado, e com o objetivo de reduzir as assimetrias, colmatando as muitas lacunas ainda existentes em termos de infraestruturas básicas no país.

Umas das principais prioridades do Governo, relativamente ao setor das infraestruturas, é exigir maior profissionalismo por parte dos recursos humanos e empresas contratadas neste setor, implementando uma reforma institucional que inclua um melhor planeamento, monitorização, inspeção e fiscalização dos projetos e obras em curso. Considerando que, para construir uma economia produtiva e moderna, é necessário continuar a realizar um investimento considerável em infraestruturas de grande escala, é necessário garantir construções de qualidade e assegurar o custo-benefício das mesmas, projetando, ainda, os investimentos futuros necessários em termos de operação e manutenção e aferindo sobre os recursos disponíveis e a sustentabilidade futura.

Pretende-se, com este plano de infraestruturas, combater a pobreza extrema no País.

É neste âmbito que, através da construção de infraestruturas básicas, queremos também:

- Criar melhores condições de saúde, incluindo o bem-estar físico, mental e social dos cidadãos, o que inclui, nomeadamente: facilitar o acesso à prestação de cuidados de saúde primários, secundários e terciários; melhorar o ambiente físico, incluindo estradas e pontes seguras e ponderando a construção equilibrada de infraestruturas, minimizando os riscos de poluição e degradação ambiental e, ainda, investir na limpeza urbana; facilitar e promover o acesso a habitações limpas e com as condições indispensáveis à saúde pública; criar condições de saneamento básico e acesso à eletricidade 24 horas por dia, em todo o país;

- Criar melhores condições de educação, através de mais e melhor acesso aos locais de ensino, de formação profissional e de consumo cultural. Isto inclui também o fornecimento de água, saneamento básico, eletricidade e acesso à internet e às novas tecnologias da informação e comunicação;

- Criar as condições necessárias para o acesso às infra-estruturas públicas básicas dos cidadãos com necessidades especiais;

- Criar condições para o investimento privado e crescimento da economia, já que através da prestação de melhores

ekonómiku no sosiál, maibé sai duni dezafiu bot, tamba infrastrutura ne'e nia eskala no kustus asosiadus ba implementasaun rede infraestruturál ida, maka permite atu sustenta produtividade, kriasaun servisu no dezenvolvimentu ba setór privadu, iha nível Nasionál.

Ho razaun ida ne'e, planeamentu, orsamentasaun, monitorizasaun no avaliasaun halo parte importante iha estratéjia ida ne'e. Nune'e, iha tempu badak, Governu propoin halo levantamentu ida ne'ebé detalladu ba infraestruturas hotu no projetus ne'ebé halo iha tinan 5 ikus ne'e, para bele loke auditoria, hodi halo avaliasaun foun, korresaun no restruturasaun iha planu infraestruturas nian, atu kombate totál falta de transparénsia, ne'ebé soe hela ba sorin, no ho objetivu atu hamenus tiha asimetrias (ka, diferensas boot husi fatin ida ba fatin seluk) no haree mós ba lakunas (ka, fallas) ne'ebé sei eziste, iha infraestruturas bázikas iha País laran.

Prioridade prinsipál hosi Governu, kona-ba setór infraestruturas nian maka, sei ezije profisionálismo boot liu hosi rekursus umanus no emprezas ne'ebé hetan kontratu iha setór ida ne'e, hodi implementa reforma institusionál ida ne'ebé inklui ona planeamentu ne'ebé di'ak, monitorizasaun, inspesaun no fiskalizasaun ba projetus no obras hirak ne'ebé la'o hela.

Ho hanoin katak, atu konstrói ekonomia produtiva no moderna, maka presiza kontinua hala'o investimentu iha infraestruturas ho eskala bot, nesesáriu tebes atu garante konstrusaun ho kualidade no asegura ninia kustu-benefísiu, hodi mos loke dalan ba investimentus ne'ebé nesesárius iha futuru, kona-ba operasaun no manutensaun, no hodi haree ba rekursus ne'ebé disponível no ninia sustentabilidade iha loron ikus.

Iha hakarak katak, ho planu infraestruturas ida ne'e, bele kombate pobreza bot iha rai laran. Iha ámbitu ida ne'e, maka liuhosi konstrusaun infraestruturas bázikas, Governu hakarak mós:

- Kria kondisoens ba Saúde di'ak liu, nune'e mós bem-estár fíziku, mentál no sosiál ba sidadauns, ida ne'e inklui: fasilita asesu ba prestasaun kuidadu sira saúde primários, sekundárius no tersiárius; hadi'a ambiente fíziku, inklui estradas no pontes ne'ebé seguras no hanoin ba konstrusaun ekilibrada iha infraestruturas, hodi hamenus risku poluisaun no degradasaun ambientál, no mós investe iha limpeza urbana; fasilita no promove asesu ba uma-mós ho kondisaun ne'ebé di'ak ba saúde públika; kria kondisaun ba saneamentu báziku no asesu ba eletrisidade, iha 24 oras nia laran, iha territóriu tomak;

- Kria kondisoens ba Edukasaun ne'ebé di'ak, liuhosi asesu barak no di'ak liután ba fatin hanorin, ba formasaun profisionál no ba konsumu kulturál. Ne'e inklui mós atu fornese Bee, Saneamentu báziku, eletrisidade no asesu ba internet no mós ba teknolojia foun iha informasaun no komunikasaun nian;

- Kria kondisoens ne'ebé presiza hodi permite katak sidadauns ho nesesidades espesiáis bele asesu ba infraestrutura bázika sira;

- Kria kondisoens ba investimentu privadu no ba kreximentu ekonómiku, tanba liuhosi prestasaun kondisoens di'ak iha

condições de transportes, comunicações e fornecimento de energia é possível dinamizar e diversificar a economia. No entanto, isto deve ser planeado de acordo com as potencialidades regionais e com a devida ponderação sobre os efeitos multiplicadores de outros setores, por forma a retirar dividendos económicos para toda a população;

· Criar condições de emprego, facilitando a mobilidade e o acesso a oportunidades de trabalho, mas também as oportunidades decorrentes do crescimento económico e aumento do investimento privado no País. No entanto, e sobretudo, o processo de construção de infraestruturas necessita naturalmente de uma grande quantidade e variedade de mão-de-obra, criando, assim, uma oportunidade de melhoria das qualificações e especializações, através da negociação dos contratos, entre o Governo e as empresas contratadas, para a construção dos grandes projetos de infraestruturas.

3.1. Governação do Setor das Infraestruturas

Propõe-se fazer um levantamento detalhado, que atualize todas as infraestruturas básicas existentes e os projetos de infraestruturas em curso, para reavaliação, correção e reestruturação do plano de infraestruturas, assegurando construções de qualidade e a melhor relação custo-benefício das mesmas, e projetando os investimentos futuros necessários em termos de operação e manutenção e aferindo sobre os recursos disponíveis e a sustentabilidade futura.

Para isso, o Governo propõe-se, ainda, em termos mais específicos:

· Investir, racionalmente e de forma sustentável, as receitas do Fundo Petrolífero em infraestruturas básicas modernas e produtivas, coordenando estrategicamente o planeamento das mesmas com o desenvolvimento dos outros setores e políticas de desenvolvimento;

· Melhorar a gestão do Fundo das Infraestruturas, através do Secretariado dos Grandes Projetos, por forma a continuar a implementar os projetos de grande dimensão, plurianuais, com prioridade para os projetos que promovam o desenvolvimento socioeconómico do país e, assim, contribuam para o combate à pobreza e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O Fundo das Infraestruturas irá continuar a financiar os projetos de infraestruturas básicas, edifícios públicos, projetos na área da educação, juventude e desporto, saúde, defesa e segurança, habitação social, sistemas financeiros e infraestruturas de apoio;

· Reforçar e capacitar a Comissão Nacional de Aprovisionamento para uma maior eficácia, eficiência e transparência dos procedimentos de aprovisionamento relacionados com infraestruturas, incluindo as funções de apoio a todas as linhas ministeriais nos processos de aprovisionamento em todo o território nacional;

· Reforçar e capacitar a Agência de Desenvolvimento Nacional para uma maior eficácia, eficiência e transparência dos procedimentos e propostas no setor das infraestruturas, incluindo a fiscalização prévia e planeamento de projetos,

transporte, komunikasaun no fornesimentu enerjia, maka bele dinamiza no diversifika ekonomia. Maibé, tenke planeia tuir potensialidade Rejiaun ida-idak nian no tenke haree kona-ba nia efeitu multiplikador iha setór sira seluk, hodi fó benefísius ekonómikus ba populasaun tomak;

· Kria kondisoens ba empregu, hodi fasilita mobilidade no asesu ba oportunidade servisu nian, nune'e mós oportunidades hirak ne'ebé sei mosu husi kreximentu ekonómiku no husi investimentu privadu, ne'ebé sei buras tan iha Rai laran. Maibé, liuliu, prosesu konstrusaun ba infraestruturas ne'ebé naturalmente presiza kuantidade bot no variedade hosi maun-de obra, hodi nune'e mósu tan oportunidades atu hadi'a kualifikasaun no espesializasaun ba ita-nia emar, liuhosi negosiasaun iha kontratus, entre Governu ho emprezas kontratadas, ne'ebé halo konstrusaun ba grandes projetus iha infraestrutura.

3.1. Governasaun iha Setór Infraestruturas

Sei halo levantamentu kle'an ka detalladu ida, ne'ebé bele hamosu atualizasaun ba infraestruturas bázikas hirak ne'ebé iha ona no ba projetus infraestrutura hirak ne'ebé la'o hela, hodi halo reavaliasaun, korresaun no re-estruturasaun ba planu infraestruturas, nune'e bele asegura konstrusaun ho kualidade ho ninia relasaun kustu-benefísiu ne'ebé di'ak liu, no bele projeta investimentus ne'ebé presiza iha futuru, haree husi operasaun no manutensaun, hodi hatene lolós kona-ba rekursus ne'ebé iha no sustentabilidade iha futuru.

Ba hanoin ida ne'e, Governu hakarak mós, iha termus espesifikus, atu:

· Investe, rasionalmente no ho forma sustentável, reseitas husi Fundu Petrolíferu ba infraestruturas bázikas modernas no produtivas, no sei halo koordenasaun ne'ebé estratéjika ba planeamentu ne'e rasik ho dezenvolvimentu setór sira seluk no ba polítikas dezenvolvimentu;

· Hadi'a jestaun Fundu Infraestrutura nian, liuhusi Secretariadu Grandes Projetos, hodi kontinua implementa projetus ho dimensaun boot, plurianuais, ho prioridade ba projetus hirak ne'ebé atu promove dezenvolvimentu sosioekonómiku Rai laran nian, nune'e bele kontribui ba halakon kiak no hadi'a moris sidadauns nian. Fundu Infraestuturas sei kontinua finansia projetus de infraestruturas bázikas, edifísius públikus no projetus iha área edukasaun, juventude no desportu, saúde, defeza no seguransa, abitasaun sosiál, sistemas finanseirus no infraestruturas apoiu nian;

· Reforsa no kapasita Komisaun Nasionál Aprovizionamentu, atu sai efikás, efisiente no transparente liu tan, iha prosedimentus aprovizionamentu ne'ebé relasiona ho infraestruturas, inklui mós funsaun nu'udar apoiu ba liñas ministeriais hotu, iha prosesu aprovizionamentu iha territóriu Nasionál tomak;

· Reforsa no kapasita Ajénsia Dezenvolvimentu Nasionál, sai efikás, efisiente no transparente liu, iha prosedimentus no propostas ba setór infraestruturas, inklui fiskalizasaun prévia no planeamentu ba projetus, nune'e mós iha ninia

bem como as suas funções de gestão de implementação, monitorização, fiscalização, avaliação e controlo de qualidade;

- Assegurar a eficiência, eficácia e transparência do sistema de investimento das infraestruturas e dos grandes projetos, incluindo os procedimentos de aprovisionamento, gestão de contratos e sistema de pagamentos;
- Fortalecer os sistemas de monitorização, inspeção, fiscalização e avaliação dos projetos de infraestruturas e dos grandes projetos, quer em termos de realização física, quer financeira;
- Estabelecer parcerias entre o Ministério das Obras Públicas, a Agência de Desenvolvimento Nacional e as Universidades para reforçar os meios de controlo da qualidade da construção das infraestruturas;
- Continuar a avaliar e certificar as empresas de construção civil e de consultoria técnica civil;
- Desenvolver e atualizar padrões e critérios de construção de infraestruturas básicas;
- Continuar a supervisionar, monitorizar e avaliar a qualidade dos materiais usados na construção de projetos de infraestruturas;
- Desenvolver estudos e análises de qualidade para potenciar a utilização de matérias-primas locais, bem como a utilização de outros bens e materiais, com vista à redução das importações para alimentar o crescimento do setor de infraestruturas;
- Aumentar a capacidade da mão-de-obra timorense, a nível nacional, municipal e rural;
- Assegurar, em contratações futuras, uma maior participação de mão-de-obra timorense, incluindo melhores condições de trabalho, oportunidades de formação e estágios profissionais;
- Estabelecer um sistema para implementar a manutenção regular das infraestruturas;
- Incentivar a participação do setor privado nacional no desenvolvimento das infraestruturas;
- Reforçar a cooperação bilateral com outros países, para a cooperação em infraestruturas de obras públicas;
- Reabilitar o Laboratório Nacional com o objetivo de garantir a qualidade dos projetos de infraestruturas;
- Reforçar o Instituto de Gestão de Equipamentos para responder às situações de emergência e de desastres naturais.

3.2. Rede Rodoviária

O Governo irá continuar a implementar o plano de

funsaun kona-ba jestaun ba implementasaun, monitorizasaun, fiskalizasaun, avaliasaun no kontrolu kualidade nian;

- Asegura efisiénsia, efikásia no transparénsia, iha sistema investimentu ba infraestruturas no projetus boot nian, inklui prosedimentus aprovizionamentu, jestaun ba kontratus no sistema de pagamentus;
- Haforsa sistema monitorizasaun, inspesaun, fiskalizasaun no avaliasaun ba projetus infraestruturas no projetus boot, iha nia realizasaun ka implementasaun fízika no finanseira;
- Estabelese parserias entre Ministériu Obras Públikas, Ajénsia Dezenvolvimentu Nasionál no Universidades hodi reforsa meius kontrolu ba kualidade iha konstrusaun de infraestruturas;
- Kontinua halo avaliasaun, hodi halo (ka fó) sertifikadu ba Emprezas konstrusaun sivíl nian, hanesan mós ba Konsultoria Téknika sivíl;
- Dezenvolve no atualiza padroens no kritérius ba konstrusaun infraestruturas bázikas;
- Kontinua superviziona, monitoriza no avalia kualidade materiais ne'ebé uza iha konstrusaun projetus infraestruturas;
- Halo estudu no análize ba kualidade, hodi haree daudauk ona ba utilizasaun matérias-primas lokais, nune'e mós iha utilizasaun bens no materiais seluk, hodi hamenus importasaun, ne'ebé sustenta hela kreximentu setór infraestruturas;
- Aumenta kapasidade 'mão-de-obra' (ka badaen) timoroan nian, iha nível Nasionál, Munisipál no rural;
- Asegura, iha kontratos ne'ebé sei halo iha futuru, partisipasaun bot badaen (ka mao-de-obra) timoroan, inklui hadi'a kondisoens servisu ne'ebé di'ak liu no oportunidades ba formasaun no estájius profisionais;
- Estabelese sistema hodi implementa manutensaun regulár husi infraestrutura sira;
- Insentiva partisipasaun setór privadu Nasionál iha dezenvolvimentu infraestruturas;
- Haforsa kooperasaun bilaterál ho nasoens seluk, hodi halo kooperasaun iha infraestruturas ba obras públikas;
- Halo reabilitasaun ba Laboratóriu Nasionál hodi garante qualidade husi projetu sira infraestrutura nian;
- Reforsa Institutu Jestaun Ekipamentus hodi fó resposta ba situasoens emerjénsia no dezastres naturais.

3.2. Rede Rodoviária

Governu sei kontinua implementa planu infraestrutura ba rede

infraestruturas referente à rede rodoviária do País, incluindo a construção, reabilitação e manutenção das estradas nacionais, municipais e rurais, segundo os critérios internacionais de qualidade e segurança.

Neste âmbito, destacamos as seguintes ações e metas principais:

- Reabilitar todas as estradas rurais, recorrendo a empresas locais (PED 2015 - 1270 km), implementando o Programa de Desenvolvimento das Estradas Rurais e o Plano Mestre e Investimento Estratégico para as Estradas Rurais;
- Reabilitar todas as estradas nacionais, regionais e urbanas (na capital dos municípios), segundo os padrões internacionais (PED 2022);
- Realizar estudos anuais de monitorização das condições das estradas em todas as estradas reabilitadas, para determinar as necessidades de manutenção (PED 2015);
- Concluir o plano para a autoestrada nacional de circunvalação. O Governo irá rever o desenho detalhado da II à IV fases, antes de lançar o concurso público de aprovisionamento;
- Realizar estudos de monitorização das pontes existentes no país e assegurar a reabilitação e a manutenção das mesmas, bem como a construção de novas pontes em áreas nevrálgicas do País;
- Realizar estudos de monitorização de controlo de cheias e continuar a assegurar a construção de paredes de retenção e gabiões em todo o território nacional.

3.3. Água e Saneamento Básico

Um claro reforço no investimento, para o acesso à água potável e saneamento básico, é inadiável. A ausência destas infraestruturas afeta gravemente a saúde pública e a qualidade de vida das populações, potenciando a propagação de doenças, a mortalidade e o deficiente desenvolvimento das crianças.

Investir em água e saneamento é investir em saúde, educação, no meio ambiente e no crescimento económico, melhorando as oportunidades de emprego e a produtividade do País. O investimento estratégico nestas áreas é essencial para o crescimento económico e para o bem-estar da população.

Neste âmbito, o Governo reconhece que não tem havido um investimento substancial neste setor até à data, e encara o investimento em saneamento básico como uma prioridade, também enquanto forma sustentável de combate à pobreza.

Os objetivos do Governo, nesta área, são:

- Providenciar acesso generalizado, seguro e sustentável ao abastecimento de água, seja para o consumo privado de todos os cidadãos, seja para a agricultura, comércio e indústria;

rodoviária iha Rai laran, inklui konstrusaun, reabilitasaun no manutensaun ba estradas nasionais, munisipais no rurais tuir kritériu internasionál ba nia kualidade no iha seguransa.

Iha biban ida ne'e, destaka mós asaun no metas prinsipais hanesan tuir mai:

- Hadi'a estradas rurais, hodi uza emprezas lokais (PED 2015 - 1270 km), hodi implementa Programa ba Dezenvolvimentu Estradas Rurais no Planu Mestre no Investimentu Estratéjiku kona-ba Estradas Rurais;
- Halo reabilitasaun ba estradas nasionais ho rejionais no urbanas (iha kapitál munisípius), tuir padroens internasionais (PED 2022);
- Realiza estudus anuais iha monitorizasaun ba kondisaun estradas iha estradas hotu-hotu ne'ebé reabilita, atu nune'e bele determina nesesidade ba halo manutensaun (PED 2015);
- Kompleta planu ba autoestrada Nasionál sirkunvalasaun nian. Governu sei revee didi'ak dezeñu ho nia detalles hotu husi faze II t'o faze IV, molok atu loke konkursu aprovizionamentu;
- Halo estudu kona-ba monitorizasaun ba pontes ne'ebé eziste (ka, iha ona) iha rai laran no asegura nia reabilitasaun no manutensaun ne'e rasik, hanesan mos konstrusaun ba pontes foun, iha áreas nevráljicas iha Rai laran;
- Hala'o estudu kona-ba monitorizasaun ba kontrolu xeias no kontinua asegura konstrusaun paredes de retensaun (ka, bronjong) no gabioens iha territóriu Nasionál tomak.

3.3. Bee moos no Saneamentu Báziku

Investimentu iha asesu ba Bee moos no Saneamentu báziku labele adia (ka dada) tan. Laiha infraestrutura ida ne'e maka sei afeta ba saúde públika, inklui hada'et moras, mate, no dezenvolvimentu ladi'ak ba labarik sira.

Investe iha Bee moos no Saneamentu maka hanesan investimentu iha Saúde, Edukasaun, iha meiu ambiente no iha kreximentu ekonómiku, inklui hadi'a oportunidade ba empregu no produtividade Nasaun nian. Investimentu estratéjiku ba áreas hirak ne'e, importante tebes ba kreximentu ekonómiku no ba moris di'ak populasaun nian.

Iha biban ida ne'e, Governu rekoñese katak, laiha (ka seidauk iha) investimentu substansiál ida ba setór ida ne'e to'o agora, no hatene katak investimentu iha Saneamentu Báziku hanesan prioridade ida, no mós hanesan forma ida hodi halakon kiak.

Objetivus Governu nian, ba área ida ne'e, maka:

- Fó asesu ne'ebé jeneralizadu, seguru no sustentável ba abastesimentu bee moos, ba konsumu privadu sidadauns hotu-hotu, inklui ba agrikultura, komérsiu no indústria;

- Melhorar os indicadores na área da saúde, educação, desenvolvimento social e económico, garantindo o acesso a água potável e saneamento básico, em todo o País;

- Assegurar que todos os timorenses tenham acesso a saneamento básico melhorado, em todo o país, através de um sistema de esgotos autossuficientes e de qualidade, incluindo a construção de centros de tratamento, e providenciando o acesso a instalações sanitárias públicas na capital e nos municípios;

- Assegurar sistemas de drenagem de qualidade em Díli e em todos os municípios;

- Assegurar a formação técnica dos timorenses no setor da água e saneamento básico e a capacitação institucional das entidades e organismos que gerem, implementam, monitorizam e fiscalizam o setor;

- Criar mecanismos alternativos de resiliência perante as alterações climáticas e prevenir os possíveis efeitos das mesmas nas infraestruturas de água e saneamento.

Para a concretização destes objetivos, o Governo irá desenvolver as seguintes ações e alcançar as seguintes metas:

- Assegurar que a maioria da população rural de Timor-Leste tem acesso a água potável fiável e sustentável (PED 2015);

- Assegurar que todas as escolas públicas tenham água potável canalizada (PED 2020);

- Criar mecanismos de coordenação intersectorial para desenvolver um plano estratégico e consistente de gestão de água;

- Aprovar e implementar o Plano de Investimento, Políticas e Reforma Institucional 2023- 2030, a fim de dar cumprimento às metas definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento e do 6º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este plano identificará os investimentos necessários para o abastecimento de água e saneamento em todo o País;

- Desenvolver e implementar estudos, análises e planos de investimento adicionais, que orientem a tomada de decisão sobre as melhores opções para investir no setor da água;

- Desenvolver e implementar estudos, análises e planos de investimento adicionais, que orientem as melhores opções de sustentabilidade para a manutenção e operação dos sistemas de abastecimento de água;

- Rever a Política Nacional para a Gestão dos Recursos Hídricos;

- Rever a Política Nacional para o Abastecimento de Água;

- Rever o quadro legal necessário para a implementação das políticas de gestão de recursos hídricos e abastecimento de água;

- Hadi'a indikadores iha área Saúde, Edukasaun no iha dezenvolvimentu sosiál no ekonómiku, hodi garante asesu ba Bee moos no Saneamentu Báziku, iha territóriu tomak;

- Asegura katak timoroan hotu hetan asesu ba Saneamentu Báziku ne'ebé di'ak, iha territóriu tomak, liuhosi sistema esgotos ne'ebé autosufisientes no ho kualidade, inklui konstrusaun Sentrus de tratamentu, no sei fó asesu ba instalasoens sanitárias públikas, iha Kapitál no iha Munisípiu sira;

- Asegura sistemas drenajen ho kualidade, iha Dili no iha Munisípiu sira hotu;

- Asegura formasaun téknika ba timoroan sira, iha setór Bee no Saneamentu Báziku no assegura kapasitasaun institusionál ba entidades no organismos ne'ebé jere, implementa, monitoriza no fiskaliza setór ne'e;

- Kria mekanizmu alternativu sira ne'ebé di'ak atu hasoru mudansas klimátikas no atu prevene efeitus ne'ebé ladi'ak ba infraestruturas bee moos no saneamentu nian.

Atu konkretiza objetivus hirak ne'e, Governu sei dezenvolve asaun hirak tuir mai, hodi alkansa metas ne'ebé trasa:

- Asegura katak maioria populasaun rurál, iha Timor-Leste, hetan asesu, ne'ebé di'ak no sustentável, ba Bee moos (PED 2015);

- Asegura katak Eskolas Públikas hotu-hotu sei hetan kanalizasaun ba Bee moos (PED 2020);

- Kria mekanizmus koordenasaun intersetoriál, hodi dezenvolve planu estratéjiku ida ne'ebé konsistente ba jestaun Bee moos;

- Aprova no implementa Planu de Investimentu, Polítikas no Reforma Institusionál 2023-2030, hodi kumpre metas hirak ne'ebé define ona iha PED no iha Objetivu VI husi Objetivus ba Dezenvolvimentu Sustentável (ODS). Planu ida ne'e, sei identifika investimentus ne'ebé presiza ba abastesimentu Bee moos no Saneamentu iha territóriu tomak;

- Dezenvolve estudus, análizes no planus investimentu, ne'ebé orienta ba foti desizaun kona-ba opsoens ne'ebé di'ak liu atu investe iha setór Bee;

- Dezenvolve no implementa estudus, análizes no planus investimentu, ne'ebé orienta ba hili opsoens kona-ba sustentabilidade ne'ebé di'ak liu, ba manutensaun no operasaun sistema abastesimentu Bee moos;

- Revee Polítika Nasionál ba Jestaun Rekursus Ídrikus;

- Revee Polítika Nasionál ba Abastesimentu Bee moos;

- Revee kuadru legál ne'ebé presiza, hodi halo implementasaun ba polítikas jestaun rekursus ídrikus nian no abastesimentu Bee moos;

- Implementa Planu Diretor kona-ba Abastesimentu Água no Saneamentu iha Dili no iha Kapitais Munisipais seluk;

- Implementar o Plano Diretor de Abastecimento de Água e Saneamento de Díli e das restantes capitais municipais;
- Reformar o modelo institucional do setor, enquanto setor público com maior autonomia, eficiência e sustentabilidade, para a implementação da estratégia do Governo e para uma efetiva regulação técnica e económica;
- Identificar novas fontes de água, incluindo a dessalinização, construção de reservatórios e instalações de tratamento de águas em todo o território nacional e continuar a expandir a rede de abastecimento de água em todo o território nacional;
- Assegurar que todas as áreas urbanas municipais dispõem de instalações sanitárias melhoradas (PED 2020);
- Conectar todas as habitações aos sistemas de esgotos existentes em Díli e, quando não for possível, garantir a conexão a fossas sépticas ou acesso a instalações sanitárias comunitárias (PED 2020);
- Melhorar a coordenação com os parceiros de desenvolvimento nos projetos de cooperação, no âmbito da provisão de abastecimento e gestão de águas e saneamento nas áreas rurais, por forma a garantir os investimentos imprescindíveis nas comunidades rurais;
- Aprovar e implementar uma Política Tarifária que inclua tarifas diferenciadas para os diferentes consumidores, tanto particulares como comerciais e industriais;
- Desenvolver infraestruturas apropriadas, incluindo sistemas de operação e manutenção, para a recolha, tratamento e eliminação de esgotos (PED 2020);
- Melhorar a monitorização e os sistemas de controlo de recolha e tratamento de águas residuais das instalações públicas, comerciais, industriais, sociais e residenciais;
- Implementar a legislação e regulamentos em vigor e desenvolver sistemas integrados de gestão dos resíduos sólidos urbanos;
- Implementar o Plano Mestre de Saneamento e Drenagem de Díli;
- Melhorar os sistemas de drenagem em todos os municípios, assegurando a construção de sistemas de drenagem de águas pluviais (PED 2020);
- Incrementar os projetos de formação profissional e capacitação institucional para o desenvolvimento das infraestruturas de água e saneamento básico, incluindo a manutenção e operacionalização dos sistemas, em coordenação intersectorial com as entidades governamentais relevantes;
- Assegurar o desenvolvimento de mecanismos de monitorização, prevenção e ação sobre as alterações climáticas, com vista a minimizar os seus efeitos nas infraestruturas de água e saneamento básico, em coordenação intersectorial com as entidades governamentais relevantes.

- Halo Reforma ba modelu institusionál setór nian, nu'udar setór públiku ho autonomia, efisiénsia no sustentabilidade boot liu, hodi implementa estratéjia Governu nian no hodi garante regulasaun téknika no ekonómika ne'ebé efetiva;
- Identifika fontes foun Bee nian, inklui desalinizasaun, konstrusaun rezervatórios no instalasoens ba tratamentu Bee, iha territóriu Nasionál tomak no kontinua loke tan rede abastesimentu Bee iha territóriu Nasionál tomak;
- Asegura katak áreas urbanas munisípais iha instalasoens sanitárias ho kondisoens di'ak (PED 2020);
- Halo koneksaun/ligasaun sistema esgotu ba uma hotu-hotu ne'ebé eziste iha Dili no, bainhira la bele, garante nia ligasaun ba fosa séptika ka asesu ba instalasaun sanitária komunitária nian (PED 2020);
- Hadi'a koordenasaun ho parseirus dezenvolvimentu, iha projetus kooperasaun iha ámbitu abastesimentu no jestaun Bee no Saneamentu iha áreas rurais, hodi garante investimentus ne'ebé importante iha komunidade rurais;
- Aprova no implementa polítika tarifária ida ne'ebé inklui tarifa ne'ebé diferente ba konsumidores diferentes, husi particulares ba konsumidores komersiais no industriais;
- Dezenvolve infraestruturas ne'ebé adekuadu, inklui sistema operasaun no manutensaun hodi rekolla, tratamentu no hamoos esgotus (PED 2020);
- Hadi'a monitorizasaun no sistema kontrolu hodi rekolla no tratamentu ba Bee fo'er iha instalasoens públikas, komersiais, industriais, sosiais no rezidensiais;
- Implementa lejizlasaun no regulamentus, ne'ebé vigora hela, hodi dezenvolve sistemas integradus ba jestaun ba sasán fo'er tós iha sidade laran;
- Implementa Plano Mestre ba Saneamentu ho Drenajen iha Dili;
- Hadi'a sistema Drenajen iha Munisípiu sira hotu, hodi asegura konstrusaun sistemas drenajen ba bee udan-nian (PED 2020);
- Aumenta projetus formasaun profisionál no kapasitasaun institusionál hodi dezenvolve infraestruturas ba Bee no Saneamentu Báziku, inklui manutensaun no operasionalizasaun ba sistemas hirak ne'e, liuhusi koordenasaun intersetoriál ho entidades governamentais relevantes;
- Asegura atu harii mekanizmus ba monitorizasaun, prevensaun no asoens kona-ba alterasaun klima, hodi hamenus ninia efeitu iha infraestruturas Bee no saneamentu báziku, liuhusi koordenasaun intersetoriál ho entidades Governu nian ne'ebé relevantes.

3.4. Energia

O acesso ao fornecimento regular e fiável de eletricidade é um direito básico e o alicerce para o crescimento económico de Timor-Leste. Neste sentido, continuar a investir no setor energético é crucial para melhorar a qualidade de vida dos timorenses e para apoiar o crescimento da indústria, comércio e turismo, contribuindo para o desenvolvimento económico e social nas áreas rurais e urbanas.

O Governo pretende, portanto, continuar a apostar na atualização e melhoria dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, ao mesmo tempo que investe na expansão dos sistemas de energias renováveis.

3.4.1. Fornecimento de Eletricidade

O Governo irá dar prioridade às seguintes ações e metas:

- Assegurar que toda a população tem acesso à eletricidade, 24 horas por dia, quer pela expansão do Programa de Eletrificação Nacional quer através da utilização de fontes de energia renovável (PED 2015) - Em todas as capitais dos Municípios, a população terá acesso à eletricidade 24 horas por dia, bem como nos Postos Administrativos. A maioria dos 461 sucos e a maioria das Aldeias já têm acesso à eletricidade. Em relação a Ataúro, ainda não foi feito um estudo de viabilidade para poder concretizar um plano sustentável de eletrificação da ilha;
- Analisar o ponto de situação nas zonas rurais, especialmente nas áreas mais remotas, e desenvolver um plano concreto de eletrificação rural, incluindo a ligação a pequenas redes locais à rede nacional ou oferecer fontes de energia renovável;
- Rever o Programa de Eletrificação Nacional, para melhorar a produção e distribuição de eletricidade em todo o país e continuar a instalação e manutenção das linhas de média e baixa tensão;
- Rever a reorganização do setor de eletricidade e implementar um novo plano para o país;
- Reestruturar o setor da Eletricidade de modo a permitir a prestação de um melhor serviço e melhor fiscalização, visando a sua maior eficiência quer em termos operacionais, quer económicos;
- Aprovar e implementar uma Política Tarifária que inclua tarifas diferenciadas para os diferentes consumidores, tanto particulares como comerciais e industriais;
- Desenvolver uma nova linha de transmissão entre Camea e Comoro, construir uma nova subestação com a capacidade de 2x31.5 MW, por forma a responder ao incremento das necessidades de fornecimento de energia elétrica na cidade de Díli;
- Estudar e analisar a possibilidade de implementação de uma linha de transmissão Díli – Aileu – Maubisse – Betano por forma a constituir uma alternativa ao fornecimento de energia em situações de sobrecarga;

3.4. Enerjia

Asesu ba fornesimentu eletrisidade, regulár no fiável, sai nu'udar direitu báziku no aliserse ba kreximentu ekonómiku iha Timor-Leste. Ho ida ne'e, kontinua investe iha setór enerjétiku, krusiál hodi hadi'a kualidade moris timoroan sira-nian no hodi fó apoiu ba kreximentu Indústria, Komérsiu no Turizmu, hodi kontribui ba dezenvolvimentu ekonómiku ho sosiál, iha áreas rurais no urbanas.

Governu hakarak nafatin kontinua aposta iha hadi'a sistema tranzmisaun no distribuisaun enerjia elétrika, no mós investe iha expansaun sistema enerjias renováveis.

3.4.1. Fornesimentu Eletrisidade

Governu sei fó prioridade ba asaun no metas tuirmai:

- Asegura katak populasaun tomak hetan asesu ba eletrisidade, iha 24 oras loron-loron, liuhosi expansaun Programa Eletrifikasaun nasionál no mós liuhosi uza fonte enerjias renováveis (PED 2015) - Iha capitais Munisípius hotu-hotu, nune'e mós iha Postos Administrativos, populasaun sei iha asesu ba eletrisidade 24/oras por dia. Maioria husi 461 sukus no maioria Aldeias iha ona asesu ba eletricidade. Kona-ba Ataúro, seidauk halo duni estudo de viabilidade di'ak ida, atu bele konkretiza plano sustentável de eletrifikasaun ba illa iha ne'ebá.
- Analiza pontu situasaun iha zonas rurais, liuliu iha área remota sira, no dezenvolve planu konkretu ida kona-ba eletrifikasaun rurál, inklui liga redes ki'ikoan ba rede Nasionál ka oferese fontes enerjias renováveis;
- Haree fali Programa Eletrifikasaun Nasionál, hodi hadi'a produsaun no distribuisaun eletrisidade iha territóriu tomak no kontinua halo instalasaun no manutensaun ba liñas de média no baixa tensaun;
- Revee organizasaun setór Eletrisidade nian no implementa planu foun ida ba País;
- Reestrutura setór Eletrisidade hodi garante prestasaun servisu di'ak no fiskalizasaun di'ak, hodi haree ba efisiénsia boot iha operasionál no iha ekonómika;
- Aprova no implementa Polítika Tarifária ida ne'ebé inklui tarifas ne'ebé la hanesan ba konsumidores ketak-ketak, ba partikulares, no mós ba komersiais ho industriais.
- Dezenvolve liña transmisaun foun entre Camea no Komoro, harii subestasaun foun ho kapasidade 2 x 31.5 MW, hodi responde ba aumentu husi nesesidade fornesimentu enerjia elétrika iha sidade Dili;
- Estuda no analiza posibilidade hodi implementa liña transmisaun ida Dili – Aileu – Maubisse – Betano, hodi sai hanesan alternativa ida ba fornesimentu enerjia baihira iha sobrecarga;

- Implementar um sistema de controlo e prestação de serviços técnicos de reparação, garantindo fornecimento de energia elétrica 24 horas;

- Estabelecer um sistema de venda *online* de "pulsa".

3.4.2. Gás Natural

Timor-Leste tem acesso a reservas significativas de gás no Mar de Timor. A disponibilidade de gás natural para a produção de eletricidade tem o potencial de oferecer um combustível mais barato e limpo quando comparado com os combustíveis líquidos. Em termos ambientais, para a mesma quantidade de eletricidade produzida, as emissões de carbono, da eletricidade produzida a partir de gás natural, são consideravelmente mais baixas do que a eletricidade produzida a partir de diesel.

Na sequência da assinatura do Tratado das Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e Austrália, o Governo vai iniciar as negociações com as empresas petrolíferas sobre o desenvolvimento do campo do Greater Sunrise e procurar garantir a construção de instalações de processamento de gás na costa sul de Timor-Leste. Neste âmbito, irá desenvolver estudos de viabilidade e sustentabilidade sobre a utilização do gás natural para a produção de eletricidade, realizando esforços para utilizar uma energia que seja menos dispendiosa e que tenha em conta as questões ambientais.

3.4.3. Energias Renováveis

As fontes de energia renováveis podem contribuir para o crescimento económico e reduzir os níveis de pobreza nas áreas rurais remotas. Adicionalmente, contribuem para um meio ambiente menos poluído e para mitigar os impactos das alterações climáticas, no cumprimento dos compromissos assumidos em convenções internacionais.

Neste âmbito, irão ser retomados os estudos com vista à implementação de projetos de produção de energias renováveis e não poluentes, tais como:

- Energia hidroelétrica: produzida com recursos a cursos de água, de acordo com estudos de viabilidade sobre o potencial de projetos hidroelétricos;

- Energia eólica: de acordo com os estudos preliminares já efetuados, sobretudo em regiões montanhosas, onde existe potencial para instalar turbinas eólicas, como os parques eólicos de Lariguto e Bobonaro;

- Energia solar: continuar a desenvolver estudos e a promover iniciativas que utilizem o clima favorável de Timor-Leste e as taxas de luz solar diárias, para a instalação de sistemas de produção de energia solar;

- Energia de biomassa: incrementar os estudos e projetos para a produção de energia através de plantas, resíduos agrícolas e resíduos animais, bem como lixo doméstico e industrial, que podem ser transformados em biomassa e convertidos em eletricidade.

Assim, o Governo irá preconizar as seguintes ações:

- Implementa sistema kontrolu no servisu tékniku reparasaun ida, hodi garante fornesimentu enerjia elétrika 24 oras (loron tomak);

- Estabelese sistema fa'an *online* ida ba "pulsa eletrisidade".

3.4.2. Gás Naturál

Timor-Leste iha asesu ba rezervas boot hosi gás naturál, iha Tasi Timor. Disponibilidade gás naturál ba produsaun eletrisidade iha potensiál atu oferese kombustível ida baratu no mós, bainhira kompara ho kombustível líkidu. Haree ba ambiente nian, ho kuantidade ne'ebé hanesan hosi eletrisidade produzida, emisaun carbono husi eletrisidade ne'ebé prodús husi gás naturál ne'e, konsidera ki'ik liu duke eletrisidade ne'ebé prodús husi diesel.

Ho ona asinatura Tratadu Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste no Austrália, Governu sei hahú negosiasaun ho kompañias petrolíferas kona-ba dezenvolvimentu kampu Greater Sunrise no buka atu garante konstrusaun ba instalasaun prosesamentu gás, iha Kosta Sul Timor-Leste nian. Iha ámbitu ida ne'e, sei dezenvolve estudu viabilidade ida kona-ba utilizasaun gás naturál hodi produz eletrisidade, sei halo esforsu hodi utiliza enerjia ne'ebé bele gasta menus no bele tulun iha problema ambientál.

3.4.3. Enerjias Renováveis

Fontes ba Enerjias renováveis bele kontribui ba kreximentu ekonómiku no hamenus nível kiak iha áreas rurais remotas. No mós kontribui ba ambiente ne'ebé ladún poluídu no bele hamenus impaktu ba alterasaun klimátika, tuir kompromisus ne'ebé assume iha Konvensoens Internasionais.

Iha ámbitu ida ne'e, sei halo fali estudu hodi haree ba implementasaun projetu produsaun enerjias renováveis ne'ebé la poluente, hanesan mós:

- Enerjia idroelétrika ne'ebé produz ho rekursu hosi Bee, tuir estudu viabilidade kona-ba potensiál projetus idroelétrikus;

- Enerjia eólica: tuir estudus preliminares ne'ebé halo ona, liuliu iha rejiaun foho, ne'ebé iha potensiál hodi instala turbina eólica, hanesan mós parke eólica iha Lariguto no Bobonaro;

- Enerjia solár: kontinua dezenvolve estudus no promove inisiativa ne'ebé uza klima favorável Timor-Leste nian no taxa luz solár loron-loron, hodi halo instalasaun ba sistema produsaun enerjia solár;

- Enerjia biomasa: dezenvolve estudus no projetus ba produsaun enerjia liuhosi ai-horis, lixu agríkola no lixu animál nian, hanesan mós lixu doméstiku no industriál, ne'ebé bele transforma ba biomasa no konverte ba eletrisidade.

Nune'e, Governu sei hala'o asaun hirak hanesan tuir mai:

- Criar um Gabinete de Recursos Naturais Renováveis, que coordene as ações ao nível intersectorial, realize as análises e estudos de viabilidade relevantes a este setor e que seja responsável pela implementação dos projetos de energias renováveis, incluindo a gestão, monitorização e avaliação (em parte, já incluído nos objetivos do PED);

- Continuar a investir no programa de eletrificação rural, através de apoio técnico e financeiro às comunidades, para a produção e utilização de fontes de energias renováveis;

- Assegurar que metade das necessidades em termos de energia elétrica são geradas através de fontes de energia renovável (PED 2020);

- Retomar os estudos de viabilidade sobre o potencial de construção de Mini-Hídricas em todo o país;

- Construir as centrais de Lariguto e Bobonaro enquanto modelo de desenvolvimento eólico (PED 2015);

- Garantir que pelo menos cerca de 100.000 famílias têm acesso a sistemas de energia solar (PED 2020);

- Desenvolver o potencial da energia solar através do Centro Solar de Díli (PED 2015);

- Desenvolver um estudo de viabilidade para a construção de uma central termoelétrica para gerar energia a partir do lixo doméstico e industrial de Díli (PED 2015).

3.5. Transportes

Criar condições para o crescimento económico, e melhorando e aumentando a circulação de pessoas e bens, é fundamental para implementar a visão contida no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

Como tal, torna-se premente melhorar o sistema de transportes terrestres, marítimos e aéreos e criar um sistema de previsão meteorológica que, entre outras, ofereça segurança sobretudo no que respeita à circulação aérea. Assim, o Governo vai rever o ponto de situação relativamente ao setor dos transportes, aprovar o Plano Mestre Integrado dos Transportes, melhorar a capacidade institucional do setor e capacitar e formar os recursos humanos necessários.

Irá continuar a aprovar a legislação necessária e a implementar o quadro legal em vigor, de forma integrada, a fim de garantir a segurança dos transportes e assegurar a coordenação intersectorial. O sistema de segurança dos transportes públicos será melhorado através da implementação de uma estrutura para registo, análise e relato de atividades relacionadas com o transporte que possam causar prejuízo, morte, perda ou danos à propriedade. A estrutura irá, entre outros, investigar acidentes de transporte e fornecer recomendações de segurança de transporte.

3.5.1. Transportes Terrestres

O Governo irá continuar a promover o desenvolvimento dos transportes terrestres, públicos e privados, incluindo o

- Kria Gabinete Rekursus Naturais Renováveis, ne'ebé koordena asaun iha nível intersetoriál, halo análize no estudus de viabilidade kona-ba setór ida ne'e, no ne'ebé sei responsabiliza ba implementasaun projetus enerjias renováveis, inklui jestaun, monitorizasaun no avaliasaun (parte balun, inklui ona iha objetivus PED);

- Kontinua investe iha programa eletrifikasaun rurál, liuhosi apoiu tékniku no finanseiru ba komunidade, hodi halo produsaun no utilizasaun fonte enerjias renováveis;

- Asegura katak metade hosi nesesidade kona-ba enerjia elétrika ne'e sei mai hosi fonte enerjias renováveis (PED 2020);

- Hahú filafali estudu viabilidade kona-ba potensiál hodi harii Mini-Ídrikas iha territóriu tomak;

- Harii Sentrál Larigutu no Bobonaro, hanesan modelu ba dezenvolvimentu eólico (PED 2015);

- Garante katak, pelu menus besik famílias 100.000, bele asesu ba sistema enerjia solár (PED 2020);

- Dezenvolve poténsia enerjia solar, liuhosi Sentru Solár Dili (PED 2015);

- Dezenvolve estudu viabilidade ida ba konstrusaun sentrál termoelétrika hodi prodús enerjia hosi lixu doméstiku no industriál iha Dili (PED 2015).

3.5. Transportes

Kria kondisaun ba kreximentu ekonómiku, hadi'a no aumenta sirkulasaun ema no sasán, ne'e fundamentál hodi implementa vizaun ne'ebé hatúr iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu Nasionál 2011-2030.

Nune'e, urjente atu hadi'a sistema transportes terrestres, marítimus no aéreo no kria sistema previzaun meteorolójika ida ne'ebé, entre sira seluk, bele oferese seguransa liuliu kona-ba sirkulasaun aérea. Ho ida ne'e, Governu sei haree fali pontu situasaun kona-ba setór transportes, hodi aprova Planu Mestre Integradu Transportes nian, hadi'a kapasidade institusionál iha setór ida ne'e no fó kapasitasaun, hodi forma rekursus umanus ne'ebé presiza.

Sei kontinua atu aprova Lei ne'ebé presiza no implementa kuadru legál ne'ebé vigora hela, ho forma integrada, atu garante seguransa transporte, no asegura koordenasaun intersetoriál. Sei hadi'a mos seguransa Sistema Transportes Públikus nian, liuhusi implementasaun estrutura ida hodi rejista, analiza no hato'o relatóriu kona ba atividades ne'ebé relasiona ho transportes, tamba bele hakanek, halakon vida, ka halakon ka estraga ema nia sasán. Estrutura ne'e sei mos investiga asidentes transporte nian no hato'o rekomendasoens kona-ba seguransa rodoviária.

3.5.1. Transporte Terrestre

Governu sei kontinua dezenvolve Transportes Terrestres, inklui dezenvolvimentu infraestrutura no instalasoens de apoiu

desenvolvimento de infraestruturas e instalações de apoio. Isto inclui a sinalização rodoviária adequada e a garantia do seu cumprimento em todo o País.

Para as áreas urbanas, as medidas de gestão de tráfego serão atualizadas para responder a determinadas situações específicas. As tecnologias de tráfego, como o uso de sistemas de transporte inovador (por exemplo, intersecções sinalizadas modernas para a monitorização de tráfego), serão implantadas para melhor gestão de tráfego e promover a segurança dos passageiros. O Governo envidará esforços no sentido de desenvolver, aprovar e implementar uma política nacional de prevenção e segurança rodoviária.

O conforto e a segurança dos passageiros no transporte público serão melhorados. O sistema de transporte público de alta qualidade será introduzido em vias adequadas para que os passageiros tenham acesso a uma rede de transporte público mais confortável, eficiente e segura.

Ainda neste âmbito, e com vista ao melhoramento dos serviços dos transportes públicos disponíveis, o Governo irá realizar esforços no sentido da expansão e modernização de instalações de apoio, tais como terminais e os diversos serviços prestados ao público.

Procurará, ainda, assegurar um acompanhamento permanente dos operadores em atividade, encorajando a melhoria dos seus serviços e o cumprimento da legislação aplicável, a qual deverá ser sujeita a um processo de revisão com vista ao seu aperfeiçoamento.

Por último o Governo irá proceder uma revisão profunda do Código da Estrada com enfoque particular no aumento da segurança, prevendo para o efeito a criação de aulas obrigatórias prévias ao exame de condução e estabelecendo formação especial para os operadores de veículos de transportes coletivos e de veículos pesados.

3.5.2. Transportes Marítimos

O desenvolvimento de infraestruturas portuárias é fundamental para permitir que Timor-Leste importe bens e equipamentos essenciais, com vista ao fortalecimento e à diversificação da economia nacional. O investimento no sistema portuário do País continuará a acompanhar o desenvolvimento do Porto de Tibar. A eficiência operacional e as instalações portuárias regionais serão aprimoradas, incluindo o desenvolvimento de novos portos regionais, para garantir que o transporte marítimo continue a ser uma opção viável para o transporte de pessoas e cargas, gerando ganhos económicos, especialmente para as comunidades de pescadores.

Neste sentido, o Governo irá:

- Melhorar as instalações portuárias de Com e Ataúro;
- Construir uma instalação portuária em Kairabela, em Vemasse, Baucau, para facilitar o acesso ao mar e apoiar o setor do turismo;
- Continuar a implementação do modelo de Parceria Público-

ba transportes terrestres, públiku no privadu. Ida ne'e inklui sinalizasaun rodoviária, ne'ebé adekuada, no garante ba nia kumprimentu, iha País tomak.

Ba áreas urbanas, sei kontinua hadi'a medidas ba jestaun tráfegu, atu bele responde ba situasoens espesífikas ne'ebé mosu. Teknolojia trafegu nian hanesan utilizasaun sistema inovador ba transporte (hanesan, intersesoens ne'ebé uza sinalizasaun moderna ona hodi halo monitorizasaun ba tráfegu) sei aplika hodi hadi'a jestaun tráfegu atu garante seguransa ba pasajeirus. Governu sei halo esforsus hodi dezenvolve, aprova no implementa polítika Nasionál ida ba prevensaun no seguransa rodoviária.

Nune'e mós sei hadi'a kondisoens ba konfortu no seguransa ba pasajeirus iha transportes públikus. Sei haree mos atu introduz Sistema transportes públikus ho vias ka diresaun ne'ebé proprias, hodi aumenta kualidade no fasilita pasajeirus bele hetan transporte públiku ne'ebé konfortável, efisiente no mós seguru.

Iha ámbitu ida ne'e mós, ho hanoin atu hadi'a servisu sira de transporte públiku, ne'ebé agora iha daudauk, Governu sei halo esforsu hodi loke tan no moderniza instalasoens de apoiu, hanesan terminais no mós fatin atendimentu ba públiku.

Buka mós atu asegura akompañamentu ne'ebé permanente ba operadores atividade ne'e nian, hodi enkoraja atu hadi'a sira-nia servisu no kumpre leis ne'ebé vigora, ida ne'ebé sei sujeita ba prosesu revizaun hodi hadi'a di'ak liu tan.

Ikusliu, Governu sei halo revizaun kle'an ba Kódigu estrada nian, hodi haree liuliu ba aumentu seguransa nian, no hodi prevee kriasaun aulas obrigatórias molok halo ezame kondusaun, no hodi estabelese formasaun espesiál ba ema ne'ebé kondús veíkulu transporte koletivu pasajeiru no ba ema ne'ebé kondús veíkulu pezadu transporte merkadorias.

3.5.2. Transportes Marítimus

Dezenvolvimentu infraestrutura portuária, fundamentál tebes atu permite katak Timor-Leste importa sasán no ekipamentus ne'ebé presiza, hodi haforsa no diversifika ekonomia Nasionál. Investimentu ba Sistema portuário Nasaun-nian sei haree tuir (ka akompaña) projeto Portu Tibar nian. Sei hadi'a di'ak liután efisiénsia operasionál, inklui mos dezenvolvimentu ka konstrusaun portus rejionais foun, hodi asegura katak transporte marítimu sei kontinua hanesan opsaun viável ida ba transportasaun ema no sasán, hodi fó vantajen ekonómika, liuliu ba komunidade peskadores.

Ho nune'e, Governu sei:

- Hadi'a instalasaun portuária iha Com no Ataúro;
- Harii instalasoens portuárias iha Kairabela/Vemasse, hodi fasilita asesu ba Tasi no apoiu iha setór turizmu;
- Kontinua implementa modelu Parserias Públiku-Privadas,

Privada, que fez a construção do Porto de Tibar, determinante para o desenvolvimento do comércio e da indústria do país;

· Assegurar o funcionamento do Porto de Tibar, enquanto principal instalação portuária do país;

· Proceder aos estudos de viabilidade para a construção do porto de Manatuto e para a criação de uma linha marítima nacional, de forma a facilitar o transporte de cabotagem e a ligação costeira, bem como prestar serviços de transporte marítimo para pessoas e cargas em vários pontos do litoral do país;

· Reestruturar e modernizar o Porto de Díli, para a sua conversão numa Marina da Cidade e Porto de Cruzeiros;

· Fortalecer o regulador e a autoridade marítima, incluindo a melhoria e modernização de seu padrão regulatório;

· Implementar um sistema de sinalização marítimo (faróis) em Ataúro, Maubara, Baucau e Com para promover a segurança da navegação e tráfego marítimo internacional nas águas nacionais.

3.5.3. Transportes Aéreos

O transporte aéreo é o serviço chave para transportar pessoas e mercadorias de e para o nosso País. A sua segurança desempenha um papel crucial no desenvolvimento da nossa indústria de turismo, comércio e negócios. Para permitir um serviço aéreo mais fiável entre Timor-Leste e destinos regionais e internacionais, serão envidados esforços para criar as condições para mais voos regulares em mais opções de destinos de voo.

Para atender ao crescente aumento de passageiros, as melhorias planeadas do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato serão implementadas. Investir nos transportes aéreos é fundamental para responder à futura procura de tráfego aéreo, associado ao crescimento económico do país.

Para tal, o Governo irá:

· Implementar a Política Nacional de Aviação Civil;

· Reorganizar a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL) como operador dos aeroportos de Timor-Leste, incluindo o desenvolvimento de uma análise sobre opções de reforço de capacidade na área de contratação e gestão;

· Aumentar a capacidade da Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL) para a regulação efetiva do setor dos transportes aéreos;

· Desenvolver o Plano Diretor do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, em Díli, e concluir a sua expansão, incluindo a pista e assegurar as condições necessárias para que este aeroporto tenha a capacidade para a circulação de cerca de um milhão de passageiros por ano com os mais elevados padrões de segurança;

ne'ebé uza hodi konstroi tiha ona Portu Tibar, ne'ebé determinante ba dezenvolvimentu komérsiu no indústria iha territóriu tomak;

· Asegura funsionamentu Portu Tibar, nu'udar instalasaun prinsipál portuária Nasaun-nian;

· Hala'o estudu viabilidade ba konstrusaun portu Manatuto no ba kriasaun liña marítima Nasionál ida, hodi fasilita transporte husi portu ida ba portu seluk no ba ligasaun kosteira, nune'e mós hodi presta servisu transporte marítimu ba ema no kargas, iha pontus litorais (ka iha tasi ibun) oioin, iha ita-nia País;

· Reestrutura no moderniza Portu Dili no muda fali ba Marina da Sidade no Portu ba Kruzeirus nian;

· Haforsa regulador no Autoridade Marítima nian, inklui hadi'a no halo modernizasaun ba nia padraun regulatóriu;

· Implementa sistema sinalizasaun marítimu (faról sira) iha Ataúru, Maubara, Baucau no Com, hodi promove seguransa navegasaun no tráfegu marítimu internasionál iha águas nacionais (zona tasi Timor-Leste nian);

3.5.3. Transportes Aéreos

Transporte aéreo sai nu'udar servisu-xave ida, ba movimentu ema no sasán mai ita-nia Rain no husi ita-nia Rain ba rai-li'ur. Nune'e, ninia seguransa hetan papel importante atu bele dudu dezenvolvimentu industria turístika, komérsiu no negósius seluk. Atu bele hetan konfiansa ba ligasoens entre Timor-Leste no destinos rejionais no internasionais, Governu sei esforsa atu kria kondisoens ba aumento voos regulares ho opsoens barak.

Atu atende ba kreximentu númeru pasajeirus nian, konstrusaun/expansaun Aeroportu Internasionál Presidente Nicolau Lobato sei hetan implementasaun. Investe iha transporte aéreo ne'e fundamentál, hodi responde ba tráfego aéreo barak iha futuru, ne'ebé asosiadu ho kreximentu ekonómiku Nasaun nian.

Nune'e, Governu sei:

· Implementa Polítika Nasionál Aviasaun Sivíl;

· Reorganiza Administrasaun Aeroportos no Navegasaun Aérea Timor-Leste nian (ANATL) hanesan operador aeroportu Timor-Leste nian, inklui desenvolve análize konaba opsaun iha reforsu ba kapasidade iha área kontratasaun no jestaun;

· Aumenta kapasidade Autoridade Aviasaun Sivíl Timor-Leste (AACTL) hodi regula didi'ak setór transportes aéreos;

· Dezenvolve Planu Diretor ba Aeroportu Internasionál Prezidente Nicolau Lobato, iha Dili, no halo hotu ninia expansaun, inklui pista no asegura kondisoens nesesárias, atu nune'e aeroportu ida ne'e iha kapasidade ba sirkulasaun pasajeirus besik millaun ida, iha kada tinan, ho padraun seguransa ne'ebé aas liu;

- Desenvolver estudos de viabilidade dos aeroportos municipais, em articulação com os Planos Diretores dos aeroportos internacionais, com o objetivo de completar uma rede de aeroportos municipais, totalmente operacionais, incluindo Lospalos, Maliana, Viqueque, Same e Ataúro;

- Operacionalizar o Aeroporto do Suai;

- Desenvolver os mecanismos necessários para o controlo efetivo do espaço aéreo nacional.

- Criar o quadro legal para o controlo efetivo do espaço aéreo nacional.

3.6. Meteorologia e Geofísica

Continuar a desenvolver um sistema de meteorologia e geofísica para apoiar as necessidades nas áreas de aviação civil, navegação marítima, agricultura e serviços públicos.

Assim, o Governo vai realizar um estudo para aferir da possibilidade da criação de um laboratório de meteorologia e geofísica, aferir as necessidades em termos de recursos humanos, elaborar um estudo de investimento e ponderar a criação de mecanismos de cooperação bilateral, para passar a produzir estes dados e criar condições para disponibilizar informação meteorológica e geofísica, regular e viável, ao público.

3.7. Telecomunicações

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são uma ferramenta vital para possibilitar a economia digital, como um novo setor de crescimento económico, e para promover a boa governação. O Governo irá garantir que o País tem uma rede de telecomunicações fiável, de qualidade e segura, crucial para o desenvolvimento socioeconómico da população timorense.

A infraestrutura de TIC melhorou significativamente, após a introdução de um mercado de telecomunicações competitivo em 2012. A cobertura de serviços móveis (rede 2G) passou para 96% das áreas de população, e o acesso a serviços de dados 3G estão agora disponíveis em todos os municípios e a rede 4G foi recentemente lançada nos centros urbanos. Tendo alcançado os serviços móveis, os novos desafios são desenvolver redes e serviços de banda larga.

O Governo irá continuar a desenvolver esforços para criar uma rede de telecomunicações moderna, que ligue as pessoas entre si, em Timor-Leste, e entre Timor-Leste e o mundo, tirando o máximo proveito dos avanços nas telecomunicações globais, incluindo a produção, difusão e uso do conhecimento.

O Governo tem, assim, como ações e metas:

- Implementar um sistema de cabo submarino de fibra ótica confiável, que ligue Timor-Leste a uma instalação de aterragem por cabo na região que permite ao País adquirir

- Dezenvolve estudu viabilidade ba aeroportus munisipais, ne'ebé iha artikulasaun ho Planu diretor aeroportu internasionál nian, ho objetivu atu kompleta rede aeroportus munisipais, ne'ebé totalmente operasionais, inklui iha Suai, Baucau, Oe-Cusse-Ameno, Lospalos, Maliana, Viqueque, Same no Ataúro;

- Operasionáliza Aeroportu Suai nian.

- Dezenvolve mekanizmu ne'ebé presiza hodi halo kontrolu efetivu husi espasu aéreu nasionál;

- Kria kuadru legál ida atu halo kontrolu efetivu husi espasu aéreu nasionál.

3.6. Meteorolojia no Jeofízika

Kontinua dezenvolve sistema de meteorolojia no jeofízika ida, atu fó apoiu ba nesesidades iha áreas: aviasaun sivíl, navegasaun marítima, agricultura no servisus públikus.

Nune'e, Governu sei realiza estudu ida, atu haree ba posibilidade atu kria Laboratóriu de Meteorolojia no Jeofízika ida, identifika nesesidades iha rekursus umanus, hodi elabora planu investimentu ida no tau hanoin ba kriasaun mekanizmus ba kooperasaun bilaterál, hodi komesa produz dadus ne'e no kria kondisaun hodi disponibiliza informasaun meteorolójika no jeofízika ba públiku, ho forma ida ne'ebé regulár no viável.

3.7. Telekomunikasoens

Teknolojias Informasaun no Komunikasaun (TIC) sai hanesan ferramenta vitál ida, atu bele fasilita Ekonomia Dijitál, nu'udar setór foun ba kreximentu ekonómiku no mós ba promosaun ba boa governasaun. Governu sei asegura katak ita-nia Nasaun iha rede telekomunikasoens ne'ebé fiável (katak bele fiar ba), ho kualidade no segura, ne'ebé krusiál ba dezenvolvimentu sósio-ekonómiku ba populasaun Timor.

Infraestrutura TIC hetan ona progresus signifikativus, hafoin introdusaun ba merkadu telekomunikasoens ne'ebé kompetitivu, hahú iha 2012. Kobertura ba servisu sira telefone (rede 2G) hetan ona 96% husi áreas hela fatin populasaun nian, no asesu ba servisu dadus 3G nian, disponivel ona iha Munisípiu sira hotu, no mós servisu 4G nian foin hahú daudaun iha Sentros Urbanos. Ho rezultadu ne'ebé atinje ona, iha servisu telefone nian, dezafiu foun iha setór Telekomunikasaun mak hanesan dezenvolvimentu redes no servisu sira ba banda larga.

Governu Timor-Leste sei kontinua dezenvolve esforsus, atu kria rede Telekomunikasoens ida ne'ebé moderna, hodi bele ema hotu iha ligasaun (ka koneksaun) ba malu, iha Timor-Leste, no entre Timor Leste ho mundu, hodi hasai proveitu másimu hosi avansus iha telekomunikasaun globál, inklui produsaun, difuzaun no hetan no uza koñesimentus ne'ebé iha.

Nune'e, Governu iha asaun no metas hanesan:

- Implementa sistema kabu submarinu (ka husi tasi-okos) ba fibra ótika, ne'ebé konfiável, hodi liga Timor-Leste ba instalasaun (ka fasilidades) aterrajen, liuhusi kabu, iha

capacidade e linhas de transmissão competitivas, para conexão a um centro global de distribuição IP;

- Formular e implementar os planos necessários, tais como plano nacional de banda larga, plano nacional de segurança cibernética, plano de governo eletrónico, plano de infraestrutura para economia digital e plano de migração de televisão digital terrestre (DTTB), para fornecer a direção geral da política e orientar todas as intervenções de implantação e desenvolvimento de infraestrutura;

- Criar uma estrutura de segurança cibernética e infraestrutura crítica. Esta entidade funcionará como a Agência Nacional para a supervisão da estratégia de segurança cibernética, operações e o desenvolvimento de capacidade, bem como para supervisionar a política, projeto e programa do desenvolvimento da infraestrutura crítica;

- Para acelerar a capacitação nas áreas de ciência e tecnologia, necessárias para impulsionar o novo crescimento económico, o Governo fortalecerá a Rede de Pesquisa e Ensino de Timor-Leste (TLREN), incluindo a aplicação de banda larga dedicada ao sistema de cabos submarinos de TLREN para beneficiar as instituições de pesquisa e do ensino superior no país;

- Reforçar e capacitar a Autoridade Nacional de Comunicações (ANC), incluindo a melhoria e modernização do seu quadro normativo de modo a responder melhor aos avanços tecnológicos e às mudanças no cenário do mercado, considerando a convergência de tecnologias;

- Promover o desenvolvimento de uma Instalação do Internet Exchange neutro (*a carrier neutral Internet exchange point*) para as operadoras garantirem transmissão de dados rápidas e seguras entre os fornecedores de serviços de Internet (ISPs) no país;

- Assegurar uma cobertura de telemóvel fiável, segura e acessível a todos os timorenses, incluindo nas áreas rurais;

- Fortalecer a capacidade de Equipas de Resposta a Incidentes de Segurança em Computadores (TL-CSIRT) para garantir o acesso a uma internet segura, acessível em todo o território nacional;

- Promover a ligação à internet de todo o sistema nacional de educação e de todo o sistema nacional de saúde, enquanto setores prioritários;

- Estabelecer serviços de governo eletrónico para atualizar as redes do Governo.

3.8. Serviço Postal

O serviço postal é um serviço público de grande importância que permite o envio de correspondência, livros, publicações e outros tipos de encomendas no território nacional, a preços relativamente acessíveis, bem como expedir correspondência e outros bens para o estrangeiro.

Rejiaun, ne'ebé permite ita-nia País hetan kapasidade no liñas de transmisaun ne'ebé kompetitivu hodi fó koneksaun ba iha Sentru Globál distribuisaun IP nian.

- Formula no implementa planus ne'ebé presiza, hanesan Planu Nasionál ba Banda Larga, Planu Nasionál ba Seguransa Sibernétika, Planu kona ba Governu Elektroniku, Planu Infraestrutura ba Ekonomia Dijitál nian, no mós Planu ba Migrasaun Televizaun Dijitál Terrestre (DTTB) nian, atu bele sai matadalan ba diresaun jerál polítika nian no bele orienta intervensoens kona-ba implantasaun no dezenvolvimentu infraestruturas;

- Kria estrutura ida ba Seguransa Sibernétika no infraestrutura kritika. Entidade ida ne'e sei funsiona hanesan Ajénsia Nasionál atu halo supervizaun ba estratéjia kona-ba seguransa sibernétika, operasoens no mós dezenvolvimentu kapasidade, nune'e mós atu superviziona polítika, projetu no programa de dezenvolvimentu iha infraestrutura kritika ne'e;

- Promove kapasitasaun iha área Siénsia no Teknolojia, ne'ebé presiza atu impulsiona (ka dudu) kreximentu ekonómiku foun, Governu sei haforsa Rede Peskiza no Ensino Nasionál (TLREN) inklui aplika bandwidth ka banda larga, ba kedas sistema kabu submarino nian ba TLREN, hodi benefisia ka ajuda institusoens, peskiza nian ka ensinu superiór nian, iha País;

- Reforsa no kapasita Autoridade Nasionál Komunikasoens (ANC), inklui hadi'a no moderniza ninia kuadru normativu, atu bele responde di'ak liu ba avansus teknolójikus no ba mudansas iha merkadu, relasiona ho konverjénsia (ka tendénsia atu ba fatin/hanoin/ida de'it), iha teknolojia;

- Desenvolve instalasaun ba Internet Exchange neutrál ("carrier-neutrál Internet exchange point") ba operadores atu bele garante transmisaun dadus ne'ebé lais no seguru, entre fornesedores servisu Internet (ISPs) iha rai laran;

- Asegura kobertura ba telemóvel ne'ebé fiável, segura no asesível ba timoroan hotu, inklui iha áreas rurais;

- Haforsa kapasidade Ekipa Resposta ba Incidentes Seguransa Komputador nian (TL-CSIRT), hodi garante asesu seguru no asesível ba internet, iha territóriu Nasionál tomak;

- Promove ligasaun iha internet ba Sistema Nasionál Edukasaun nian tomak no mós ba Sistema Nasionál de Saúde tomak, nu'udar setores ne'ebé primárius;

- Konstrói servisu sira Governu Eletróniku, hodi atualiza redes Governu nian.

3.8. Servisu Postál

Servisu Postál nu'udar servisu públiku, importante tebes ida, ne'ebé permite haruka korrespondénsia, livrus, publikasoens no enkomendas selu-seluk, iha territóriu Nasionál laran, ho presu ne'ebé asesível, hanesan mós haruka korrespondénsia no sasán ba estranjeiru.

O Governo nesta área propõe-se a:

- Reformar e desenvolver os Correios de Timor-Leste, para serviços mais eficientes, céleres e acessíveis, ponderando a criação de polos municipais em ligação com os serviços centrais;
- Introduzir nos Correios de Timor-Leste sistemas inovadores que permitam a entrega das encomendas até ao nível de Posto Administrativo em todo o país;
- Desenvolver um Plano de Desenvolvimento de Serviço Postal, incluindo a sua expansão municipal.

4. PROSSEGUIR COM O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA

"Timor-Leste é um País de baixos rendimentos com um setor privado emergente, com diversificação económica limitada e concentrado sobretudo na produção agrícola. Todavia, o nosso País possui oportunidades económicas consideráveis e um potencial forte para se tornar uma Nação com rendimentos médios".

Apesar de alguns progressos terem sido alcançados nesta área, Timor-Leste tem de continuar a investir no planeamento estratégico para uma economia moderna e diversificada. Potenciar os setores produtivos em torno de três indústrias essenciais – a agricultura, o turismo e o petróleo – através do estudo e aproveitamento dos recursos naturais existentes, aproveitando as mais-valias da localização geográfica e do perfil da população, é uma estratégia simples e acertada para conduzir à tão necessária diversificação económica e mitigar a dependência das receitas petrolíferas.

A criação de emprego e a promoção do empreendedorismo é, ao mesmo tempo, um fator e um resultado na prossecução deste desígnio de desenvolvimento económico, sendo que o Governo tem de criar condições para não estar alienado dos jovens, ao mesmo tempo que promove o setor privado, recursos estes que são fundamentais para aumentar a produtividade nacional e para criar oportunidades de crescimento económico sustentável. Para este efeito, o Governo introduzirá mecanismos jurídicos e políticos que estimulem a criatividade, a inovação e a diversificação da economia nacional.

Este Governo irá, neste sentido, transformar as riquezas naturais de Timor-Leste, provenientes dos seus solos ou dos seus mares, em segurança alimentar, em saúde, em produtividade e em oportunidades de criação de emprego. Irá também transformar os hidrocarbonetos em oportunidades de desenvolvimento e de bem-estar para toda a população, através do desenvolvimento de infraestruturas, do setor privado e da criação de emprego. Irá, ainda, transformar a riqueza das suas gentes, da sua paisagem natural e da sua cultura ímpar em empreendedorismo e em aumento de rendimentos em todo o país.

Para tal, é essencial que o Governo venha a desenvolver um Quadro Nacional de Planeamento, com vista à implementação de Polos de Desenvolvimento nas várias regiões do país, que

Iha área ida ne'e, Governu iha hanoin atu:

- Reforma no dezenvolve Correios de Timor-Leste, ba servisu sira ne'ebé efisiente liu, lais no asesivel, ho hanoin atu kria pólos munisipais ho ligasaun ba Servisu sira Sentrais;
- Introduz ka hahú tau sistemas foun no modernus iha Correios de Timor-Leste nian, ne'ebé fó kapasidade atu bele haruka no entrega enkomendas to'o iha nivel Postus Administrativus, iha rai laran tomak;
- Desenvolve Planu Dezenvolvimentu Servisu Postál nian, inklui loke to'o iha Munisípiu sira.

4. KONTINUA HO DEZENVOLVIMENTU EKONÓMIKU

"Timor-Leste, sai País ho rendimentus ki'ik ho setór privadu ne'ebé emerjente, ho diversifikasaun ekonómika limitada no konsentrada de'it ba produsaun agrícola. Biar nune'e, itania País iha oportunidades ekonómikas ne'ebé konsideráveis (boot no barak) no potensiál ida forte atu sai Nasaun ida ho rendimentus médius".

Apezarde progresus barak ne'ebé alkansa tiha ona, iha área ida ne'e, Timor-Leste tenke kontinua investe iha Planeamentu Estratéjiku ba Ekonomia ida, moderna no diversifikada. Atu poténsia (ka hakbiit) setores produtivus hale'u indústrias esensiais tolu – agrikultura, turizmu no petróleo – liuhusi estudu no aproveitamentu rekursus naturais ne'ebé iha, hodi aproveita dadauk mais-valia ne'ebé mai hosi lokalizasaun jeográfika no hosi perfil populasaun nian, sai estratéjia simples no asertada ida, atu lori ba diversifikasaun ekonómika, ne'ebé nesesária teb-tebes hodi reduz dependénsia ba reseitas petrolíferas.

Kriasaun de empregu no promosaun empriendedorizmu sai, au mezmu tempu, faktor no rezultadu atu materializa hanoin no vizaun kona-ba dezenvolvimentu ekonómiku ida ne'e, maske Governu tenke kria kondisoens hodi labele hadok fali jovens, hodi mós promove setór privadu no rekursus hirak ne'e mak fundamentál atu aumenta produtividade Nasionál, hodi kria oportunidade kreximentu ekonómiku ne'ebé sustentável. Ba ida ne'e, Governu sei hamosu mekanizmus jurídikus no políticus hodi estimula kriatividade, inovasaun no diversifikasaun ba ekonomia Nasionál.

Nune'e, Governu Timor-Leste sei: transforma rikezas naturais Timor-Leste nian, ne'ebé mai husi Rain no husi Tasi, ba iha seguransa ai-hán (seguransa alimentar), iha saúde, iha produtividade no iha oportunidade ba kriasaun de empregu. Sei mos transforma idrokarbonetus ba oportunidade dezenvolvimentu no moris-di'ak (bein-estar) ba populasaun tomak, liuhusi dezenvolvimentu infraestrutura, setór privadu no kriasaun de empregu. Sei transforma mós rikeza hosi nia emar sira, hosi ninia paizajen naturál no hosi ninia kultura ímpar, ba empriendedorizmu no ba aumentu rendimentu iha País tomak.

Ba ne'e, esensiál duni dezenvolve Kuadru Nasionál Planeamentu ida, ho vizaun ba implementasaun Polus de Dezenvolvimentu, iha rejioens iha País laran, ne'ebé define

defina as características próprias de cada região e o potencial de crescimento de cada setor e subsetor, de acordo com os recursos locais disponíveis, para a implementação de ações e estratégias de crescimento sustentável e de desenvolvimento equitativo em todo o país, sob o mote de que "se a natureza é rica, o povo não pode ser pobre".

Uma nova estratégia a ser adotada pelo IX Governo Constitucional, com vista à diversificação económica e ao crescimento sustentável da nação, passa por capitalizar os recursos do mar de forma sustentável para um novo paradigma de desenvolvimento nacional.

O Chefe da Equipa de Negociações para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas (desde 2016), foi também nomeado, em dezembro de 2019, para Representante Especial do Governo de Timor-Leste para a Economia Azul, para fornecer advocacia coordenada ao nível nacional e internacional e apoiar e liderar os assuntos relacionados com a Economia Azul de Timor-Leste.

Neste sentido, foi iniciado, em 2021, um programa de sensibilização sobre a importância das áreas marítimas de Timor-Leste. Esta Campanha de Socialização sobre Soberania Marítima – *Ha'u nia Tasi, Ha'u nia Timor* (O meu Mar, O Meu Timor) – é uma campanha que visa promover a consciencialização sobre a importância da união e do apoio nacional às negociações, como forma de fortalecer a posição do país em torno da sua luta pela soberania marítima e, ao mesmo tempo, promover a economia azul, enquanto nova abordagem para encarar o futuro do país, com a participação de todos os timorenses e com impacto direto nas várias dimensões do país, incluindo a dimensão económica, social, ambiental e cultural.

O Governo irá continuar a implementar a campanha *Ha'u nia Tasi, Ha'u nia Timor* e dará prioridade à definição e implementação de uma estratégia para o desenvolvimento da Economia Azul de Timor-Leste, para o crescimento sustentável da nação, incluindo a preservação, conservação e uso sustentável dos nossos recursos oceânicos e a promoção de iniciativas e programas que visem a sustentabilidade ambiental, económica e social.

4.1. Economia Azul

Timor-Leste é um Estado costeiro com uma vasta zona marítima. Com uma costa com cerca de 700 km de extensão e uma potencial Zona Económica Exclusiva (ZEE) de cerca de 75.000 km2, a identidade de Timor-Leste está ancorada no mar.

O oceano marcou o passado de Timor-Leste e é um dos pilares da sua visão para o futuro. Para o povo da ilha de Timor-Leste, os oceanos são parte integrante do seu modo de vida. Os mares têm um significado espiritual para o povo timorense. Segundo a lenda, os timorenses são netos do crocodilo – após a sua morte, o seu corpo tornou-se a terra de Timor, as cristas nas suas costas tornaram-se as montanhas e os vales, e os oceanos a sua morada final. Muitos timorenses dependem dos oceanos para o seu sustento e subsistência, pescando e apanhando espécies marinhas, como o atum, o polvo e as algas marinhas. Os ricos recifes de coral e as íngremes falésias

karakterístika própria rejiaun ida-idak nian no potensiál kreximentu setores no subsetores oioin, tuir lolós rekursus lokais ne'ebé disponíveis, atu implementa asoens no estratéjia ba kreximentu sustentável no dezenvolvimentu ekuitativu (ka hanesan) iha País tomak, ho moto katak "se natureza ne'e rika, povu labele sai kiak".

Estratéjia foun ida ne'ebé sei adota husi Governu Konstitusionál IX, ho objetivu atu halo diversifikasaun ekonómika no kreximentu sustentável ba nasaun ne'e, maka halibur hamutuk rekursus tasi nian ho forma sustentável ba paradigma foun ida dezenvolvimentu nasionál nian.

Xefe Ekipa Negosiasaun ba Delimitasaun Definitiva Fronteira Marítima nian (dezde tinan 2016), hetan mós nomeasaun, iha fulan-dezembru tinan 2019, hodi sai Reprezentante Espesiál Governu Timor-Leste nian ba Ekonomia Azul, hodi fornese advokasia koordenada iha nivel nasionál no internasionál no apoia no lidera asuntu sira ne'ebé relasiona ho Ekonomia Azul Timor-Leste nian.

Iha sentidu ida-ne'e, iha tinan 2021, hahú programa sensibilizasaun ida kona-ba importánsia área marítima sira iha Timor-Leste. Kampaña Sosializasaun ida-ne'e kona-ba Soberania Marítima – Ha'u-nia Tasi, Ha'u-nia Timor - hanesan kampaña ida ne'ebé ho nia objetivu atu promove konsiensializasaun kona-ba importánsia uniaun no apoiu nasionál ba negosiasaun, hanesan dalan atu haforsa pozisaun país nian kona-ba ninia luta ba soberania marítima no, iha tempu hanesan, atu promove ekonomia azúl, hanesan abordajen foun atu hasoru futuru país ne'e nian, ho partisipasaun hosi timoroan hotu no ho impaktu diretu iha dimensaun oioin ba país ne'e, inklui dimensaun ekonómika, sosiál, ambientál no kulturál.

Governu sei kontinua implementa kampaña *Ha'u-nia Tasi, Ha'u-nia Timor* no sei fó prioridade ba definisaun no implementasaun estratéjia ida ba dezenvolvimentu Ekonomia Azul iha Timor-Leste, ba kreximentu sustentavel nasaun ne'e nian, inklui prezervasaun, konservasaun no uzu sustentavel ba ita-nia rekursu tasi no promosaun ba inisiativa no programa sira ne'ebé ho objetivu ba sustentabilidade ambientál, ekonómika no sosiál.

4.1. Ekonomia Azul

Timor-Leste hanesan Estadu kosteiru ida ho zona marítima ne'ebé luan tebes. Ho tasi-ibun ida ne'ebé ho nia naruk no luan besik 700 km no potensiál Zona Ekonómika Eskluziva (ZEE) kuaze 75.000 km^2, identidade Timor-Leste nian metin iha tasi.

Tasi mak hatudu Timor-Leste nia pasadu no hanesan pilár ida husi nia vizaun ba futuru. Ba povu iha illa Timor-Leste, tasi maka sai hanesan parte integrante ba sira nia moris. Tasi iha signifikadu espirituál ida ba povu Timor. Tuir lenda, timoroan sira maka lafaek nia bei-oan – hafoin lafaek mate, nia isin nakfilak sai rai Timor, nia kotuk ruin nakfilak sai foho no foho-oan sira, no tasi maka ninia hela-fatin ikus. Timoroan barak maka depende ba tasi hodi sustenta moris no meius ba subsisténsia, hodi peska no kaer espésie tasi, hanesan atún (ikan tasi ne'ebé isin barak no furak), kurita no du'ut tasi. Riku ahu-ruin iha meti-ulun no *íngremes falésias subaquáticas* (rai naruk iha tasi-

subaquáticas que rodeiam Timor-Leste são uma atração crescente para os turistas. A proteção e preservação do ambiente marinho é, portanto, fundamental para proteger o modo de vida e o desenvolvimento económico de Timor-Leste.

A soberania marítima alcançada, após a assinatura e ratificação do "Tratado entre a República Democrática de Timor-Leste e a Austrália que estabelece as respetivas fronteiras marítimas no Mar de Timor", torna possível apostar no desenvolvimento económico e social com base nos recursos existentes na coluna de água soberana (pescas, turismo e outras indústrias e serviços) e com base nos recursos que se encontram no fundo marinho (setor petrolífero e outras indústrias e setores económicos relacionados). Oportunidades estas que serão ainda mais ampliadas com a obtenção da totalidade dos direitos de jurisdição marítima, através da delimitação de fronteiras marítimas permanentes com a República da Indonésia.

Por outro lado, Timor-Leste está comprometido com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, neste caso específico, através do apoio e compromisso ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14, que prevê conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, incluindo também, e mais recentemente, o compromisso voluntário com metas específicas na Conferência das Nações Unidas em Nova Iorque, em junho de 2017, que precisa agora de um novo empenho.

Neste sentido, o Governo vai reforçar a coordenação interna para promover o crescimento da Economia Azul nacional, reconhecendo que engloba um largo espetro de setores de atividade económica ligados aos mares e oceanos, adicionando sustentabilidade à tradicional Economia do Mar, tais como: a pesca; a extração de petróleo e gás offshore; os transportes marítimos; as instalações portuárias, as infraestruturas marítimas e a logística; o turismo; o ensino, formação e investigação científica; as energias renováveis do oceano e a biotecnologia marinha; a defesa das áreas marítimas, a segurança das pessoas e bens, a vigilância marítima, entre outras.

O Governo irá assim promover o esforço conjunto e dinâmico de vários ministérios e entidades públicas, sobretudo aqueles com responsabilidades na área de agricultura e pescas, meio ambiente, negócios estrangeiros, petróleo, administração estatal, defesa e segurança, para o desenvolvimento bem-sucedido e sustentável da Economia Azul.

Vamos, por isso, em primeiro lugar, definir a nossa visão e estratégia e apurar o nosso valor nacional em termos de Economia Azul, valor que necessita de ser conhecido para se transformar em riqueza. Isto será feito com o envolvimento de todas as forças vivas da sociedade timorense, através da promoção de consultas e diálogo, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades, atuais e futuras, e impulsionando o crescimento económico e a criação de emprego, equilibrando a atividade económica e a capacidade de longo prazo dos ecossistemas oceânicos para suportar essa atividade, favorecendo assim a proteção dos mares e oceanos.

Este novo desígnio nacional irá contribuir para reforçar a nossa identidade marítima, a nossa cultura e valores marítimos, e

ibun ne'ebé susar atu liu tanba hali'is makaas loos) ne'ebé hale'u Timor-Leste hanesan atrasaun krexente ida ba turista sira. Tanba ne'e, protesaun no prezervasaun ba ambiente tasi ne'e fundamentál hodi proteje modu moris nian no dezenvolvimentu ekonómiku iha Timor-Leste.

Soberania marítima ne'ebé alkansa ona, hafoin asinatura no retifikasaun husi "Tratadu entre Repúblika Demokrátika Timor-Leste ho Austrália ne'ebé estabelese ninia fronteira marítima iha Tasi Timor nian", posibilita atu investe iha dezenvolvimentu ekonómiku no sosiál bazeia ba rekursu ezistente iha área tasi soberana (peska, turizmu no indústria no servisu sira seluk) no bazeia ba rekursu ne'ebé iha tasi okos (setór petrolíferu no indústria no setór sira seluk ne'ebé iha ligasaun no setór ekonómiku). Oportunidade sira seluk ne'ebé maka sei habelar liután ho hetan totalidade ba direitu jurisdisaun marítima, liuhusi delimitasaun fronteira marítima permanente ho Repúblika Indonézia.

Iha sorin seluk, Timor-Leste komprometidu ho Ajenda 2023 ba Dezenvolvimentu Sustentavel, espesialmente, liuhusi apoiu no kompromisu ba Objetivu Dezenvolvimentu Sustentavel 14, ne'ebé prevee atu konserva no uza ho forma sustentavel, oseanu, tasi, no rekursu tasi sira ba dezenvolvimentu sustentavel, inklui mós no foin daudauk ne'e, kompromisu voluntáriu ho meta espesífika iha Konferénsia NasoensUnidas nian iha Novaiorke, iha fulan-juñu tinan 2017, ne'ebé daudaun ne'e presiza kompromisu foun ida.

Ne'e katak, Governu sei reforsa koordenasaun interna hodi promove kreximentu Ekonomia Azul nasionál nian, rekoñese katak envolve setór atividade ekonómika oin-oin kona-ba tasi no oseanu, hasa'e sustentabilidade ba tradisionál Ekonomia Tasi, hanesan: peska; extrasaun petróleu no gás offshore; transporte marítimu; instalasaun portuária, infraestrutura marítima no lojístika; turizmu; ensinu, formasaun no investigasaun sientífika; enerjias renováveis iha oseanu no bioteknolojia mariña; defeza ba área marítima, seguransa ba ema no sasán, vijilánsia marítima no seluk-seluk tan.

Nune'e Governu sei promove esforsu hamutuk no dinámiku husi ministérius no entidades públikas oin-oin, liuliu sira ne'ebé iha responsabilidade iha área agrikultura no peska, meiu ambiente, negósiu estranjeiru, petróleu, administrasaun estatál, defeza no seguransa, ba dezenvolvimentu ne'ebé hetan susesu no sustentavel hosi Ekonomia Azul.

Tanba ne'e, uluk nana'in, ita sei define ita-nia vizaun no estratéjia no atu halo apura (determina) ita-nia valór nasionál iha Ekonomia Azul, valór ida ne'ebé presiza atu hatene hodi transforma ita-nia rikeza. Ida-ne'e sei hala'o ho envolvimentu forsa sosiedade timoroan sira nian hotu, liuhusi promosaun konsulta no diálogu, hodi promove dezenvolvimentu komunidade sustentável, daudaun no iha futuru no hadi'a kreximentu ekonómiku no kria serbisu hodi halo ekilíbriu ba atividade ekonomia no kapasidade longu prazu ekosistema tasi atu apoia atividade ne'e, hodi nune'e bele apoia protesaun tasi no oseanu.

Objetivu nasionál foun ida-ne'e sei kontribui atu hametin ita-nia identidade marítima, kultura no valór marítimu sira, no atu

para fomentar a coesão nacional em torno da preservação deste bem universal que são os oceanos.

Por outro lado, considerando que queremos projetar a Economia Azul no palco internacional e promover a imagem e o desenvolvimento sustentável de Timor-Leste no estrangeiro, iremos promover campanhas não apenas nacionais, mas também campanhas orientadas para organizações e público internacionais.

Neste âmbito, o Governo irá procurar desenvolver as seguintes iniciativas principais:

- Elaborar a Política para a Economia Azul de Timor-Leste, revisitando o esboço de Política Nacional para os Oceanos que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos. Esta nova política nacional deverá incluir a definição e as oportunidades relacionadas com este setor, os benefícios económicos, sociais e ambientais, a definição política desta visão nacional e as iniciativas a serem desenvolvidas de forma colaborante e intersectorial;

- Preparar planos de ação de curto e médio prazo para implementar a Política para a Economia Azul de Timor-Leste, em conformidade com os períodos orçamentais do país, que incluam a definição do sistema participativo de governação integrada, a fomentação da participação privada, incluindo comparticipações financeiras para apoiar projetos de iniciativa privada, definir a legislação a aprovar de apoio à implementação de iniciativas, reforçar a defesa marítima nacional e aumentar a capacidade nacional nas áreas de pesquisa, investigação e educação, incluindo a revisão de currículos e a promoção de campanhas escolar sobre os oceanos, para a formação de uma "geração azul";

- Promover o contacto e estabelecer parcerias com organizações internacionais especializadas em questões relacionadas com a Economia Azul, incluindo a proteção e conservação do ambiente marinho, a colaboração com outros Estados, organizações internacionais e organizações não-governamentais sobre os desafios enfrentados por Timor-Leste e as possíveis soluções para proteger o ambiente marinho; e investir em oportunidades para a cooperação internacional;

- Formar e capacitar jovens para habilitá-los a acompanhar a criação de emprego no âmbito da Economia Azul;

- Promover e comunicar a imagem de Timor-Leste, a nível nacional e internacional, através da campanha *Ha'u nia Tasi, Ha'u nia Timor*, segundo o conceito TASI: Timor-Leste, Azul, Sustentável e Inovador, através de várias iniciativas, nomeadamente:

  i. Estabelecer um Centro de Educação Marinha, com o apoio de instituições internacionais, nomeadamente académicas. Propõe-se que sejam desenvolvidos planos para o estabelecimento de um Centro de Educação Marinha, que funcionará como uma âncora da Economia Azul de Timor-Leste. O Centro irá divulgar a importância, especificidades e biodiversidade do ambiente marinho de Timor-Leste e contribuir para a

dezenvolve koezaun nasionál iha prezervasaun ba bein universál ida-ne'e maka tasi.

Iha parte seluk, ne'ebé konsidera katak ita hakarak projeta Ekonomia Azul iha palku internasionál no promove imajen no dezenvolvimentu sustentavel Timor-Leste nian iha rai-li'ur, ita sei promove kampaña la'ós nasionál de'it, maibé mós kampaña ne'ebé orienta ba organizasaun no públiku internasionál sira.

Iha ámbitu ne'e, Governu sei buka atu dezenvolve inisiativa prinsipál sira hanesan tuir-mai ne'e:

- Elabora polítika ba Ekonomia Azul Timor-Leste nian, hodi haree filafali ba ezbosu Polítika Nasionál Tasi nian ne'ebé dezenvolve ona iha tinan hirak ikus ne'e. Polítika nasionál foun ida-ne'e tenke inklui definisaun no oportunidade ne'ebé relasiona ho setór ida-ne'e, benefísiu ekonómiku, sosiál no ambientál sira, definisaun polítika husi vizaun nasionál ida-ne'e no inisiativa ne'ebé sei dezenvolve ho forma kolaborante (ho kolaborasaun) no intersetoriál (entre setór oioin);

- Prepara planu asaun ba kurtu no médiu prazu atu implementa Polítika Ekonomia Azul Timor-Leste nian, tuir períodu orsamentu nasaun nian, ne'ebé inklui definisaun ba sistema partisipativu governasaun integrada, promosaun partisipasaun privada, inklui kontribuisaun finanseira hodi apoia projetu inisiativa privada sira, define lejizlasaun ne'ebé sei pasa hodi apoia implementasaun inisiativa sira, haforsa defeza marítima nasionál no hasa'e kapasidade nasionál iha área peskiza, investigasaun no edukasaun, inklui revizaun kurrikulár no promosaun kampaña eskolár kona-ba oseanu sira, ba formasaun "jerasaun azúl ida";

- Promove kontaktu no estabelese parseria ho organizasaun internasionál espesializadu sira iha kestoens ne'ebé relasiona ho Ekonomia Azul, inklui protesaun no konservasaun ambiente tasi nian, kolaborasaun ho Estadu sira seluk, organizasaun internasionál no organizasaun naun-governamentál sira kona-ba dezafiu sira ne'ebé Timor-Leste hasoru no solusoens ne'ebé posivel atu proteje ambiente tasi nian; no investe iha oportunidade sira ba kooperasaun internasionál;

- Forma no kapasita joven sira atu sira bele akompaña kriasaun empregu iha ámbitu Ekonomia Azul;

- Promove no komunika imajen Timor-Leste nian, iha nivel nasionál no internasionál, liuhusi kampaña Ha'u-nia Tasi, Ha'u-nia Timor, tuir konseitu TASI: Timor-Leste, Azul, Sustentavel no Inovadór, liuhusi inisiativa oioin, liuliu:

  i. Estabelese Sentru Edukasaun Mariña ida, ho apoiu husi instituisaun internasionál sira, liuliu akadémika. Propoin atu dezenvolve planu sira ba estabelesimentu Sentru Edukasaun Mariña ida, ne'ebé sei sai hanesan ánkora ba Ekonomia Azul Timor-Leste nian. Sentru ne'e sei fahe importánsia, espesifisidade no biodiversidade ambiente tasi Timor-Leste nian no kontribui ba literasia oseanu ba Timoroan hotu-hotu nian, nune'e mós

literacia dos oceanos de todos os timorenses, também através do desenvolvimento de campanhas dirigidas para as instituições de ensino e dos jovens, bem como servir de atração turística;

ii. Desenvolver um Plano Diretor de Desenvolvimento da Costa de Díli. Díli é uma das capitais mais bonitas do mundo, sustentada por lindas montanhas que descem para o mar tropical. A costa de Díli é, sem dúvida, a face da cidade e oferece grandes oportunidades para se tornar um foco para moradores e turistas - uma peça central da Economia Azul. Propõe-se que seja desenvolvido um Plano Diretor da Costa de Díli para cobrir a área desde o Cristo Rei, até ao rio Comoro;

iii. Mapear e divulgar os locais de mergulho de Timor-Leste. Os locais de mergulho "premium", em todo o mundo, estão normalmente mapeados para facilitar o seu uso e promover este tipo de turismo em franca ascensão. Iremos ainda promover o turismo de mergulho, com centros de informação adequadas e apoio com infraestruturas básicas de apoio a esta atividade;

iv. Estabelecer o Parque Nacional Marinho de Ataúro. As águas em redor da Ilha de Ataúro foram consideradas como tendo a maior biodiversidade do mundo, com recifes de coral globalmente significativos. O ambiente marinho de Ataúro é, no entanto, frágil e vulnerável às ameaças humanas. A fim de proteger a biodiversidade de Ataúro, promover o turismo e melhorar os stocks de peixes para a pesca artesanal, Timor-Leste poderá considerar o estabelecimento de um Parque Nacional Marinho na Ilha de Ataúro;

v. Realizar uma avaliação da biodiversidade e mapeamento de recifes de corais a serem realizados pelo Parque Nacional Marinho de Ataúro;

vi. Estabelecer um Centro Nacional de Regulamentação, Pesquisa e Controlo de Cetáceos. Timor-Leste é um dos melhores locais do mundo para observar baleias azuis, golfinhos e cachalotes sendo um dos poucos locais onde as pessoas podem inclusivamente nadar com estes animais. Esta oportunidade acaba de ser conhecida em todo o mundo e está a levantar uma onda de interesse internacional, com taxas de ocupação de embarcações de observação de baleias elevadas;

vii. Estabelecer Áreas Marinhas Protegidas. Há esforços globais significativos desenvolvidos para declarar as áreas marinhas de Timor-Leste como Áreas Marinhas Protegidas, por forma a capacitar a gestão sustentável dos recursos e ecossistemas marinhos. As áreas marinhas protegidas podem assumir várias formas e diferentes tipos de proteções e restrições. Atualmente, a Ilha Ataúro possui 13 Áreas Marinhas Protegidas geridas localmente, e apoiadas pela Conservação Internacional e pelo Centro do Triângulo do Coral. Enquanto Estado costeiro, o Governo vai passar a apoiar diretamente as Áreas Marinhas Protegidas e a criar novas áreas;

liuhusi dezenvolvimentu kampaña sira ne'ebé dirije ba instituisaun ensinu no joven sira, nune'e mós serve ba atrasaun turístika;

ii. Dezenvolve Planu Mestre ida ba Dezenvolvimentu Tasi-ibun Dili nian. Dili mak kapitál ida-ne'ebé furak liu iha mundu, ne'ebé hetan apoiu husi foho furak sira ne'ebé tun ba tasi tropikál. Klaru Tasi-ibun Dili nu'udar sidade nia oin no oferese oportunidade boot atu sai foku ida ba moradór no turista sira - parte sentrál ida husi Ekonomia Azúl. Propoin atu dezenvolve Planu Mestre Tasi-ibun Dili nian atu kobre área ne'e husikedas Cristo Rei to'o Mota Comoro;

iii. Halo mapamentu no divulgasaun fatin luku sira Timor-Leste nian. Fatin luku sira "premium", iha mundu tomak, baibain halo mapeamentu hodi fasilita ninia uzu no promove tipu turizmu ida ne'ebé daudaun ne'e promovidu. Ami sei promove turizmu luku nian, ho sentru informasaun ne'ebé adekuada no apoiu ho infra-estrutura bázika hodi apoia atividade ida-ne'e;

iv. Hodi estabelese Parke Nasionál Mariñu Ataúru. Tasi sira iha Illa Ataúru konsidera ona hanesan biodiversidade ida ne'ebé boot tebes iha mundu, ho ahu-ruin iha meti-ulun ne'ebé signifikativu iha nivel mundiál. Maibé, ambiente tasi iha Ataúru frajil no vulneravel ba ameasa umana sira. Atu proteje biodiversidade Ataúru, promove turizmu no hadi'a *stocks* ikan sira ba peska artezanál (tradisionál), Timor-Leste bele konsidera hodi estabelese Parke Nasionál Mariñu ida iha Illa Ataúru;

v. Halo avaliasaun ida ba biodiversidade no mapeamentu ba ahu-ruin sira iha meti-ulun ne'ebé sei realiza husi Parke Nasionál Mariñu Ataúru;

vi. Estabelese Sentru Nasionál ida ba Regulamentasaun, Peskiza no Kontrolu Setáseus[1]. Timor-Leste nu'udár fatin ida ne'ebé di'ak liu iha mundu tomak hodi observa baleia azúl, golfiñu, no kaxalote, no hanesan fatin uitoan balu iha ne'ebé ema sira bele nani hamutuk ho animál sira ne'e. Oportunidade ida-ne'e foin maka koñesidu iha mundu tomak no aumenta ondas ida ba interese internasionál nian, ho taxa ba okupasaun embarkasaun nian ba observasaun baleia ne'ebé aas;

vii. Estabelese Área Tasi Protejida. Iha esforsu globál signifikativu ne'ebé dezenvolve hela hodi deklara área tasi Timor-Leste nian hanesan Área Tasi Protejida, hodi kapasita jestaun sustentavel ba rekursu no ekosistema tasi nian sira. Área tasi sira ne'ebé protejida bele asume forma oioin no tipu protesaun no restrisaun oioin. Daudaun ne'e, Illa Ataúru iha Área Tasi Protejida hamutuk 13 ne'ebé jere iha nivel lokál, no apoia husi Konservasaun Internasionál no husi Sentru Triángulu Korál (Ahu-ruin nian). Nu'udar Estadu *costeiro* (ho ninia tasi-ibun sira), Governu ne'e sei apoia diretamente Área Tasi Protejida no kria área foun sira;

viii. Estabelecer um Parque da Paz Marítimo. Os parques da paz, através da cooperação bilateral, regional ou multilateral, contribuem para proteger e gerir de forma sustentável o meio terrestre e marinho e os recursos vivos, estabelecendo áreas marinhas protegidas transfronteiriças. Timor-Leste irá desenvolver esforço para criar estes "parques" com prioridade para a cooperação com a Indonésia;

ix. Desenvolver e implementar o Planeamento Espacial Marinho, no âmbito da Economia Azul, para garantir uma área marinha limpa, saudável, produtiva e biologicamente diversificada. Através do Planeamento Espacial Marinho, garantiremos uma abordagem coordenada e sustentável dos nossos mares, mapeando e analisando o uso de nossas áreas marinhas. Esta iniciativa inclui o mapeamento dos nossos recursos marinhos, a gestão do uso dos mares pelo setor público e privado, a conservação de áreas marinhas destacadas, a proteção de rotas de migração de baleias e a gestão do uso recreativo, com vista a garantir que os nossos oceanos sejam utilizados de forma produtiva e sustentável;

x. Combater o lixo marinho, sobretudo o plástico que afeta gravemente a saúde dos oceanos, através de campanhas de sensibilização, limpeza de areais e zonas costeiras e outras iniciativas de monitorização, controlo, redução e mitigação de lixo marinho e preservação dos oceanos;

xi. Preservar e promover campanhas de reflorestação de mangais. Os mangais, que estão amplamente distribuídos ao longo das costas norte e sul do país, são vitais para o ambiente marinho, para as comunidades costeiras e para mitigar os efeitos das alterações climáticas. Estes ecossistemas naturais tropicais são considerados "ecossistemas de carbono azul", e para garantir que Timor-Leste mantenha as suas vastas florestas de mangais, iremos implementar uma política de conservação, recorrendo à ciência e a apoio de grupos de conservação. Esta iniciativa irá incluir o esforço coletivo de proteção e reflorestação, promovendo o uso sustentável destas florestas, também através de campanhas educacionais e do envolvimento das comunidades costeiras, contribuindo também para um importante destino turístico.

4.2. Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas

O desenvolvimento do setor primário é fundamental num país onde cerca de 75% da população reside em áreas rurais e onde os níveis de pobreza são ainda elevados, com todas as outras debilidades que estão associadas à pobreza.

O Governo considera, por isso, a agricultura como a base de desenvolvimento económico e social do País. A melhoria deste setor, associado à melhoria do setor das pescas e da produção animal, tem como resultado de curto prazo a melhoria da qualidade e bem-estar de todos os timorenses. Assim, a meta do Governo é a de melhorar a segurança alimentar nacional, reduzir a pobreza rural, apoiar a transição da cultura de

viii. Estabelese Parke Pas Marítimu ida. Parke pas sira, liuhusi kooperasaun bilaterál, rejionál ka multilaterál, kontribui hodi proteje no jere ho forma sustentavel ambiente rai-maran no tasi no rekursu moris sira, ne'ebé estabelese área tasi transfronteirisa sira. Timor-Leste sei dezenvolve esforsu hodi kria "parke" sira-ne'e ho prioridade atu halo kooperasaun ho Indonézia;

ix. Dezenvolve no implementa Planeamentu Espasiál Mariñu, iha ámbitu Ekonomia Azul, hodi garante área mariña ida ne'ebé moos, saudavel, produtiva no biolojikamente diversifikada. Liuhusi Planeamentu Espasiál Mariñu, ami sei garante abordajen ida ne'ebé koordenada no sustentavel iha ita-nia tasi, hodi halo mapa no analiza uzu iha ita-nia área mariña sira. Inisiativa ida-ne'e inklui mapeamentu ba ita-nia rekursu mariñu sira, jestaun ba uzu tasi husi setór públiku no privadu, konservasaun área mariña sira ne'ebé destakada, protesaun ba rota migrasaun baleia no jestaun ba uzu rekreativu, ho objetivu atu garante katak sei utiliza ita-nia tasi ho produtiva no sustentavel;

x. Kombate lixu iha tasi, liuliu plástiku ne'ebé afeta maka'as liu ba saúde tasi-nian, liuhusi kampaña sensibilizasaun, limpeza rai-henek tasi no tasi-ibun no inisiativa sira seluk hodi monitoriza, kontrola, redús no halo mitigasaun ba lixu tasi no prezervasaun ba oseanu;

xi. Prezerva no promove kampaña reflorestasaun ai-parapa. Ai-parapa sira ne'ebé distribui barak ona iha tasi ninin kosta norte no sul nasaun ne'e nian, importante tebes ba ambiente tasi, ba komunidade tasi-ninin no hodi halo mitigasaun ba efeitu sira husi alterasaun klimátika sira. Konsidera ekosistema tropikál naturál hirak-ne'e nu'udar "ekosistema karbonu azúl", no hodi garante katak Timor-Leste mantein ninia floresta ai-parapa ne'ebé luan, ami sei implementa polítika konservasaun ida, ne'ebé halo ho siénsia no apoiu grupu konservasaun nian. Inisiativa ida-ne'e sei inklui esforsu koletivu protesaun no reflorestasaun nian, hodi promove uzu florestál sira-ne'e ho forma sustentavel, no mós liuhusi kampaña edukasionál no envolvimentu husi komunidade tasi-ibun, ne'ebé kontribui mós ba destinu turístiku ne'ebé importante.

4.2. Agrikultura, Pekuária, Peskas no Florestas

Dezenvolvimentu setór primáriu sai fundamentál ba País, ida ne'ebé besik 75% hosi populasaun hela iha áreas rurais no, iha ne'ebé, nível pobreza (situasaun kiak) sei aas tebes, ho debilidades (frakezas) seluk-tan ne'ebé relasiona ho pobreza.

Tanba ne'e, Governu konsidera Agrikultura hanesan baze ba dezenvolvimentu ekonómiku no sosiál País nian. Melloramentu (maneira oinsá hadi'ak) setór ida ne'e, iha ligasaun ho oinsá hadi'a setór peskas no produsaun animál, atu, iha tempu badak nia laran, hadi'a kualidade no moris di'ak ba timoroan tomak. Nune'e, metas (ka target) Governu nian, mak atu hadi'a seguransa ai-hán (seguransa alimentar) Nasionál, reduz

subsistência para a produção empresarial de produtos agrícolas, pecuários, pescas e florestais, promover a sustentabilidade ambiental e a conservação dos recursos naturais de Timor-Leste.

4.2.1. Agricultura

A fim de cumprir o objetivo ao nível de segurança alimentar, o Governo vai expandir o setor agrícola, melhorar as práticas de cultivo e a produtividade agrária, desenvolver ações para melhorar a produção de culturas agrícolas específicas e sistemáticas, de acordo com o potencial de cada região do país, garantindo também o objetivo de desenvolver os setores produtivos da nação.

As metas e ações para esta área são:

- Investir na criação de um Laboratório Público de Investigação Agrícola, com vista ao desenvolvimento de programas de investigação para todos os principais produtos agrícolas de Timor-Leste. Pretende-se apostar, como prioridade, naqueles que oferecem maior potencial e que incluem o apoio às vertentes técnicas da produção agrícola, que garanta e identifique, através de análises, as tipicidades e qualidades dos solos, das águas, das plantas e das sementes, por forma a atingir a modernidade competitiva;
- Estabelecer um Instituto de Pesquisa e de Desenvolvimento Agrícola, constituído por agrónomos e técnicos, que pesquisem, executem e supervisionem, em todo o território, as estratégias de implementação de sistemas de produção junto dos agricultores;
- Estabelecer um mecanismo de apoio à transição de uma agricultura de subsistência para uma agricultura moderna com orientação ao mercado;
- Implementar novos programas de agricultura biológica, incluindo a aposta da sua comercialização ao nível internacional, através de campanhas de marketing;
- Continuar a reforçar a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar;
- Reabilitar, expandir e melhorar a gestão dos sistemas de irrigação e o armazenamento de água, fundamental para o cultivo agrícola, revendo o inventário dos sistemas de irrigação existentes;
- Continuar a investir no estudo e construção dos sistemas de irrigação de acordo com as técnicas e metodologias mais modernas, viáveis e resistentes às condições climáticas;
- Melhorar a gestão dos centros de manutenção aos tratores para garantir o funcionamento operacional do uso destes para apoiar os agricultores;
- Fazer o mapeamento de zonas agro-ecológicas para a utilização sustentável das máquinas e dos equipamentos agrícolas com referência à estrutura física do solo;

pobreza rurál, apoia tranzisaun hosi kultura (agrikultura) subsisténsia nian ba produsaun emprezariál ba produtus agríkolas, pekuárius, peskas no florestais nian, hodi promove sustentabilidade ambientál no konservasaun rekursus naturais Timor-Leste nian.

4.2.1. Agrikultura

Atu hodi kumpre objetivu ba nível seguransa aihán (seguransa alimentar) nian, Governu sei habelar setór agríkola, hadi'a prátika kultivu no produtividade agrária nian, dezenvolve asoens hodi hadi'ak produsaun kulturas agríkolas espesífikas no sistemátikas, tuir lolós ho potensiál hosi rejiaun ida-idak país nian, hodi garante mós objetivu atu dezenvolve nasaun nia setores produtivus.

Metas no asoens, ba área ida ne'e, maka:

- Investe iha kriasaun Laboratóriu Públiku ba Investigasaun Agríkola, ho vizaun atu dezenvolve programa investigasaun nian ba produtus agríkolas, ne'ebé konsidera hanesan prinsipais iha Timor-Leste. Hakarak hahú, nu'udar prioridade, iha produtus ne'ebé oferese potensiál boot liu no bele fó apoiu ba vertentes téknikas iha produsaun agríkola, ne'ebé garante no identifika, liuhusi análizes, rai ida-idak nia tipu (ka kompozisaun) no ninia kualidade, nune'e mós ba iha bee, ai-horis no fíni (semente), hodi bele haree oinsá atinje modernidade kompetitiva;
- Estabelese Institutu de Peskiza no Dezenvolvimentu Agríkola, ne'ebé sei halibur Agrónomus no Téknikus, atu hala'o peskiza, ezekuta no superviziona, iha territóriu tomak, estratéjias ba implementasaun sistema produsaun nian, hamutuk ho agrikultores;
- Estabelese mekanizmu hodi apoia tranzisaun agrikultura subsisténsia ida ba iha agrikultura moderna ho orientasaun ba merkadu;
- Implementa programas foun kona-ba agrikultura biolójika, inklui aposta ba ninia komersializasaun iha nível internasionál, liuhusi kampaña marketing nian;
- Kontinua hametin implementasaun husi Polítika Nasionál Seguransa Ai-hán (Seguransa Alimentar) nian;
- Reabilita, habelar/expande no hadi'ak jestaun ba sistemas irrigasaun no ba armazenamento bee, fundamentál ba kultivu agríkola, no halo revizaun ba inventáriu sistemas irigasaun ne'ebé iha;
- Kontinua investe iha estudu no konstrusaun ba sistema irrigasaun nian, tuir téknika no metodolojia sira ne'ebé moderna liu, viável no rezistente ba kondisaun klimátika sira;
- Hadi'a jestaun ba sentrus manutensaun Tratores nian hodi garante funsionamentu operasionál, iha uzu tratores atu tulun agrikultores;
- Halo mapeamentu kona-ba zonas agro-ekolójikas ba utilizasaun sustentável, ba mákinas no ekipamentus agríkolas,ho referénsia ba estrutura fízika rai-nian;

- Continuar a investir em aquisição e manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas para apoiar os agricultores;
- Melhorar o serviço de extensão agrícola e a gestão do programa de cedência de tratores agrícolas para apoiar os agricultores;
- Continuar a implementar o Sistema de Mecanização Agrícola para apoiar os programas de extensificação, intensificação e diversificação para aumentar a produção e a produtividade agrícola;
- Realizar estudos sobre o desenvolvimento de barragens em Timor-Leste e implementar projetos-piloto de barragem e aproveitamento de lençóis freáticos;
- Melhoria da gestão e manutenção dos solos para o cultivo, reforçando a formação aos agricultores e empresas agrícolas;
- Assegurar que Timor-Leste possa atingir 70% em termos de produção de arroz até 2028, melhorando ainda mais as técnicas e sistemas de produção de arroz;
- Criar condições para aumentar a área de arrozal irrigado, para atingir 50.000 hectares em 2028;
- Reforçar os serviços de estatística, informação e previsão agroclimática;
- Reforçar as instalações nos serviços de quarentena para implementar o protocolo, padrão, base de dados para SPS (sanitário e fitossanitário), para facilitar a importação e exportação dos produtos agrícolas e garante a interoperabilidade do sistema Janela Única;
- Continuar a promover o uso de sistemas específicos de produção de arroz, gestão de colheitas integradas e sistemas de intensificação de arroz;
- Continuar os esforços para reduzir as perdas na produção através do controle de pestes e na pós-colheita através da melhoria dos sistemas de colheita, de moagem e de gestão do armazenamento do arroz, de milho, outros cereais e produtos;
- Continuar a subsidiar os produtores de arroz, de milho, de sorgo e de outros produtos básicos para a compra de sementes, fertilizantes e pesticidas, de forma a aumentar a produtividade, bem como apoiar a melhoria da eficiência dos processos de pós-colheita dos respetivos produtos;
- Prestar aconselhamento financeiro e assistência na comercialização do arroz, do milho, de outros cereais e demais produtos, aos respetivos produtores;
- Assegurar a área de cultivo de milho a atingir 76.500 hectares em 2028, ou aumentar a produtividade média do milho para 2,5 toneladas por hectare;
- Aumentar a área cultivada com raízes e tubérculos, passando de 48.000 hectares para 80.000 hectares em 2028;

- Kontinua investe iha akizisaun no manutensaun de mákinas no ekipamentus agríkolas atu apoia agrikultór sira;
- Hadi'a ka hakbiit servisu husi Extensionistas no jestaun husi programa sedénsia tratór agríkola sira, hodi tulun agrikultór sira;
- Kontinua implementa sistema Mekanizasaun Agríkola, hodi apoia programas extensifikasaun, intensifikasaun no diversifikasaun, atu aumenta produsaun no produtividade agríkola;
- Halo estudus kona-ba harii barrajens iha Timor-Leste no implementa projetu-pilotou barrajen no aproveitamentu lensóis freátikus (katak bee-lihun iha rai-okos);
- Hadi'a jestaun no manutensaun rai ba kultivu, hodi hametin-tan formasaun ba agrikultores no emprezas agríkolas;
- Asegura katak Timor-Leste bele atinje 70%, iha produsaun fós, to'o iha tinan 2028, hodi hetok hadi'a liu-tán téknikas no sistemas ba produsaun háre;
- Kria kondisoens atu aumenta área ba natar ne'ebé hetan irrigasaun, hodi atinje hectares 50.000, iha tinan 2028;
- Reforsa Servisu sira Estatístika, Informasaun no Previzaun agro-klimátika;
- Reforsa fasilidades iha servisu sira kuarentena nian, atu implementa protokolu, padraun, baze dadus ba sanitáriu no fitosanitáriu (SPS), hodi fasilita importasaun no exportasaun produtus agríkolas no garante interoperabilidade husi sistema Janela Únika;
- Kontinua promove atu uza sistemas espesifikus iha produsaun fós, iha jestaun kolleitas ne'ebé integradas no sistemas ba intensifikasaun fós;
- Kontinua iha esforsu atu reduz lakon (ka, perda) iha produsaun liuhosi kontrolu pestes no iha pós-kolleita, liuhosi hadi'a sistema kolleita, dulas no jestaun ba armazenamentu fós, batar, sereais no produtus seluk;
- Kontinua fó subsídiu ba produtores fós, batar, 'shorgum' no produtus bázikus seluk hodi hola sementes, fertilizantes no pestisidas, atu bele aumenta produtividade, nune'e mós atu apoia hadi'a efisiénsia iha prosesu depois de rekolla ba produtu sira ne'e rasik;
- Fó akonsellamentu finanseiru no asisténsia iha komersializasaun ba fós, batar no sereais no produtus seluk, ba produtores ida-idak;
- Asegura área kultivo ba batar atu bele atinje to'o 76.500 hectares iha tinan 2028, ka aumenta produtividade média batar ba 2,5 toneladas kada hectar;
- Aumenta 'area kultivu ho raíz no tubérlukus, hosi 48.000 hectares ba 80.000 hectares iha 2028;

- Continuar a investir em pesquisa, desenvolvimento e divulgação relativamente a variedades de culturas específicas de Timor-Leste, tais como os cereais (arroz, milho, sorgo, trigo, cevada e centeio), a mandioca, a batata-doce e o feijão-verde;
- Introduzir zonas agrícolas para identificar as áreas mais adequadas ao cultivo e comercialização de milho e outros alimentos básicos, tais como a mandioca, o feijão-verde, a batata-doce e cereais diversos;
- Prestar formação a produtores de milho e de outros cereais, bem como outros alimentos básicos, no uso de maquinaria agrícola e técnicas de gestão agrícola, continuando a distribuir tratores manuais e a apoiar o seu uso;
- Integrar atividades agrícolas com empresas familiares, tais como o processamento de produtos agrícolas ou o uso de resíduos agrícolas para fertilizantes orgânicos e alimento para animais;
- Desenvolver e alargar programas especiais de apoio ao nível do milho, sorgo, raízes e tubérculos nas comunidades rurais;
- Desenvolver e promover sistemas de alimentação de gado, baseados em excedentes de milho, raízes e tubérculos;
- Investir na produção da fruta e produtos hortícolas por forma a substituir a importação, encorajando o fornecimento de frutos de valor elevado a mercados urbanos;
- Apoiar a produção de produtos hortícolas em grande escala, estrategicamente localizada perto dos centros urbanos, apostando em protocolos de fornecimento a mercados, restaurantes e hotéis;
- Elaborar pesquisas e estudos de investimento para aferir o potencial de desenvolvimento de hidroponia (técnica de cultivar plantas sem solo) no país, através de um projeto-piloto que permita a produção imediata de produtos hortícolas biológicos;
- Criar mais incentivos e continuar a apoiar os agricultores para a produção de culturas de rendimento, tais como o café, o coco, a baunilha, o caju, a soja, o amendoim, a pimenta, o açafrão, o gengibre, a canela, o colorau e a noz-moscada, entre outros, incluindo ainda o seu processamento e transformação em produtos domésticos, com vista a criar mercados;
- Fazer um levantamento da quantidade e qualidade de armazéns disponíveis para armazenamento de cereais e outros produtos agrícolas granulares, nomeadamente feijões, favas, ervilhas e sojas;
- Fortalecer a coordenação interministerial e a coordenação com outras instituições relevantes em relação à implementação e ao controlo dos serviços do sector agrícola;
- Aferir e investir com prioridade nas culturas de rendimento com maior potencial de serem promovidos à escala comercial.

- Kontinua investe iha peskiza, dezenvolvimentu no divulgasaun kona-ba variedades kultura agríkola, ne'ebé espesifika ba Timor-Leste, hanesan mós sereais (fós, batar, trigu, sevada no senteiu), ai-farina, fehuk-midar no koto-nurak;
- Introduz zonas agríkolas, atu identifika áreas ne'ebé adekuadas liu ba kultivu no komersializasaun batar no alimentus bázikus seluk, hanesan aifarina, koto-nurak, fehukmidar no sereais oioin;
- Fó formasaun ba produtores batar no sereais, ka produtores alimentus bázikus seluk, kona-ba uzu makinaria agríkola no téknika jestaun agríkola nian, hodi kontinua fahe Tratores manuais no apoia ninia uzu;
- Integra atividades agrikolas ho emprezas familiares, hanesan mós prosesamentu produtus agríkolas ka uzu rezíduos agríkolas hanesan fertilizantes orgánikus no alimentu ba animais;
- Dezenvolve no loke tan programas espesiais atu apoiu ba batar, 'shorgum', ai-abut/raízes no tubérkulus, iha komunidades rurais;
- Dezenvolve no promove sistemas alimentasaun ba karau, husi excedentes (ka saida maka resta) husi batar, ai-abut/raízes no tubérkulus;
- Investe iha produsaun ai-fuan no produtus hortíkolas (ka modo-tahan) hodi substitui importasaun, hodi enkoraja fornesimentu ai-fuan ho valór aas (ka folin boot) ba merkadus urbanus;
- Apoia produsaun produtus hortíkolas (modo-tahan) ho eskala boot, ne'ebé besik Sentrus urbanus, liuhusi protokolu ba fornesimentu iha merkadu, restaurantes no hotéis;
- Elabora peskizas no estudus investimentu, kona-ba atu sukat (afere) potensiál ba dezenvolvimentu Idroponia nian (téknika kuda ai-horis la ho rai), liuhusi projetu-pilotu ida ne'ebé permite produsaun imediata hosi produtus hortíkolas biolójikus;
- Kria tán insentivus no kontinua apoia agrikultores atu produz kulturas ne'ebé bele fó rendimentu, hanesan kafé, nú, baunilla, kajú, fore-keli, fore-rai, pimenta, açafrão, gengibre (ai-lia), ai-kanela, kolorau no nóz moscada, inklui mós ninia prosesamentu no transformasaun ba iha produtus doméstikus, ho vizaun atu kria merkadu foun;
- Halo levantamentu ida kona-ba kuantidade no kualidade armazéns ne'ebé disponíveis ba armazenamentu (rai no halot) sereais no produtus agríkolas granulares, koto, favas, ervillas, fore-keli, no seluk-tan;
- Fortalese koordenasaun interministeriál no koordenasaun ho instituisoens relevantes seluk, kona-ba implementasaun no kontrolu servisu sira iha setór agríkola;
- Sukat (afere) no investe, hanesan prioridade, iha kulturas rendimentu ne'ebé iha potensiál bot atu hetan promosaun ba eskala komersiál.

4.2.1.1. Cultura do Café

- Continuar a apoiar a produção e promoção do café orgânico e de alta qualidade, incluindo através da promoção do café Timor ao nível nacional e internacional;
- Melhorar a produção do café, através da reabilitação às plantações de café;
- Continuar a desenvolver estudos e programas de pesquisa adaptativa de café;
- Continuar a apoiar a Associação de Café Timor de Timor-Leste (ACTL) e, em parceria com o setor privado e com os parceiros de desenvolvimento, continuar a implementar o Plano de Desenvolvimento do Setor do Café;
- Rever o programa de estímulo à renovação e expansão das áreas de plantação de café, aprovado através do Decreto-Lei n.º 27/2022, de 19 de maio; para responder à situação e necessidades atuais do setor;
- Criar novos programas de promoção de indústrias domésticas, para processamento de resíduos de plantações, especialmente café, em fertilizantes orgânicos e alimentos para animais, e dos resíduos de plantações de coco em materiais e bens domésticos;
- Estudar a viabilidade da criação de uma empresa pública para a comercialização do café.

4.2.2. Pecuária

O setor da criação de animais no País tem o grande potencial de contribuir para melhorar a nutrição do povo timorense, quer através do acesso e consumo a carne fresca, quer de laticínios. Para melhorar este setor, é necessário investir em rações acessíveis e de qualidade e assegurar a vacinação e a desparasitação dos animais. Atualmente os excedentes e resíduos da produção agrícola não são suficientes para criar uma indústria doméstica de processamento de ração para animais, o que significa que, se houver melhorias na agricultura, como o aumento do cultivo, ou se passar a haver fontes de proteínas disponíveis através de resíduos de peixes, poderá haver uma melhoria substancial também na área da pecuária.

Este Governo pretende aumentar a produção animal em 20% até 2028, com o objetivo de diminuir as importações de produtos animais do estrangeiro. As metas e ações a alcançar para o desenvolvimento da pecuária são:

- Continuar a investir nas campanhas de vacinação animal e fornecimento de vacinas gratuitas e expandir estes programas a todo o país;
- Implementar um sistema de gestão de controlo de doenças animais;
- Continuar a investir na aquisição e manutenção de máquinas e de equipamentos destinados à produção pecuária e de veterinária para apoiar os criadores de animais;

4.2.1.1. Kuda Kafé

- Kontinua apoia produsaun no promosaun Kafé orgániku ho kualidade di'ak, inklui mos liuhosi promosaun kafé Timor iha nível Nasionál no internasionál;
- Hadi'a produsaun kafé, liuhosi reabilitasaun ba plantasoens kafé nian;
- Kontinua dezenvolve estudus no programas de peskiza kona-ba kafé;
- Kontinua apoia Asosiasaun Kafé Timor Timor-Leste (ACTL) no, ho parseria ho setór privadu no parseirus dezenvolvimentu, kontinua implementa Planu Dezenvolvimentu Setór Kafé nian;
- Revee programa hodi fó estímulu ba renovasaun no expansaun husi área plantasaun kafé, ne'ebé aprova liuhusi Dekretu-Lei nu. 27/2022, loron 19 fulan-maiu, hodi fó resposta ba situasaun no nesesidade atuál sira setór nian;
- Kria programas founs kona-ba promosaun indústrias doméstikas nian, iha prosesamentu rezíduos husi plantasoens, liuliu kafé, ba fertilizantes orgánikus no hahán ba animais, no hosi rezíduos iha plantasoens nú ba materiál no sasán (beins) doméstiku;
- Halo estudu viabilidade kona-ba kriasaun empreza públika atu halo komersializasaun kafé nian.

4.2.2. Pekuária

Setór kriasaun animais, iha País, iha potensiál bot atu kontribui ba melloria iha nutrisaun ba povu timor, tantu liuhusi asesu no konsumu ba na'an fresku, no mós hosi susuben (latisíniu). Atu hadi'a setór ida ne'e, nesesáriu atu investe iha rasoens (animal-nia hahán) ne'ebé asesíveis (ka, fásil atu hetan) no ho kualidade, hodi asegura vasinasaun no desparazitasaun animais. Agora dadaun, excedentes no resíduos husi produsaun agríkola, la sufisiente atu kria indústria doméstika ba prosesamentu rasaun ba animias, ida ne'e signifika katak, karik iha melloria iha agrikultura, hanesan aumentu iha kultivu, ka karik iha ona fontes proteina nian, ne'ebé disponíveis, liuhusi reziduos ikan-nian, sei bele iha melloria ne'ebé substansiál (ka boot), iha área Pekuária.

Governu sei buka atu aumenta produsaun animál, ba 20%, to'o tinan 2028, ho objetivu atu hamenus importasaun produtus animais hosi estranjeiru. Metas no asoens atu alkansa dezenvolvimentu Pekuária nian maka:

- Kontinua investe iha kampañas vasinasaun animál no fornesimentu vasinas gratuitas no habelar programas hirak ne'e, ba territóriu tomak;
- Implementa sistema jestaun kontrolu ida ba animál nia moras;
- Kontinua investe iha akizisaun no manutensaun mákina no ekipamentu pekuária no veterinária nian hodi apoia ema sira ne'ebé hakiak animal;

- Continuar as campanhas nacionais de divulgação sobre os cuidados básicos de saúde animal e melhoria da nutrição dos animais;
- Investir na educação e formação deste setor, para o estabelecimento de clínicas veterinárias com profissionais especializados, continuando também a desenvolver os Centros de Desenvolvimento e Treinamento Pecuário;
- Estabelecer as infraestruturas públicas necessárias de assistência veterinária, envolvendo os produtores de animais;
- Estabelecer um Centro de Investigação de Produção Animal, para aferir quais as espécies, por exemplo de gado, que melhor se adaptam às condições de Timor-Leste, melhorar a qualidade genética, técnicas de reprodução seletiva e contribuir para melhorar outros parâmetros de produção, tais como taxas de mortalidade, taxas de parto e ganhos diários de peso vivo;
- Apoiar o estabelecimento de uma Associação de Criadores de Gados, facilitando o seu estabelecimento e respetivas políticas e iniciativas;
- Desenvolver sistemas especiais de produção de aves e porcos;
- Promover a criação de pequenas empresas de apoio à pecuária, incluindo infraestruturas de refrigeração, triagem, processamento e embalagem de carne, com vista ao desenvolvimento de uma indústria pecuária segura e de qualidade;
- Realizar campanhas de demonstração de processamento de resíduos animais em fertilizantes orgânicos;
- Promover o acesso a instituições financeiras e a cooperação com investidores;
- Assegurar o estabelecimento de parcerias com o setor privado, nacional e internacional, para o crescimento deste setor no país;
- Incrementar a transformação e exportação de produtos da pecuária (como por exemplo, a criação de búfalos para a produção de leite e queijo);
- Criação de serviços descentralizados de apoio aos produtores locais, com vista ao esclarecimento de dúvidas, socialização de campanhas veterinárias (vacinação, doenças, técnicas, etc.) e controlo da população de cada espécie;
- Continuar a desenvolver as pastagens e formulação de rações de animais;
- Continuar a investir no sistema de criação de animais do tradicional ao semi-intensivo e intensivo, e na capacitação aos técnicos e agricultores.

- Kontinua kampañas nasionais ba divulgasaun kona-ba kuidadu sira bázikus de saúde animál no melloria iha nutrisaun animal;
- Investe iha edukasaun no formasaun setór ida ne'e, ba estabelesimentu klínikas veterinárias ho profisionais espesializadus, hodi kontinua mós dezenvolve Sentrus de Dezenvolvimentu no Treinamentu Pekuáriu;
- Estabelese infraestruturas públikas, ne'ebé nesesárias ba asisténsia veterinária, hodi envolve produtores de animais;
- Estabelese Sentru de Investigasaun ba Produsaun Animál, atu hatene lolós espésies, por ezemplu karau, ne'ebé bele adapta di'ak liu ba kondisoens Timor-Leste nian, hadi'a kualidade jenétika nian, téknikas reprodusaun seletiva nian, no kontribui hodi hadi'a parámetros (sasukat) seluk ba produsaun, hanesan taxa mortalidade, taxa hahoris no aumenta todan iha loron-loron;
- Apoia estabelesimentu Asosiasaun Haki'ak Karau (Asosiasaun Kriadores de Gadu), hodi fasilita ninia atividades no ninia políticas no inisiativas;
- Dezenvolve sistemas espesiais ba produsaun manu no fahi;
- Promove kriasaun emprezas ki'ik atu apoia pekuária, inklui infraestrutura refrijerasaun nian, triajen, prosesamentu no embalajen (ka falun) na'an, ho vizaun ba dezenvolvimentu indústria pekuária ida, ne'ebé segura no ho kualidade;
- Hala'o kampañas hodi hatudu no hanorin oinsá prosesa (ka, transforma) rezíduos animais ba fertilizante orgániku;
- Promove asesu ba Instituisoens finanseiras no promove kooperasaun ho investidores;
- Asegura estabelesimentu parserias ho setór privadu, Nasionál no internasionál, ba kreximentu setór Pekuáriu iha País;
- Inkrementa (haburas) prosesu transformasaun no exportasaun ba produtus pekuária nian (hanesan, haki'ak karau-timór ba produsaun susu-ben no keiju);
- Kriasaun servisu sira desentralizadus hodi fó apoiu ba produtores lokais, kona-ba esklaresimentu dúvidas, sosializasaun ba kampañas veterinárias (vasinasaun, moras, no buat seluk-tan) no kona-ba kontrolu populasaun hosi espésie ida-idak;
- Kontinua dezenvolve pastajen sira (animál hán fatin) no formulasaun rasoens (hahán) ba animál nian;
- Kontinua investe iha sistema kriasaun animál, hosi sistema tradisionál ba semi-intensivu no intensivu, no kapasitasaun ba téknikus no agrikultores.

4.2.3. Pescas

Timor-Leste tem uma linha costeira com mais de 700 km e uma Zona Económica Exclusiva com cerca de 72.000 km2, o que significa o acesso a recursos marítimos com um grande potencial de exploração no âmbito do setor das pescas, sendo que apenas o Município de Aileu e de Ermera não têm acesso à costa.

Por outro lado, junto à costa podem ainda ser desenvolvidas atividades de aquacultura, tais como a extração de algas e a criação de camarão, abalone, caranguejos e ostras, o que irá contribuir para a criação de rendimentos das comunidades costeiras.

É, no entanto, importante desenvolver estratégias neste setor, que tenham em consideração os diferentes recursos existentes e as formas de exploração possíveis, já que:

i. O mar a norte de Timor-Leste, apresenta como características principais uma pequena plataforma costeira, associada à presença de corais com temperaturas elevadas, à depleção de nutrientes pelo fraco aporte de águas pelas ribeiras e inexistência de ressurgências marítimas, o que também significa que tem um baixo recrutamento de espécies comerciais, pela baixa produção de fito plâncton, devida ao nível reduzido de oxigénio e elevada temperatura, e ainda, a redução significativa das áreas de maternidade, os mangais.

ii. O mar a Sul de Timor-Leste, com maior intensidade de ondulação e mais exposto aos ventos e sem a proteção de múltiplas ilhas indonésias, tem maior aporte de nutrientes, quer através das ribeiras, quer através de fenómenos de ressurgência que, devido a uma plataforma continental mais extensa, permite conservar na zona de exposição à luz, os nutrientes capazes de permitir a produção primária do fito plâncton.

Timor-Leste, apesar de insular, não tem uma larga tradição de pesca. Isto é muitas vezes justificado pela tradição cultural e ancestral, mas, também, por causa das condições do meio envolvente: fraca capacidade de exploração do mar do Norte, e perigosidade da pesca com recursos nativos, no mar do Sul. Por outro lado, estudos apontam para o facto de que, mesmo tendo vindo a aumentar nos últimos anos o esforço da pesca, nomeadamente o número de pescadores ativos e o número de embarcações, a totalidade de capturas não sobe proporcionalmente ao aumento do esforço da pesca, o que pode significar que o país pode vir a esgotar a capacidade do meio, ou, pouca capacidade de crescimento, sem danificação do meio. Há, por isso, a necessidade de estudar e implementar estratégias de aproximação, que aumentem a produção de pescado de uma forma sustentável.

Em resumo, iremos promover um setor de pescas em Timor-Leste em conformidade com a Política para a Economia Azul de Timor-Leste.

Neste âmbito, o Governo irá:

· Rever os estudos elaborados sobre o setor das pescas, para

4.2.3. Peskas

Timor-Leste iha liña kosteira ida, liu Km 700, no Zona Ekonómika Eskluziva ida ho besik 72.000 km2, ne'ebé signifika asesu ba rekursus marítimus (rekursu tasi nian) ho potensiál boot ida ba esplorasaun, iha ámbitu setór peskas nian, tamba Munisípiu rua de'it, Aileu ho Ermera, mak laiha asesu ba kosta (tasi ninin).

Iha lidun seluk, besik ba tasi-ibun (costa) sei bele tán dezenvolve atividades akuakultura nian, hanesan hasai budu-tasi no hakiak boek, abalone, kadiuk, pérolas no ostras, ne'ebé kontribui ba kriasaun rendimentus ba komunidades ne'ebé hela iha tasi-ibun.

Nune'e, importante atu dezenvolve estratéjias, iha setór ida ne'e, hodi konsidera rekursus oioin ne'ebé eziste no oinsá bele halo esplorasaun, tamba:

i. Tasi, husi kosta Tasifeto nian, aprezenta nu'udar karakterístikas boot mak plataforma kosteira ki'ik, ne'ebé liga ho prezensa hosi ahu-ruin ho temperaturas ne'ebé aas, nutrientes, ne'ebé to'o ba Tasi hosi mota, mós menus ona no la iha nutrientes ne'ebé moris hikas hosi tasi, ne'ebé mos signifika katak posibilidade ba espésies komersiais ki'ik tebes, ho tan produsaun fitoplánctón ne'ebé ki'ik, tanba nível oxijéniu reduzidu tebes ho temperatura ne'ebé aas, no, la haluha, redusaun ne'ebé boot ba área maternidade, área ho ai-parapa;

ii. Tasi, husi fali kosta Tasimane nian, hasoru laloran ne'ebé boot no maka'as tebes, expostu liu ba anin, tamba la hetan protesaun husi illas indonesias, ne'ebé barak hanesan iha Tasifeto, maibé hetan nutrientes barak liu, ne'ebé bá husi mota no mós husi fenómenu resurjénsia[2], tanba ninia plataforma kontinentál naruk no luan tebes, hodi permite, iha zona ne'ebé exposta ba naroman, bele konserva nutrientes ne'ebé bele hala'o produsaun primária ba *fito plánctón*[3].

Timor-Leste, maski illa ida, la iha tradisaun boot kona-ba peska. Ida ne'e, dala barak, bele justifika ho tradisaun kulturál, husi kedas bei'ala sira, maibé mós tanba kondisoens meiu envolvente: kapasidade esplorasaun tasi fraka tebes, iha Tasifeto, no, iha Tasimane, tasi perigozu tebtebes liuliu ba korakora. Hosi parte seluk, estudus hatudu katak, mezmuke iha dadauk ona aumentu iha esforsu ba Peskas, iha tinan hirak ikus ne'e, liuliu aumentu iha númeru peskadores ne'ebé ativus no númeru de embarkasaun, númeru totál iha kaptura (kaer ikan) ki'ik nafatin tetu ba esforsus iha peska, no ida ne'e bele signifika katak País sei esgota nia kapasidade husi meius, ka kapasidade kreximentu nian sei oitoan, mesmu ke la estraga nia meius. Ne'e duni, iha nesesidade atu estuda no implementa estratéjias aproximasaun, hodi aumenta produsaun peskadu nian, ho forma ida ne'ebé sustentável.

Iha liafuan badak, ami sei promove setór Peskas iha Timor-Leste tuir Polítika ba Ekonomia Azul Timor-Leste nian.

Iha ámbitu ida ne'e, Governu sei:

· Haree hikas fali estudus ne'ebé elaboradus ona ba setór

identificar ações e estratégias prioritárias para o crescimento do setor, aferindo sobre a superação de constrangimentos atuais e ações para o incremento das pescas no futuro;

· Regulamentar e controlar a pesca, incluindo malhagem mínima de redes, defesos, espécies protegidas e outras formas de proteger as espécies e evitar capturas de animais, antes que estes possam realizar a sua reprodução e, portanto, o repovoamento natural. Irá ainda ser reforçada legislação que reduza a pesca ilegal, sobretudo de barcos estrangeiros e a definição de zonas vigiadas;

· Promover campanhas, junto dos pescadores e das suas comunidades, sobre técnicas de pescas que apresentem menos riscos de delapidação da capacidade de produção de pescado e do meio envolvente;

· Promover o consumo de peixe no país, de forma sustentável, através de campanhas de sensibilização para o seu valor nutritivo, com o objetivo de aumentar o seu consumo para 10kg/pessoa/ano;

· Investir na formação de recursos humanos na área de pescas e aquacultura, para apoiar os serviços técnicos no mar e na aquacultura;

· Investir na pesca de alto-mar com orientação para a futura exportação, continuando a desenvolver centros de pesca ao longo da costa, e o acesso a melhores barcos, equipamento e formação;

· Criação de uma rede de conservação do pescado para o aproveitamento total do pescado capturado, permitindo também o aumento do esforço de captura, e com tal garantir o escoamento do mesmo;

· Estabelecer ligações a mercados e à exportação, também através de sistemas de transporte e centros de refrigeração, entre zonas de pescas e pontos de venda e exportação;

· Estabelecer centros de demonstração sobre o uso de sistemas eletrónicos de controlo de pescas e do corte, processamento, transporte e armazenamento de produtos de pesca;

· Desenvolver processos alternativos de conservação do pescado, tais como a salga, a fumagem ou a secagem;

· Garantir a preservação dos peixes e de outros ambientes marinhos, definindo-se, entre outras coisas, os locais adequados à pesca comercial;

· Estabelecer um Centro Marinho de Investigação e Desenvolvimento de Timor-Leste;

· Maximizar o Centro de Formação de Aquacultura de Liquiçá, iniciando a formação a técnicos de pescas, pescadores, aquicultores e jovens;

· Continuar a investir no desenvolvimento de infraestruturas básicas, tais como portos, cais e locais de atracagem;

Peskas, atu identifika asoens no estratéjias prioritárias ba kreximentu setór nian, hodi haree oinsá supera (ka ultrapassa) tiha obstákulus ne'ebé iha hela, no asoens atu aumenta peskas iha futuru;

· Regulamenta no kontrola Peskas, inklui tamañu ba rede (kaer ikan), defezus (peskas proibidas), espésies protejidas no formas seluk hodi proteje espésies no oinsá evita kaptura (kaer) animais antes de bele halo (ka realiza) reprodusaun no, nune'e, bele mós ajuda repovoamentu naturál. Sei reforsa liu-tán lejizlasaun ne'ebé bele reduz peska ilegál, liuliuhusi ró-ahi estranjeiru no definisaun kona-ba zona vijiada;

· Promove kampañas hamutuk ho peskadores no sira-nia komunidade, kona-ba téknikas peska nian, ne'ebé aprezenta menus risku ba delapidasaun (ka estraga) kapasidade produsaun peskadu-nian no estraga meiu ne'ebé hale'u;

· Promove konsumu ikan iha ita-nia País, ho forma sustentável, liuhusi kampañas sensibilizasaun kona-ba ninia valor nutritivu, ho objetivu atu aumenta ninia konsumu ba 10kg/ema/tinan;

· Investe iha formasaun rekursus umanus nian, iha área peskas no akuakultura, hodi apoia servisu sira téknikus, iha tasi no iha akuakultura;

· Investe iha peska tasi-klaran, ho orientasaun ba esportasaun futura nian, hodi kontinua dezenvolve Sentrus de Peskas tuir tasi-ibun, no asesu ba ró ne'ebé di'ak liu, ekipamentu no formasaun;

· Kriasaun rede (ka Sistema) konservasaun peskadu nian, ba aproveitamentu totál peskadu ne'ebé kaer, hodi permite mós aumentu esforsus iha kaptura (kaer), tamba garante ona eskoamentu;

· Estabelese ligasaun ba merkadus no ba exportasaun, no mós liuhusi sistema transporte no sentru refrijerasaun, entre zonas peska no fatin fa'an no esportasaun nian;

· Estabelese Sentrus atu halo demonstrasaun kona-ba oinsá uza sistema elektróniku ba kontrolu iha peska (ka kaer) no ba korte (ka ko'a), prosesamentu, transporte no armazenamentu ba produtu peskas;

· Dezenvolve prosesus alternativus ba konservasaun peskadu, hanesan salga, fumajen (tamu) no sekajen (ka hamaran);

· Garante prezervasaun ikan nian no ambiente tasi-nian, hodi define mós lokais, ne'ebé adekuadus ba peska komersiál;

· Estabelese Sentru Mariñu ba Investigasaun no Dezenvolvimentu de Timor-Leste;

· Maksimiza Sentru Formasaun ba Akuakultura, iha Liquiçá, hodi inisia formasaun ba téknikus ba peskas, peskadores, akuakultores no jovens;

· Kontinua investe iha dezenvolvimentu infraestruturas bázikas, hanesan portus, kais no fatin Ró atraka;

- Desenvolver estudos e pesquisas adicionais para a produção em aquacultura, para consumo interno e para exportação;
- Desenvolver diferentes tipos de atividades de aquacultura, em água doce, salobra e salgada;
- Garantir pelo menos 3 tipos de atividades de aquacultura a apoiar as atividades costeiras;
- Elaborar estudos com vista ao estabelecimento de uma entidade de Administração indireta do Estado para a área das pescas e aquacultura, como por exemplo o Instituto Nacional das Pescas e Aquacultura, que para além disso poderá ser fonte de promoção e de motivação do investimento privado;
- Estabelecer um mercado de exportação de peixe, para produtos da pesca e da aquacultura;
- Criação de uma lota, com respetivos equipamentos de refrigeração, através da qual o Estado possa fazer cumprir critérios de qualidade e de segurança alimentar, bem como a razoabilidade dos preços praticados, proporcionando ao setor o acompanhamento e a organização que ainda não tem;
- Rever as licenças comerciais existentes e definir a exploração dos recursos marinhos no médio e longo prazo para assegurar e garantir a economia do país;
- Continuar a investir em aquisição e manutenção de máquinas e equipamentos de pescas e aquacultura.

4.2.4. Produção Florestal

A gestão florestal sustentável é fundamental para as famílias e para as comunidades que dependem deste recurso para alimento, combustível e criação de rendimento, tal como é para os agricultores, considerando o efeito da desflorestação, da erosão ou do deslizamento de terras e da captação de água. Se a gestão dos recursos florestais não for sustentável, não existirá produção agrícola.

Timor-Leste já perdeu a sua floresta nativa, como pau-teca, mogno, e sândalo, o que prejudica a vida selvagem e diminui a fonte de alimentação. Por isso, é urgente atuar com consistência na proteção às áreas de floresta nacional, que representam cerca de 50% da área terrestre do país, de forma que este setor seja não só rentável economicamente, mas também sustentável.

O Governo está empenhado nestas seguintes ações:

- Continuar a implementar os Planos de Conservação Florestal, já aprovados em 2012, para promover a reflorestação e atividade agroflorestal para práticas sustentáveis em todo o território, incluindo o mapeamento e a inventariação das espécies florestais;
- Continuar a implementar os quadros legais, incluindo a Lei de Bases Florestal sobre a gestão e a proteção dos recursos florestais;

- Dezenvolve estudus no peskizas adisionais ba produsaun iha akuakultura, ba konsumu internu no ba exportasaun;
- Dezenvolve tipus oioin ba atividades akuakultura nian, iha bee-midar, bee-fo'er (salobra) no bee-mer (tasi ben);
- Garante, pelumenus tipu 3, ba atividades akuakultura, hodi apoia atividades kosteiras;
- Elabora estudus, atu bele estabelese Entidade de Administrasaun Indireta do Estadu, ba área Peskas no Akuakultura, hanesan, Institutu Nasionál de Peskas no Akuakultura, ne'ebé bele mós sai fonte promosaun no motivasaun ba investimentu privadu;
- Estabelese merkadu exportasaun ikan nian ida, ba produtus peskas no akuakultura;
- Kriasaun lota nian (fatin fa'an ikan nian ida), ho ekipamentus refrijerasaun nian rasik, iha ne'ebé Estadu bele haruka kumpre kritérius kona-ba kualidade no seguransa ai-hán (seguransa alimentar) nian, nune'e mós bele haree ba razoabilidade presu (katak, labele sa'e liu no labele tun liu), hodi fó ba setór akompañamentu no organizasaun ne'ebé seidauk iha;
- Haree hikas lisensas komersiais ne'ebé iha tiha ona, no define esplorasaun rekursus mariñus, iha tempu médiu no tempu naruk, hodi asegura no garante ekonomia País nian;
- Kontinua investe iha akizisaun no manutensaun mákinas no ekipamentus peskas no akuakultura.

4.2.4. Produsaun Florestal

Jestaun florestál ne'ebé sustentável sai fundamentál ba famílias no komunidades, ne'ebé depende ba rekursu ida ne'e ba hán, kombustível no kriasaun rendimentu, hanesan mós ba agrikultores hodi konsidera (ka hanoin) kona-ba efeitu deflorestasaun, erozaun ka rai-monu no iha kaptasaun bee nian. Bainhira jestaun rekursu sura la sustentável, sei la iha produsaun agríkola.

Timor-Leste lakon tiha ona ninia floresta nativa (ai rai-na'in kedas), hanesan ai-teka, mognu (ka mahoni) no ai-kameli, no, ho ida ne'e, prejudika tiha vida selvajen no hamenus tiha fonte alimentasaun. Tanba ne'e, sai urjente atu atua ho konsisténsia iha protesaun ba áreas floresta Nasionál, ne'ebé reprezenta besik 50% hosi área terrestre País nian, hodi nune'e setór ida ne'e bele sai rentável ekonomikamente maibé mós hetan sustentabilidade.

Nune'e, Governu sei empeñadu iha asoens tuir mai:

- Kontinua implementa Planus ba Konservasaun Florestál, ne'ebé aprovado ona iha 2012, hodi promove reflorestasaun no atividade agroflorestál ba prátikas sustentáveis iha territóriu tomak, inklui mapeamentu no inventarizasaun ba espésies florestais;
- Kontinua implementa kuadrus legais, inklui Lei de Bases Florestál, kona-ba jestaun no protesaun ba rekursus florestais;

- Implementar os Planos de Investimento Florestal, incluindo a identificação de mercados potenciais e vantagens comparativas de Timor-Leste sobre os produtos florestais de grande valor;
- Criar o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Agricultura de Timor-Leste, para reforçar o investimento e a pesquisa em todos os subsectores agrícolas, incluindo os produtos florestais;
- Continuar a desenvolver os centros de viveiros permanentes e viveiros comunitários para apoiar a comunidade com mudas (de sândalo, cedro-vermelho, pau-teca, mogno, pau-rosa/ ai-ná, bambu, etc.) que possam ser desenvolvidos para fornecer matérias-primas para pequenas indústrias e carpintarias de produção de mobiliários;
- Plantar, anualmente, 1 milhão de árvores em todo o território;
- Continuar a implementar a Política e Estratégia de Comercialização de Bambu;
- Continuar a investir na produção e na comercialização de bambu, que além da utilização versátil e rentável, contribui também para travar/impedir a erosão ou deslizamento de terras e estragos ao solo;
- Promover a formação técnica e administrativa aos profissionais florestais;
- Continuar a reforçar a coordenação intersectorial, principalmente na gestão de recursos naturais de forma sustentável e promover o Sistema Nacional das Áreas Protegidas e dos Parques Nacionais e da Conservação de Biodiversidade;
- Fazer a reabilitação das áreas de mangal nas linhas costeiras de Timor-Leste para proteção das comunidades e da biodiversidade costeira;
- Promoção da gestão das áreas de bacias hidrográficas através de um sistema de gestão dos recursos naturais baseado nas necessidades das comunidades;
- Continuar a investir na aquisição e manutenção das máquinas e dos equipamentos destinados à gestão florestal;
- Aprovação de planos de gestão integrada e sustentável do Parque Nacional "Nino Konis Santana", do Parque Nacional "Xanana Gusmão" e do Jardim Botânico "Francisco Xavier do Amaral".

4.3. Petróleo e Recursos Minerais

Um dos pilares do desenvolvimento económico futuro de Timor-Leste é o setor do petróleo e recursos minerais, o qual irá garantir que a riqueza dos recursos naturais será utilizada para construir a Nação e proporcionar o progresso e o bem-estar a todo o povo timorense.

A visão nacional, constante do Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011 – 2030) é a de que a infraestrutura

- Implementa Planus de Investimentu Florestál, inklui identifika merkadus potensiais no vantajens komparativas, ba Timor-Leste, kona-ba produtus florestais ho valor ne'ebé bot;
- Kria Instituto de Peskiza no Dezenvolvimentu de Agrikultura, hodi reforsa investimentu no peskiza ba subsetores agríkolas hotu-hotu, inklui produtus florestais;
- Kontinua dezenvolve Centros ba Viveiros Permanentes no Viveiros komunitarios, hodi fó apoiu ai-horis ba komunidade (ai-kameli, cedro-vermello, Ai-teka, mogno, pau-rosa/Ai-ná, Bambu, nsst) ne'ebé bele dezenvolve, hodi fornese matérias-primas ba industrias ki'ik no ba karpintarias ba produsaun mobiliários;
- Kuda ai, millaun 1 iha tinan-tinan, iha territóriu tomak;
- Kontinua implementa Polítika no Estratéjia Komersializasaun ba Bambú (ka, Au);
- Kontinua investe iha produsaun no komersializasaun bambú, materiál ida ne'ebé versátil tebes no rentável duni, no mós tamba Au kontribui hodi halakon erozaun/rai-monu ka delokamentu/rai-halai no mós estragus seluk ba rai;
- Promove formasaun teknika no administrativa ba profisionais florestais;
- Kontinua haforsa koordenasaun intersetoriál, liuliu jestaun rekursus naturais. ho forma sustentável. no promove Sistema Nasionál ba Áreas Protejidas no Parkes Nasionais no Konservasaun da Biodiversidade;
- Halo reabilitasaun ba "área mangál (ai-parapa)" iha liña kosteira Timor-Leste hodi proteje komunidades no biodiversidade kosteira;
- Promosaun jestaun ba área basias idrográfikas, liuhosi sistema jestaun rekursus naturais ne'ebé bazeadu iha nesesidades komunidades nian;
- Kontinua investe iha akizisaun no manutensaun mákinas ne'ebé destinadas ba jestaun florestál;
- Aprova planu sira ba jestaun integrada no sustentável ba Parke Nasionál "Nino Konis Santana", ba Parke Nasionál "Xanana Gusmão" no ba Jardim Botániku "Francisco Xavier do Amaral".

4.3. Petróleu ho Rekursus Minerais

Pilár ida mós ba dezenvolvimentu ekonómiku futuru Timor-Leste nian, mak setór Petróleu ho Rekursus Minerais, ne'ebé sei garante katak rikeza (ka rikusoin) husi rekursus naturais sei utiliza hodi konstroi (ka harii) Nasaun no proporsiona progresu no bein-estár ba povu timor tomak.

Vizaun Nasionál, ne'ebé temi iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu (2011-2030), mak ida ne'ebé dehan katak

necessária para o desenvolvimento petrolífero deve ser implementada na costa sul para que possa gerar dividendos económicos diretos para toda a população, quer através das atividades da indústria petrolífera e criação de postos de trabalho conexos, quer através do desenvolvimento de infraestruturas de apoio na costa sul de Timor-Leste.

Este desenvolvimento, denominado de Projeto 'Tasi Mane', é um programa plurianual que visa a criação de dois polos industriais, considerados como a espinha dorsal da indústria petrolífera timorense.

A curto prazo e para concretizar esta visão, o Governo irá continuar empenhado nas negociações com as empresas envolvidas no processo relativo ao *Greater Sunrise*, conforme previsto no Tratado das Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália, para a concretização do regime especial para os Campos do *Greater Sunrise*, através de um gasoduto para Timor-Leste.

O projeto *Tasi Mane* irá contribuir não só para o desenvolvimento da Costa Sul em geral, e da indústria petrolífera em particular, mas, também, abrangerá um vasto leque de impactos económicos diretos e indiretos ao nível nacional, regional e local, ao proporcionar benefícios económicos derivados da exploração dos recursos naturais de Timor-Leste.

Este projeto aumentará o Produto Interno Bruto (PIB) nacional e os lucros de exportação, ao mesmo tempo que criará oportunidades de emprego durante a construção e operação das infraestruturas conexas, além de funcionar como um catalisador e dinamizador do desenvolvimento da Costa Sul. Prevê-se que até 10.000 postos de trabalho diretos sejam gerados, a partir do projeto *Tasi Mane*, e mais de 50.000 postos de trabalho indiretos possam ser criados, com a transformação do setor petrolífero, da fase atual de pura extração para uma fase mais avançada de industrialização e criação de valor acrescentado.

Adicionalmente, o Projeto *Tasi Mane* irá gerar benefícios indiretos, influenciando um maior desempenho económico do país, como resultado da dinamização de outros setores industriais. O investimento realizado pelos participantes no projeto, bem como pelos trabalhadores, Governo e beneficiários privados, produzirá "efeitos multiplicadores" na medida em que as atividades económicas associadas ao projeto causarão um impacto na economia em geral, resultante sobretudo da aquisição de bens e serviços adicionais, tanto pelos trabalhadores, como pelas empresas, direta ou indiretamente, envolvidas no projeto.

O investimento em ativos físicos produtivos (tais como instalações de produção de energia elétrica, estradas e aeroportos) e ativos sociais (como por exemplo, a construção de novos polos urbanos e de ensino, a melhoria nos serviços de educação e saúde) poderão igualmente beneficiar a economia, através da maximização da produtividade dos fatores económicos. Um dos impactos significativos do projeto prende-se com as oportunidades que proporcionará aos negócios locais. Estas oportunidades incluem a

infraestrutura ne'ebé nesesária (ka presiza tebetebes) ba dezenvolvimentu Petrolíferu, tenke implementa iha Kosta Sul, hodi bele kria dividendus ekonómikus, ne'ebé diretus ba populasaun tomak, liuhosi atividades indústria petrolífera ho kriasaun postus de traballu koneksus (ka, ne'ebé iha ligasaun ba malu), no mós liuhosi dezenvolvimentu infraestruturas de apoiu ba Kosta Sul Timor-Leste.

Dezenvolvimentu ida ne'e, ne'ebé temi ho naran Projetu Tasi Mane, hanesan programa plurianuál ida ho vizaun atu kria polus (ka sentrus) industriais rua, ne'ebé konsidera hanesan espiña dorsál (ka, suporte prinsipál) ba indústria petrolífera Timor-Leste nian.

Ba kurtu-prazu, atu konkretiza vizaun ida ne'e, Governu sei kontinua haka'as-an iha negosiasoens ho emprezas ne'ebé envolve iha prosesu *Greater Sunrise* nian, hanesan prevee tiha ona iha Tratadu kona-ba delimitasaun fronteiras marítimas entre Timor-Leste ho Austrália, hodi konkretiza rejime espesiál ba Kampu *Greater Sunrise*, no assegura gazodutu (kadoras) husi *Greater Sunrise* mai Timor-Leste.

Projetu Tasi Mane ne'e sei kontribui la'ós de'it ba dezenvolvimentu kosta sul ein-jerál, no liuliu ba indústria petrolífera, maibé mos sei abranje (ka kobre) impaktus ekonómikus, diretus no indiretos, lubun boot ida, iha nível Nasionál, rejionál no lokál, hodi fó benefísius ne'ebé mai husi esplorasaun rekursus naturais Timor-Leste nian.

Projetu ida ne'e sei aumenta Produtu Internu Brutu (PIB) Nasionál ho lukrus husi exportasaun, no mós sei kria oportunidades ba empregu durante konstrusaun ho operasaun infraestruturas ne'ebé koneksas (ka ligadas), aleinde funsiona hanesan katalizador no dinamizador ida ba dezenvolvimentu Kosta Sul. PRevee katak sei hamosu to'o 10.000 postus de traballu diretus, husi projetu Tasi Mane, no liu 50.000 postus de traballu indiretus sei bele kria ho transformasaun setór petrolíferu, husi faze atuál hanesan halo de'it extrasaun, ba faze avansada liu ho ona industrializasaun ho kriasaun valór akresentadu (katak sei hamosu tan benefísius seluk no reseitas).

Aleinde ne'e, Projetu Tasi Mane ne'e sei fó benefísius indiretus, hodi influénsia dezempeñu ekonómiku ne'ebé boot liu ba País, hanesan rezultadu husi dinamizasaun setores industriais seluk. Investimentu ne'ebé partisipantes, iha projetu ne'e, halo, no husi traballadores, husi Governu no husi benefisiárius privadus, sei produz "efeitus multiplikadores" (ka barak tebes), tanba atividades ekonómikas ne'ebé asosia ho projetu ne'e sei fó impaktu ba ekonomia ein-jerál, ne'ebé sei mai husi akizisaun ba beins no servisu sira adisionais, husi traballadores, no mós husi emprezas, ne'ebé direta ka indiretamente, envolve-an iha projetu.

Investimentu iha ativus fízikus ne'ebé produtivus (hanesan instalasoens ba produsaun enerjia elétrika, estradas ho aeroportus) ho ativus sosiais (hanesan ezemplu, konstrusaun pólus (ka sentrus) foun, tantu urbanus no mós ba ensinu no hadi'a servisu sira edukasaun ho saúde), sei bele mos benefisia ekonomia liuhosi masimizasaun iha produtividade husi fatores ekonómikus oioin. Impaktu signifikativu ida mós, husi projetu ne'e, mak hanesan oportunidades ne'ebé sei mosu ba negósius lokais. Oportunidades hirak ne'e, inklui subkontratasaun ba

subcontratação de serviços como restauração, engenharia, segurança, fornecimento de combustível, serviços de gestão, profissionais e técnicos e necessidades de produtos agrícolas.

A TIMOR GAP continuará a estar mandatada pelo Governo para gerir e administrar o projeto *Tasi Mane*. Esta Empresa Pública apoiará a criação de indústrias de suporte, e o desenvolvimento dos recursos humanos necessários a uma operacionalização eficiente do setor petrolífero. Prevê-se que a construção destas infraestruturas básicas impulsione e incentive investimentos comerciais, em outros projetos e áreas, incorporados na área de impacto do *Tasi Mane*. Esta realidade transformará o caráter do atual setor petrolífero de Timor-Leste de uma dimensão simplesmente extrativa, permitindo a sua evolução para um setor petrolífero de maior valor acrescentado, e de cariz mais industrial e diversificado, incluindo o desenvolvimento de uma refinaria e polo da indústria petroquímica, e da fábrica de Gás Natural Liquefeito ("GNL").

O Governo de Timor-Leste, enquanto proponente e promotor do projeto integrado *Tasi Mane*, participará no financiamento de alguns destes projetos, assim como das infraestruturas básicas, como por exemplo, o Aeroporto (já construído) e a base logística do Suai. Os restantes projetos do *Tasi Mane* serão construídos e desenvolvidos com base em regime de *project finance* e outras formas de investimento privado ou investimento misto.

Neste sentido, o Governo irá continuar a desenvolver estudos e planos de investimento, considerando todas as envolventes necessárias à realização deste projeto, incluindo estudos de impacto ambiental, por forma a minimizar os impactos negativos no meio ambiente e humano.

O Projeto *Tasi Mane* é constituído pelos seguintes polos de desenvolvimento:

4.3.1. Desenvolvimento de uma Base Logística no Suai

Irá ser construída e operacionalizada uma Base Logística no Suai, situada em Kamenasa, Município de Covalima, a qual incorpora a construção de instalações logísticas e marítimas. Esta base irá servir para apoiar todas as atividades petrolíferas, conduzidas na Área Exclusiva de Timor-Leste e em áreas adjacentes no Mar de Timor, bem como outras atividades económicas gerais, comerciais e industriais.

A Base Logística do Suai servirá, igualmente, como um ponto de entrada para apoio à gestão da cadeia de abastecimento das atividades dos outros dois agrupamentos industriais, nomeadamente, a refinaria e o complexo petroquímico e a fábrica de GNL.

Esta base logística irá ainda abranger:

- Instalações terrestres – edifícios de operações, armazéns cobertos, mini bases terrestres, parque de armazenagem de combustível, depósitos de armazenagem de água, sistema de gestão de resíduos, zonas de estacionamento, instalações recreativas e comunitárias, entre outros;
- Instalações marítimas - três pontes-cais que consistem na

servisu sira hanesan restaurasaun, enjeñaria, seguransa, fornesimentu kombustível, servisu sira jestaun, profisionais ho tékniku no nesesidade produtu agríkola sira.

TIMOR GAP sei kontinua hala'o mandatu husi Governu, atu jere no administra projetu Tasi Mane. Empreza Públika ida ne'e sei apoia kriasaun indústrias de suporte, no apoia dezenvolvimentus rekursus umanus nesesários ba operasionálizasaun ne'ebé efisiente husi setór petrolíferu. PRevee katak konstrusaun infraestruturas bázikas hirak ne'e, bele impulsiona (ka dudu) no insentiva investimentus komersiais iha projetus seluk no áreas ne'ebé inkorpora (ka tama hotu) iha área ne'ebé hetan impaktu husi Tasi Mane. Realidade ida ne'e transforma karáter atuál setór petrolíferu Timor-Leste nian, ne'ebé ho dimensaun (ka karakter) extrativa de'it, hodi permite nia evolusaun ba setór petrolíferu ida ne'ebé ho valor akresentadu boot, no ho karíz (ka natureza) industriál no diversifikadu liu, inklui dezenvolvimentu refinaria ida ho pólu indústria petrokímika, no fábrika Gás Naturál Likefeitu ("GNL").

Governu Timor-Leste, nu'udar proponente no promotor ba projetu integradu Tasi Mane, sei partisipa iha finansiamentu ba projetus balun, no mós iha infraestruturas bázikas, hanesan ezemplu, aeroportu ho baze lojístika Suai. Projetus seluk iha Tasi Mane sei konstroe no dezenvolve ho baze iha rejime 'project finance' no ho formas investimentu privadu seluk tan no investimentu mistu.

Nune'e, Governu sei kontinua dezenvolve estudus ho planus investimentu, hodi konsidera envolventes (ka buat) hotu-hotu ne'ebé presiza ba realizasaun projetu ne'e, inklui estudus kona-ba impaktu ambientál, atu bele minimiza impaktus negativus iha meiu ambiente no umanu.

Projetu Tasi Mane ne'e konstituídu (ka kompostu) husi pólus dezenvolvimentu hanesan tuir mai:

4.3.1. Dezenvolvimentu Baze Lojístika ida iha Suai

Sei konstroe no operasionáliza baze lojístika ida iha Suai, nia fatin mak iha Kamenasa, Munisípiu Covalima, ne'ebé sei inklui konstrusaun instalasoens lojístikas no marítimas. Baze ida ne'e sei serve atu apoia atividades petrolíferas tomak, ne'ebé hala'o iha Área Eskluziva Timor-Leste nian no iha áreas adjasentes iha Tasi Timor, no mós atividades ekonómikas jerais, komersiais no industriais seluk tan.

Baze Lojístika iha Suai ne'e sei serve mos hanesan pontu entrada ida ba jestaun kadeia (ka rede) abastesimentu (ka fornesimentu) atividades husi agrupamentus industriais rua seluk, hanesan, refinaria ho kompleksu petrokímiku ida ho fábrika GNL ida.

Baze lojístika ida ne'e sei abranje mos:

- Instalasoens terrestres – edifísius ba operasoens nian, armazéns kobertus, mini bazes terrestres, parke armazenajen kombustível nian, depózitus armazenajen bee nian, sistema jestaun ba rezíduus ka lixu, zonas estasionamentu, instalasoens rekreativas no komunitárias, entre buat seluk;
- Instalasoens marítimas - ponte-kais tolu mak hanesan ponte-

ponte-cais principal, ponte-cais para barcaças e rampa para embarcações de desembarque, apoiadas por um posto de atracação de rebocadores, posto de acostagem para embarcações de passageiros e um quebra-mar com ligação à costa que facultará um abrigo das ondas, criando um porto calmo, seguro e protegido para as instalações.

Este projeto terá um enorme impacto social já que será uma plataforma impulsionadora de novas oportunidades de trabalho, gerando centenas de postos de trabalho, apoiando o desenvolvimento económico nacional, e melhorando potencialmente as competências da mão-de-obra local, em áreas como o fabrico de aço, construção civil, construção marítima, engenharia mecânica e elétrica, entre outros. Prevê-se ainda que outras indústrias não-petrolíferas, tais como a pesca comercial, possam beneficiar das instalações marítimas.

Foram realizados estudos de impacto ambiental e respetivas consultas públicas relativas a este projeto, tendo sido concedida a licença ambiental em 2013 e posteriormente renovada em 2015.

4.3.2. Desenvolvimento de uma Refinaria Petrolífera e de um Complexo Petroquímico

O segundo polo de desenvolvimento do Projeto *Tasi Mane* é composto pela Refinaria de Petróleo e o Complexo Petroquímico na Costa Sul. Estas instalações destinam-se a converter o condensado, transportado para o local a partir dos campos do Mar de Timor, numa variedade de combustíveis e outros produtos petrolíferos refinados. Prevê-se que o projeto torne Timor-Leste autossuficiente no que respeita ao fornecimento de gasolina sem chumbo e diesel, com margem para satisfazer um aumento futuro da procura doméstica.

O complexo da refinaria irá dispor de uma área superior a 250 hectares. A principal instalação da refinaria consiste na unidade de processamento e unidades de apoio, tais como unidades de utilidades, unidade de tratamento de resíduos, reservatórios de matéria-prima e produtos petrolíferos, água para o combate a incêndios e aterro destinado à gestão de resíduos sólidos. O complexo irá dispor de instalações de apoio, como por exemplo, armazéns, edifício de operações, edifício de administração, laboratório, gabinete de segurança e combate a incêndios e refeitório. A água destinada às operações da refinaria será canalizada para o local a partir de uma fonte hídrica situada a 10 km da refinaria.

A etapa inicial da fase de desenvolvimento irá estabelecer uma refinaria para produção de combustíveis, não só para consumo doméstico (diesel, gasolina, GPL e Nafta), como também para exportação. O polo da refinaria será concretizado através de uma parceria comercial, na qual a TIMOR GAP desempenhará o papel de principal dinamizador para o desenvolvimento do projeto.

Estudos de viabilidade para este projeto já foram desenvolvidos, assim como estudos de impacto ambiental, tendo também já sido realizadas consultas públicas. Neste momento, aguarda-se a licença ambiental para o arranque do projeto.

kais prinsipál, ponte-kais ba ró-barkasas no rampa (ka fatin) ba embarkasoens dezembarke nian, ne'ebé apoia ho postu atrakasaun ba rebokadores, postu akostajen (ka sadere nian) ba embarkasoens de pasajeirus ho kebramar (ka muru boot) ne'ebé liga ba Kosta, hodi sátan no fahe laloran, hodi portu ida ne'e bele kalmu (ka hakmatek), seguru no protejidu ba instalasoens iha rai-laran.

Projetu ida ne'e sei iha impaktu sosiál boot tebetebes, tamba sei sai hanesan plataforma impulsionadora ida, hodi loke oportunidades de traballu, jera/kria postus de traballu atus-ba-atus, hodi apoia dezenvolvimentu ekonómiku Nasionál, no hadi'a maka'as kompeténsias maun-de-obra lokál, iha áreas hanesan fabriku besi-asu, konstrusaun sivíl, konstrusaun marítima, enjeñaria mekánika no elétrika, entre buat seluk. PRevee mos katak indústrias naun-petrolíferas seluk, hanesan peska komersiál, bele mos benefisia ho instalasoens marítimas hirak ne'e.

Halo tiha ona estudus kona-ba impaktu ambientál ho mós hala'o ona konsultas públikas, relasiona ho projetu ne'e, no mós hetan ona lisensa ambientál, iha 2013 no hafoin renova fali iha 2015.

4.3.2. Dezenvolvimentu Refinaria Petrolífera ho Kompleksu Petrokímiku ida

Pólu dezenvolvimentu Daruak ba Projetu Tasi Mane, kompostu husi Refinaria Petróleu no Kompleksu Petrokímiku, ne'ebé lokaliza iha kosta sul. Instalasoens hirak ne'e mak sei konverte (ka transforma) Mina-rai kondensadu, ne'ebé mai husi Tasi Timor, ba kombustíveis oioin no ba produtus petrolíferus refinadus seluk. PRevee mos katak projetu ne'e sei halo Timor-Leste sai autosufisiente, relasionadu ho fornesimentu gazolina, ne'ebé la iha xumbu, ho diezel, ho marjen (ka espasu) atu satisfaz (ka responde ba) aumentu iha prokura doméstika, iha futuru.

Kompleksu refinaria ne'e, sei iha área boot ida ho ektares 250 liu. Instalasaun prinsipál refinaria ne'e nian, konsiste husi unidade prosesamentu ida no unidades apoiu, hanesan unidades ba utilidades, unidade ba tratamentu rezíduos, rezervatórius ba matéria prima nian no produtus petrolíferus, rezervatório bee ba kombate inséndius no aterru ba jestaun rezíduos sólidus (ka maran). Kompleksu ne'e sei iha instalasoens apoiu, hanesan armazéns, edifísiu operasoens, edifísiu administrasaun, laboratóriu, gabinete seguransa no kombate inséndius ho refeitóriu (ka han-fatin). Bee, ne'ebé hodi halo operasoens refinaria, sei kanaliza husi bee-matan ne'ebé dok 10 km husi refinaria.

Iha etapa inisiál faze dezenvolvimentu ida ne'e, sei estabelese refinaria ida ba produsaun kombustíveis, tantu ba konsumu doméstiku (diezel, gazolina, GPL ho Nafta), nune'e mós ba exportasaun. Pólu refinaria sei konkretiza, liuhosi parseria komersiál, ne'ebé TIMOR GAP mak sei dezempeña papel prinsipál, hanesan dinamizadór ba dezenvolvimentu projetu ne'e.

Estudus de viabilidade kona-ba projetu ida ne'e dezenvolve tiha ona, nune'e mós estudus kona-ba impaktu ambientál, no realiza mos ona konsultas públikas. Oras ne'e daudaun, hein hela lisensa ambientál, atu hahú projetu.

4.3.3. Desenvolvimento de uma Fábrica de Gás Natural Liquefeito

O Governo continua empenhado em desenvolver o gás proveniente do campo do *Greater Sunrise*, através da construção de um gasoduto submerso até à costa sul de Timor-Leste, e construção e operação de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) a fim de se proceder ao seu processamento.

Este agrupamento incorporará o complexo da fábrica de GNL, incluindo as instalações marítimas associadas, assim como novas áreas urbanas. Os aeroportos existentes na Costa Sul serão reabilitados de modo a dispor de capacidade para operar deslocações *fly-in-fly-out* (FIFO) dos trabalhadores ao serviço dos operadores de GNL, servindo igualmente como aeroportos regionais.

4.3.4 Desenvolvimento da Zona Costeira do Sul

Irão ser construídas e/ou operacionalizadas as infraestruturas necessárias para suportar a indústria petrolífera, fazendo a ligação entre os agrupamentos ou polos petrolíferos. Isto incluirá:

- Novas cidades, para alojar os trabalhadores do setor e para realojar os residentes locais;
- Uma autoestrada com o propósito de ligar os agrupamentos referidos e apoiar o crescimento da indústria petrolífera ao longo da costa sul, permitindo o desenvolvimento económico geral e a melhoria de vida das populações. Esta autoestrada inclui a construção de pontes principais e um porto multifuncional no Suai, para apoiar a base logística;
- O aeroporto do Suai, já concluído, para operações seguras de aeronaves ligeiras e helicópteros, para apoiar as atividades petrolíferas. Este aeroporto irá melhorar o transporte de passageiros e mercadorias, incluindo um terminal com instalações de alfândegas e imigração, quartel de bombeiros e um heliporto com instalações de serviços aéreos de ambulância.

Ainda neste setor, o Governo irá:

- Continuar a formar quadros profissionais e técnicos e atribuir bolsas de estudo para as áreas especializadas conexas ao setor petrolífero, mineiro e geológico;
- Continuar a capacitar as comunidades dos municípios que estarão mais diretamente envolvidas no projeto *Tasi Mane*;
- Desenvolver um mecanismo para o uso de gás natural nas atividades económicas do país;
- Reestruturar a Companhia Mineira de Timor-Leste, S.A, responsável por zelar pelos interesses do Estado nas atividades de exploração dos recursos minerais do país;
- Aumentar as atividades de estudo, pesquisa e promoção contínua dentro do país e no exterior, de forma a maximizar o investimento tanto no setor petrolífero como no setor mineiro;

4.3.3. Dezenvolvimentu Fábrika Gás Naturál Likefeitu

Governu sei kontinua haka'as-an atu dezenvolve gás, ne'ebé mai husi kampu Greater Sunrise, liuhosi konstrusaun gazodutu (ka kadoras gás nian) ne'ebé liuhusi tasi okos to'o iha kosta Sul Timor-Leste, no konstrusaun no operasaun fábrika Gás Naturál Likefeitu (GNL) ida, hodi hala'o prosesamentu.

Agrupamentu ida ne'e sei inkorpora kompleksu fábrika GNL nian, inklui instalasoens marítimas ne'ebé asosiadas (ka koneksas), nune'e mós ho áreas urbanas foun. Aeroportu ne'ebé eziste ona iha Kosta Sul sei reabilita atu bele iha kapasidade atu opera (ka hala'o) dezlokamentus "fly-in-fly-out" (FIFO) ba traballadores ne'ebé servisu ba operadores GNL, hodi serve mos hanesan aeroportu rejionál sira.

4.3.4. Dezenvolvimentu Zona Kosteira Sul

Sei konstroe no/ka operasionáliza infraestruturas ne'ebé nesesárias, hodi suporta indústria petrolífera, halo ligasaun entre agrupamentus ka pólus petrolíferus ne'e. Ida ne'e sei inklui:

- Sidades foun, hodi aloja ka simu traballadores setór nian no hodi realoja rezidentes lokais;
- Autoestrada ida ho propózitu liga agrupamentus ne'ebé temi ona no apoia kreximentu indústria petrolífera iha kosta sul tomak, hodi permite dezenvolvimentu ekonómiku jerál no hadi'a populasoens tomak nia moris. Autoestrada ida ne'e inklui mos konstrusaun pontes prinsipais lubuk ida no Portu multifunsionál ida iha Suai, hodi apoia baze lojístika ida ne'eba;
- Aeroportu Suai nian, ne'ebé halo hotu ona, ba operasoens seguras aeronaves lijeiras (ka ki'ik) ho elikópterus nian, hodi apoia atividades petrolíferas. Aeroportu ida ne'e sei reforsa transporte pasajeirus no merkadorias, inklui terminál ida ho instalasoens alfándegas ho imigrasaun nian, kuartél ba bombeirus, heliportu ida ho mós instalasoens servisu sira aéreus ba ambulánsia.

Nafatin iha setór ida ne'e, Governu sei:

- Kontinua forma kuadrus profisionais no téknikus no fó bolsas estudu ba áreas espesializadas, ne'ebé iha ligasaun ho setór petrolíferu, mineiru no jeolójiku;
- Kontinua kapasita komunidades iha Munisípiu sira, ne'ebé envolvidas diretamente iha Projetu Tasi Mane ne'e;
- Dezenvolve mekanizmu ida kona-ba uzu gás naturál iha atividades ekonómikas país nian;
- Halo reestruturasaun ba Kompañia Mineira Timor-Leste S.A', ne'ebé sei tau-matan ba intereses Estadu nian, iha atividades esplorasaun rekursus minerais país nian;
- Aumenta atividades estudu, peskiza ho promosaun ne'ebé halo nafatin iha rai-laran no rai-liur, atu bele masimiza investimentu iha setór petrolíferu no mós iha setór mineiru;

- Garantir a conformidade com a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE), continuando a submeter os relatórios necessários;

- Assegurar sinergias e cooperação internacional, no âmbito do setor dos recursos energéticos;

- Continuar o trabalho de pesquisa e desenvolvimento de petróleo e gás, nas áreas terrestres e marítimas de Timor-Leste, através da TIMOR GAP e seus parceiros, ou outros investidores interessados;

- Assegurar que as receitas provenientes da exploração de petróleo e gás natural contribuem para a industrialização do país e para o desenvolvimento de outras atividades económicas nacionais, e aumento das exportações;

- Desenvolver legislação adicional e regulamentação vocacionada para a gestão eficiente e transparente de todas as atividades relacionadas com a exploração de recursos petrolíferos e minerais em Timor-Leste, incluindo:

  a. A revisão da Lei das Atividades Petrolíferas e demais legislação complementar;

  b. Rever e regulamentar o Código Mineiro para permitir a condução de operações mineiras e legislação e regulamentação complementar;

  c. Aprovar e implementar a legislação necessária para assegurar a implementação das disposições previstas no Tratado de Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália;

  d. O estabelecimento de um Fundo Mineral para assegurar uma melhor administração das receitas recolhidas com as atividades minerais no país;

  e. Aprovar a legislação e regulamentação necessária para permitir a atividade de captura e armazenamento de carbono.

4.3.5. Desenvolvimento de Estudos Geológicos e do Setor dos Minerais

Tal como no setor do Petróleo, o setor dos minerais é também reconhecido como um importante pilar para a economia de Timor-Leste no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional 2011 - 2030. Se bem desenvolvido, este poderá contribuir bastante para a criação de emprego e para o desenvolvimento económico nacional, atendendo a que a maioria das atividades de desenvolvimento dos minerais irá decorrer em território nacional. O desenvolvimento prudente e ambientalmente sustentável do setor dos minerais irá trazer altos rendimentos para o Estado timorense, contribuindo para a receita do Estado.

No setor dos minerais o Governo irá:

- Rever e reestruturar o setor com vista ao aumento da sua eficiência e eficácia;

- Garante konformidade (ka kumprimentu) ba Transparénsia husi Indústrias Extrativas (ITIE), hodi kontinua hato'o relatórius nesesários;

- Asegura sinerjias ho kooperasaun internasionál, iha ámbitu setór rekursus enerjétikus;

- Kontinua traballus de peskiza no dezenvolvimentu de petróleu no gás, iha áreas terrestres no marítimas (ka tasi laran) Timor-Leste nian, liuhosi TIMOR GAP ho ninia parseirus, ka investidores interesadus seluk tan;

- Asegura katak reseitas ne'ebé mai husi esplorasaun petróleu ho gás naturál bele kontribui ba industrializasaun país no ba dezenvolvimentu atividades ekonómikas nasionais seluk, no aumentu iha exportasoens;

- Dezenvolve lejizlasaun adisionál no regulamentasaun kona-ba jestaun ne'ebé efisiente no transparente, iha atividades tomak ne'ebé relasiona ho esplorasaun rekursus petrolíferus ho minerais iha Timor-Leste, inklui:

  a. Revizaun ba Lei kona-ba Atividades Petrolíferas ho lejizlasaun komplementár seluk;

  b. Revee no regulamenta Kódigu Mineiru, hodi permite hala'o operasoens mineiras, ho lejizlasaun no regulamentasaun komplementar;

  c. Aprova no implementa lejizlasaun nesesária atu asegura implementasaun ba dispozisoens ne'ebé prevee ona iha Tratadu ba Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste ho Austrália;

  d. Estabelese Fundu Minerál ida, atu asegura administra-saun ne'ebé di'ak liu ba reseitas ne'ebé hetan husi atividades minerais iha País;

  e. Aprova lejizlasaun no regulamentasaun ne'ebé presiza hodi permite atividade kaptura no armazenamentu karbonu nian.

4.3.5. Dezenvolvimentu Estudus Jeolójikus no husi Setór Minerais

Hanesan iha setór Petróleu, setór minerais mós rekoñesidu hanesan pilár importante ida ba ekonomia Timor-Leste nian iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu Nasionál 2011-2030. Bainhira dezenvolve ho di'ak, setór minerais bele kontribui maka'as ba kriasaun empregu no ba dezenvolvimentu ekonómiku nasionál, tanba maioria atividade sira dezenvolvimentu minerais sei akontese iha territóriu nasionál. Dezenvolvimentu ida ne'ebé prudente no sustentável ambientalmente ba setór minerais sei lori retornu boot ba Estadu Timor-Leste, hodi kontribui ba reseitas Estadu nian.

Iha setór minerais, Governu sei:

- Revee no reestrutura setór ho objetivu hodi aumenta ninia efisiénsia no efikásia;

· Desenvolver atividades de pesquisa e promoção de blocos de exploração de recursos minerais;

· Promover a potencialidade dos recursos minerais na região e em áreas já identificadas com entidades governamentais relevantes;

· Melhorar o conhecimento técnico sobre os recursos minerais, de modo a assegurar a viabilidade do investimento nos recursos minerais.

· Estimular e reforçar o trabalho de investigação científica na área da geociência e técnicas especificas, para a identificação de recursos petrolíferos, gás, minerais e riscos geológicos existentes no território.

4.4. Turismo

O turismo é um importante motor de desenvolvimento de atividades económicas, contribuindo também para a salvaguarda do património natural e cultural de Timor-Leste. Com uma beleza natural incomparável, uma história rica e um património cultural único, Timor-Leste tem todas as condições para desenvolver um setor turístico original, que envolva sobretudo o seu povo e crie empresas e oportunidades de emprego diversificadas.

O Governo irá, de forma planeada e organizada, desenvolver uma estratégia para o turismo na região, sem pretender competir com o turismo massificado do Sudeste Asiático, mas podendo criar sinergias com outras localidades na região, tais como com as Flores, Molucas e *Kupang*, a fim de criar e desenvolver pacotes turísticos que atraiam visitantes da Indonésia, da Austrália e de outros países da Ásia e do Pacífico.

Poderá ainda apostar num turismo sustentado em laços históricos e culturais comuns, incluindo o denominador comum da língua portuguesa, promovendo iniciativas no âmbito dos países da CPLP. Contudo, e considerando ainda a posição estratégica onde Timor-Leste está inserido no quadro da ASEAN e Austrália, importa também potenciar as relações históricas e culturais seculares que unem os povos luso-asiáticos presentes na região, nomeadamente de Malaca, Sri Lanka, Macau, Banguecoque, Goa, entre outros. O Governo irá, assim, apostar na promoção de iniciativas inovadoras, fazendo de Timor-Leste um centro cultural e ponto de encontro entre estes povos, inclusive através da realização de uma Conferência das Comunidades Luso-Asiáticas em Timor-Leste.

O Turismo timorense conta com as seguintes vantagens competitivas:

i. É um dos raros países católicos da região, praticando rituais católicos que poderão servir como atrativo para turistas católicos na região;

ii. É um país com uma história única e recente, com vários locais simbólicos para visitar;

iii. Tem um grande potencial para desenvolver o turismo de montanha e proporcionar atividades desportivas e de aventura que servem de atrativo a uma camada importante de turistas;

• Dezenvolve atividade sira peskiza no promosaun nian ba blokus explorasaun rekursus minerais;

• Promove potensiál husi rekursus minerais iha rejiaun no iha área sira ne'ebé identifika ona hamutuk ho entidades governamentais relevantes;

• Hadi'a koñesimentu tekniku kona-ba rekursus minerais, atu asegura viabilidade ba investimentu iha rekursus minerais;

• Estimula no hametin investigasaun sientífika iha área geosiénsias no téknikas espesífikas, ba identifikasaun rekursus petrolíferus, gás, minerais no riskus jeolójikus ne'ebé eziste iha territóriu.

4.4. Turizmu

Turizmu, hanesan motor importante ba dezenvolvimentu atividades ekonómikas, hodi kontribui mos ba salvaguarda ka defeza do patrimóniu naturál no kulturál Timor-Leste nian. Ho beleza (ka nia furak) naturál ne'ebé la kompara ho seluk, ho istória ida ne'ebé rika tebetebes no patrimóniu kulturál ida úniku, Timor-Leste iha kondisoens tomak atu dezenvolve ninia setór turístiku orijinál duni, ne'ebé envolve liuliu nia povu rasik no kria emprezas ho oportunidades empregu ne'ebé diversifikadas.

Governu sei, ho forma planeada no organizada, dezenvolve estratéjia ida ba turizmu iha rejiaun, no la buka kompete ho turizmu boot iha Sudeste Aiátiku, mas bele kria sinerjias ho lokalidades seluk iha rejiaun, hanesan Flores, Molucas no Kupang, atu dezenvolve pakotes turístikus ne'ebé bele atrai vizitantes husi Indonézia, husi Austrália no husi paízes seluk iha Ázia ho Pasífiku.

Bele mos aposta iha turizmu ne'ebé bazeia ba lasus istórikus no kulturais komuns, inklui denominador komun husi lian portugueza, hodi promove inisiativas iha ámbitu paízes CPLP. Maibé, no tanba konsidera mos pozisaun estratéjika Timor-Leste nian iha kuadru ASEAN, presiza mos loke dalan ba relasoens istórikas no kulturais sekulares ne'ebé liga povus luzo-aziátikus iha rejiaun, hanesan Melaka, Sri Lanka, Macau, Banguecoque, Goa, entre seluk. Governu, nun'e, sei aposta iha promosaun inisiativas inovadoras, hodi halo Timor-Leste sai sentru kulturál ho pontu enkontru entre povus ne'e, inkluzive liuhosi realizasaun 2ª Konferénsia Komunidades Luzo-Aziátikas iha Timor Leste.

Timor-nia turizmu konta ho vantajens kompetitivas, hanesan tuir mai:

i. Hanesan país katóliku ida iha rejiaun, ne'ebé pratika rituais katólikus ne'ebé bele serve hanesan atrativu ba turistas katólikus husi rejiaun;

ii. Hanesan país ida ho istória únika no resente (ka, sei foun hela), ho fatin simbólikus barak atu vizita;

iii. Iha potensiál boot tebes atu dezenvolve turizmu foho nian no proporsiona atividades desportivas no aventura nian, ne'ebé serve hanesan atrativu ba kamada ida importante husi turistas;

iv. Possui uma longa costa e praias bonitas e ricas em biodiversidade, com grande potencial para o desenvolvimento de desportos, aventura e atividades marítimas, incluindo o *snorkeling* e o mergulho;

v. É um dos países inseridos na Iniciativa do Triângulo do Coral, que visa proteger a abundância e a diversidade da vida marinha nas águas de Timor-Leste, com especial atenção para a área em torno da ilha de Ataúro, hoje reconhecida como o local subaquático com maior biodiversidade do mundo;

vi. Contém uma gastronomia única e em expansão, com fusão de várias outras tradições gastronómicas;

vii. Mantém comunidades ancestrais, ainda em contexto natural, que poderão ser visitadas e estudadas, quer na perspetiva turística, quer antropológica e académica, o que poderá ainda contribuir para a consolidação da identidade nacional, que se reflita nas propostas e produtos turísticos apresentados;

viii. A sua paisagem ainda inexplorada e as condições naturais e bem preservadas do meio ambiente, são um importante catalisador para o desenvolvimento do turismo comunitário e ecológico;

ix. Está no seu processo de adesão plena à ASEAN, o que permitirá aumentar os seus esforços de promoção em mercados próximos;

x. Está ainda localizado numa posição estratégica, um destino tropical na região asiática que é a mais populosa do mundo;

xi. Timor-Leste tem um dos índices mais baixos de criminalidade do mundo.

Assim, num mercado global que procura ofertas turísticas novas e autênticas, Timor-Leste pode posicionar-se com grande competitividade, sobretudo na região, pautando pela diferença. É necessário, no entanto, desenvolver uma estratégia eficaz de atração turística, onde a promoção e o marketing serão fundamentais para afirmar esta competitividade.

Numa primeira abordagem, investir-se-á na promoção dos seguintes tipos de turismo:

- Turismo Comunitário e Ecológico;
- Turismo Aventura (incluindo montanhismo, mergulho e *snorkeling* e outros desportos radicais);
- Turismo Religioso;
- Turismo Histórico, Cultural e Etnográfico;
- Turismo de Lazer e Balnear;
- Turismo Termal.

Neste âmbito, o Governo propõe-se a alcançar as seguintes metas e a implementar as seguintes ações:

iv. Iha kosta ne'ebé naruk ho praias ne'ebé furak no nakonu ho biodiversidade, ne'ebé iha potensiál boot ba dezenvolvimentu desportus, aventura no atividades marítimas, inklui 'snorkeling' ho mergullu (ka luku);

v. País ida ne'ebé halo mós parte ba Inisiativa Triángulu Korál, hodi proteje abundánsia ho diversidade vida mariña iha bee laran Timor-Leste nian, ho atensaun espesiál ba área hale'u illa Ataúro, ohin-loron rekoñesida hanesan lokál subakuátiku ho biodiversidade boot liu hotu iha mundu;

vi. Iha ninia gastronomia únika ne'ebé iha expansaun (ka, buka aumenta liután) kahur ho tradisoens gastronómikas seluk;

vii. Mantein komunidades ansestrais (ka, husi tempu bei'ala sira), ne'ebé sei iha ninia ambiente naturál, ne'ebé ema bele vizita no estuda, husi perspetiva turístika, ka antropolójika no akadémika, buat ne'ebé sei bele kontribui mos ba konsolidasaun identidade Nasionál, ne'ebé reflete iha propostas no iha produtus turístikus ne'ebé aprezenta;

viii. Nia paizajen, ne'ebé seidauk explora no kondisoens naturais ne'ebé sei prezerva didi'ak ninia meiu ambiente, ne'e hanesan katalizador importante ida ba dezenvolvimentu turizmu komunitáriu no ekolójiku;

ix. Timor-Leste sei iha hela nia prosesu adezaun plena ba ASEAN, ne'ebé sei permite aumenta nia esforsus ba promosaun iha merkadus ne'ebé besik;

x. Lokalizada mos iha pozisaun estratéjika ida (destinu tropikál no iha rejiaun aziátika ne'ebé populasaun barak liu iha mundu);

xi. Timor-Leste iha índise ki'ik loos, entre nasaun seluk iha mundu, kona-ba kriminalidade.

Nune'e, iha merkadu globál ida ne'ebé buka ofertas turístikas ne'ebé foun no auténtikas, Timor Leste bele hatúr nia-an ho kompetitividade boot, liuliu iha rejiaun, haree ba nia diferensa. Maibé, nesesáriu atu dezenvolve estratéjia efikás ida ba atrasaun turístika, ne'ebé promosaun ho marketing sai fundamentais hodi hatudu kompetitividade ne'e.

Iha abordajen dahuluk, sei investe iha promosaun ba tipus turizmu hanesan:

- Turizmu Komunitáriu no Ekolójiku;
- Turizmu Aventura (inklui montañizmu (ka, sa'e foho), mergullu (ka, luku) no snorkeling ho tan desportus radikais seluk);
- Turizmu Relijiozu;
- Turizmu Istóriku, Kulturál no Etnográfiku;
- Turizmu Lazer no Balneár (ka hariis iha tasi);
- Turizmu Termál (iha fatin bee-manas).

Iha ámbitu ida ne'e, Governu hakarak alkansa metas, hanesan tuir mai, no implementa asoens hanesan:

- Promover o turismo marinho sustentável e o ecoturismo de Timor-Leste, incluindo a revisão e implementação de aspetos logísticos, regulamentares, de infraestruturas, de conservação e proteção marinha, entre outros, em conformidade com a Política para a Economia Azul de Timor-Leste;
- Aumentar o número de turistas no país, para o máximo potencial sustentável, aumentando assim as receitas internas;
- Implementar a Política Nacional de Turismo, para assegurar um crescimento efetivo, eficiente e sustentável do setor do turismo;
- Finalizar e implementar um plano de ação pormenorizado com todas as medidas e ações específicas para a promoção do desenvolvimento do turismo;
- Rever o regime jurídico sobre Jogos;
- Criação da Marina de Dili, através da implementação do projeto *Marina Square* e do projeto de Frente Marítima de Díli, tornando esta frente-mar um espaço aprazível, de lazer e diversão para toda a população e para os turistas que nos visitam;
- Reabilitação da orla marítima de Díli, entre a Avenida de Portugal (Av. dos Coqueiros) até à nova marina de Díli;
- Cooperar com o Ministério da Administração Estatal e com o Ministério das Obras Públicas na requalificação dos jardins e espaços verdes existentes nos aglomerados populacionais;
- Continuar a melhorar e a implementar a legislação e regulamentos referentes ao setor do turismo;
- Reformar as condições e serviços prestados no Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, garantido que os turistas são bem acolhidos, com serviços profissionais e de qualidade, melhorando assim as "primeiras impressões", na entrada do país;
- Estabelecer o Centro de Formação em Turismo e Hotelaria em Díli (PED);
- Reconhecer o Mercado do Tais, no centro de Díli, como um dos principais e mais visitados pontos turísticos da cidade, dignificando o espaço e valorizando o trabalho dos seus comerciantes, envolvendo-os na projeção de um edifício acolhedor e enquadrado na natureza da sua missão, com os devidos equipamentos de apoio, cafetaria, e área museológica e de interpretação relativa à manufatura dos Tais;
- Continuar a assegurar a formação técnica na área do turismo em todo o país, orientada para os vários tipos e atividades turísticas (turismo religioso, turismo comunitário e ecológico, turismo de aventura, etc.);
- Melhorar a sinalização e materiais promocionais turísticos, em todo o país, para atrair e orientar os turistas;

- Promove Turizmu mariñu ne'ebé sustentável no ekoturizmu Timor-Leste nian, inklui revizaun no implementasaun husi aspetu lojístiku, regulamentár, kona-ba infraestrutura, konservasaun no protesaun mariña, entre sira seluk, tuir Polítika ba Ekonomia Azul Timor-Leste nian;
- Aumenta númeru turistas iha país, ba potensiál másimu ne'ebé sustentável, hodi nune'e aumenta reseitas internas;
- Implementa Polítika Nasionál ba Turizmu, hodi asegura kreximentu ne'ebé efetivu, efisiente no sustentável husi setór turizmu;
- Finaliza no implementa planu asaun ida ne'ebé pormenorizadu ho nia medida no asaun espesífika sira tomak ba promosaun kona-ba dezenvolvimentu do turizmu;
- Revee rejime jurídiku kona-ba jogus;
- Kriasaun Marina Dili, liuhosi implementasaun Projetu "Marina Square" iha Bidau Lecidere no Projetu Frente Marítima Dili (Av. Dos Coqueiros), atu nune'e fatin iha tasi ibun sai espasu di'ak, lazer no diversaun ba populasaun tomak no ba turistas ne'ebé mai vizita Timor-Leste;
- Reabilita orla marítima (Tasi ibun) Dili, entre Avenida Portugál (Av. Dos Coqueiros) to'o iha marina Dili foun;
- Koopera ho Ministériu de Administrasaun Estatál no Ministériu das Obras Públikas hodi halo reakualifikasaun ba jardins no espasu verde iha komunidades de populasaun;
- Kontinua hadi'a no implementa lejizlasaun no regulamentus kona-ba setór turizmu;
- Reforma kondisoens ho servisu sira ne'ebé fó iha Aeroportu Internasionál Presidente Nicolau Lobatu, hodi garante katak simu di'ak duni turistas, ho servisu sira profisionais no ho kualidade, hodi nune'e hadi'a "primeiras impresoens" bainhira ema tama iha país;
- Estabelese Sentru Formasaun Turizmu no Otelaria iha Díli (PED);
- Rekoñese Merkadu Tais, iha sentru Díli, hanesan pontu turístiku prinsipál ida ne'ebé ema vizita barak liu, hodi dignifika espasu fatin ne'e no valoriza komersiantes nia servisu, hodi envolve sira iha projesaun kona-ba edifísiu ida ne'ebé furak hodi simu ema, ne'ebé enkuadra duni iha nia misaun, ho ekipamentus apoiu ne'ebé di'ak, kafetaria, no área muzeolójika no interpretasaun kona-ba manufatura Tais;
- Kontinua asegura formasaun téknika iha área turizmu iha país tomak, ne'ebé orienta ba tipus atividades turístikas oioin (turizmu relijiozu, turizmu komunitáriu no ekolójiku, turizmu de aventura, etc.);
- Hadi'a sinalizasaun no materiais promosaun turístika nian, iha país laran, para bele atrai no orienta turistas;

- Construir e dinamizar Parques de Gestão de Crocodilos, aumentando a segurança das praias e, ao mesmo tempo, preservando a espécie e promovendo a atração turística de um animal que é uma representação formal simbólica da identidade timorense;

- Continuar a desenvolver pacotes turísticos abrangentes para as Zonas Turísticas Oriental, Central e Ocidental;

- Fomentar o diálogo interministerial permanente, na medida em que o Turismo se encontra dependente de um conjunto de condições ao nível de segurança, saúde, obras públicas, ambiente, desporto, cultura, entre outras, que se conjugam para a forma como se promove o país e se recebem os visitantes;

- Melhorar a coordenação e reforçar parcerias com o setor privado no desenvolvimento de infraestruturas e ofertas turísticas;

- Expandir os Centros de Informações Turísticas, para todos os Municípios (PED 2015);

- Alargar o Programa de Turismo Comunitário a todos os Municípios;

- Rever, melhorar e dinamizar o sítio de internet www.timorleste.tl e os materiais promocionais sobre Timor-Leste e garantir a sua máxima divulgação, na região e no mundo;

- Continuar a realizar estudos de viabilidade e a implementar os projetos de turismo histórico, incluindo a formação dos respetivos guias turísticos;

- Continuar a implementar os eventos turísticos anuais, nacionais e internacionais, tais como o desfile de Carnaval, a regata entre Darwin-Díli, o Tour de Timor e a Caravana Artística e Festival de Danças e Músicas Tradicionais e Festival de Gastronomia;

- Reforçar os mecanismos de coordenação intersectorial com vista à promoção e ao desenvolvimento do sector do turismo.

4.5. Comércio

A formulação de políticas comerciais irá permitir o escoamento dos produtos do setor primário e secundário, ao nível nacional e internacional, sendo que o aumento da exportação dos produtos gera riquezas para a indústria e, consequentemente, o seu crescimento.

O Governo irá continuar a implementar medidas em termos de regulação das atividades comerciais e aprovar políticas para a expansão dos mercados, incluindo a divulgação de produtos de valor económico acrescentado, através de estratégias de marketing e de relações públicas que promovam Timor-Leste e os seus produtos na região e no mundo.

- Harii no dinamiza Parkes Jestaun ba Lafaek, hodi aumenta seguransa iha praias (ka tasi-ibun) no mós prezerva espésie no promove atrasaun turístika husi animál ida ne'ebé sai hanesan reprezentasaun formál simbólika identidade timor-nian;

- Kontinua dezenvolve pakotes turístikus abranjentes, tuir Zonas Turístikas Orientál, Sentrál no Osidental;

- Fomenta diálogu interministeriál permanente, tanba Turizmu sei dependente ba konjuntu kondisoens iha nível seguransa, saúde, obras públikas, ambiente, desportu, kultura, entre buat seluk, ne'ebé konjuga hamutuk hodi buka forma oinsá promove país no ban-hira simu vizitantes;

- Hadi'a koordenasaun no reforsa parserias ho setór privadu iha dezenvolvimentu infraestruturas no ofertas turístikas;

- Expande ka habelar Sentrus de Informasoens Turístikas, ba Munisípiu sira hotu (PED 2015);

- Alarga Programa kona-ba Turizmu Komunitáriu ba Munisípiu sira hotu;

- Haree di'ak fali, hadi'a no dinamiza website www.timorleste.tl ho materiais de promosaun nian kona-ba Timor-Leste no garante nia divulgasaun máxima, iha rejiaun no iha mundu;

- Kontinua realiza estudus de viabilidade hodi implementa projetus de turizmu istóriku nian, inklui formasaun ba guias turísticos;

- Kontinua implementa eventus turístikus anuais, nasionais no internasionais, hanesan desfile Karnavál, regata (ka halai-taru ró) entre Darwin-Díli, Tour de Timor ho Karavana Artístika, Festivál Dansas no Muzikas tradisionais no Festivál Gastronomia;

- Reforsa mekanizmu koordenasaun intersectoriál hodi halo promosaun no dezenvolvimentu sector turizmu nian.

4.5. Komérsiu

Formulasaun de políticas komersiais sei permite eskoamentu produtus husi setór primáriu no sekundáriu nian, iha nível Nasionál ho internasionál, tanba aumentu iha exportasaun produtus bele jera (ka kria) rikezas ba indústria no, konsekuentemente (katak, ho ida ne'e), ninia kreximentu.

Governu sei kontinua implementa medidas hodi regula atividades komersiais no aprova políticas ba expansaun de merkadus, inklui divulgasaun de produtus ho valor ekonómiku akresentadu, liuhosi estratéjias de merkadu ho relasoens públikas ne'ebé bele promove Timor-Leste ho ninia produtus iha rejiaun no iha mundu.

Iha ámbitu ida ne'e, Governu sei:

Neste âmbito, o Governo irá:

- Fortalecer o papel do setor privado comercial;
- Reforçar o Centro Logístico Nacional;
- Rever e expandir os projetos de construção de armazéns de trânsito de mercadorias na zona fronteiriça terrestre;
- Construir mercados municipais de qualidade;
- Desenvolver mecanismos de certificação, promoção, divulgação, marketing e distribuição física de produtos nacionais;
- Finalizar o processo de adesão, enquanto membro pleno, da Organização Mundial do Comércio e da ASEAN;
- Construir centros comerciais que venham a apoiar as zonas de desenvolvimento regional, de acordo com o Quadro Nacional de Planeamento;
- Investir na formação e capacitação do setor privado, por forma a melhorar a competitividade nacional e internacional;
- Aumentar as ações de inspeção e fiscalização das atividades comerciais;
- Reforçar a capacidade da Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar (AIFAESA), para o controlo de qualidade, as condições de transporte e de salubridade dos géneros alimentares e dos locais de produção e comercialização, incluindo a introdução do "livro de reclamações" em estabelecimentos comerciais, inicialmente ainda como projeto-piloto para se fazer a devida avaliação quanto à sua real ou não aplicação;
- Implementar e melhorar o quadro legal relativo às atividades comerciais;
- Reforçar e capacitar o Instituto para a Qualidade de Timor-Leste;
- Proceder aos estudos de viabilidade necessários ao estabelecimento de *Free Trade Zones* (FTZ);
- Estabelecer o Portal de Informação do Comércio.

4.6. Indústria

A visão de Timor-Leste, com uma economia moderna e diversificada, irá depender do investimento efetuado no crescimento de três indústrias principais: a agricultura, o turismo e o petróleo, já que possui vantagens consideráveis ao nível destas indústrias devido aos seus recursos naturais, localização geográfica e perfil económico.

No entanto, Timor-Leste tem todas as condições para desenvolver outras indústrias, que sejam subsidiárias do desenvolvimento dos setores primários de produção.

A agroindústria, ou seja, a transformação de carnes, laticínios,

- Fortalese ka hametin papel do setór privadu komersial;
- Reforsa Sentru Lojístiku Nasionál;
- Haree di'ak fali no expande (ka habelar) projetus de konstrusaun de armazéns ba tránzitu merkadorias iha zona fronteira terrestre;
- Harii merkadus munisipais ho kualidade;
- Dezenvolve mekanizmus ba sertifikasaun, promosaun, divulgasaun, marketing no distribuisaun fízika produtus nasionais;
- Finaliza prosesu adezaun, hanesan membru plenu ba Organizasaun Mundiál Komérsiu no ASEAN;
- Harii sentrus komersiais, ne'ebé bele apoia zonas de dezenvolvimentu rejionál, tuir Kuadru Nasionál de Planeamentu;
- Investe iha formasaun no kapasitasaun iha setór privadu, atu bele hadi'a kompetitividade Nasionál e internasionál;
- Aumenta asoens iha inspesaun no fiskalizasaun de atividades komersiais;
- Reforsa kapasidade da Autoridade de Inspesaun no Fiskalizasaun ba Atividade Ekonómika, Sanitária no Alimentár (AIFESA), ba kontrolu kona-ba kualidade, kondisoens transporte no salubridade de jénerus alimentares no fatin produsaun no komersializasaun, inklui introdusaun "livro de reklamasoens" iha estabelesimentus komersiais, sei hanesan projetu-pilotu, atu bele avalia se iha sentidu atu halo avaliasaun kona-ba ninia aplikasaun real;
- Implementa no hadi'a kuadru legál, relasiona ho atividades komersiais;
- Reforsa no kapasita Institutu Kualidade Timor-Leste nian;
- Halo estudu viabilidade sira ne'ebé presiza atu estabelese Free Trade Zones (Zona Komérsiu Livre);
- Estabelese Portál Informasaun Komérsiu nian.

4.6. Indústria

Vizaun kona-ba Timor-Leste ho ekonomia ida ne'ebé moderna no diversifikada sei depende ba investimentu ne'ebé halo iha kreximentu de indústrias prinsipais: agrikultura, turizmu ho petróleu, tanba iha vantajens boot iha nível indústria sira ne'e, haree ba rekursus naturais ne'ebé iha, lokalizasaun jeográfika no perfil ekonómiku.

Maibé, Timor-Leste iha kondisoens tomak atu dezenvolve indústrias subsidiárias seluk ba dezenvolvimentu de setores primárius de produsaun.

Agroindústria, ne'ebé signifika transformasaun na'an, latisínius (ka produtus husi susu-been), ikan ho produtus

peixe e produtos agrícolas em subprodutos de excelência, de natureza biológica, poderá dar origem a marcas de referência com potencial exportador para mercados seletos e de preço mais elevado.

Timor-Leste apostará na transformação de matéria-prima para embalamento de produtos, mobiliário, construção civil, entre outros, multiplicando as oportunidades de transformação dos variados recursos naturais, visando o abastecimento local, reduzindo a necessidade de importação, mas, também, com vista à exportação de produtos originais e de valor acrescentado.

Com o desenvolvimento do setor agrícola, há condições para uma maior produção cerealífera, hortofrutícola e pecuária, de tipo semi-intensiva e, muito em particular, extensiva. Se associarmos este crescimento à promoção da agroindústria, isto poderá conduzir ao desenvolvimento sustentável do país, já que potenciamos o desenvolvimento espontâneo de mercados comerciais de proximidade e possivelmente a sua distribuição ao nível nacional, otimizando os recursos endógenos e protegendo o meio-ambiente, respeitando a capacidade de autorregeneração do ecossistema.

Através do crescimento do setor industrial de forma planeada, o Governo pode assim promover os seguintes objetivos:

- Aumentar a oferta de bens de consumo, essenciais ao bem-estar das comunidades locais;
- Criar oportunidades de emprego;
- Impulsionar e valorizar o desenvolvimento do setor primário: agricultura, pescas, pecuária e florestas;
- Desenvolver pequenas e médias empresas, recorrendo aos recursos humanos e materiais locais;
- Incrementar o papel do setor privado no desenvolvimento rural;
- Contribuir para a redução dos bens importados, através do aumento de produção de bens nacionais de qualidade;
- Preservar o meio-ambiente, garantindo que as áreas industriais minimizem os impactos nocivos no ambiente e disponham de abastecimento de água, recolha de resíduos sólidos e um sistema de esgotos adequados para os resíduos industriais.

O Governo irá, assim, apostar na indústria como um dos motores determinantes de desenvolvimento económico nacional, alavancado no desenvolvimento rural, através das seguintes principais ações:

- Finalizar a Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria com base no Quadro Nacional de Planeamento, determinando as prioridades de produção face aos recursos disponíveis, incluindo a seleção de produtos prioritários para o consumo interno e para exportação;
- Proceder à revisão do quadro legal no âmbito da propriedade industrial, licenciamento industrial, incluindo questões relacionadas com a localização de unidades e parques

agríkolas ba fali subprodutus ho exelénsia, ho natureza biolójika, bele hamosu marka referénsia ho poténsia de exportasaun ba merkadus seletus (ka espesiais) ho presu ne'ebé aas liu.

Timor-Leste sei aposta iha transformasaun matéria-prima ba embalamentu de produtus, mobiliáriu, konstrusaun sivíl, entre buat seluk, hodi multiplika ka aumenta oportunidades transformasaun rekursus naturais oioin, ba abastesimentu lokál, reduz nesesidade husi importasaun, hodi ba ona exportasaun produtus orijinais ho valor akresentadu.

Ho dezenvolvimentu setór agríkola, sei mosu mos kondisoens ba produsaun sereais ne'ebé boot liu, ortofrutíkola no pekuária, ho tipu hanesan semi-intensiva no, liuliu, extensiva. Se ita asosia (ka liga) kreximentu ne'e ho promosaun agroindústria, ida ne'e bele lori ita ba dezenvolvimentu sustentável país ne'e nian, tanba ita bele poténsia (ka loke dalan ba) dezenvolvimentu espontáneu iha merkadus komersiais lokais no bele mos halo nia distribuisaun iha nível Nasionál, hodi otimiza rekursus endójeneus (ka internus), proteje meiu-ambiente hodi respeita kapasidade auto-rejenerasaun ekosistema nian.

Liuhosi kreximentu setór industriál tuir planu ne'ebé iha, Governu bele promove objetivus hirak ne'e:

- Aumenta oferta beins de konsumu esensiais ba bein-estár komunidades lokais nian;
- Kria oportunidades ba empregu;
- Impulsiona (ka dudu ba oin) no valoriza dezenvolvimentu do setór primáriu: agrikultura, peskas, pekuária no florestas;
- Dezenvolve pequenas ho médias emprezas, aproveita rekursus umanus no materiais lokais;
- Inkrementa (ka dezenvolve) papel do setór privadu no dezenvolvimentu rural;
- Kontribui ba redusaun beins importadus, liuhosi aumentu produsaun de beins nasionais ho kualidade;
- Prezerva meiu-ambiente, garante katak áreas industriais bele minimiza impaktus aat iha ambiente no iha abastesimentu ba bee, rekolla rezíduos sólidus ho Sistema de esgotus ne'ebé adekuadus ba rezíduus industriais.

Nune'e, Governu sei aposta iha indústria hanesan motor determinante ida, ba dezenvolvimentu ekonómiku Nasionál, ne'ebé iha nia baze iha dezenvolvimentu rurál, liuhosi asaun prinsipál sira, hanesan tuir mai:

- Finaliza Política Nasionál kona-ba Dezenvolvimentu da Indústria ho baze iha Kuadru Nasionál de Planeamentu, hodi determina prioridades de produsaun, tuir rekursus disponíveis (ka ne'ebé iha), inklui selesaun de produtus prioritárius ba konsumu internu no ba exportasaun;
- Halo revizaun ba kuadru legál, iha ámbitu propriedade industriál, lisensiamentu industriál, inklui kestoens relasiona ho lokalizasaun unidades no parkes industriais, atu garante prezervasaun ambiental;

industriais, garantindo a preservação ambiental;

- Continuar o apoio e a atribuição de créditos públicos a pequenas indústrias;
- Apoiar a instalação de unidades de produção industrial, designadamente das agroindústrias e promover centros de incubadoras industriais;
- Promover a criação e desenvolvimento de parques industriais através da coordenação com os ministérios relevantes;
- Estabelecer o Parque Industrial de Tibar (foi realizado o estudo de viabilidade do Parque Industrial de Tibar, para garantir o armazenamento dos produtos para importação/ exportação bem como os produtos locais para substituir os produtos importados);
- Implementar um cadastro de propriedade industrial;
- Desenvolver formação empresarial e técnica para micro, pequenas e médias empresas e indústrias, envolvendo o setor bancário;
- Introduzir novas tecnologias no setor primário e secundário, com vista ao desenvolvimento da agroindústria;
- Desenvolver campanhas junto dos agricultores e dos produtores agrícolas, com vista à transição das atividades primárias para as atividades industriais, garantindo o envolvimento e motivação dos mesmos;
- Desenvolver parcerias com o setor privado, nacional e internacional, para a cooperação neste setor, também para a transferência de conhecimentos científicos e técnicos;
- Coordenar com as entidades governamentais relevantes, nomeadamente o Ministério da Educação, para a introdução de currículos com vista à produção agroindustrial, nomeadamente ao nível do Ensino Secundário Técnico-Vocacional;
- Continuar a investir nos pequenos projetos industriais de produção de sal, óleo de coco e sabão, especiarias e água engarrafada, entre outros;
- Operacionalizar, reforçar e expandir a indústria de reciclagem de plástico em Timor-Leste;
- Reforçar a produção e implementação de legislação que tenha em conta a proteção ambiental no âmbito do crescimento do setor industrial;
- Rever o regime jurídico da GESPIN - Gestão de Parques Industriais, S.A.

4.7. Setor Privado

De acordo com os Censos de 2022, cerca de 48,7% da população tem menos de 20 anos. Tal significa que, nos próximos 5 a 10 anos, entrarão no mercado de trabalho muitas centenas de milhares de jovens, com a legítima aspiração de criar o seu modo de vida de forma digna e inserida numa

- Kontinua apoia atribuisaun ba kréditu públiku ba indústria ki'ik sira;
- Apoia instalasaun de unidades de produsaun industriál, hanesan agroindústrias no promove sentrus ba inkubadoras industriais;
- Promove kriasaun no dezenvolvimentu de parkes industriais, liuhusi koordenasaun ho ministériu sira ne'ebé relevante;
- Estabelese Parke Industriál iha Tíbar (estudu viabilidade kona-ba Parke Industriál Tibar, atu garante armazenamentu produtus importasaun/exportasaun no mós produtus lokais hodi substitui produtus importadus, estudu ne'e iha tiha ona);
- Implementa kadastru kona-ba propriedade industrial;
- Dezenvolve formasaun emprezariál no téknika ba mikro, pekenas no médias emprezas no indústrias, hodi envolve mós setór bankáriu;
- Introdús teknolojias foun iha setór primáriu no sekundáriu ba dezenvolvimentu da agroindústria;
- Dezenvolve kampañas ba agrikultores no produtures agríkolas kona-ba tranzisaun atividades primárias ba atividades industriais, hodi garante sira-nia envolvimentu no motivasaun;
- Dezenvolve parserias ho setór privadu, Nasionál no internasionál, ba kooperasaun iha setór ne'e, no mós ba transferénsia de koñesimentus sientífikus no téknikus;
- Koordena ho entidades governamentais relevantes, hanesan Ministériu da Edukasaun, kona-ba introdusaun de kurríkulus ba produsaun agroindustriál, hanesan iha nível Ensinu Sekundáriu Tékniku-Vokasional;
- Kontinua investe iha projetus industriais ki'ik, hanesan ba produsaun masin, mina-nuu, sabaun, espesiarias ho bee iha botir, entre buat seluk;
- Operasionáliza, reforsa no expande (ka habelar) indústria de resiklajen ba plástiku iha Timor—Leste;
- Reforsa produsaun ho implementasaun lejizlasaun ne'ebé konsidera protesaun ambientál iha ámbitu kreximentu do setór industrial;
- Halo revizaun ba rejime jurídiku GESPIN (Jestaun Parkes Industriais) S.A. nian.

4.7. Setór Privadu

Tuir Sensus 2022, Timor-Leste iha besik 48,7% husi populasaun ho idade tinan 20 ba kraik. Ida ne'e signifika katak, iha tinan 5 to'o tinan 10 tuir mai, sei tama iha merkadu de traballu jovens, rihun ba rihun, ho aspirasaun atu prepara sira-nia moris ida ne'ebé dignu no halo parte iha ekonomia ida justa ne'ebé valoriza sira-nia servisu. Iha konjuntura ida ne'e,

economia justa e que valorize o seu trabalho. Nesta conjuntura, o setor privado, independentemente da sua vocação e dimensão, é e será um dos principais motores da economia nacional, garantindo a criação de emprego e, como tal, constituindo um dos maiores fatores de combate à pobreza, melhorando o capital social da nação.

Uma economia privada, saudável, sustentada e com prestação de contas rigorosas, fornecerá ao país, muito para além dos elementos estatísticos para a boa orientação da gestão nacional, grande parte da receita fiscal, que será determinante para sustentar o orçamento geral do Estado e solucionar os principais problemas sociais de Timor-Leste.

Diversificar a economia é, pois, uma das principias metas a atingir por este Governo, sendo necessário criar as condições fiscais e burocráticas que permitam uma maior predisposição ao investidor nacional e internacional para apostar no País. Por outro lado, todas as políticas transversais que incluem o desenvolvimento do capital social, o desenvolvimento de infraestruturas e o desenvolvimento do setor de governação, são indissociáveis para impulsionar o desenvolvimento económico e criar condições para o empreendedorismo.

Ainda neste âmbito, o desenvolvimento do Quadro Nacional de Planeamento, com vista à criação de Polos de Desenvolvimento e de Zonas Económicas Especiais, irá ser fundamental para instalar "áreas empresariais" ou "zonas industriais" no País, de acordo com as especificidades e potencialidades próprias de cada região, e, a partir daí, atrair o setor privado e criar emprego de forma sustentável:

- Melhorar as políticas de empreendedorismo nacionais, que incluam a valorização e a educação para o empreendedorismo, remover os obstáculos e apoiar o empreendedorismo, abrangendo ainda o acesso à informação e ao 'know-how';
- Criar um Centro para o Apoio ao Empreendedorismo, para a prestação de serviços de suporte e apoio a novos negócios;
- Desenvolver estudos para a atribuição de incentivos ao setor privado, nomeadamente para apoiar a criação e crescimento de pequenas empresas;
- Desenvolver estudos e reformar o quadro legal do setor financeiro (revogar a regulamentação da UNTAET ainda em vigor, prevenir abusos financeiros, etc.);
- Elaborar os estudos de investimento e plano de negócios, com vista ao estabelecimento de um Banco de Investimento de Timor-Leste, enquanto parceiro estratégico do Estado na promoção de investimentos públicos, o qual irá incrementar também o empreendedorismo e, por consequência, o surgimento de empresas nacionais e internacionais;
- Realizar estudos para a regulação de seguros e promover o desenvolvimento deste setor, com vista à criação de seguradoras nacionais;
- Reforçar as instituições responsáveis pela produção de estatísticas nacionais rigorosas, para informar o Setor

setór privadu, independentemente (katak, la haree ba) nia vokasaun no dimensaun, sei sai hanesan motor prinsipál iha ita-nia ekonomia Nasionál, ne'ebé garante kriasaun de empregu, nune'e, sai fator boot hodi halakon kiak no hadi'a kapitál sosiál ba nasaun.

Ekonomia privada ida saudável, ne'ebé bele hamrik ho di'ak ho prestasaun de kontas ne'ebé rigoroza (ka tenke di'ak), sei fó ba país, la ós de'it elementus estatístikus hodi orienta ba jestaun Nasionál, kontributu boot hosi reseita fiskál, ne'ebé determinante atu sustenta orsamentu jerál do Estadu, nune'e mós fó solusaun ba problemas sosiais iha Timor-Leste.

Diversifika ekonomia sai objetivu prinsipál ba Governu ida ne'e, ne'ebé nesesáriu atu kria kondisoens fiskais no burokrátikas, ne'ebé permite (ka halo) investidores, nasionais ka internasionais, iha vontade atu aposta (ka mai investe) iha ita-nia Rai. Nune'e mós, Polítikas transversais hotu-hotu, ne'ebé haree ba dezenvolvimentu ba kapitál sosiál, ba dezenvolvimentu infraestruturas no mós ba dezenvolvimentu iha setór governasaun nian, polítikas ne'e la'o hamutuk mak impulsiona (ka dudu) dezenvolvimentu ekonómiku no kria kondisoens ba empriendedorismu.

Nafatin iha kontestu ida ne'e, dezenvolvimentu ba Kuadru Nasionál de Planeamentu, ho objetivu atu kria Pólus de Dezenvolvimentu no Zonas Ekonómikas Espesiais, sai fundamentál hodi harii "áreas empresariais" ka "zonas industriais" iha País, tuir espesifisidades (ida-idak nian) no potensialidades iha rejiaun ida-idak, no hosi ne'e, bele dada setór privadu no kria emprego ne'ebé sustentável:

- Hadi'a polítikas de empriendedorismu Nasionál, ne'ebé inklui valorizasaun no edukasaun ba empriendedorismu, reduz tiha obstákulus no fó apoiu ba empreendedorismu, ne'ebé abranje mós asesu ba iha internet no ba "know-how";
- Kria Sentru hodi fó Apoiu ba Empriendorismu, ba prestasaun de servisu sira hodi suporta no apoiu ba negósius foun;
- Dezenvolve estudus ba atribuisaun de insentivus ba setór privadu, liuliu apoiu ba kriasaun no kreximentu ba emprezas ki'ik;
- Dezenvolve estudus no reforma kuadru legál iha setór finanseiru (revoga regulamentasaun UNTAET nian ne'ebé sei vigora hela, previne abuzus finanseirus, nsst);
- Elabora estudus de investimentu no planu de negósius, ho objetivu harii Banku de Investimentu ida iha Timor-Leste, hanesan parseiru estratéjiku ba Estadu, iha promosaun ba investimentus públikus, ne'ebé sei aumenta empriendedorismu no, husi ne'e, emprezas nasionais no internasionais bele mosu tan;
- Halo estudus kona-ba regulasaun ba segurus no promove dezenvolvimentu iha setór ida ne'e, hodi permite hamosu seguradoras nasionais;
- Reforsa instituisoens ne'ebé responsáveis ba produsaun da estatístika Nasionál ne'ebé rigoroza, hodi informa setór privadu Nasionál no internasionál;

Privado, nacional e internacional;

- Atualizar, a cada dois anos, o "Guia do Investidor";
- Ampliar e reforçar as capacidades do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE);
- Reforçar e capacitar os serviços da Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste I.P (TradeInvest);
- Reformar os Serviços de Registo e Verificação Empresarial (SERVE);
- Promover a criação e o desenvolvimento de cooperativas, sobretudo nas áreas rurais, as quais farão parte integrante do pacote de desenvolvimento da economia rural, por forma a capacitar o empreendedorismo e a incentivar pequenas empresas de setores produtivos, sobretudo na área da agricultura, pescas e pecuária, criando para tal um ambiente favorável à criação de cooperativas e apoiando a expansão das cooperativas existentes, de forma sustentável;
- Incentivar e apoiar a criação de micro e médias empresas, com especial enfoque no desenvolvimento de áreas rurais, através de programas de capacitação, acesso a crédito e criação de mercados;
- Continuar a desenvolver o programa "Incubadora de Negócios" permitindo o acesso ao financiamento de negócios, de acordo com os critérios e as prioridades definidas pelo Governo;
- Assegurar o investimento contínuo e reforçado na formação profissional, transversal a todas as atividades estratégicas do país, por forma a desenvolver uma carteira nacional de profissionais qualificados que suportem a iniciativa privada;
- Continuar a desenvolver e a participar em iniciativas, eventos e conferências internacionais para a promoção de parcerias estratégicas, entre empresas timorenses e empresas internacionais;
- Melhorar a comunicação e as parcerias estratégicas entre o setor público e o setor privado, para um melhor alinhamento de prioridades e para que o setor privado possa ser um melhor parceiro estratégico do Governo;
- Reavaliar as atividades do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste;
- Continuar a cooperar com a Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste;
- Reativar a TIA-GT (Timor-Leste, Indonésia & Austrália Growth Triangle) por forma a apoiar a constituição da plataforma de desenvolvimento económico integrado sub-regional e a formalização de uma estratégia para este triângulo de crescimento, o qual potenciará o investimento privado no país, através das sinergias criadas entre empresas/indústrias, cooperativas e Câmaras de Comércio e Indústria dos três Países, atuando em especial em Oe-

- Atualiza, iha tinan rua-rua, "Guia do Investidor";
- Haboot no reforsa kapasidades husi Institutu de Apoiu ba Dezenvolvimentu Emprezariál (IADE);
- Reforsa no kapasita servisu sira husi Ajénsia ba Promosaun Investimentu no Exportasaun Timor-leste nian (TradInvest);
- Halo reforma husi Servisu Rejistu no Verifikasaun Emprezariál (SERVE) nian;
- Promove Kriasaun no dezenvolvimentu de kooperativas, liuliu iha áreas rurais, ne'ebé halo parte integrante ba pakote dezenvolvimentu da ekonomia rurál, hodi kapasita empriendedorismu no insentiva emprezas ki'ik iha setors produtivus, liuliu iha áreas agrikultura, peska no pekuária, nune'e atu kria ambiente ne'ebé di'ak ba kriasaun kooperativas no fó apoiu ba expansaun de kooperativas ne'ebé iha tiha ona, ho forma sustentavel;
- Insentiva no apoia kriasaun de mikro no médias emprezas, ho atensaun espesiál ba dezenvolvimentu iha áreas rurais, liuhosi programas de kapasitasaun, assesu ba kréditu no kriasaun de merkadu;
- Kontinua dezenvolve programa "Inkubadora de Negósius", hodi nune'e permite assesu ba finansiamentu de negósius, tuir kritérius no prioridade ne'ebé define ona husi Governu;
- Hametin investimentu ne'ebé kontínuo no reforsa iha formasaun profisionál, ne'ebé tranversál ba atividades estratéjikas Nasaun nian, atu nune'e dezenvolve karteira Nasionál ba profisionais kualifikadus ne'ebé suporta insiativa privada;
- Kontinua dezenvolve no partisipa iha inisiativas, eventus no konferénsias internasionais ba promosaun parserias estratéjikas entre emprezas timoroan no emprezas internasionais;
- Hadi'a komunikasaun no hadi'a parserias estratéjikas entre setór públiku no privadu, hodi halo aliñamentu ba prioridades, atu nune'e setór privadu bele sai parseiru estratéjiku ida di'ak-liu ba Governu;
- Halo reavaliasaun ba atividade sira Banku Nasionál de Comercio de Timor-Leste nian;
- Kontinua koopera ho Kámara do Komérsiu no Indústria de Timor Leste;
- Reativa TIA-GT (Timor-Leste, Indonézia & Austrália Growth Triangle) hodi fó apoiu atu konstitui plataforma ba dezenvolvimentu ekonómiku sub-rejionál ne'ebé integradu no ba formalizasaun estratéjia ba kreximentu iha triángulu ne'e, ida ne'ebé sei poténsia (ka dudu maka'as) investimentu privadu iha rai laran, liuhosi esforsu no kooperasaun ne'ebé kria ba emprezas/indústrias, kooperativa no Kámaras de Komérsiu no Indústria husi Paízes tolu ne'e, liuliu hodi halo atuasaun iha Oekusi Ambeno;

Cusse Ambeno;

- Continuar a rever e a produzir nova legislação que promova o desenvolvimento do setor privado, de forma eficiente, transparente e sustentável;

- Melhorar sistemas e procedimentos, de forma harmonizada e simplificada, incluindo a disponibilização de formulários e documentos legíveis, e em várias línguas de trabalho, necessários à relação comercial entre o Estado e os investidores.

4.8. Emprego

As mudanças estruturais a que o Governo se propõe implementar na economia irão fornecer oportunidades de emprego para o povo timorense. À medida que a economia cresce e que é possível transformar o setor agrícola e o setor privado para uma maior produtividade, bem como enquanto o investimento na educação e saúde constrói uma força de trabalho mais qualificada, os timorenses irão passar a contribuir mais fortemente para o crescimento da economia.

À medida que a economia se desenvolve, o setor dos serviços tende a expandir-se e este aumento corresponde a maiores oportunidades de criação de emprego, com especial enfoque para as mulheres.

A política do Governo para o setor do emprego está vertida em todo o seu programa, já que os investimentos nos vários setores de desenvolvimento irão contribuir para uma força de trabalho mais saudável e produtiva, uma força de trabalho mais educada e qualificada e, ainda, com a diversificação da produção nacional, irão surgir maiores oportunidades de criação de emprego.

O Governo irá:

- Rever, aprovar e implementar a Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030, que pretende aumentar a procura do mercado de trabalho, melhorar a oferta do mercado de trabalho e continuar a fortalecer as instituições do mercado de trabalho;

- Promover a criação de empregos para os jovens, adultos e mulheres, assegurando sempre o princípio de igualdade de oportunidades, independentemente do género;

- Criar mecanismos para combater o trabalho precário, incluindo através da monitorização a empresas e entidades empregadoras, bem como garantir a implementação dos regulamentos laborais e dos esquemas de proteção social;

- Expandir o número de trabalhadores a trabalhar no estrangeiro, reforçando os protocolos de cooperação e melhorando a monitorização destes processos e acompanhamento dos trabalhadores;

- Estabelecer um Centro de Emprego e Orientação Profissional em cada município (PED 2020);

- Regular a Lei do Trabalho (e rever, caso necessário), reforçar os mecanismos de diálogo para o aumento da produtividade, no propoin regulamentasaun ba servisu doméstiku (servisu iha uma laran);

- Kontinua Revee no produz lejizlasaun foun, atu bele promove dezenvolvimentu iha setór privadu, ne'ebé efisiente, transparente no sustentável;

- Hadi'a sistemas no prosedimentus, ne'ebé armoniza ba malu no simples, inklui mós disponibilizasaun de formulárius no dokumentus, ne'ebé fásil atu lé no iha 'linguas-de-traballo' oin-oin, ne'ebé haree dehan nesesárius duni ba relasaun komersiál entre ita-nia Estadu ho investidores.

4.8. Empregu

Mudansas estruturais ne'ebé hakarak implementa iha ekonomia sei fó oportunidades de empregu ba timoroan. Bainhira ekonomia ne'e aumenta daudaun no bainhira bele transforma daudaun ona setór agríkola no setór privadu, hodi dudu produtividade ne'ebé bot liu ona, hanesan mós bainhira investimentu iha edukasaun no saúde harii daudauk forsa-de-traballu ida ne'ebé kualifikada ona, Timoroan sira sei kontribui maka'as liután ba kreximentu de ekonomia.

Bainhira ekonomia ne'e dezenvolve, maka setór de servisu sira sei aumenta no aumentu ida ne'e korresponde ba oportunidades boot liu ba kriasaun de empregu, ho perspetiva (ka hanoin) espesiál ba feto sira.

Polítika Governu nian ba setór de empregu, bele haree iha ninia programa, tamba investimentus iha setores de dezenvolvimentu oioin, mak sei kontribui ba forsa-de-traballu ne'ebé saudável liu no produtiva, forsa-de-traballu ne'ebé edukada liu no kualifikada no, ho diversifikasaun iha produsaun Nasionál, sei mosu oportunidades barak ba kriasaun de empregu.

Governu sei:

- Haree fali (ka Revee), aprova no implementa Estratéjia Nasionál de Empregu nian 2017- 2030, ne'ebé hakarak aumenta prokura iha merkadu de traballu, hadi'a oferta merkadu de traballu no kontinua hametin instituisoens de merkado-de-traballo;

- Promove kriasaun de empregu ba jovens, ba adultus no ba feto sira, hodi asegura sempre prinsípiu de igualdade ba oportunidades, iha kestaun jéneru;

- Kria mekanizmus hodi kombate servisu prekáriu (ka la permanente), inklui liuhusi monitorizasaun ba emprezas no entidades empregadoras (ka ne'ebé fó servisu), hanesan mós garante implementasaun ba regulamentus laborais no eskema ba protesaun sosiál;

- Aumenta tan númeru de traballadores timoroan, ne'ebé bá servisu iha estranjeiru, reforsa tan protokolus de koperasaun no hadi'a monitorizasaun ba prosesu sira ne'e no akompañamentu ba traballadores;

- Estabelese Sentru de Empregu no Orientasaun Profisionál iha Munisípiu ida-idak (PED 2020);

- Regula Lei do Traballador (no halo revizaun, karik presiza), reforsa mekanizmus de diálogu hodi aumenta produtividade,

dade e propor a regulamentação do trabalho doméstico;

- Melhorar os mecanismos de resolução de conflitos no trabalho, incluindo através de mecanismos de mediação e conciliação;

- Elevar a qualificação dos trabalhadores, especialmente dos mais jovens, com o objetivo de aumentar a competitividade destes no mercado de trabalho internacional;

- Disponibilizar aos jovens estudantes finalistas um programa de aconselhamento profissional, nomeadamente através de exposições relativas a carreiras profissionais a serem realizadas em todos os Municípios;

- Incremento dos Programas de Emprego Temporário através do estabelecimento de parcerias com as Nações amigas.

4.9. Cooperativas

As cooperativas, em particular as cooperativas agrícolas, são de importância estratégica para o desenvolvimento nacional. A formação de cooperativas é uma forma de encorajar o crescimento do setor privado nas zonas rurais e estimular a participação ativa no sistema económico nacional.

O Governo irá continuar a investir na formação de recursos humanos e na capacidade institucional, ao nível das cooperativas, e a conceder ferramentas e equipamentos, matérias-primas e concessões pecuniárias que permitam melhorar as suas infraestruturas e aumentar a qualidade dos seus produtos, com vista à expansão de mercados e aumento das atividades do comércio.

Incrementar e socializar ideias e possíveis projetos junto das famílias e comunidades, poderá ser também uma forma de criar condições para o desenvolvimento das cooperativas e das economias familiares.

Algumas destas podem ser:

i. Produção de Mel: Timor-Leste produz mel e cera que podem ser aproveitados para o desenvolvimento de cooperativas e consequentemente para a melhoria da economia familiar. Uma aposta organizada na produção de mel, com o apoio de uma cooperativa, poderá ser uma contribuição importante para a economia familiar;

ii. Produção de Pão: investir em sementeiras de sequeiro, especialmente para o trigo e sorgo, como ainda para a cevada e centeio para a produção de farinha e de pão, pode ser uma estratégia importante de benefício direto para as famílias e comunidades. Apoiar a produção de cereais e as técnicas de moagem e consequentemente cooperativas de panificação (ou mais tarde a sua industrialização);

iii. Produção de lacticínios: o investimento na pecuária, sobretudo da criação de gado, poderá incentivar os produtores a transformarem o leite obtido das vacas, búfalas e cabras em leite e em iogurtes e outros derivados, contribuindo para a melhoria da nutrição e

- Hadi'a mekanizmus kona-ba rezolusaun de konflitus ne'ebé mosu iha servisu, inklui liuhusi mekanizmus ba mediasaun no konsiliasaun;

- Aumenta kualifikasaun de traballadores, liuliu ba jovens, ho objetivu atu aumenta kompetividade sira nian iha merkadu de traballu internasionál;

- Disponibiliza programa ida akonsellamentu profisionál nian ba joven estudante finalista sira, liuliu liuhusi espozisoens kona-ba karreira profisionál, atu realiza iha Munisípiu hotu-hotu;

- Aumenta Programa Empregu Temporáriu (ba tempu badak), liuhusi estabelese parseria ho Nasaun amiga sira.

4.9. Kooperativas

Kooperativas, liuliu kooperativas agríkolas, iha importánsia estratéjika ba dezenvolvimentu Nasionál. Harii kooperativas ne'e hanesan forma ida atu enkoraja kreximentu setór privadu iha zonas rurais no estimula (ka insentiva) partisipasaun ativa iha sistema ekonómiku Nasionál.

Governu sei kontinua investe iha formasaun de rekursus umanus no kapasidade institusionál, iha nível kooperativas no providénsia ferramentas no ekipamentus, matérias-primas no konsesoens pekuniárias (ka finanseiras) ne'ebé permite hadi'a nia infraestruturas no aumenta kualidade husi nia produtus, ho hanoin halo expansaun de merkadus no aumentu iha atividades de komérsiu.

Inkrementa (ka dezenvolve) no sosializa ideias ho projetus ne'ebé bele iha, ba famílias ho komunidades, ne'e hanesan mos forma ida hodi kria kondisoens ba dezenvolvimentu kooperativa no ekonomia familiár sira.

Buat sira ne'e balun, mak hanesan:

i. Produsaun Bani-Been: Timor-Leste produz rasik bani-been ho lilin ne'ebé bele aproveita ba dezenvolvimentu kooperativas, ne'ebé hadi'a ekonomia familiár. Aposta ida ne'ebé organiza didi'ak iha produsaun bani-been, ho apoiu husi kooperativa, bele hanesan mos kontribuisaun importante ida ba ekonomia familiar;

ii. Produsaun Paun: investe iha sementeiras husi sekeiru, katak fini ba rai-maran, liuliu ba trigu no 'shorgum', no mós ba sevada ho senteiu ba produsaun fariña paun nian, bele hanesan estratéjia importante ida ho benefísiu diretu ba famílias ho komunidades. Apoia produsaun sereais no téknikas moajen (ka dulas nian), ho ninia kooperativas panifikasaun (ka halo/tunu paun), (ka, tuir mai, nia industrializasaun);

iii. Produsaun laktisínius (katak, husi susu-been): investimentu iha pekuária, liuliu ba kriasaun de gadu, bele insentiva produtores atu transforma susu-been karau-vaka, karau timor no bibi nian ba susu-been, 'iogurtes' ka produtu seluk tan, hodi kontribui hadi'a ekonomia familiár;

da economia familiar;

iv. Produção de óleo de coco e dos seus derivados;

v. Produção de sal e de noz de vela.

O Governo nesta área continuará a:

· Prestar apoio e concessões públicas a cooperativas que conduzam atividades do setor privado em diversas áreas;

· Incentivar movimentos cooperativos, associativos e mutualistas para garantir a participação comunitária e beneficiar a dinâmica do terceiro setor, na luta contra as desigualdades sociais e económicas;

· Incentivar respostas organizadas da sociedade civil a necessidades sociais, através da concessão de bens e da prestação de serviços e uma utilização social dos excedentes obtidos;

· Facilitar o acesso ao crédito às cooperativas;

· Rever os sistemas de acesso a crédito a cooperativas de crédito, incluindo a simplificação dos processos;

· Promover o intercâmbio entre cooperativas;

· Incentivar o fornecimento de matérias-primas produzidas pelas cooperativas para as indústrias de cada setor, e para distribuição/venda direta aos consumidores;

· Propor e construir e reabilitar Centros de Armazenamento locais conforme as necessidades de produção das cooperativas e de acordo com as necessidades existentes;

· Incentivar o fornecimento de bens alimentares e outros, produzidos pelas cooperativas, para a merenda escolar;

· Coordenar com o Centro Logístico Nacional e o setor privado na aquisição da produção das cooperativas;

· Promover a capacitação das cooperativas, através de formação técnica capaz de as tornar mais eficientes;

· Rever o quadro legal relativo às Cooperativas recentemente aprovado;

· Promover o recrutamento e formar novos gestores capazes de gerir as cooperativas com eficiência e eficácia.

4.10. Ambiente

Segundo a Constituição da República, todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, assim como o dever de o proteger e melhorar em prol das gerações vindouras. O Estado reconhece a necessidade de preservar e valorizar os recursos naturais. O Estado deve promover as ações de defesa do meio ambiente e salvaguardar

iv. Produsaun mina nuu no produtu sira ne'ebé mai husi nuu;

v. Produsaun masin no "noz de vela" (*candlenut*).

Governu, iha área ida ne'e, sei kontinua:

· Presta (ka fó) apoiu no konsesoens públikas ba kooperativas, ne'ebé hala'o atividades setór privadu iha áreas oioin;

· Insentiva movimentus kooperativus, asosiativus no mutualistas atu bele garante partisipasaun komunitária no ajuda dinámika ne'ebé mosu iha terseiru setór (ka setór datolu), iha luta hasoru dezigualdades sosiais no ekonómikas;

· Insentiva respostas ne'ebé organizadas, husi sosiedade sivíl, ba nesesidades sosiais, liuhosi konsesaun de beins no prestasaun de servisu sira, no utilizasaun sosiál ba exedentes ne'ebé hetan;

· Fasilita asesu de kréditu ba kooperativas;

· Revee sistemas kona-ba asesu ba kréditu ba kooperativas de kréditu, inklui simplifikasaun iha prosesus ne'e;

· Promove intercámbiu entre kooperativas;

· Insentiva fornesimentu de matérias-primas ne'ebé produz liu hosi kooperativas ba indústria setór ida-idak, no ba distribuisaun ka sosa direta ba konsumidores;

· Propoin no konstrói no reabilita Sentru de Armazenamentu locál, konforme nesesidades de produsaun hosi kooperativas no tuir nesesidades ne'ebé iha;

· Insentiva fornesimentu de bens alimentares no sira seluk ne'ebé produz hosi kooperativas, ba merenda escolar;

· Koordena ho Centro Nacional de Lojístika (CNL) no setór privadu ba akizisaun produsaun husi kooperativas;

· Promove kapasitasaun ba kooperativas, liuhusi formasaun téknika oioin atu kooperativas bele jere rasik ho efisiénsia no efikásia;

· Revee kuadru legál kona-ba Kooperativa sira, ne'ebé foin aprova;

· Promove rekrutamentu no fó formasaun ba jestór foun sira ne'ebé iha kbiit atu jere kooperativa sira ho efisiénsia no efikásia.

4.10. Ambiente

Tuir Konstituisaun da República, ema hotu-hotu iha direitu ba ambiente vida umana, ne'ebé sadiu no ekolojikamente ekilibradu, no mós iha devér atu proteje no hadi'a ba jerasoens vindouras (ka aban-bainrua nian). Estadu rekoñese katak presiza prezerva no fó valor ba rekursus naturais. Estadu tenke promove asoens ba defeza do meiu-ambiente no salvaguarda dezenvolvimentu sustentável ba ekonomia.

o desenvolvimento sustentável da economia.
O povo timorense tem uma forte ligação ao meio ambiente que o rodeia, não só por questões relacionadas com a sobrevivência, mas também por razões culturais e antropológicas. No entanto, para além das causas naturais, como a chuva, a exploração desequilibrada, ou mesmo a destruição do meio ambiente, tem vindo a provocar a erosão crónica dos solos, incluindo através do excessivo abate de árvores e florestas, a realização de queimadas e a falta de planeamento e monitorização das atividades agrícolas e de construção de infraestruturas.

A erosão e os deslizamentos de terra causam a degradação dos solos e danos à captação da água, diminuindo a quantidade e qualidade de águas subterrâneas e ameaçando a vida selvagem e os recursos alimentares. Por outro lado, hábitos socioeconómicos como a utilização de lenha para cozinhar e a poluição atmosférica causada pelas emissões dos automóveis e motorizadas e os fogos florestais, têm vindo a contribuir para o aumento de doenças respiratórias.

Também as alterações climáticas com a consequente subida no nível do mar e as condições meteorológicas extremas, que levam a inundações, insegurança alimentar, alteração na composição química e temperatura do mar que afeta os recifes de coral, constituem um desafio ambiental sério, ao qual Timor-Leste tem de dar resposta e criar mecanismos de prevenção.

Ressalva-se que este é um desafio acrescido para Timor-Leste, considerando a sua fase embrionária de desenvolvimento, com a franca necessidade do crescimento de indústrias de suporte ao crescimento económico. No entanto, sublinha-se também que a contribuição de Timor-Leste para o problema das alterações climáticas é minúscula, já que Timor-Leste é um dos países que menos emite dióxido de carbono, em contraste com as nações emergentes e desenvolvidas.

É ainda importante referir que a defesa e conservação do meio ambiente, incluindo a promoção de biodiversidade, é um contributo importante para o desenvolvimento de uma indústria com forte potencial, ou seja, o crescimento do setor turístico.

Neste sentido, o Governo irá prosseguir os seguintes objetivos prioritários na área do ambiente:

- Rever e reforçar um quadro institucional e legal ambiental para o uso sustentável dos recursos naturais, incluindo um melhor planeamento e monitorização dos setores transversais ao desenvolvimento do país, que previna a deterioração ambiental e melhore a gestão ambiental do país;

- Promover campanhas de sensibilização sobre as questões ambientais e desenvolver conteúdos e ações que permitam uma educação ambiental generalizada, focada na preservação do ambiente, para crianças, jovens, adultos e

Povu timor iha ligasaun ne'ebé forte ho meiu-ambiente, ne'ebé hadulas nia, la'ós de'it tanba kestoens relasiona ho sobrevivénsia (ka tahan moris) maibé mos tanba razões kulturais ho antropolójikas. Maibé, aleinde kauzas naturais, hanesan udan, esplorasaun ne'ebé dezekilibrada, ka mezmu destruisaun meiu-ambiente, ne'ebé, durante ne'e, provoka erozaun beibeik ba rai, inklui hahalok hanesan tá demais ai no sobu ai-laran boot sira, sunu rai no la iha planeamentu ho monitorizasaun ba atividades agríkolas no konstrusaun infraestruturas.

Erozaun (ka rai monu) no dezlizamentus (ka rai halai), mak kauza degradasaun ba rai no estraga mos kaptasaun bee, hodi hamenus kuantidade no kualidade bee husi rai-okos no ameasa vida selvajen ho rekursus alimentares. Husi sikun seluk, ábitus (ka lisan) sosioekonómikus hanesan uza ai-maran hodi te'in no poluisaun (ka hafo'er atmosfera) tanba emisoens (ka suar) husi karreta ho motorizadas no sunu ai-laran, buat sira ne'e hotu mak kontribui hodi aumenta doensas respiratórias (ka moras dada-iis nian).

Nune'e mós, alterasoens klimátikas ne'ebé halo nível tasi sa'e aas no hamosu kondisoens meteorolójikas ne'ebé aat tebetebes, hodi provoka inundasoens, inseguransa alimentar, alterasaun iha kompozisaun kímika ho temperatura tasi ne'ebé afeta resifes korál (ka fatuk ahu-ruin) iha Tasi, buat sira ne'e hotu mak sai hanesan dezafiu ambientál sériu ida, ne'ebé Timor-Leste tenke fó resposta no kria mekanizmus de prevensaun.

Bele dehan katak ne'e hanesan dezafiu ida tan ba Timor-Leste, haree ba ninia faze embrionária (foin hahú) iha dezenvolvimentu, ne'ebé presiza tebes duni kreximentu de indústrias de suporte (ka hodi fó apoiu) ba kreximentu ekonómiku. Maibé, bele subliña mos katak kontribuisaun Timor-Leste ba problema alterasoens klimátikas, ne'e ki'ik tebes duni, tanba Timor-Leste país ida ne'ebé ladún hasai 'dióksidu de karbonu', la hanesan ho nasoens emerjentes no dezenvolvidas.

Importante mos atu refere iha ne'e katak defeza ho konservasaun do meiu ambiente, inklui promosaun ba biodiversidade, sai hanesan kontributu importante ba dezenvolvimentu indústria ida ho potensiál maka'as, katak, kreximentu setór turístiku.

Tanba ne'e, Governu sei kontinua ho objetivus prioritários ba área ambientál, hanesan tuir mai:

- Haree di'ak fali no reforsa kuadru institusionál no legál ambiente nian, kona-ba uzu sustentável de rekursus naturais, inklui planeamentu ne'ebé di'ak liu, ho monitorizasaun iha setores transversais ba dezenvolvimentu país nian, hodi prevene deteriorasaun (ka degradasaun) ambientál no hadi'a jestaun ambientál país ne'e nian;

- Promove kampañas sensibilizasaun nian kona-ba kestoens ambientais no dezenvolve konteúdus ho asoens, ne'ebé permite edukasaun ambientál ida ne'ebé jeneralizada, ba labarik sira, jovens, adultus ho komunidades, liuliu kona-ba prezervasaun ambiente;

comunidades;

- Melhorar a coordenação intersectorial por forma a incluir as preocupações ambientais nos programas de desenvolvimento do país, incluindo as áreas da agricultura e pescas, desenvolvimento de infraestruturas, turismo e exploração dos recursos energéticos;

- Capacitar e melhorar as instituições e organismos responsáveis pela gestão, monitorização e fiscalização das questões ambientais, com prioridade para as localidades e áreas de intervenção de maior risco de degradação ambiental;

- Reforçar as parcerias nacionais e internacionais para uma melhor gestão ambiental.

Para tal, o Governo propõe-se a desenvolver as seguintes ações:

- Implementar o regime jurídico de gestão, proteção e conservação ambiental, incluindo as estratégias e planos de ação aprovados (incluindo a legislação de biodiversidade nacional, proteção de animais selvagens, etc.);

- Continuar a acompanhar e subscrever os acordos, programas e mecanismos internacionais relacionados com a gestão e conservação do ambiente e alterações climáticas, incluindo a sua tradução em legislação nacional e implementação das medidas e normas adotadas (diminuição da emissão de HCFC, a Convenção de Viena sobre o ozono, convenções internacionais UNFCCC, UNCCD, UNCBD, Acordo de Paris, etc.);

- Introduzir novos programas e campanhas de redução de queimadas e incêndios florestais durante a época seca, incluindo a substituição gradual do uso da lenha enquanto fonte de energia;

- Desenvolver o programa de recolha e tratamento de resíduos (sólidos e líquidos) em todo o país, com prioridade para a área de Díli;

- Continuar a assegurar a implementação do Prémio Suco Saudável e desenvolver o Prémio "Habali Ambiente" para as entidades comerciais, industriais e privadas que promovam o princípio do poluidor-pagador, conservação da biodiversidade, redução das emissões de carbono ou outras medidas que visem a melhoria do ambiente;

- Desenvolver e implementar o regulamento de controlo da poluição do ar, ruído e solo e poluição atmosférica dos gases emitidos pelos veículos;

- Continuar a investir na capacidade dos recursos humanos na área do controlo ambiental, incluindo o uso de novas metodologias e testes ambientais;

- Estabelecer um laboratório ambiental para conduzir testes ambientais e a respetiva inspeção, monitorização e

- Hadi'a koordenasaun intersetoriál, atu nune'e bele inklui preokupasoens ambientais iha programas de dezenvolvimentu País, inklui áreas agrikultura no peskas, dezenvolvimentu de infraestruturas, turizmu ho esplorasaun rekursus enerjétikus;

- Kapasita no hadi'a instituisoens no organizmus ne'ebé responsáveis ba jestaun, monitorizasaun no fiskalizasaun kona-ba kestoens ambientais, ho prioridade ba lokalidades (ka fatin) no áreas de intervensaun, ne'ebé ho risku boot liu ba degradasaun ambiental;

- Reforsa parserias nasionais no internasionais ba jestaun ambientál ne'ebé di'ak liu.

Tanba ne'e, Governu propoen atu dezenvolve asoens, hanesan tuir mai:

- Implementa rejime jurídiku kona-ba jestaun, protesaun ho konservasaun ambientál, inklui estratéjias ho planus asaun ne'ebé aprova tiha ona, inklui lejizlasaun kona-ba biodiversidade Nasionál, protesaun animais selvajens ka fuik, nsst;

- Kontinua akompaña no subskreve akordus, programas no mekanizmus internasionais, ne'ebé relasiona ho jestaun no konservasaun ambiente no alterasoens klimátikas, inklui nia tradusaun iha lejizlasaun Nasionál no implementasaun medidas no normas, ne'ebé adota tiha ona (diminuisaun emisaun HCFC, Konvensaun Viena kona-ba ozono, Konvensaun InterNasionál UNFCCC, UNCCD, UNCBD, Akordu Paris, no sst);

- Introduz (ka hatama) programas foun ho kampañas kona-ba redusaun sunu rai no sunu ai-laran, durante época (ka tempu) rai-maran, inklui substitui (ka troka) neineik ábitu uza ai-maran hanesan fonte enerjia;

- Dezenvolve programa kona-ba rekolla no tratamentu rezíduus sólidus no líkidus (ka maran no bén) iha país tomak, ho prioridade ba área Díli;

- Kontinua asegura implementasaun do Prémiu ba Suku Saudável no dezenvolve Prémiu "Habali Ambiente" ba entidades komersiais, industriais no privadus, atu promove prinsípiu poluidor-pagador, konservasaun ba biodiversidade, redusaun ba emisaun karbonu ka medida ne'ebé ho objetivu hadi'a ambiente;

- Dezenvolve no implementa regulamentus kona-ba kontrolu poluisaun ar, ruídu (ka tarutu) no rai, ho mós poluisaun atmosférika (ka lalehan) tanba gazes (ka suar fó'er) ne'ebé sai husi veíkulus;

- Kontinua investe iha kapasidade rekursus umanus iha área kontrolu ambientál, inklui uzu de metodolojias foun ho testes ambientais;

- Estabelese laboratóriu ambientál ida, hodi halo testes ambientais ho ninia inspesaun, monotorizasaun no fiskalizasaun rasik;

fiscalização;

- Produzir estatísticas ambientais sobre Timor-Leste e assegurar a sua divulgação, quer para a tomada de decisão do executivo, quer para o conhecimento alargado do público em geral;

- Implementar a Estratégia Nacional para a mitigação do lixo marinho;

- Implementar a Estratégia e o Plano de Ação sobre Biodiversidade Nacional;

- Trabalhar em conjunto com a CPLP e a ASEAN no compromisso de desenvolver a "Estratégia para os Oceanos", que é transversal a áreas como o ambiente e a economia;

- Continuar a investir numa extensa rede de parques terrestres e marinhos nacionais que protejam amostras representativas da biodiversidade do país;

- Incentivar um maior conhecimento sobre a proteção ambiental e princípios ambientais nos currículos do ensino formal, bem como promover campanhas e ações através do ensino não formal;

- Desenvolver o Sistema Nacional de Áreas Protegidas e de Parques Nacionais e Conservação da Biodiversidade;

- Desenvolver a coordenação entre a entidade governamental com responsabilidade pelo setor ambiental e a entidade governamental com responsabilidade sobre o setor do turismo, com vista à criação de programas de proteção de ecossistemas específicos, nomeadamente tartarugas, corais, etc.;

- Implementar a "Política de Zero Plástico" em todo o território e desenvolver programas eficazes de combate ao plástico, com vista à sua substituição sempre que possível, incluindo a sensibilização para os malefícios do uso do plástico, sobretudo para a degradação dos mares de Timor, bem como desenvolver a indústria de reciclagem de plástico;

- Continuar a identificação e levantamento dos dados sobre a biodiversidade, incluindo o mapeamento dos ecossistemas das diferentes áreas de biodiversidades terrestres, marítimas, lacustres, áreas húmidas e outros ecossistemas em risco;

- Promover e reforçar as boas práticas culturais que visem a proteção ambiental, a conservação da natureza, a proteção dos locais com património de biodiversidade relevante;

- Promover um setor ambiental em Timor-Leste em conformidade com a Política para a Economia Azul de Timor-Leste, incluindo a promoção de campanhas sobre questões ambientais específicas que afetam os mares e oceanos, já que estes se encontram sobre uma enorme pressão antrópica e as suas consequências, nomeadamente

- Produz estatístikas ambientais kona-ba Timor-Leste no asegura nia divulgasaun, tantu ba Ezekutivu hodi bele foti desizaun, hanesan mos ba koñesimentu públiku ein-jerál;

- Implementa Estratéjia Nasionál ba mitigasaun ka redusaun lixu (ka fó'er) husi tasi;

- Implementa Estratéjia ho Planu de Asaun kona-ba Biodiversidade Nasionál;

- Servisu hamutuk ho CPLP no ASEAN, iha kompromisu atu dezenvolve "Estratéjia kona-ba Oseanus", buat ne'ebé transversál ba áreas hanesan ambiente no ekonomia;

- Kontinua investe iha rede boot ida ba parkes nasionais, terrestres no mariñus, ne'ebé bele proteje amostras reprezentativas de biodiversidade país nian;

- Insentiva koñesimentu ne'ebé boot liu, kona-ba protesaun ambientál no princípios ambientais, iha kurríkulus iha ensinu formál, no mós promove kampañas ho asoens liuhusi ensinu naun-formal;

- Dezenvolve Sistema Nasionál kona-ba Áreas Protejidas no Parkes Nasionais no Konservasaun Biodiversidade;

- Dezenvolve koordenasaun entre entidade governamentál ho responsabilidade ba setór ambientál no entidade governamentál ne'ebé ho responsabilidade kona-ba setór turizmu, hodi kria programas kona-ba protesaun ekosistemas espesífikus, hanesan tartarugas (ka lenuk), no korais (ka ahu-ruin), etc.;

- Implementa "Polítika Zero Plástiku" iha territóriu tomak no dezenvolve programas ne'ebé efikazes, hodi kombate plástiku, hodi halo nia substituisaun bainhira bele, inklui sensibilizasaun kona-ba perigu uza plástiku, liuliu tanba degradasaun (ka estraga) tasi Timor, no mós oinsá dezenvolve indústria resiklajen ba plástiku;

- Kontinua halo identifikasaun no levantamentu ba dadus kona-ba rikeza da biodiversidade, inklui mapeamentu do ekosistema hosi biodiversidade oin-oin iha Rai leten, Tasi Laran, fatin bokon sira no ekosistema seluk ne'ebé iha risku boot;

- Promove no reforsa prátika kulturál ne'ebé di'ak kona-ba protesaun ambientál, halo konservasaun ba natureza, protesaun ba fatin patrimóniu ho biodiversidade ne'ebé relevante;

- Promove setór ambientál iha Timor-Leste tuir Polítika ba Ekonomia Azul Timor-Leste nian, inklui promosaun kampaña sira kona-ba kestaun ambientál espesífika sira ne'ebé afeta tasi, tanba tasi hetan hela presaun antrópica (presaun husi atividade ema nian) makaas, no ninia konsekuénsia, liuliu konsekuénsia sira ne'ebé relasiona ho poluisaun, alterasaun klimátika no peska ne'ebé demais ka agresiva.

relacionadas com a poluição, as alterações climáticas e a pesca excessiva ou agressiva.

5. PROSSEGUIR COM A CONSOLIDAÇÃO GOVERNATIVA

"Timor-Leste é um País de baixos rendimentos com um setor privado emergente, com diversificação económica limitada e concentrado sobretudo na produção agrícola. Todavia, o nosso País possui oportunidades económicas consideráveis e um potencial forte para se tornar uma Nação com rendimentos médios".

Apesar de muitos progressos terem sido alcançados nesta área, Timor-Leste tem de continuar a investir no planeamento estratégico para uma economia moderna e diversificada. Potenciar os setores produtivos, em torno de quatro indústrias essenciais – a agricultura, o turismo, o petróleo e as minerais e a manufatureira – através do estudo e aproveitamento dos recursos naturais existentes, aproveitando as mais-valias da localização geográfica e do perfil da população, é uma estratégia simples e acertada para conduzir à tão necessária diversificação económica e mitigar a dependência das receitas petrolíferas.

A criação de emprego e a promoção do empreendedorismo é, ao mesmo tempo, um fator e um resultado na prossecução deste desígnio de desenvolvimento económico, sendo que o Governo tem de criar condições para não estar alienado dos jovens, ao mesmo tempo que promove o setor privado, recursos estes que são fundamentais para aumentar a produtividade nacional e para criar oportunidades de crescimento económico sustentável.

O Governo de Timor-Leste irá transformar as suas riquezas naturais, venham elas dos seus solos ou dos seus mares, em segurança alimentar, em saúde, em produtividade e em oportunidades de criação de emprego. Irá também transformar os hidrocarbonetos em oportunidades de desenvolvimento e de bem-estar para toda a população, através do desenvolvimento de infraestruturas, do setor privado e da criação de emprego. Irá, ainda, transformar a riqueza das suas gentes, da sua paisagem natural e da sua cultura ímpar em empreendedorismo e em aumento de rendimentos em todo o país.

Para tal, é essencial desenvolver um Quadro Nacional de Planeamento, com vista à implementação de Polos de Desenvolvimento nas várias regiões do país, que defina as características próprias de cada região e o potencial de crescimento de cada setor e subsetor, de acordo com os recursos locais disponíveis, para a implementação de ações e estratégias de crescimento sustentável e de desenvolvimento equitativo em todo o país, sob o mote de que "se a natureza é rica, o povo não pode ser pobre".

Para isso, o processo de Descentralização Administrativa é crucial para que em cada Município, os seus próprios cidadãos se esforcem a conhecer as potencialidades existentes, discutir e planear com objetividade a forma de impulsionar as atividades económicas em cada Região do país.

5.1. Política Macroeconómica

Um dos objetivos da política macroeconómica do IX Governo

5. KONTINUA HO KONSOLIDASAUN GOVERNATIVA

"Timor-Leste, nasaun ida ne'ebé sei iha rendimentos ki'ik, ho setór privado ne'ebé foin hahú desenvolve-an ho mós diversifikasaun ekonómika ne'ebé limitada, ekonomia ne'ebé konsentradu liu iha produsaun agrícola. Maibé ita-nia nasaun iha oportunidades ekonómikas no iha potensiál boot, atu sai Nasaun ida ho rendimentus médius".

Maski progressus barak maka hetan ona iha área ekonomia, Timor-Leste tenke continua investe iha planeamentu estratéjiku hodi la'o ba ekonomia ida moderna no diversifikada. Estratéjia, simples no lós, atu promove diversifikasaun ekonómika no hamenus dependénsia ba reseitas mina-rai, maka atu poténsia (ka fó kbiit) ba Setores produtivos hanesan indústrias 4 importantes - agrikultura, turizmu, petróleo no minerais no manufatureira, liuhusi estudus atu aproveita rekursos naturais ne'ebé iha, mais-valias husi pozisaun jeográfika no husi perfil populasaun nian.

Nu'udar fator no rezultadu husi hanoin no buka atu dezenvolve objetivu ne'e, mak kriasaun de empregu no promosaun do empreendedorismo, ne'e duni Governu tenke kria kondisoens ba jovens, enkuantu promove mos setór privado, tamba rekursus rua ne'e mak sei aumenta produtividade Nasionál no kria oportunidades ba kreximentu ekonómiku ne'ebé sustentável.

Governu Timor-Leste nian sei transforma rikusoin naturais, iha rai-laran ka iha tasi-laran, ba Seguransa alimentar, ba saúde, ba produtividade no ba oportunidades de kriasaun de empregu. Nune'e mós sei transforma idrokarbonetos (ka mina-rai ne'ebé todan) ba oportunidades de dezenvolvimentu de infrastruturas, oportunidades ba setór privadu no ba kriasaun de empregu. Aleinde ne'e, sei transforma mós rikeza ne'ebé iha nia emar, nu'udar timoroan, transforma paizajen naturál no ninia kultura ímpar (ka únika) ba emprendedorismu no ba aumentu de rendimentus iha País tomak.

Atu halo ida ne'e, esensiál mos atu dezenvolve Kuadru Nasionál de Planeamento ida kona-ba Polos (ka Sentrus) de Desenvolvimento, iha rejioens balun iha ita-nia Rain, ne'ebé sei define karakterístikas rasik iha rejiaun ida-idak no potensiál ba kreximentu husi setór ida-idak no subsetores, tuir rekursus disponíveis (ka iha) iha fatin-fatin, atu implementa asoens no estratéjias kona-ba kreximentu sustentável no ba dezenvolvimentu ekuitativu iha País tomak, tuir mote ne'ebé hateten katak *"se natureza rika duni, povo labele sai kiak"*.

Tan ne'e, prosesu ba Desentralizasaun Administrativa krusiál duni atu, iha Munisípiu ida-idak, sira-nia sidadauns rasik mak sei esforsa-an atu koñese potensialidades ne'ebé ezistentes, atu diskute no planeia ho objetividade oinsá sira impulsiona atividades ekonómikas iha kada Rejiaun País ne'e nian.

5.1. Polítika Makroekonómika

Objetivo ida iha polítika makroekonómika husi IX Governu, maka atu kria kampu de serviço ba ema hotu, liuliu ba jovens no moris di'ak ba povo tomak. Nune'e, Governu nia alvo maka

é criar campo de trabalho para todos, nomeadamente jovens e o bem-estar a toda a população. Assim, o Governo tem, como alvo, criar novos campos de trabalho, reduzir a taxa de desemprego, reduzir a taxa de pobreza mínima para 10%, durante os próximos cinco anos.

Com vista a atingir estes objetivos, a política macroeconómica irá potenciar o desenvolvimento económico com um crescimento elevado, inclusivo e sustentável, na diversificação da economia através do desenvolvimento dos setores produtivos (agricultura, pecuária, pesca, turismo, petróleo e minerais e indústria manufatureira), na promoção do investimento do setor privado, para fortalecer a sustentabilidade fiscal e desenvolver a indústria financeira.

Durante os próximos cinco anos, o Governo pretende atingir uma média de crescimento económico acima dos 5% e uma taxa de inflação de acordo com o definido no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 com a elevada contribuição do setor privado nos setores produtivos. O Governo irá criar condições para aumentar o investimento do setor privado no mínimo 10% cada ano, com vista a contribuir para a diversificação da economia, aumentar a base de imposto, viabilizando assim os objetivos de sustentabilidade fiscal, e contribuir para um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O Governo desenvolverá, em primeiro lugar, as infraestruturas, os recursos humanos e reforçará as instituições públicas, enquanto pré-condição para viabilizar a implementação política macroeconómica a fim de atingir os seus objetivos. Enquanto pré-condição para estimular o desenvolvimento de outros setores, o Governo irá continuar a desenvolver as infraestruturas com o objetivo de dar suporte ao crescimento económico e fortalecer a produtividade e a conectividade.

5.2. Setor Financeiro

O setor financeiro em Timor-Leste limita-se apenas ao setor bancário e o mercado financeiro é ainda inexistente. O Mercado Financeiro facilita a ocorrência do dinheiro, através dos que possuem mais capital (*surplus*) aos que mais necessitam, através do mecanismo direto e indireto. Um Mercado Financeiro abrangente e transparente facilita o investimento nos setores produtivos e impulsiona o crescimento económico. O Governo irá trabalhar com as entidades relevantes, nomeadamente o Banco Central de Timor-Leste (BCTL), no sentido de promover o desenvolvimento do setor financeiro, através da criação do ambiente favorável, facilitando as atividades comerciais do setor bancário, das instituições de seguros, das instituições de microcrédito e do mercado financeiro em Timor-Leste.

A política de desenvolvimento do setor financeiro irá contribuir para a mudança na estrutura da economia, que depende largamente das despesas públicas (*public sector driven economy*) para uma economia sustentável, sustentada com as atividades do setor privado (*private sector driven economy*).

Neste âmbito, o Governo irá também:

- Rever o regime legal do setor financeiro e revogar a legislação desatualizada que ainda se encontra em vigor;
- Cria um regime financeiro coerente com o quadro legal e

atu kria kampo-de-servisu foun no atu redús taxa dezempregu, redús taxa kiak mínima ba 10%, durante tinan lima oin mai.

Atu atinje objetivos hirak ne'e, política makroekonómika sei potensia dezenvolvimentu ekonómiku ho kreximentu ne'ebé boot, inkluzivu no sustentável, ba diversifikasaun ekonomia liuhusi dezenvolvimentu setores produtivus (agrikultura, turizmu, petróleo no minerais, no indústria manufatureira), promosaun ba investimentu husi setór privado no hametin sustentabilidade fiskál no dezenvolve indústria finanseira.

Durante tinan lima oin mai, Governu hakarak atinje média kreximentu ekonómiku liu 5% no taxa inflasaun ida ne'ebé tuir saida maka define ona iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu 2011-2030, ho kontribuisaun boot husi setór privadu iha setores produtivos. Governu sei kria kondisoens ba investimento, aumenta investimentu husi setór privado, no minimu 10% kada tinan, hodi kontribui atu diversifika ekonomia, aumenta baze ba imposto, hodi nune'e bele viabiliza objetivo kona-ba sustentabilidade fiskál, no kontribui ba dezenvolvimentu ne'ebé inkluzivu no sustentável.

Governu sei desenvolve uluk infraestruturas, rekursos umanos no sei hametin instituisoens públikas, nu'udar pré-kondisaun atu viabiliza implementasaun política makroekonómika, hodi atinje ninia objetivus. Nu'udar pré-kondisaun atu estimula dezenvolvimento iha setores seluk, Governu sei kontinua dezenvolve infraestruturas ho objetivo atu suporta kreximento ekonómiku no atu hametin produtividade, no konektividade.

5.2. Setór Finanseiru

Setór finanseiru iha Timor-Leste sei limitada hela ba setór bankáriu no seidauk iha merkadu finanseiru. Merkadu finanseiru fasilita osan naksulik husi ema sira ne'ebé iha osan liu (surplus) ba sira ne'ebé presiza osan, liuhusi mekanizmu diretu no indiretu. Merkado finanseiru ida luan no transparente, mak fasilita investimentu iha setores produtivus no dudu kreximentu ekonómiku. Governu sei servisu hamutuk ho entidades relevantes, liuliu ho Banco Centrál Timor-Leste (BCTL) atu promove dezenvolvimentu setór finanseiru, liuhusi kria ambiente favorável hodi fasilita atividades komersiais husi sector bankáriu, instituisoens de seguros, instituisoens ba mikro kréditu no merkadu finanseiro iha Timor-Leste.

Polítika de dezenvolvimentu ba setór finanseiru ne'e sei kontribui ba mudansa iha estrutura ekonomia nian, ne'ebé sei depende maka'as ba despesas públicas (*public sector driven economy*) ba economia ida ne'ebé sustentável, tanba sustenta ho atividades husi setór privado nian (*private sector driven economy*).

Iha ámbito ida ne'e, Governu mós sei:

- Revee rejime legál setór finanseiru nian, no revoga lejizlasaun dezatualizada ne'ebé to'o agora vigora hela;
- Kria rejime finanseiru koerente ho kuadru legál no institusionál, hodi evita prátika sira ne'ebé ladi'ak iha setór finanseiru;

institucional por forma a evitar as más práticas do setor financeiro;

- Promover o estabelecimento de um regime geral de garantias reais sobre bens móveis e imóveis bem como o registo de ativos e estabelecer uma gestão coordenada com a intervenção de todos os Ministérios competentes;

- Realizar estudos com vista ao desenvolvimento do setor de seguros, essencial ao desenvolvimento do investimento do setor privado;

- Estabelecer um regime para a introdução de um padrão de contabilidade com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito e incentivar a melhoria da economia formal;

- Promover a criação dos títulos do tesouro (*T-Bonds, T-Bills, T-Notes*), com o objetivo de diversificar as fontes de financiamento da despesa pública e maximizar o capital (a liquidez) para promover o desenvolvimento nacional.

5.2.1. Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDTL)

O desenvolvimento do setor privado em Timor-Leste não progride, em larga medida porque se limita a projetos do Estado e não tem acesso ao crédito e financiamento a um prazo longo e com juros acessíveis. As empresas necessitam de crédito para investir. É preciso aumentar o acesso ao crédito em Timor-Leste a fim de reabilitar os hotéis, facilitar a compra de bens pelos retalhistas, com variedade e em grandes quantidades, facilitar a aquisição de equipamentos pelas empresas de construção civil para a construção de habitação e escritórios. Apesar de os bancos comerciais terem aumentado a liquidez do mercado, o crédito ao setor privado continua a representar menos de 15% do total de ativos (*ratio* depósito/empréstimos). Os bancos existentes apenas concedem crédito às organizações internacionais e às empresas do seu país de origem e aos setores que muito dependem de contratos com o Governo e do investimento público.

O Governo irá estabelecer um Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDTL), com o objetivo de facilitar o aceso ao financiamento a longo prazo, com taxas de juros acessíveis. Este Banco irá dar oportunidade para as empresas timorenses se sustentarem e criar muito emprego, construir as infraestruturas e, por conseguinte, contribuir para uma diversificação económica. Este Banco terá o enfoque especial para atender as procuras ao crédito nas áreas estratégicas da Nação, tendo relação com o crescimento do setor privado e o desenvolvimento do mercado financeiro. *O Estado será o "Dono" do banco* e, ainda terá a contribuição do capital timorense Este banco terá as diretivas de investimento claras e rigorosas, tendo operações administrativas e comerciais independentes e o padrão de boa governação elevada.

5.2.2. Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL)

O acesso ao crédito continua a gerar problemas às pequenas empresas e aos cidadãos timorenses, incluindo os que habitam nas áreas rurais. A falta de crédito impede que as pequenas empresas possam expandir, limitando as capacidades dos timorenses para o estabelecimento de empresas, criando, por conseguinte, barreira para o crescimento da economia. O

- Promove estabelecimento ba rejime jerál ida atu fó garantias reais (ka loos) kona-ba sasán móvel no imóvel, no mós rejisto ba ativu sira (beins ka rikusoin) no estabelese jestaun koordenada ida, ho intervensaun husi Ministériu kompetente sira hotu;

- Halo estudus kona-ba dezenvolvimentu setór seguros (ka 'asuransi'), ne'ebé esensiál ba dezenvolvimentu husi investimentu setór privadu nian;

- Estabelese rejime ida atu introdús padraun kontabilidade ho objetivu atu fasilita asesu ba kréditu no insentiva melloria husi ekonomia formál;

- Promove kriasaun husi títulu tezouru (*T-Bonds, T-Bills, T-Notes*), atu diversifika fontes finansiamentu despeza públika nian no maksimiza kapitál (likidés) hodi promove dezenvolvimentu nasionál.

5.2.1. Banku de Dezenvolvimentu de Timor-Leste (BDTL)

Dezenvolvimentu do setór privado iha Timor-Leste la-la'o ba oin, liuliu tanba bazeia de'it ba projetu sira Estadu nian no laiha asesu ba kréditu no ba finansiamentu ho durasun tempu naruk ho juros ne'ebé asessíveis. Emprezas presiza kréditu hodi investe. Presiza aumenta asesu ba kréditu iha Timor-Leste hodi hadi'a ka halo hotéis, atu fasilita retallistas bele sosa sasán oin-oin no barak liután, fasilita emprezas konstrusaun sivíl bele sosa ekipamentus atu harii uma no eskritóriu sira. Maski bankus komersiais hahú iha aumentu likidez nian iha merkadu, maibé kréditu ba setór privado nafatin menus husi 15%, husi totál ativos (*ratio* depózitu/empréstimu). Bankus, ne'ebé funsiona iha Timor-Leste, fó de'it kréditu ba organizasaun internasionál sira no ba emprezas husi sira-nia rain no ba de'it setores ne'ebé depende maka'as ba kontratu ho Governu no ba investimentu públiku.

Governu sei estabelese Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDTL), hodi bele fó asesu ba finansiamentu ho longo-prazu (ka tempo-naruk) ho taxa de juros ne'ebé asesível. Banku ida ne'e sei fó oportunidade ba emprezas timor hodi hamriik, emprega ema barak, harii infraestruturas no, nune'e, kontribui ba diversifikasaun ekonómika. Banku ida ne'e sei foka liu ba hatán demandas ba kréditu iha áreas estratéjikas Nasaun-nian, ne'ebé iha relasaun ho kreximentu setór privadu nian no ba dezenvolvimentu merkadu finanseiru. Estadu maka sei sai na'in ba Banku ida ne'e, ho kontribuisaun kapitál timor-nian. Banku ida ne'e sei iha diretivas ba investimento klaras no rigorozas, ho operasoens administrativas no komersiál ne'ebé independentes ho padraun ba boa-governasaun ne'ebé aas.

5.2.2. Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL)

Asesu ba kréditu kontinua kria problemas ba emprezas ki'ik no ba Timoroan sira, inclui sira ne'ebé hela iha áreas rurais. Falta de kréditu mak impede emprezas ki'ik atu bele aumenta sira-nia kbiit, limita Timoroan sira-nia kapasidade atu kria emprezas no, tamba ne'e, impede kreximentu ekonomia. BNCTL tenke haluan ninia servisu, iha munisípiu sira no mós iha postos administrativus, liuhusi servisu banku móvel. Governu sei kontinua fó apoio ba BNCTL no ba ninia alargamento atu servi

BNCTL tem de expandir o seu serviço nos municípios e nos postos administrativos através do serviço banco móvel. O Governo irá continuar a apoiar o BNCTL e a sua expansão, com vista a servir a nossa população, através da prestação de serviços bancários e créditos, fornecendo o acesso aos serviços financeiros a todos os timorenses, bem como às micro, pequenas e médias empresas, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. O Governo irá continuar a dar apoio ao Banco Central, ao Banco Comercial e criar o Banco de Desenvolvimento, com vista a facilitar um sistema bancário abrangente, acessível a todos os cidadãos, incluindo, em projetos como *mobile phone banking*, inclusão financeira, *internet banking* e pagamentos eletrónicos.

5.2.3. Micro e União de Crédito

Os esforços para gerar em Timor-Leste uma economia nacional sustentada passa muito pelos incentivos criados em torno da criação de microempresas ou, melhor ainda, de empresas familiares.

Há diversas instituições micro e união de crédito já estabelecidas que já concederam serviços de crédito a muita população. O Governo irá continuar no sentido de ajudar estas instituições a expandirem os seus serviços e facilitar o acesso ao crédito às populações, sobretudo às micro e pequenas empresas em áreas rurais.

5.3. Finanças Públicas

As Finanças Públicas são um fator importante para o processo de desenvolvimento em Timor-Leste. Assim sendo, o Governo irá continuar a melhorar e fortalecer a política fiscal e de gestão das finanças públicas com transparência, responsabilidade, eficiência e sustentabilidade, como uma das prioridades durante o seu mandato.

A melhoria da política fiscal e da gestão das finanças públicas será efetuada através da "Reforma à Gestão das Finanças Públicas" fortalecendo a gestão e promoção da implementação de melhorias da coleta de impostos e taxas, na mobilização e gestão da dívida pública e de recursos externos, na gestão do Fundo Petrolífero, na melhoria do planeamento orçamental, da execução orçamental, da descentralização financeira, da gestão dos fundos públicos (incluindo o Fundo de Reserva da Segurança Social) e do património do Estado, incluindo participações sociais do Estado em empresas.

5.3.1. Reforma da Gestão das Finanças Públicas

A Reforma Fiscal implementada no mandato do VI Governo Constitucional, será substituída pela "Reforma da Gestão das Finanças Públicas" a ser implementada pelo IX Governo, que se compromete com reforma compreensiva na área das finanças públicas para aumentar as receitas do Estado e a transparência e a eficiência da política fiscal e da gestão financeira. A Reforma da Gestão das Finanças Públicas reforça a estratégia fiscal, fortalece a mobilização de recursos, promove implementação do orçamento por programas, racionaliza a despesa pública e aumenta a responsabilidade e a transparência, e promove a descentralização financeira.

ita-nia populasaun tomak, liuhusi prestasaun de servisu sira bankárius no kréditus, hodi fó asesu ba servisu sira finanseirus ba Timoroan sira no ba emprezas mikro, ki'ik no médias, tanto iha áreas urbanas no mós iha áreas rurais. Governu sei kontinua fó apoio ba servisu Banco Centrál, Banku Komersiál no Banku Dezenvolvimentu nian, hodi fasilita sistema bankáriu ida abranjente no asesível ba ema hotu, inklui iha projetu hanesan *mobile phone banking*, inkluzaun finanseira, *internet banking* no pagamentu eletróniku sira.

5.2.3. Mikro no Uniaun de Kréditu

Esforços atu haburas ekonomia Nasionál ne'ebé sustentável, sei halo liuhusi fó insentivus atu kria mikro-emprezas no, di'ak liu, emprezas familiares.

Iha tiha ona instituisoens mikro no uniaun de kréditu lubuk ida, ne'ebé fó ona servisu de kréditu ba populasaun barak. Governu sei continua tulun instituisoens hirak ne'e, hodi habelar liután sira-nia servisu no fasilita populasaun hodi hetan kréditu, liuliu ba emprezas micro no ki'ik, iha áreas rurais.

5.3. Finansas Públikas

Finansas Públikas maka fator importante ida ba prosesu dezenvolvimento iha Timor-Leste. Nune'e, Governu sei kontinua hadi'a no hametin polítika fiskál no jestaun finansas públikas ne'ebé iha transparénsia, responsabilidade, efisiénsia, efikásia no sustentabilidade nu'udar prioridade prinsipál ida, ne'ebé Governu sei implementa durante ninia mandato.

Melloria husi polítika fiskál no jestaun finansas públikas sei halo liuhusi "Reforma ba Jestão de Finanças Públicas", hodi hametin jestaun no promosaun ba implementasaun kona-ba melloria ba rekolla impostu no taxa sira, iha mobilizasaun no jestaun dívida públika nian no rekursu esternu sira nian, iha jestaun Fundu Petrolíferu, iha melloria ba planeamentu orsamentál, ezekusaun orsamentál, desentralizasaun finanseira, jestaun Fundu Públiku sira nian (inklui Fundu Rezerva Seguransa Sosiál), no iha jestaun patrimóniu Estadu nian, inklui partisipasaun sosiál Estadu nian iha empreza sira.

5.3.1. Reforma de Jestaun de Finansas Públikas

Reforma Fiskál, ne'ebé implementa iha mandato VI Governu, sei troka ho "Reforma Jestaun das Finansas Públikas" ne'ebé Governu IX nian sei implementa. Iha área ne'e, Governu iha kompromisu atu halo reforma ida ne'ebé kompreensiva iha área finasas públikas, hodi aumenta reseitas ba Estadu, hodi hametin no promove transparénsia no responsabilidade iha polítika fiskál no jestaun finanseira. Reforma Jestaun das Finansas Públikas sei hametin estratéjia fiskál, fortalese mobilizasaun rekursu sira, promove implementasaun husi Orsamentasaun bazeia ba Programa sira, rasionaliza despeza públika no aumenta responsabilidade no transparénsia, no promove mos desentralizasaun finanseira.

Reforma iha jestaun de finansas públikas sei hala'o liuhusi definisaun ba estratéjia fiskál, diversifikasaun rekursus esternus

A reforma da gestão das finanças públicas será realizada através da definição de uma estratégia fiscal, a diversificação dos recursos externos, da melhoria da implementação do orçamento por programas, da racionalização da despesa pública, do aumento da responsabilização da transparência fortalecendo da descentralização financeira.

5.3.2. Reforma de Impostos e Taxas

Na área tributária, a reforma da Gestão das Finanças Públicas pretende diversificar as receitas, permitindo ao Governo atingir o mínimo de 15% de receitas domésticas do total de Produto Interno Bruto (PIB) em 2028. Isto é imprescindível para nos libertar da nossa dependência das receitas do Fundo Petrolífero. Tendo em vista atingir este objetivo, o Governo irá continuar a melhorar a administração, os recursos humanos, o sistema e as infraestruturas da Autoridade Tributária e da Autoridade Aduaneira, rever a Lei Tributária e introduzir o "Imposto de Valor Acrescentado (IVA).

Por outro lado, o Governo pretende aumentar as receitas através de uma maior eficiência e eficácia na cobrança fiscal, mas mantendo a carga fiscal neutra e competitiva na Região, através da identificação e regulamentação das potenciais receitas existentes e através da melhoria das capacidades das instituições públicas que têm como objetivo realizar a cobrança fiscal e não fiscal (nacionais e municipais).

Um dos objetivos principais é o aumento e a diversificação das receitas, pelo que o Governo irá assegurar a plena instalação dos órgãos, serviços e pessoal da Autoridade Tributária, da Autoridade Aduaneira e das outras entidades públicas responsáveis pela coleta de receitas não fiscais.

5.3.3. Eficiência e Eficácia da Despesa Pública

Nestes últimos 5 anos, não tem havido total rigor na transparência e eficiência da execução da reforma da gestão das finanças públicas.

Neste âmbito, o IX Governo procederá a mudanças tão necessárias como cruciais, a fim de assegurar que as despesas públicas sejam realizadas de forma efetiva, eficaz e transparente e quem as realiza seja responsável por elas. Para isso, o Governo irá continuar a fortalecer a descentralização financeira às instituições públicas e às autoridades regionais e municipais, reforçando as capacidades das instituições públicas, tais como: Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), Secretariado dos Grandes Projetos e Comissão Nacional do Aprovisionamento (CNA) a fim de finalizar, processar e fazer a supervisão dos projetos com rigor, atualizar e aplicar o sistema informático financeiro e transparência a todas as entidades públicas, incluindo RAEOA e ZEESM, fazendo interligação do sistema informático utilizado pelas instituições relevantes no setor público com o sistema informático financeiro, bem como rever e melhorar a Lei do Orçamento e Gestão Financeira e o Regime do Aprovisionamento e Contratos Públicos, transformando de forma gradual o sistema de contabilidade do Estado a partir do *cash basis system* para o *accrual basis system* e continuar a implementar e melhorar a política de "orçamentação por programas".

nian, melloria implementasaun Orsamentu bazeia ba Programa sira, rasionalizasaun despeza públika sira, aumentu responsabilizasaun no transparénsia, hodi hametin desentralizasaun finanseira.

5.3.2. Reforma kona-ba Impostu no Taxa sira

Iha área tributária, Reforma Jestaun das Finansas Públikas buka atu halo diversifikasaun reseitas nian, hodi permite ba Governu hetan to'o 15% iha reseitas doméstikas, husi totál ida Produto Interno Bruto (PIB), iha 2028. Ida ne'e e importante tebes, hodi permite ita hakore-an husi dependénsia ba reseitas husi Fundo Mina-rai. Atu atinje objetivo ida ne'e, Governu sei kontinua hadi'a administrasaun, rekursus umanos, sistema no infraestruturas husi Autoridade Tributária no Autoridade Aduaneira, halo revizaun ba Lei Tributária no atu introduz lei kona-ba "Imposto de Valor Acrescentado (IVA).

Iha parte seluk, Governu hakarak aumenta mak reseitas, liuhusi efisiénsia no efikásia boot liu iha kobransa fiskál, maibé mantein karga fiskál ida neutra no kompetitiva iha rejiaun, liuhosi identifika no regula reseita potensiál sira ne'ebé iha no hadi'a kapasidade instituisoens públikas nian, ne'ebé ninia obkjetivu mak atu halo rekolla reseita fiskál no la fiskál, husi nível Nasionál to'o munisípiu sira.

Objetivu prinsipál ida mak aumentu no diversifikasaun reseitas, tanba ne'e Governu sei asegura instalasaun plena husi órgaun, servisu no pessoál sira Autoridade Tributária, Autoridade Aduaneira no entidade públika sira seluk nian ne'ebé responsável ba rekolla reseita fiskál no la fiskál.

5.3.3. Efisiénsia no Efikásia iha Despeza Públika

Iha tinan 5 ikus ne'e, la iha rigór totál iha transparénsia no efisiénsia kona-ba ezekusaun reforma jestaun iha finansas públicas nian.

Nune'e, IX Governu sei halo mudansas ne'ebé nesesárias no krusiais tebes. atu bele assgura katak despesas públikas bele hala'o ho forma ne'ebé efetiva, efikás, transparente, no katak sé maka halo despeza sira ne'e responsabiliza duni ba sira. Ba ne'e, Governu sei kontinua hametin desentralizasaun finanseira ba instituisoens públikas no ba Autoridades rejionais no munisipais, hodi reforsa kapasidade iha instituisoens públikas, hanesan: Ajénsia de Dezenvolvimentu Nasionál (ADN), Sekretariadu dos Grandes Projetos no Komisaun Nasionál de Aprovizionamento (CNA), hodi prepara, prosesa no halo supervizaun ho rigor ba projetos, atu atualiza no aplika sistema informátiko-finanseiru no transparénsia ba entidades públikas hotuhotu, inklui RAEOA no ZEESM, hodi halo interligasaun ba sistema informátiku, ne'ebé instituisoens relevantes, iha setór públiku, utiliza daudaun, ho Sistema informátiku finanseiru, nune'e mós atu revee no hadi'a Lei do Orçamento no Jestão Financeira no Rejime Aprovizionamentu no Kontratu Públiku sira nian, hodi gradualmente transforma sistema kontabilidade Estadu nian, husi "*cash basis system*" ba "*accruál basis system*" no kontinua implementa no hadi'a polítika "orsamentasaun bazeia ba programa".

Sei implementa mós rejime karreira nian ne'ebé bazeia ba avaliasaun dezempeñu husi profissionais iha jestaun finansas

Será implementado, ainda, o regime de carreira baseado na avaliação de desempenho dos profissionais em gestão das finanças públicas visando fortalecer os recursos humanos na área das finanças, assegurar que os recursos financeiros públicos sejam geridos com rigor para financiar o processo de construção do Estado e da Nação. Esse esforço terá também como alvo a preparação técnica e profissional dos Recursos Humanos, necessários para a Descentralização Administrativa.

5.3.4. Orçamentação por Programas

Verificou-se, nestes últimos 5 anos, que o VIII Governo não provou ter algum programa para o desenvolvimento do país, tendo surgido vários 'pacotes' de medidas de despesas absolutamente irrelevantes, que só levaram o Estado a entrar em despesas supérfluas e inúteis, indiciadores de corrupção.

Os recursos públicos são limitados, pelo que as despesas públicas devem ter sempre um grande impacto, para garantir a eficiência e a eficácia do gasto público e contribuir para o bem comum. Neste âmbito, este Governo compromete-se a retomar a política de "orçamentação por programas", que terá de ser assumida em todas as instituições públicas nacionais e municipais.

Assim, o Governo implementará este compromisso como uma componente da Reforma da Gestão das Finanças Públicas, criando um sistema de interligação entre o orçamento e planeamento, que visa definir os objetivos, alvos e impactos do serviço público às populações, a curto, médio e longo prazo, bem como monitorizar e avaliar essa interligação.

5.3.5. Aprovisionamento e Transparência nas Finanças Públicas

Um dos importantes componentes da Reforma da Gestão das Finanças Públicas é o processo de aprovisionamento público. Para melhorar algumas práticas realizadas nestes últimos 5 anos, será implementada neste mandato uma revisão do Regime do Aprovisionamento e dos Contratos Públicos e será melhorada a capacidade das instituições públicas para realizar aprovisionamentos. As Leis e regras do aprovisionamento serão revistas e atualizadas, por forma a assegurar que o processo de aprovisionamento público a nível nacional, regional e municipal, seja realizado de forma eficaz, transparente, sem discriminação, bem como facilitar o desenvolvimento do setor privado, nomeadamente o setor privado local. Estas revisões são necessárias para fazer ajustamento das leis e regras do aprovisionamento por fases e num processo de desenvolvimento envolvente.

O Governo, tem, também, o grande compromisso de continuar a promover a transparência e responsabilização para as finanças públicas, a partir das seguintes ações:

- Continuar a desenvolver a Gestão de Finanças Públicas eletrónica e a promover transparência através do Portal da Transparência do Orçamento, o Portal do Aprovisionamento Eletrónico, o Portal da Transparência das Ajudas e o Portal de Resultados do Governo;

públikas, hodi hametin rekursos umanos iha área das finansas, hodi assegura katak rekursus finanseirus públikus hetan jestaun ne'ebé rigoroza duni, hodi bele finansia prosesu konstrusaun Estadu no Nasaun. Esforsu ida ne'e iha mós objetivu atu hala'o preparasaun téknika no profissionál ba Rekursus Umanus, ne'ebé sei presiza ba Desentralizasaun Administrativa.

5.3.4. Orsamentu Bazeia ba Programa

Verifika mós, iha tinan 5 ikus ne'e, katak VIII Governu la konsegue hatudu iha duni programa atu dezenvolve País, hodi hamosu 'pakotes' oioin ba despezas ne'ebé irrelevantes tebes, ne'ebé lori ita-nia Estadu tam aba despezas supérfluas ho inúteis (katak, la vale buat ida), ne'ebé sai nu'udar indísiu ba korrupsaun.

Rekursu públiku sira limitadu, tanba ne'e, despezas públikas tenke fó impacto boot, hodi garante efisiénsia no efikásia husi gastu públiku, no kontribui ba bein komún. Nune'e, Governu ida ne'e kompromete-an atu kaer fila fali polítika kona-ba "orsamento bazeia ba programa", polítika ida ne'ebé instituisoens públikas hotu-hotu, husi Nasionál to'o munisípiu sira, sei hatuir.

Nune'e, Governu sei implementa kompromisu ida ne'e, nu'udar komponente ida husi Reforma da Jestão de Finanças Públikas, liuhusi kria sistema interligasaun entre orsamento no planeamentu, ne'ebé sei define objetivos, alvos no impactos husi servisu públiku ba populasaun, iha tempo badak, médio no naruk, no mós halo monitorizasaun no avaliasaun ba interligasaun ida ne'e.

5.3.5. Aprovizionamento no Transparénsia iha Finansas Públikas

Componente importante ida husi Reforma ba Jestão das Finanças Públikas maka prosesu de aprovizionamento públiku. Atu hadi'a prátika balun ne'ebé halo iha tinan lima ikus ne'e, Governu sei implementa, iha mandatu ida ne'e, revizaunida ba Rejime Aprovizionamento no Kontratu Públiku sira, no sei hadi'a kapasidade husi instituisaun públika sira hodi halo aprovizionamentu.

Sei Revee no atualiza Lei no regras aprovizionamento nian, hodi assegura katak prosesu de aprovizionamentu públiku. iha nível Nasionál, rejionál no munisipál, sei hala'o ho efikásia no transparénsia no laiha diskriminasaun, atu fasilita dezenvolvimentu setór privadu nian, liuliu setór privado lokál. Presiza duni halo revizoens hirak ne'e, atu bele halo ajustamentu fazeadu ba leis no regras de aprovizionamento ho prosesu ne'ebé envolvente.

Governu mós iha compromisso boot atu kontinua promove transparénsia no responsabilizasaun iha finansas públikas, liuhusi asoens tuir mai:

- Kontinua dezenvolve Jestão de Finanças Publicas electrónika no promove transparénsia liuhusi Portál de Transparénsia Orsamento nian, Portál Aprovisionamento Eletróniku, Portál de Transparénsia ba Ajuda externa no Portál ba Rezultadus husi Governu;
- Halo koordenação ho entidades relevantes atu bele hala'o auditoria regulár ba despezas públikas;

- Estabelecer uma coordenação com as entidades relevantes, que vise uma auditoria regular às despesas públicas;
- Continuar a fortalecer a cooperação com a Câmara de Contas para promover a transparência e a responsabilização das despesas públicas;

- Reforçar os órgãos de inspeção, nomeadamente a Inspeção Geral do Estado, por forma a aumentar e melhorar as inspeções e auditorias às entidades públicas, de forma responsável e independente.

5.3.6. Dívida Pública

O Governo irá continuar a fazer uma gestão com rigor ao dinheiro já emprestado e o que será emprestado no futuro. O dinheiro, que será emprestado das instituições financeiras e/ou do mercado financeiro, será utilizado apenas para financiar o investimento nos setores produtivos, e que não será maior que a capacidade do Governo para reembolso no futuro. Assim, será continuada a política de empréstimos para se obter dinheiro barato (juros abaixo de 3%) para financiar projetos de infraestruturas com grande retorno económico, financeiro e social maior, com vista a estimular o desenvolvimento e facilitar o processo de diversificação económica.

Neste sentido, há que ter sempre em consideração o fator de melhoria da capacidade das instituições públicas relevantes para supervisionar e assegurar a qualidade de investimento.

Para diversificar as fontes de financiamento do orçamento geral do Estado, o Governo vai aprovar o Regime do Título do Tesouro (T-Bonds, T-Bills, T-Notes). Para tal, será necessário realizar uma alteração à Lei da Dívida Pública para permitir o financiamento da despesa geral do Estado através destes títulos do tesouro.

5.3.7. Parcerias Público-Privadas (PPPs)

A modalidade PPP irá continuar a promover o processo de diversificação das despesas para financiar investimentos importantes. O Governo irá identificar os projetos a partir dos setores com grande potência para criar efeitos multiplicativos variados. Neste contexto, o Governo terá de continuar a aperfeiçoar as leis e regras, bem como as capacidades da Unidade PPP do Ministério das Finanças, por forma a poder fazer o acompanhamento e uma boa gestão ao investimento do projeto do Porto Tibar, mesmo depois do fim da construção. A Unidade das PPP deve ser ainda dotada da capacidade para identificar projetos estratégicos, mediante negociação com o setor privado e gerir o portfólio das PPPs com rigor.

5.3.8. Participação do Setor Público no Investimento Privado (Participação Equitativa)

Timor-Leste é considerado um dos países de grande risco para o investimento privado. Para se alcançar a diversificação financeira (de receitas e de despesas), e por forma a promover investimentos e a criação de empregos, o Governo promoverá programas de *equity participation* ou participação em ações para o investimento do setor privado.

- Kontinua hametin kooperação ho Cámara de Contas, hodi promove transparénsia no responsabilizasaun kona-ba despezas públikas;

- Hakbiit órgãos inspesaun nian, liuliu Inspesaun Jerál do Estadu, atu bele aumenta no hadi'a inspesoens no auditorias ba entidades públikas, ho forma responsável no independente.

5.3.6. Dívida Públika

Governu sei kontinua halo jestaun di'ak ba osan ne'ebé simu ona nu'udar empréstimu no ba osan e ne'ebé sei tama, liuhusi empréstimu, iha futuro oin mai. Osan ne'ebé atu empresta husi instituisoens finanseiras ka husi merkadu finanseiru, sei utiliza de'it atu finansia investimentus iha setores dezenvolvimentu produtivos, no sei la boot liu kapasidade Governu-nian atu selu iha futuro. Nune'e, Governu sei kontinua ho polítika empréstimu hodi hetan osan barato (funan empréstimu nian tenke menus husi 3%) atu finansia projetos infraestruturas, ne'ebé sei fó retornus ekonómiku, mas finanseiru no sosiál ne'ebé boot, hodi estimula dezenvolvimento no fasilita prosesu diversifikasaun de ekonomia.

Nune'e, presiza fó atensaun boot ba fatór hodi hadi'a kapasidade iha instituisoens públikas relevantes, hodi superviziona no assegura kualidade ba investimento.

Atu diversifika fontes finansiamentu Orsamentu Jerál Estadu nian, Governu sei aprova Rejime Títulu Tezouru (*T-Bonds, T-Bills, T-Notes*). Hodi konkretiza ida-ne'e, presiza halo alterasaun ida ba Lei Dívida Públika nian, hodi permite finansiamentu ba despeza jerál Estadu nian liuhusi títulu tezouru sira ne'e.

5.3.7. Parcerias Públiku-Privadas (PPP)

Modalidade PPP sei kontinua hala'o, iha prosesu diversifikasaun despezas atu finansia investimentus importantes. Governu sei identifika projetos husi setores ne'ebé iha poténsia boot atu hamosu efeitos multiplikadores oioin. Iha kontestu ida ne'e, Governu presiza atu kontinua hadi'a liután leis no regras, no mós kapasidades husi Unidade PPP Ministériu Finansas nian, hodi halo nafatin akompañamentu no jestaun ne'ebé di'ak ba investimento porto Tibar, maske konstrusaun remata ona. Nune'e mós, tenke aumenta kbiit Unidade PPP nian, atu identifika projetos estratéjkus, liuhusi negosiasaun ho setór privadu, no halo jestaun portfólio PPP nian ho rigór.

5.3.8. Participasaun Setór Públiku iha Investimento Privado (Partisipasaun ekuitativa - *Equity Participation*)

Timor-Leste konsidera hanesan Nasaun ida ho risku boot ba investimento privado. Atu hetan diversifikasaun finanseira (husi reseitas no despezas), no atu promove investimento no kria emprego, Governu sei promove programas partisipasaun ekuitativa "*equity participation*" ka partisipasaun iha "ações" ba iha investimentus husi setór privado.

Oras ne'e daudaun Timor-Leste iha Fundo Mina-rai ne'ebé investe daudauk iha merkadu internasionál, ho retorno médio anuál 4%. Nune'e, Governu hakarak katak iha ninia polítika

Atualmente, Timor-Leste possui o Fundo Petrolífero que é investido no mercado internacional, com um retorno médio anual de 4%. Assim, o Governo pretende que na sua política de investimentos, o Fundo Petrolífero possa ter em conta os investimentos realizados pelas empresas em ações que detém. Assim, a compra de ações do setor privado será determinada pelos investimentos feitos em Timor-Leste, se o investimento tiver um retorno financeiro e económico elevado.

Tendo em vista viabilizar este compromisso, o Governo fortalecerá as capacidades das empresas estatais existentes, por forma a orientar a sua atividade para promover investimentos em Timor-Leste e avaliar os efeitos financeiros e económicos para o Estado, promovendo o estabelecimento e as atividades das empresas estatais para os setores produtivos, e estabelecer o "Timor-Leste Investment Corporation (TLIC) e capitalizar as companhias estatais, como Timor-GAP, por plano de negócios. Assim, o Governo irá aprovar o Regime do Setor Empresarial do Estado para melhorar o acompanhamento das empresas estatais e promover a participação do Estado em investimentos privados e contribuir para o seu retorno financeiro e económico.

O mecanismo de diversificação financeira, a partir do "Equity Participation", pretende ser implementado pelo Governo, já que estimulará investimentos do setor privado, promoverá o desenvolvimento das infraestruturas, e contribuirá para a diversificação da economia e criação do emprego, com vista a arrecadar receitas para o Estado.

5.3.9. Investimentos de Timor-Leste (TLIC)

O Governo irá estabelecer a TLIC, com vista a exercer funções como companhia estatal para o investimento. A TLIC será financiada pelo Governo para que a TLIC possa efetuar investimentos comerciais independentes e que permitam um grande retorno financeiro ou que permitam efeitos multiplicativos para o desenvolvimento socioeconómico, designadamente que representam uma mais-valia em termos económicos, profissionais, e sociais para o povo Timorense. A prioridade será dada, em primeiro lugar, ao investimento interno no país e/ou noutros onde haja uma presença forte da comunidade Timorense. Como empresa estatal para o investimento, a TLIC poderá também fazer capitalização das outras companhias públicas como parte das suas atividades comerciais. Em princípio, a decisão do investimento que TLIC faz, deve ser baseada em princípios e objetivos comerciais e/ou económicos, profissionais e sociais.

5.3.10. Gestão do Fundo Petrolífero

O Governo irá continuar a trabalhar, em conjunto com o Parlamento Nacional e o Banco Central de Timor-Leste, por forma a manter uma boa gestão do Fundo Petrolífero, como único recurso financeiro para Timor-Leste. Este compromisso irá refletir-se através da política do governo para manter uma boa governação com transparência, sustentabilidade e investimento prudente para o Fundo Petrolífero.

O sistema de *checks and balances* será fortalecido, com vista a assegurar que a utilização do Fundo Petrolífero, para fazer face às necessidades do Estado, tem sempre a autorização do

investimentu, Fundu Mina-rai bele konsidera investimentu ne'ebé realiza husi empreza sira iha asoens ne'ebé sira iha. Ho nune'e, kompra asoens setór privadu nian sei determina husi investimentu sira ne'ebé sei halo iha Timor-Leste, no bainhira investimentu iha retornu finanseiru no ekonómiku ne'ebé aas.

Atu viabiliza compromisso ida ne'e, Governu sei hametin kapasidade emprezas estatais ne'ebé iha, hodi orienta sira nia atividade atu promove investimentu iha Timor-Leste no avalia efeitu finanseiru no ekonómiku sira ba Estadu, liuhusi promosaun estabelesimento no atividades emprezas estatais ba setores produtivos, no estabelese "Timor-Leste Investiment Corporation (TLIC)" no kapitaliza kompañias estatais hanesan Timor GAP, bazeia ba sira-nia plano negósius. Nune'e, Governu sei aprova Rejime ba Setór Emprezariál Estadu nian, hodi hadi'a akompañamentu ba empreza estatál nian sira, no atu promove partisipasaun Estadu nian iha investimentu privadu no atu kontribui ba retornu finanseiru no ekonómiku.

Mekanizmu ba diversifikasaun finanseira, liuhusi "Equity Participation", sei implementa husi Governu, tamba sei estimula investimento husi setór privado, promove dezenvolvimentu de infraestruturas, no sei kontribui ba diversifikasaun ekonomia, ba kriasaun emprego, hodi hatama reseitas ba Estadu.

5.3.9. Investimentu sira Timor-Leste nian (Timor-Leste Investment Corporation (TLIC))

Governu sei estabelese TLIC, hodi hala'o knaar nu'udar kompañia estatál ba investimento. TLIC sei hetan kapitalizasaun husi Governu, atu halo investimento komersiál independente sira, ne'ebé sei hamosu retornu finanseiro boot, ka sei permite efeitos multiplikativos barak ba dezenvolvimento socioekonómiku, liuliu reprezenta mais-valia ida ein termus ekonómikus, profissionais no sosiais ba populasaun Timor-Leste nian. Sei fó prioridade, uluk liu, ba investimento iha rai-laran no/ka iha nasoens seluk iha ne'ebé hela komunidade timoroan boot. Nu'udar kompañia estatál ba investimento, TLIC mos bele halo kapitalizasaun ba kompañias estatais seluk, nu'udar parte ida husi ninia atividades komersiais. Em princípio, desizaun ba investimento ne'ebé TLIC halo, tenke bazeia ba prinsípius no objetivus komersiais no/ka ekonómikus no sosiais.

5.3.10. Jestaun ba Fundo Mina-rai

Governu sei kontinua servisu hamutuk ho Parlamento Nacional no Banco Central de Timor-Leste (BCTL), hodi mantein jestaun di'ak ba Fundo Mina-rai, ne'ebé sai nu'udar úniku rekursu finanseiru ba Timor-Leste. Kompromisu ida ne'e sei reflete husi polítika Governu nian atu mantein governasaun ne'ebé di'ak ho transparénsia, sustentabilidade no investimento prudente ba Fundo Mina-rai.

Sei hametin sistema "*checks and balances*", atu assegura katak utilizasaun husi Fundo Mina-rai, ba nesesidades Estadu-nian, iha nafatin autorizasaun husi Parlamento Nacional. Iha parte seluk, Fundo Mina-rai sei kontinua investe ho rigor no prudensia, iha merkado finanseiro (títulos, ações) no iha operasaun pretrolífera sira, hodi fó retorno ne'ebé boot, tuir lei

Parlamento Nacional. Por outro lado, o Fundo Petrolífero irá continuar a ser investido com rigor e prudência no mercado financeiro (títulos, ações) e operações petrolíferas para aumentar o retorno do fundo conforme previsto na Lei. Para além disso, a sustentabilidade do Fundo será também fortalecida, a partir de uma orçamentação e despesas públicas que sejam racionais, eficazes e eficientes, para se fazer uma boa gestão do "cash flow" do tesouro.

5.3.11. Gestão do Fundo da Segurança Social

O Governo pretende criar uma boa proteção social a todos os cidadãos. Assim, será assegurado um programa de assistência social, mediante ajustamento ao nível de assistência financeira por necessidade existente e fazer uma boa gestão ao fundo da segurança social que vise assegurar a sua sustentabilidade.

A segurança social é um compromisso do Governo para fortalecer o desenvolvimento inclusivo. Assim, o Governo irá trabalhar juntamente com o Instituto Nacional da Segurança Social (INSS) e com o Fundo de Reserva da Segurança Social e estabelecer o Comité de Investimento do Fundo de Reserva da Segurança Social e o Fiscal Único, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade e transparência do Fundo e assegurar o direito dos beneficiários a longo prazo.

5.3.12. Gestão do Património do Estado

O processo de construção do Estado (que ficou estagnado nestes últimos 5 anos) teve como resultado muito visível o aumento do património móvel e imóvel do Estado, a nível nacional, regional e nos municípios. Assim, este Governo pretende aperfeiçoar a gestão deste património do Estado. Tendo em vista fazer uma boa gestão ao património do Estado, a política do Governo é estabelecer uma instituição dedicada para coordenar com as instituições públicas relevantes e fazer inventariação e a gestão de todo o património, móvel e imóvel. A Gestão ao património do Estado inclui estabelecer uma Central de Base de dados para todo o património do Estado, que define, regularmente, valores e depreciação do património, bem como faz uma boa gestão para a utilização e o arrendamento deste património.

6. BOA GOVERNAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

A boa governação e um setor público profissional, competente e eficiente, são condições essenciais para a prestação de serviços públicos e para a implementação das políticas e ações enunciadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento e no Programa do Governo. Aumentar a confiança na governação, implica necessariamente elevar o desempenho do setor público, até porque este, num primeiro momento, é o principal motor de crescimento económico nacional.

A realização de auditorias e a criação de mecanismos eficazes para garantir a transparência das instituições públicas e a responsabilização independente das suas ações são o principal garante de uma boa governação. A boa governação, por sua vez, contribui para prevenir a corrupção a todos os níveis da sociedade.

haruka. Aleinde ne'e, sei hametin sustentabilidade ba Fundo, liuhusi orsamentasaun no despezas públikas ne'ebé rasonais, efikazes no efisientes, atu halo jestaun di'ak ba "cash flow" Tezouru nian.

5.3.11. Jestaun Fundo Seguransa Sosiál

Governu hakarak kria bazes ne'ebé di'ak ba protesaun sosiál ba sidadauns tomak. Nune'e, sei hametin programa assisténsia sosiál, liuhusi halo ajustamento ba nível asisténsia finanseira tuir nesesidade, ne'ebé iha hela, no halo jestaun di'ak ba Fundo de Seguransa Sosiál hodi assegura nia sustentabilidade.

Seguransa Sosiál, sai nu'udar kompromisu Governu-nian atu hametin dezenvolvimentu inkluzivu. Nune'e, Governu sei servisu hamutuk ho Institutu Seguransa Sosiál (INSS) no Fundu Rezerva Seguransa Sosiál, no sei estabelese Komité Investimentu ba Fundu Rezerva Seguransa Sosiál, no Fiskál Úniku, ho objetivu atu garante sustentabilidade no transparénsia ba Fundo ne'e, no assegura direito ne'ebé benefisiárius iha, ba tempo naruk.

5.3.12. Jestaun ba Património do Estadu

Processo konstrusaun do Estadu, ne'ebé parado tiha iha tinan 5 ikus ne'e, hamosu nu'udar rezultadu ne'ebé bele haree ba aumento iha património Estadu nian, iha bens móveis no imóveis iha nível Nasionál, rejionál no iha munisípius. Nune'e, Governu ida ne'e hakarak halo jestaun di'ak liután ba património Estadu nian hirak ne'e. Atu halo jestaun ida di'ak ba património do Estadu, polítika Governu nian maka atu harii instituisaun ida dedikada de'it ba koordenasaun ho instituisoens públikas relevantes, hodi halo inventariasaun no jestaun ba patrimóniu hotu-hotu, móveis no imóveis. Jestaun ba património do Estadu inklui estabelese Sentrál Baze de dados kona-ba património do Estadu tomak, ne'ebé sei define, regularmente, valores no depresiasaun ba património ne'e, no halo jestaun di'ak ba utilizasaun ka ba aluga património sira ne'e.

6. BOA GOVERNASAUN NO KOMBATE HASORU KORRUPSAUN

Boa governasaun ho setór públiku profisionál, kompetente no efisiente, maka sai nu'udar kondisoens ne'ebé bázikas ba prestasaun de servisu sira públikus no ba implementasaun polítikas no asoens ne'ebé hakerek ona iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu no iha Programa do Governu. Atu aumenta konfiansa ba governasaun, tenke nesesariamente hasa'e dezempeñu iha setór públiku, liuliu tamba setór públiku maka sai prinsipál motor ba kreximentu ekonómiku Nasionál, no husi ninia inísiu kedas.

Hala'o auditorias no harii mekanizmus ne'ebé efikazes atu garante transparénsia iha instituisoens públikas públikas no ba responsabilizasaun ne'ebé la ka'et ho nia asoens, mak sai hanesan garantia boot ida ba boa governasaun. Boa governasaun mós, iha nia papel rasik, sei kontribui hodi prevene korrupsaun iha níveis hotu-hotu iha sosiedade laran.

Governu sei promove, hanesan temi ona, prinsípius transparénsia nian, responsabilizasaun, integridade no

O Governo irá promover, como tal, os princípios de transparência, responsabilização, integridade e liderança, através de mecanismos de gestão de riscos, responsabilidade baseada nos resultados, sistemas de reclamações e, fundamentalmente, uso adequado dos fundos públicos.

O Governo, para promover a boa governação e combater a corrupção, irá desenvolver as seguintes ações:

- Proceder à avaliação de desempenho com vista a melhorar a atuação dos órgãos de inspeção, nomeadamente da Inspeção Geral do Estado, na realização de auditorias às entidades públicas, de forma responsável e independente;
- Proceder à avaliação de desempenho com vista a melhorar a atuação da Comissão Anticorrupção, e promover iniciativas de prevenção à corrupção, incluindo campanhas de educação cívica;
- Proceder à avaliação de desempenho com vista a melhorar a atuação da Comissão da Função Pública com o objetivo de continuar a promover uma cultura de gestão de desempenho e o recrutamento e progressão de carreira com base no mérito;
- Proceder à avaliação de desempenho com vista a melhorar a atuação da Câmara de Contas;
- Rever os vários diplomas e aprovar um Código de Conduta para os Membros do Governo (PED);
- Adotar tecnologia de informação moderna, na função pública, para apoiar a coesão do Governo e as iniciativas de Governo Eletrónico (PED 2020);
- Rever a legislação existente e incrementar as medidas preventivas e de combate à corrupção;
- Estabelecer planos de ação específicos de combate à corrupção, de acordo com os setores e as instituições a que se destinam;
- Realizar campanhas anticorrupção não só ao nível da Administração Pública, mas também nas escolas e ao público em geral, enquanto forma preventiva e educacional para as futuras gerações;
- Promover sistemas de reclamações e de auscultação da população, promovendo formulários de reclamação e implementação de questionários ao público;
- Desenvolver uma base de dados sobre as instituições públicas e privadas envolvidas em corrupção, para efetiva monitorização;
- Continuar a implementar uma política legislativa que vise a qualidade da legislação, a sua simplicidade, sistematização e acessibilidade;

lideransa, liuhusi mekanizmus ba jestaun de riskus, responsabilidade ne'ebé bazeia ba rezultadus, no mós ba sistemas reklamasaun nian no, liuliu, ba uzu ne'ebé adekuadu (ka lós) ba fundus públikus.

Governu, atu promove boa governasaun no combate korrupsaun, sei dezenvolve asaun hirak tuirmai ne'e:

- Halo avaliasaun dezempeñu hodi hadi'a atuasaun husi órgauns inspesaun nian, liuliu Inspesaun-Jerál do Estadu, hodi realiza auditorias ba entidades públikas, ho forma responsável no independente;
- Halo avaliasaun dezempeñu hodi hadi'a atuasaun husi Komisaun Anti-Korupsaun, no promove inisiativas kona-ba prevensaun ba korupsaun, inklui kampañas de edukasaun sívika;
- Halo avaliasaun dezempeñu hodi hadi'a atuasaun husi Komisaun da Funsaun Públika ho objetivu atu kontinua promove kultura ba jestaun kona-ba dezempeñu no ba rekrutamentu no mós ba progresaun karreira, ho baze iha méritu;
- Halo avaliasaun dezempeñu hodi hadi'a atuasaun husi Cámara de Kontas;
- Revee diploma oioin no aprova Kódigu de Konduta ba Membrus Governu (PED);
- Uza teknolojia informasaun moderna nian, iha funsaun públika, hodi apoia koezaun iha Governu no inisiativas iha Governu Eletróniku (PED 2020);
- Haree fali Lei ne'ebé eziste ona no aumenta medida sira preventiva no kombate ba korrupsaun;
- Estabelese planus espesífikus de asaun, hodi kombate korrupsaun, tuir setores no instituisoens de ne'ebé define;
- Hala'o kampañas antikorrupsaun, tantu iha nível Administrasaun Públika, no mós iha eskolas no ba públiku em jerál, hanesan forma preventiva no edukasionál ba jerasoens futuras;
- Promove sistemas ba reklamasaun no ba rona populasaun, hodi promove formulárius de reklamasaun no implementasaun ba kestionárius (ka, perguntas) ba públiku;
- Dezenvolve baze de dadus kona-ba instituisoens públikas no privadas, ne'ebé envolve ona iha korrupsaun, hodi halo monitorizasaun ne'ebé efetiva;
- Kontinua implementa polítika lejislativa ida, hodi haree ba kualidade lejizlasaun nian, ninia simplisidade no ninia sistematizasaun no mós kona-ba asesu ba lejislasoens ne'e;
- Hadi'a asesu no koñesimentu kona-ba lejizlasaun Nasionál, liuhusi hadi'a publikasaun no liuhusi husi distribuisaun, ne'ebé tenke beibeik, ba koletáneas (ka kompilasaun) ne'ebé organizada tuir setores, hanesan mós ninia disponibilizasaun bilinge (iha lian rua) no ninia divulgasaun 'online';

- Melhorar o acesso e conhecimento à legislação nacional, através da melhoria da publicação e da contínua distribuição de coletâneas, organizadas por setores, bem como a sua disponibilização bilingue e a sua divulgação online;
- Reforçar as instituições responsáveis pela produção de estatísticas nacionais, para melhor informar as tomadas de decisão, para que estas sejam tomadas com base em informações rigorosas que permitam monitorizar e avaliar o verdadeiro desempenho do setor público na prestação de serviços públicos e o real retrato da nação;

- Melhorar a comunicação interna no Governo, tanto entre os vários organismos governamentais como dentro de cada um, reduzindo a informalidade dos processos que afetam a transferência de conhecimentos e a prestação de contas. O reforço da comunicação irá ainda contribuir para diminuir a duplicação de atividades, funções e responsabilidades sobre um mesmo programa, o que eventualmente dilui a responsabilização;

- Implementar iniciativas que contribuam para uma cultura de desempenho e responsabilização, com cadeias hierárquicas e atribuição de responsabilidades, de forma institucionalizada;

- Rever a Lei da Pensão Vitalícia, para que este regime seja integrado no Regime de Segurança Social Contributivo, relativamente às pensões dos novos membros dos Órgãos de Soberania.

6.1. Administração Pública

A melhoria da eficácia, eficiência e profissionalismo da Administração Pública, para a prestação de melhores serviços públicos, é um fator crucial para a implementação das políticas e programas de desenvolvimento que levam à redução da pobreza e, consequentemente, ao progresso e bem-estar da população.

Por esta razão, reformar a Administração Pública, com vista à sua modernização e à implementação de medidas de boa governação, continua a ser um dos principais objetivos do Governo. A par disto, melhorar a liderança, a gestão e a capacidade de desempenho, a transparência e a responsabilização irá contribuir para prestação de melhores serviços públicos, com consequentes resultados no bem-estar e progresso da população e, naturalmente, no aumento da confiança nas instituições do Estado.

O Governo irá continuar a desenvolver estes esforços garantindo a continuidade de reformas e programas em curso, assegurando a contínua promoção da eficiência, eficácia, transparência, produtividade e igualdade de género, no setor público.

Neste sentido, o IX Governo irá:

- Criar a Agência Nacional para a Reforma e Modernização da Administração Pública, que será responsável pela revisão e coordenação interministerial da implementação do Guia de Reforma e Modernização da Administração Pública;

- Reforsa instituisoens ne'ebé responsáveis ba produsaun estatístikas nasionais, hodi bele informa di'ak liután kona-ba tomadas de desizaun, atu desizoens ne'e hasai ka halo ho baze ba informasoens ne'ebé rigorozas, hodi permite monitoriza no avalia dezempeñu ne'ebé reál, husi setór de públiku iha prestasaun servisus públikus no mós bele hetan retratu reál Nasaun-nian;

- Hadi'a komunikasaun interna iha Governu, tantu entre organizmus governamentais hanesan mós iha ida-idak nian, hodi hamenus informalidade ba prosesus ne'ebé afeta ba transferénsia de koñesimentus no prestasaun de kontas. Reforsa iha komunikasaun sei kontribui mós hodi hamenus duplikasaun ba atividades, funsoens no responsabilidades ba programa ida de'it, hodi eventualmente halakon responsabilizasaun;

- Implementa inisiativas ne'ebé kontribui ba kultura de dezempeñu no responsabilizasaun, tuir estrutura hierárkika no atribuisaun kona-ba responsabilidades, ne'ebé institusionálizada ona;

- Haree fali Lei Pensaun Vitalísia, atu nune'e rejime ida ne'e sei integra iha Rejime de Seguransa Sosiál Kontributivu, kona-ba pensoens ba membrus foun iha Órgauns de Soberania.

6.1. Administrasaun Públika

Hadi'a efikásia, efisiénsia no profisionalizmu Administrasaun Públika nian, iha prestasaun de servisu sira públikus ne'ebé di'ak liu, ne'e fator ida krusiál ba iha implementasaun polítika no programa de dezenvolvimentu ne'ebé lori ba redusaun kiak no, nu'udar rezultado, ba progresu no moris di'ak populasaun nian.

Ho razaun ida ne'e, reforma ba administrasaun públika, hodi tama ba modernizasaun no ba iha seguransa implementasaun medidas ba boa governasaun, kontinua sai prinsipál objetivu Governu nian. Ho ida ne'e, hadi'a lideransa, jestaun no kapasidade dezempeñu, transparénsia no responsabilizasaun, sei kontribui ba prestasaun servisu sira públikus ne'ebé di'ak, ho rezultadu ba iha moris di'ak no progresu populasoens-nian, no iha aumentu de konfiansa iha instituisoens Estadu.

Governu sei kontinua dezenvolve esforsus hodi garante kontinuidade ba reformas no programas ne'ebé la'o daudaun, hodi asegura nafatin promosaun iha efisiénsia, efikásia, transparénsia, produtividade no igualdade de jéneru, iha setór públiku.

Iha ámbitu ida ne'e, IX Governu sei:

- Estabelese Ajénsia Nasionál ba Reforma no Modernização iha Administrasaun Públika, ne'ebé sei sai Responsável ba revizaun no koordenasaun interministeriál ba implementasaun ba Guia de Reforma no Modernisaun iha Administrasaun Públika;

- Kria mekanismus de koordenasaun no kooperasaun entre Ajénsia Nasionál ba Reforma no Modernizasaun Administrasaun Públika, Komisaun Funsaun Públika,

- Criar mecanismos de coordenação e de cooperação entre a Agência Nacional para a Reforma e Modernização da Administração Pública, a Comissão da Função Pública, o Instituto Nacional da Administração Pública e os vários departamentos governamentais para a identificação das metas prioritárias, da legislação necessária e das ações a executar para a progressiva melhoria da organização e funcionamento da Administração Pública, para o aumento das qualificações dos recursos humanos das Administrações Públicas e para a melhoria da qualidade da prestação de bens e serviços públicos aos cidadãos;

- Rever e implementar a Política de Fortalecimento Institucional, incluindo a revisão da matriz organizacional das instituições;

- Aprovar e implementar o quadro jurídico da Organização da Administração Pública, devidamente harmonizado com a Política de Fortalecimento institucional e com o Guia de Reforma e Modernização da Administração Pública;

- Padronizar os sistemas, os processos e os procedimentos relativos ao funcionamento da Administração Pública, nomeadamente para o desempenho das funções comuns dos vários departamentos governamentais;

- Continuar a efetuar diagnósticos sobre a força de trabalho nas instituições públicas, para ajuste e melhoria do mapa de pessoal em cada uma das organizações, implementando ainda regras e procedimentos padronizados, incluindo no que respeita aos contratos de trabalho;

- Reforçar mecanismos que permitam o recrutamento com base no mérito, a progressão na carreira através de resultados de desempenho e mérito, incentivos à produtividade e oportunidades de formação e desenvolvimento institucional a todos os recursos humanos do setor público;

- Aprovar um programa nacional de formação dos recursos humanos da Administração Local do Estado com vista a melhorar a prestação de bens e serviços públicos locais;

- Rever, aprovar e implementar o Plano Estratégico da Comissão da Função Pública, de forma a garantir a harmonização do mesmo com o Guia da Reforma e da Modernização da Administração Pública e com a Política Nacional de Fortalecimento Institucional;

- Dotar o Instituto Nacional da Administração Pública das condições necessárias ao desempenho das suas funções, nomeadamente meios organizacionais, logísticos e financeiros, incluindo ainda a sua informatização, assegurando a sua afirmação enquanto Centro de Formação Profissional da Administração Pública;

- Reforçar o controlo e a gestão administrativa, financeira e patrimonial do Estado, através da Inspeção Geral do Estado, mediante a revisão do estatuto orgânico do IGE e a aprovação e implementação da lei de sistema de controlo interno da Administração Pública.

Institutu Nasionál de Administrasaun Públika no departamentos governamentais seluk, atu identifika metas ne'ebé prioritárias, lejizlasaun ne'ebé nesesária no asoens ne'ebé atu ezekuta ba melloria progressiva iha organizasaun no funsionamentu da Administrasaun Públika, para hasa'e qualifikasoens recursos umanos iha Administrações Públicas no ba melloria iha kualidade kona-ba prestasaun de bens e servisu sira públikus ba sidadauns;

- Halo revizaun no implementa Polítika de Fortalesimentu Institusionál, inklui revizaun ba matriz organizasionál instituisoens nian;

- Aprova no implementa kuadru jurídiku ba Organizasaun da Administrasaun Públika, tuir Polítika de Fortalesimentu Institusionál no Guia de Reforma no Modernizasaun da Administrasaun Públika;

- Halo uniformizasaun ba sistemas, prosesus no prosedimentus kona-ba funsionamentu Administrasaun Públika nian, liuliu kona-ba desempeñu iha servisu sira bai-bain, husi departamentus governamentais;

- Kontinua hala'o diagnóstikus kona-ba forsa de traballu iha instuisoens públikas, hodi ajusta no hadi'a kuadru pesoál iha organizasaun ida-idak, no hodi implementa mós é regras no prosedimentu ne'ebé padronizadus, inklui mós kontratus de traballu;

- Reforsa mekanizmus ne'ebé permite rekrutamentu ho baze iha méritu, progresaun iha karreira, liuhosi rezultadus kona-ba dezempeñu no méritu, insentivus ba produtividade no ba oportunidades iha formasaun no dezenvolvimentu institusionál ba rekursus umanus hotu-hotu iha setór públiku;

- Aprova programa Nasionál ida ba formasaun rekursus umanus iha Administrasaun Lokál do Estadu, hodi hadi'a prestasaun de bens e servisu sira públikus iha lokal;

- Revee, aprova no implementa Planu Estratéjiku husi Komisaun da Funsaun Públika, hodi garante armonizasaun husi Planu ne'e ho Guia de Reforma no Modernizasaun iha Administrasaun Públika ho Polítika Nasionál de Fortalesimento Institusionál;

- Tau iha Institutu Nasionál de Administrasaun Públika kondisoens ne'ebé nesesárias ba dezempeñu iha sira-nia funsaun, liuliu iha ambiente organizasionál, lojístika no finanseiru, inklui mós nia informatizasaun, hodi asegura nia afirmasaun nu'udar Centru de Formasaun Profisionál de Administrasaun Públika;

- Reforsa kontrolu no jestaun administrativa, finanseira no patrimoniál Estadu nian, liuhosi Inspesaun Jerál do Estadu, ho revizaun ba estatutu juridiku IJE nian no aprovasaun ho implementasaun lei de sistema ba kontrolu internu iha Administrasaun Públika.

6.2. Desentralizasaun

Modernizasaun Administrasaun Públika no hasae ninia efikásia no efisiénsia tenke inklui ninia desentralizasaun no

6.2. Descentralização

A modernização da Administração Pública e a elevação da sua eficácia e eficiência inclui necessariamente a sua descentralização e desconcentração. A transferência de atribuições, competências e responsabilidades aos órgãos locais e municipais, capacitando-os e criando condições para que possam prestar serviços de qualidade, é um dos aspetos fundamentais do processo de descentralização.

Isto, para além de elevar a participação democrática, contribuirá ainda para o desenvolvimento do setor privado ao nível municipal e rural, para que todos contribuam para o seu próprio desenvolvimento e, em última instância, para o desenvolvimento integrado e sustentável da Nação.

O Ordenamento do Território e o Quadro Nacional de Planeamento continuarão a ser abordados numa perspetiva complementar e integrada, também tendo em conta as Políticas de Descentralização Administrativa e Autonomia Local, por forma a garantir o desenvolvimento sustentável, equilibrado e equitativo da Nação.

Neste âmbito, o Governo irá:

- Promover a aprovação pelo Parlamento Nacional de uma alteração à Lei de Divisão Administrativa do Território, tendo em vista a extinção do município de Ataúro;
- Promover a aprovação pelo Parlamento Nacional da lei que disciplina o estatuto, vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores dos Municípios, da lei reguladora do património dos Municípios, e das leis de instituição, em concreto, dos Municípios;
- Aprovar a regulamentação da Lei n.º 23 /2021 de 10 de novembro, Lei do Poder Local e da Descentralização Administrativa, da Lei n.º 22 /2021, de 4 de novembro, Lei Eleitoral Municipal, e da Lei n.º 16 /2023, de 31 de maio, Lei das Finanças Municipais;
- Realizar alterações legislativas ao quadro jurídico de organização e de funcionamento das Autoridades Municipais e das Administrações Municipais, dando continuidade à estratégia de descentralização administrativa subjacente à aprovação do Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de Março, tendo em conta o quadro normativo regulador do Poder Local, nomeadamente no sentido de criar um quadro jurídico favorável à identificação dos recursos humanos da administração central que deverão ser transferidos para os serviços da administração local;
- Rever e aprovar os Planos de Desenvolvimento Municipal dos municípios, de harmonia com o Plano Estratégico de Desenvolvimento e com o Programa do Governo, os quais servirão de referência para a elaboração dos Planos de Ação Anual, Planos de Investimento Municipal e Orçamentos Municipais;
- Aprovar e implementar os diplomas ministeriais conjuntos para a execução local dos programas governamentais delegados nos órgãos da Administração Local;

deskonsentrasaun. Transferénsia atribuisaun, kompeténsia no responsabilidade ba órgaun lokál no munisipál sira, hodi kapasita sira no kria kondisoens atu sira bele fó servisu ne'ebé ho kualidade, nu'udar aspetu fundamentál ida hosi prosesu dexentralizasaun.

Ida-ne'e, aleinde hasa'e partisipasaun demokrasia, sei kontribui mós ba dezenvolvimentu setór privadu iha nivel nasionál no rurál, atu ita hotu kontribui ba ninia dezenvolvimentu rasik no, iha ikus liu, ba dezenvolvimentu integradu no sustentavel Nasaun ne'e nian.

Sei nafatin diskute Ordenamentu Territóriu no Kuadru Nasionál Planeamentu nian iha perspetiva komplementár no integrada nian ida, konsidera mós Polítika Desentralizasaun Administrativa no Autonomia Lokál, atu nune'e, bele garante dezenvolvimentu sustentavel, ekilíbradu no ekuitativu Nasaun ne'e nian.

Iha ámbitu ida-ne'e, Governu sei:

- Promove aprovasaun husi Parlamentu Nasionál ba alterasaun ida ba Lei Divizaun Administrativa Territóriu nian, hodi halakon munisípiu Ataúru;
- Promove aprovasaun husi Parlamentu Nasionál kona-ba Lei ne'ebé regula estatutu, vínkulu, karreira no remunerasaun ba traballadór sira iha Munisípiu, lei reguladora ba patrimóniu Munisípiu sira nian, no Lei sira ba instituisaun, iha konkretu, munisípiu sira;
- Aprova regulamentasaun Lei n. 23/ 2021, loron 10 fulan-novembru, Lei Podér Lokál no Desentralizasaun Administrativa, husi Lei n. 22/ 2021, loron 4 fulan-novembru, Lei Eleitorál Munisipál, no Lei n.16/ 2023, loron 31 fulan-maiu, Lei Finansas Munisipál sira;
- Halo alterasaun lejizlativa sira ba kuadru jurídiku organizasaun no funsionamentu Autoridade Munisipál no Administrasaun Munisipál sira nian, atu kontinua estratéjia desentralizasaun administrativa ne'ebé sai hanesan baze ba aprovasaun Dekretu-Lei n. 3/2016, loron 16 fulan-marsu, ho konsiderasaun ba kuadru normativu reguladór Podér Lokál nian, liuliu atu kria kuadru jurídiku ida ne'ebé favoravel atu identifika rekursu umanu sira husi administrasaun sentrál ne'ebé tenke transfere ba servisu sira administrasaun lokál nian;
- Revee no aprova Planu sira b ba Dezenvolvimentu Munisipál husi munisípiu sira, tuir Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu no Programa Governu nian, ne'ebé sai nu'udar referénsia atu elabora Planu Asaun Anuál, Planu Investimentu Munisipál no Orsamentu Munisipál sira;
- Aprova no implementa diploma ministeriál nian sira hamutuk ba ezekusaun lokál husi programa governamentál nian sira ne'ebé delega ona iha órgaun Administrativa Lokál nian;
- Aprova no implementa Despaxu ministeriál konjuntu sira ne'ebé aprova programa sira formasaun ba funsionáriu Administrasaun Lokál nian ba implementasaun programa

- Aprovar e implementar os despachos ministeriais conjuntos que aprovam os programas de formação dos funcionários da Administração Local para a implementação dos programas governamentais cuja execução incumbe às Autoridades e Administrações Municipais;

- Reforçar a alocação de fundos nos orçamentos municipais, com vista à existência dos meios financeiros necessários para o aumento da quantidade e da qualidade dos bens e serviços públicos, prestados através dos serviços da Administração Local;

- Proceder ao levantamento das necessidades da Administração Local em matéria de recursos humanos;

- Desenvolver e implementar programas de formação profissional, capacitação e requalificação profissional dos recursos humanos da Administração Local;

- Aprovar e implementar um programa de recrutamento e de reafectação dos recursos humanos pelas Administrações Públicas, assegurando uma distribuição equitativa dos mesmos, em função das necessidades existentes em cada serviço, pelas administrações e autoridades municipais;

- Aprovar e implementar um programa de avaliação das condições existentes em cada município para a instalação dos órgãos representativos do Poder Local;

- Organizar faseadamente eleições para os órgãos representativos do Poder Local durante o mandato, tomando em consideração as condições concretas existentes em cada município;

- Aprovar e implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Local, devidamente harmonizada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento;

- Rever o enquadramento jurídico do Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal, simplificando os procedimentos de programação e de execução dos investimentos públicos, financiados através deste programa, e reforçando as competências dos órgãos da Administração Local na implementação dos mesmos;

- Rever o enquadramento jurídico do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, no sentido de reforçar a participação dos órgãos dos Sucos nos procedimentos de programação, de execução, de supervisão e de avaliação da qualidade dos projetos financiados através deste programa, bem como para o financiamento de ações de capacitação e formação dos líderes comunitário;

- Aprovar e implementar o quadro jurídico do Planeamento de Desenvolvimento Comunitário, assegurando o financiamento da execução dos Planos de Desenvolvimento Comunitário através do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos;

- Regulamentar a aplicação da Lei dos Sucos, de forma a governamentál sira ne'ebé ninia ezekusaun fó kompeténsia ba Autoridade no Administrasaun Munisipál sira;

· Reforsa alokasaun fundu iha orsamentu munisipál sira, ho objetivu atu iha meiu finanseiru ne'ebé presiza ba aumentu kuantidade no kualidade beins no servisu públiku sira, ne'ebé presta ona liuhusi servisu Administrasaun Lokál nian;

· Halo levantamentu ba nesesidade Administrasaun Lokál nian kona-ba rekursus umanus;

· Dezenvolve no implementa programa sira ba formasaun profisionál, kapasitasaun no rekualifikasaun profisionál rekursus umanus Administrasaun Lokál nian;

· Aprova no implementa programa ida ba rekrutamentu no reafetasaun ba rekursus umanus husi AdministrasoensPúblikas, hodi asegura distribuisaun ida ne'ebé ekuitativa, ho funsaun tuir nesesidade iha kada servisu, husi administrasaun no autoridade munisipál;

· Aprova no implementa programa ida hodi avalia kondisoens ne'ebé eziste iha kada munisípiu hodi harii órgaun reprezentativu Podér Lokál nian;

· Organiza tuir faze eleisaun ba órgaun reprezentativu Podér Lokál nian durante mandatu, hodi haree ba kondisaun ne'ebé loloos iha kada munisípiu;

· Aprova no implementa Polítika Nasionál ba Dezenvolvimentu Lokál, tuir ho Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu;

· Revee enkuadramentu jurídiku ba Planeamentu Dezenvolvimentu Integradu Munisipál, hodi simplifika prosedimentu ba programasaun no ezekusaun investimentu públiku nian, ne'ebé finansia liuhusi programa ida-ne'e, no hodi reforsa kompeténsia sira órgaun Administrasaun Lokál nian iha implementasaun ne'e rasik;

· Revee enkuadramentu jurídiku ba Programa Nasionál Dezenvolvimentu Suku, ho sentidu atu hametin partisipasaun órgaun Suku iha prosedimentu programasaun, ezekusaun, supervizaun no avaliasaun ba kualidade projetu sira ne'ebé finansia liuhusi programa ida-ne'e, nune'e mós ba finansiamentu asaun kapasitasaun no formasaun ba lider komunitáriu sira;

· Aprova no implementa kuadru jurídiku Planeamentu Dezenvolvimentu Komunitáriu nian, hodi asegura finansiamentu ezekusaun Planu sira Dezenvolvimentu Komunitáriu nian liuhusi Programa Nasionál Dezenvolvimentu Sukus;

· Regulamenta aplikasaun ba Lei Suku, hodi operasionaliza ezersísiu kompeténsia ne'ebé, iha lei ida-ne'e, estabelese ba organizasoens komunitárias no hodi fasilita koordenasaun entre Suku sira, Administrasaun Estadu no autarkias lokais;

operacionalizar o exercício das competências que, nesta lei, se estabelecem para as organizações comunitárias e facilitando a coordenação entre os Sucos, a Administração do Estado e as autarquias locais;

- Regulamentar a celebração de contratos interadministrativos entre a Administração do Estado, as autarquias locais e os Sucos, com vista a viabilizar a possibilidade de aumentar a prestação de bens e serviços através dos Sucos, de acordo com a capacidade concreta de cada organização comunitária;

- Rever e executar um Programa Nacional de Capacitação das Lideranças Comunitárias;

- Definir e executar uma estratégia nacional de capacitação dos serviços das Autoridades e Administrações Municipais tendo em vista uma melhor prestação de bens e serviços públicos, nos domínios da toponímia e organização urbana, a nível local.

6.3. Administração Eleitoral

O processo de reconciliação nacional e de construção do nosso Estado de Direito Democrático beneficiou, em larga medida, da capacidade do nosso país de organizar e levar a efeito a realização de eleições livres e democráticas.

Também a nível internacional, existe confiança no nosso sistema eleitoral, sendo o nosso Estado reconhecido pela Comunidade Internacional como uma verdadeira democracia. Este facto é demonstrado pelas solicitações que, ao longo dos últimos anos, foram dirigidas ao nosso Estado para que apoie tecnicamente a organização e a realização de eleições noutros Estados, designadamente, na República da Guiné-Bissau, na República Democrática de São Tomé e Príncipe e na República Centro-Africana.

A qualidade e capacidade da nossa Administração Eleitoral deve, no entanto, continuar a ser assegurada e fortalecida, não só através do apoio à realização de atividades de formação e qualificação dos nossos técnicos eleitorais, mas também através da revisão e atualização da nossa legislação eleitoral, de forma a clarificar aspetos que possam ter sido mais controversos ou de difícil aplicação, como também através da sua atualização, de forma a que mantenha a sua capacidade de responder aos desafios que contemporaneamente se colocam ao nosso sistema eleitoral.

Neste âmbito, o Governo irá:

- Promover a organização e realização de um Curso de Gestão e Administração Eleitoral, com vista a reforçar as capacidades técnicas dos profissionais dos órgãos da Administração Eleitoral;

- Proceder a uma atualização geral da Base de Dados do Recenseamento Eleitoral, de forma a eliminar as situações de múltipla inscrição de eleitores e as inscrições dos eleitores que, entretanto, faleceram;

- Reforçar a transparência da administração eleitoral no âmbito dos processos e atos eleitorais;

- Promover a aprovação, pelo Parlamento Nacional, de um

- Regulamenta selebrasaun ba kontratus interadministrativus entre Administrasaun Estadu, autarkias locais no Suku sira , ho nune'e atu viabiliza posibilidade hodi aumenta prestasaun beins no servisu liuhusi Suku, tuir kapasidade loloos organizasaun komunitária ida-idak nian;

- Revee no ezekuta Programa Nasionál ida ba Kapasitasaun Lideransa Komunitária sira;

- Define no ezekuta estratéjia nasionál ida ba kapasitasaun servisu Autoridade no Administrasaun Munisipál nian sira ho objetivu atu hadi'a prestasaun ba beins no servisu públiku sira, iha área toponímia no organizasaun urbana, iha nivel lokál.

6.3. Administrasaun Eleitorál

Prosesu rekonsiliasaun nasionál no konstrusaun ba ita-nia Estadu Direitu Demokrátiku hetan benefísiu, iha medida ne'ebé boot, husi kapasidade ita-nia nasaun nian atu organiza no lori efeitu ba realizasaun eleisaun ne'ebé livre no demokrátika.

Nune'e mós iha nivel nasionál, iha konfiansa ba ita-nia sistema eleitorál, no ita-nia Estadu rekoñese ona husi Komunidade Internasionál hanesan demokrasia ida ne'ebé loloos. Faktu ida-ne'e hatudu husi solisitasaun ne'ebé halo ona durante tinan hirak ikus ne'e, ne'ebé dirije ba ita-nia Estadu atu fó apoiu tékniku ba organizasaun no hala'o eleisaun iha Estadu sira-seluk, liuliu iha República Giné-Bissau, iha República Demokrátika S. Tome e Príncipe no iha República Sentru-Afrikana.

Maibé, tenke asegura no reforsa nafatin, kualidade no kapasidade husi ita-nia Administrasaun Eleitorál la'ós de'it liuhusi apoia atu realiza atividade sira formasaun no kualifikasaun ba ita-nia tékniku eleitorál sira, maibé mós liuhusi revizaun no atualizasaun ba ita-nia lejizlasaun eleitorál, atu nune'e bele klarifika aspetu sira ne'ebé bele sai kontroversu liu ka difisil atu aplika, nune'e mós liuhusi ninia atualizasaun, atu nune'e bele mantein ninia kapasidade hodi hatán ba dezafiu kontemporánea sira ne'ebé koloka ba ita-nia sistema eleitorál.

Iha ámbitu ida-ne'e, Governu sei:

- Promove organizasaun no hala'o Kursu ida ba Jestaun no Administrasaun Eleitorál, ho objetivu atu reforsa kapasidade téknika ba profisionál sira husi órgaun Administrasaun Eleitorál;

- Prosede atualizasaun jerál ida ba Baze Dadus Resenseamentu Eleitorál nian, hodi halakon situasoens ne'ebé ho múltipla inskrisaun ba eleitór sira no inskrisaun ba eleitór sira ne'ebé mate ona;

- Reforsa transparénsia administrasaun eleitorál nian iha ámbitu prosesu no aktu eleitorál sira;

- Promove aprovasaun husi Parlamentu Nasionál, Kódigu Eleitorál ida ne'ebé kondensa, iha diploma legál ida de'it, norma jurídika hotu-hotu ne'ebé ajusta iha organizasaun no realizasaun eleisaun ba Prezidente República no deputadu sira ba Parlamentu Nasionál.

Código Eleitoral que condense, num único diploma legal, todas as normas jurídicas conformadoras da organização e realização das eleições para Presidente da República e dos Deputados ao Parlamento Nacional.

6.4. Ordenamento do Território

Parte da estratégia de desenvolvimento do capital social, também através da prestação de melhores serviços, está relacionada com a capacidade do Governo em definir o processo de organização do espaço onde a população vive, por forma a propiciar uma ocupação, utilização e transformação do ambiente de acordo com as suas potencialidades.

Neste sentido, é prioridade deste Governo implementar a Lei de Bases do Ordenamento do Território. Para tal o Governo irá rever, se necessário, a legislação que regulamenta a Lei de Bases e o Plano Nacional do Ordenamento do Território aprovado recentemente por forma a articular esses documentos com a versão estratégica definida neste documento, prevendo a gestão do território de forma equilibrada e estratégica, a utilização do espaço para o desenvolvimento de atividades humanas, de forma sustentável, tendo em consideração aspetos económicos, sociais, culturais, políticos e ambientais.

A Lei de Bases prevê a existência de dois grandes tipos de instrumentos de planeamento territorial: os de âmbito nacional e os de âmbito municipal. A sua aprovação permite definir especificamente os princípios orientadores e objetivos da Administração, identificar os diversos interesses públicos com dimensão territorial, utilizar instrumentos de planeamento territorial como meio da Administração Pública, bem como definir a tipologia e os objetivos que os mesmos devem seguir, a médio e longo prazo.

No âmbito do setor económico, e para o seu sucesso e crescimento sustentável, o Governo irá desenvolver planos sectoriais, com vista à implementação de Polos de Desenvolvimento e Zonas Especiais de Economia Social de Mercado, em várias regiões do país, com base nas características próprias de cada região e de acordo com os recursos locais disponíveis, para a implementação de ações e estratégias de crescimento sustentável.

O Governo propõe-se a:

- Analisar e rever, se necessário, a legislação e os planos já aprovados relativos ao ordenamento do território;
- Elaborar o quadro institucional e legal necessário à total implementação da Lei de Bases do Ordenamento do Território, e do plano nacional de ordenamento do território, dos planos setoriais de ordenamento de território, dos planos diretores das grandes cidades, dos planos diretores municipais e dos planos urbanísticos e de loteamento;
- Elaborar um plano de urbanização rural, providenciando às populações acesso rodoviário, água e saneamento, escolas, clínicas médicas, acesso a mercados e eletricidade de forma estratégica (PED 2022);
- Promover a elaboração e implementação de planos de

6.4. Ordenamentu Territóriu nian

Parte hosi estratéjia de dezenvolvimentu, iha kapitál sosiál, sei relasiona ho kapasidade Governu atu defini prosesu organizasaun ba espasu ne'ebé populasaun hela ba, hodi bele okupa, bele utiliza no transforma ba ambiente di'ak ida, tuir sira-nia potensialidade.

Tanba ne'e, prioridade Governu ida ne'e nian mak atu implementa Lei de Bazes de Ordenamentu do Território. Atu halo ida-ne'e, Governu sei revee, karik presiza, lejizlasaun ne'ebé regulamenta Lei de Bases no Planu Nasionál de Ordenamentu Territóriu nian, ne'ebé foin aprova, hodi articula dokumentu sira ne'e ho vizaun estratéjika ne'ebé define iha dokumentu ne'e, hodi prevee jestaun territóriu ho forma ida ne'ebé ekilibrada no estratéjika, utilizasaun ba espasu iha dezenvolvimentu atividades umanas (ka emar-nian), ho forma sustentável, hodi konsidera aspetus ekonómikus, sosiais, kulturais, polítikus no ambientais.

Lei de Bases prevé ezisténsia tipu rua kona-ba instrumentus ba planeamentu territorial: husi ámbitu Nasionál no ámbitu munisipál. Ninia aprovasaun permite define, lolós, prinsípius orientadores no obejtivus hosi Administrasaun, identifika intereses públikus oioin ho dimensaun territoriál, utiliza instrumentus kona-ba planeamentu territoriál, nu'udar meiu ba Administrasaun Públika, nune'e mós defini tipulojia no objetivus ne'ebé tenke la'o tuir, iha tempu médiu no naruk.

Iha ámbitu setór ekonómiku, no ba nia susesu no kreximentu sustentável, Governu sei dezenvolve planu setoriál sira, atu implementa Pólus de Dezenvolvimentu no Zonas Espesiais de Ekonomia Sosiál de Merkadu, iha rejiaun oioin nasaun nian, bazeia ba karakterístika rejiaun ida-idak, no tuir rekursus lokais ne'ebé karik iha, hodi implementa asoens no estratéjias ba kreximentu sustentável.

Governu sei propoin:

- Analiza no revee, karik presiza, lejizlasaun no planu sira ne'ebé aprova ona kona-ba ordenamentu territóriu nian;
- Elabora kuadru institusionál no legál ne'ebé presiza atu implementa hotu Lei de Bases Ordenamentu do Territóriu Nasionál, no planu Nasionál de ordenamentu do territóriu, planu setoriál ba Ordenamentu do territóriu, planu diretor ba sidades boot sira, planu diretor ba munisípiu sira no planu urbanístiku ho nia divizaun (loteamentu);
- Elabora planu de urbanizasaun rurál, hodi fó ba populasaun asesu rodoviário, Bee no Saneamentu, Eskolas, Klínikas de saúde nian, asesu ba merkadu no eletrisidade (PED 2022);
- Promove elaborasaun no implementasaun ba planus de ezekusaun urbanístika, ho objetivu atu revitaliza sistemátika iha sidades urbanas, tuir fazes no integradu, ho koordenasaun entre setores ne'ebé iha impaktu ba utilizasaun rai;

execução urbanística com vista à revitalização sistemática da malha urbana, de forma faseada e integrada, em coordenação entre os vários sectores com impacto no uso do solo;

- Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, no sentido de se desenvolverem transportes terrestres e para garantir um desenvolvimento sustentável e uma proteção adequada do meio ambiente. Esta política visa ainda que os municípios elaborem e apresentem os respetivos planos de mobilidade urbana, para o planeamento e crescimento das cidades de forma ordenada, dando prioridade aos meios de transporte não motorizados e aos serviços de transporte público coletivo;

- Rever, enquadrando-o na legislação entretanto aprovada, o Plano de Ordenamento do Território da Ilha de Ataúro com vista ao desenvolvimento económico e social da Ilha;

- Continuar a implementar os diplomas sobre a toponímia para a cidade de Díli, o regime jurídico da toponímia e numeração da polícia ao nível municipal.

6.5. Desenvolvimento Rural

A transformação social e económica das zonas rurais, promovendo a qualidade de vida de todos os timorenses, mesmo aqueles que vivem em áreas remotas e de difícil acesso e, possivelmente, os mais necessitados, é um dos principais objetivos deste Governo.

Para cumprir este objetivo, o Governo vai atuar de forma coordenada e ao nível intersectorial, o que implica que todas as políticas e investimentos setoriais abordarão a questão do desenvolvimento rural de uma forma transversal. Num País pequeno, como Timor-Leste, a existência de assimetrias regionais e desigualdades sociais e económicas é uma incoerência que representa uma enorme perda de oportunidades.

A criação de empregos locais é a melhor forma de elevar o nível de vida e bem-estar da população rural. Neste sentido, é fundamental investir no crescimento do setor privado nas áreas rurais, incluindo no apoio a pequenas e médias empresas e cooperativas, fomentando a participação destas no crescimento económico rural.

O Governo irá continuar a desenvolver um quadro nacional de planeamento, que tome em consideração as especificidades locais e os potenciais subsetores de desenvolvimento, ponderando as características locais e as práticas tradicionais, mas também os respetivos acessos a infraestruturas básicas, económicas e sociais e o acesso aos mercados.

É, neste sentido, que se destacam as seguintes principais ações para o desenvolvimento rural:

- Implementar o Quadro Nacional de Planeamento, de forma a fazer face aos desafios de cada região e permitindo um crescimento sustentável e um desenvolvimento económico equitativo para todo o país;

- Construir, reabilitar e desenvolver infraestruturas básicas, económicas e sociais, em consulta com o planeamento e envolvimento direto das comunidades;

- Implementa Polítika Nasionál ba Mobilidade Urbana, hodi dezenvolve transportes terrestres no hodi garante dezenvolvimentu ne'ebé sustentável no iha protesaun ne'ebé adekuada ba meiu-ambiente. Polítika ida ne'e iha objetivu atu munisípiu sira elabora no aprezenta ida-idak nia planu mobilidade urbana rasik, ba planeamentu no kreximentu sidade ho forma ordenada, hodi fó prioridade ba meius transporte la motorizadus no ba servisu sira transporte públiku koletivu;

- Revee Planu de Ordenamentu do Territóriu ba Illa Ataúro, hodi enkuadra planu ne'e iha lejizlasaun ne'ebé aprova ona, ho objetivu atu lori dezenvolvimentu ekonómiku no sosiál ba illa ne'ebá;

- Kontinua implementa diplomas kona-ba toponímia ba sidade Dili, rejime jurídiku ba toponímia no halo numerasaun polísia nian, iha nível munisipál.

6.5. Dezenvolvimentu Rural

Transformasaun sosiál no ekonómika iha zonas rurais, hodi promove kualidade moris ba timoroan hotu, to'o sira ne'ebé hela iha área remota sira no asesu difísil, no ba sira ne'ebé presiza tebes, sai nu'udar prinsipál objetivu Governu ida ne'e nian.

Atu kumpre objetivus hirak ne'e, Governu sei halo ho forma ne'ebé koordenada no iha nível intersetoriál, ne'ebé implika katak polítikas hotu no investimentus setoriais sei haree ba dezenvolvimentu rurál ho forma transversál. Iha Nasaun ki'ik hanesan Timor-Leste, ezisténsia hosi asimetria rejionál no dezigualdade sosiál no ekonómika ne'e inkoerénsia ida ne'ebé reprezenta lakon bot iha oportunidades.

Kriasaun empregus lokais mak sai forma di'ak liu atu hasa'e nivel moris no bein-estar populasaun rurál nian. Nune'e, fundamentál duni atu investe iha kreximentu setór provadu iha áreas rurais, inklui ho apoio ba emprezas ki'ik no médis no ba kooperativas, hodi haburas sira-nia partisipasaun iha kreximentu ekonómiku rurál.

Governu sei kontinua dezenvolve kuadru Nasionál de planeamentu, ne'ebé tau em konsiderasaun espesifisidades lokais (ka, fatin ida-idak nian) no setores de dezenvolvimentu ne'ebé potensiais, hodi hare ba karaterístikas lokais no prátikas tradisionias, no mós asesu ne'ebé iha ba infrastruturas bázikas, ekonómikas no sosiais no asesu ba merkadu.

Iha ámbitu ida ne'e, maka sai nu'udar asaun prinsipál sira ba dezenvolvimentu rurál, hanesan tuir mai:

- Implementa Kuadru Nasionál de Planeamentu, hodi enfrenta dezafius iha kada rejiaun no permite kreximentu sustentável no dezenvolvimento ekonómiku ekuitativu iha País tomak;

- Harii, reabilita no dezenvolve infraestruturas bázikas, ekonómikas no sosiais, liuhusi konsulta ho planeamentu no envolvimentu diretu komunidades nian;

- Hadi'a kuadru legál no regulador ne'ebé permite dezenvolvimentu ba inisiativas no projetus, to'o nível komunidades rurais;

- Melhorar o quadro legal e regulador que permita o desenvolvimento de iniciativas e projetos, ao nível das comunidades rurais;
- Desenvolver estudos para a criação de um ambiente propício ao investimento nas áreas rurais, nomeadamente a implementação de sistemas de microcrédito e outras formas de empréstimo, promoção de cooperativas ou negócios familiares, com prioridade para a produção agrícola e criação de mercados, também para produtos processados;
- Promover a capacitação institucional e a formação profissional a negócios familiares, cooperativas e pequenas e médias empresas nas zonas rurais;
- Melhorar o planeamento da atividade agrícola e de gestão dos solos e dos recursos naturais, incluindo a realização de estudos sobre as vantagens comparativas de cada região e o acesso a infraestruturas e aos mercados;
- Continuar a promover o desenvolvimento do setor privado nas áreas rurais, incluindo através de esquemas de incentivos e benefícios fiscais para o desenvolvimento do setor primário, projetos de transformação de produtos do setor privado em bens comerciais, desenvolvimento das tecnologias tradicionais com vista ao turismo e aos mercados, etc.;
- Continuar a promover o processo de descentralização e um governo local para a emancipação política, social e económica das localidades rurais;
- Desenvolver parcerias de cooperação internacional entre empresas agrícolas no sentido de melhorar as seguintes áreas: estudos de mercado, estratégias de comercialização, avaliação e planeamento de empresas, formação e assistência técnica, tecnologia e desenvolvimento de produtos e mecanismos de financiamento;
- Continuar a apoiar as empresas rurais com matérias-primas e equipamentos para o crescimento dos seus micro-negócios.

6.6. Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social de Mercado

A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA), foi estabelecida para facilitar uma melhor sinergia, entre as instituições do Estado na região, com vista a permitir uma governação mais eficaz, a redução da pobreza e o bem-estar económico de toda a população. Até ao momento adequado, no futuro, o conceito de 'RAEOA' incluirá Ataúro até que as condições infraestruturais e técnicas estejam desenvolvidas para a ilha de Ataúro ficar autonomamente separada da RAEOA.

Infelizmente, 10 anos depois, só se viu a construção das ruas de Pante Macassar e, pior ainda, uma tentativa de partidarização da Região, desviando a atenção da população para o verdadeiro sentido de ZEESM, enquanto as estradas em todo o interior de Oe-Cusse Ambeno se encontram em cada vez piores condições de acesso.

- Dezenvolve estudus kona-ba kriasaun ambiente ida apropriadu ba investimentu iha áreas rurais, liuliu implementasaun ba sistemas mirkokréditu no formas empréstimu sira seluk, promosaun kooperativas ka negósiu familiar, ho prioridade ba produsaun agríkola no ba kriasaun de merkadu, no mós ba produtus ne'ebé prosesa;
- Promove kapasitasaun institusionál no formasaun profisionál ba negósiu familiar, kooperativas no emprezas ki'ik no média iha zonas rurais;
- Hadi'a planeamentu ba atividade agríkola no ba jestaun Rai no ba rekursus naturais, inklui hala'o estudus kona-ba vantajen komparativa iha kada rejiaun no asesu ba infraestruturas no ba merkadus;
- Kontinua promove dezenvolvimentu setór privadu nian, iha áreas rurais, inklui liuhosi eskema insentivus no benefísius fiskais ba dezenolvimentu setór primáriu, ba projetus transformasaun produtus setór privadu nian ba bens komersiais, dezenvolvimentu teknolojias tradisionais hodi hare ba turizmu no ba merkadus;
- Kontinua promove prosesu desentralizasaun no Governu lokál ba iha emansipasaun polítika, sosiál no ekonómika iha lokalidades rurais;
- Dezenvolve parserias de kooperasaun internasionál entre emprezas agríkolas, hodi hadi'a áreas hirak tuir mai ne'e: estudus kona-ba merkadu, estratéjias ba komersializasaun, avaliasaun no planeamentu ba emprezas, formasaun no asisténsia téknika, teknolojia no dezenvolvimentu produtus no mekanizmus de finansiamentu;
- Kontinua apoiu ba emprezas rurais ho matérias-primas no ekipamentus, hodi haburas sira-nia mikro-negósius.

6.6. Rejiaun Administrativa Espesiál Oekusi Ambeno no Zona Espesiál ba Ekonomia Sosiál Merkadu

Rejiaun Administrativa Espesiál de Oekusi-Ambeno (RAEOA), estabelese duni atu fasilita sinerjia ne'ebé di'ak-liu entre instituisoens Estadu nian iha Rejian ida ne'eba, ho hanoin katak sei permite governasaun ida efikás liu, ajuda hamenus ki'ak no dudu bem-estár ekonómiku ba populasaun tomak. To'o iha tempo ne'ebé lós, iha futuru, konseitu "RAEOA" sei inklui Ataúro, to'o kondisoens infrastruturais no téknikas dezenvolve tiha ona, hodi nune'e illa de Ataúro bele separa-an autonomamente husi RAEOA.

Infelizmente, tinan 10 liu tiha, hare de'it maka konstrusaun Estrada iha Pante Makassar no, pior liu tan, tenativa atu partidariza Rejiaun ida ne'eba, hodi desvia tiha atensaun populasaun-nian ba sentidu lolós kona-ba ZEESM, enkuantu estradas iha Oekusi-Ambeno tomak laran aat liu tanba beibeik ho kondisoens asesu ne'ebé difíseis.

Zonas Espesiais ba Ekonomia Sosiál de Merkadu Timor-Leste (ZEESM TL) sai nu'udar programa ida ba dezenvolvimentu Nasionál, ho objetivu atu estabelese zonas espesiais ba

As Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Timor-Leste (ZEESM) são um programa de desenvolvimento nacional, que visam o estabelecimento de zonas especiais de comércio de cariz social que permitirão o crescimento duma economia social de mercado, o que significa que as pessoas e as comunidades de uma determinada Região são os que recebem maiores benefícios, diretos e indiretos.

Tendo em conta a rigidez de políticas adotadas, em Oe-Cusse Ambeno, e o prolongado incumprimento dos procedimentos que orientam o Estado, no âmbito da Administração Pública e de boa governação, procedimentos que foram adotados, nestes últimos anos, por todas as instituições governamentais, este Governo vê uma necessidade premente de alterar o atual quadro jurídico, prevalecente naquela Região.

O facto mais dececionante é o de que, passados estes longos anos, ainda não houve um planeamento definido com vista a assegurar o espírito e o objetivo último da criação de Zonas Especiais de Economia Social de Mercado.

É importante que haja uma separação de poderes entre RAEOA e ZEESM, a fim de capacitar a sociedade e as populações locais para intervirem, expressarem os seus desejos e as suas expetativas, com o fim de assegurar o espírito e objetivo último da criação de Zonas Especiais de Economia Social de Mercado.

A participação efetiva da sociedade e das comunidades no processo de desenvolvimento, efetuado na sua região, é que se afirma como o fator determinante na busca de benefícios que recairão, obviamente, nas suas vidas, para um crescimento socioeconómico e cultural, responsável, transparente e sustentável.

Assim, o Governo irá continuar a investir nesta estrutura regional de governação, através de políticas inovadoras e apostando neste novo paradigma de desenvolvimento assente na economia social de mercado, prosseguindo, no entanto, com as seguintes ações:

- Rever a Lei n.º 3/2014, de 18 de junho que cria a RAEOA e a ZEESM;
- Separar os serviços prestados pela ZEESM das funções da Autoridade Administrativa Regional;
- Estabelecer uma nova Autoridade na Região de Oe-Cusse Ambeno, com uma total reestruturação do pessoal administrativo e técnico, passando a gerir também as atividades de desenvolvimento físico e técnico da ilha de Ataúro;
- Integrar os seus serviços de finanças no sistema nacional 'Freebalance';
- Melhorar os sistemas de controlo e fiscalização, sobretudo no que respeita aos grandes projetos, sujeitos à fiscalização da Câmara de Contas;

komérsiu ho ninia karáter sosiál, ne'ebé sei permite kreximentu ekonomia sosiál ba merkadu, katak ema ho populasaun husi rejiaun ne'e maka sei simu benefísius, diretus no indiretus, boot no barak liu.

Haree ba polítika tós, ne'ebé hala'o iha Oekusi-Ambeno, no ba tempu naruk demais ona iha ne'ebé la kumpre tuir prosedimentus ne'ebé orienta Estadu tomak, iha kontextu Administrasaun Públika no boa governasaun, prosedimentus ne'ebé instituisoens governamentais hotu-hotu halo tuir no kumpre, maka Governu ida ne'e haree katak iha urjénsia atu altera kuadru jurídiku atuál ne'ebé prevalese iha Rejiaun ida ne'eba.

Saida mak hamosu desepsaun boot, maka, liu tiha ona tinan lubuk ida kedas, seidauk mosu planeamentu ida ne'ebé define no assegura espíritu no objetivu boot, bainhira kria Zonas Espesiais de Ekonomia Sosiál de Merkadu.

Importante tebes iha separasaun poderes entre RAEOA no ZEESM, hodi kapasita sosiedade no populasaun lokál sira atu intervein, espresa sira-nia hakarak no sira-nia espetativa, hodi asegura espíritu no objetivu ikus ba kriasaun Zonas Espesiais ba Ekonomia Sosiál de Merkadu.

Partisipasaun efetiva husi sosiedade no husi komunidades iha prosesu dezenvolvimentu, ne'ebé hala'o iha ninia rejiaun laran, mak sai nu'udar fator determinante hodi haree, sukat no tetu kona-ba benefisius ne'ebé sei mosu ba sira-nia vida, ba kreximentu sosio-ekonómiku no kulturál, responsável, transparente no sustentável.

Nune'e, Governu sei kontinua investe iha estrutura rejionál governasaun ne'e, liuhusi polítikas inovadoras no aposta ba paradigma foun ida ne'e, ba dezenvolvimentu ne'ebé nia baze iha ekonomia sosiál de merkadu, maibé sei hala'o medidas tuir mai ne'e:

- Rever Lei nu. 3/2014, loron 18 fulan-juño ne'ebé kria RAEOA no ZEESM;
- Separa servisu sira ne'ebé pertense ba ZEESM husi funsoens Autoridade Administrativa Rejionál nian;
- Estabelese Autoridade foun iha Rejiaun Oé-Cusse Ambeno, liuhusi reestruturasaun totál ba pesoál administrativu no tékniku, hodi jere mós atividade sira dezenvolvimentu fíziku no tékniku illa Ataúru nian;
- Integra servisu sira de finansas iha Rejiaun ne'e ba Sistema Nasionál "FreeBalance";
- Hadi'a sistemas de kontrolu no fiskalizasaun, liuliu kona-ba grandes projetus, ne'ebé tenke sujeitos ba fiskalizasaun husi Kámara Kontas;
- Hadi'a sistemas aprovizionamentu, hodi garante kumprimentu ba rejime sentrál aprovizionamentu nian;
- Halo kedas auditoria ba RAEOA no ZEESM.

· Melhorar os sistemas de aprovisionamento, garantindo o cumprimento do regime central de aprovisionamento;

· Efetuar uma auditoria imediata à RAEOA e ZEESM.

6.7. Governo Eletrónico

O Governo Eletrónico ou a Administração Pública Eletrónica permite informar e divulgar os serviços prestados e as informações produzidas pelo Governo à população em geral, fazendo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, assegurando uma boa governação, maior transparência nos processos e políticas públicas e, ao mesmo tempo, aproximando as pessoas dos órgãos governamentais e, como tal, a sua maior participação nas decisões tomadas pelos governantes.

O Governo irá apostar no desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, implementando a Política Nacional para as Tecnologias de Informação e Comunicação e *criando* as condições necessárias para que a Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação concretize a sua missão de gerir a rede informática do Governo e de outras entidades públicas com vista à modernização do Estado e a melhorar o funcionamento e a prestação de serviços das instituições públicas.

Parte fundamental desta estratégia é a modernização administrativa, desenvolvendo a mais-valia do Governo Eletrónico, incluindo o estabelecimento das plataformas de conectividade e acesso à internet em todas as instituições do Estado e do Governo.

Neste sentido, o Governo irá continuar a desenvolver esforços para aproximar o cidadão da administração pública, através do desenvolvimento do setor informático e tecnológico que permita, no futuro, um sistema moderno e eficaz de governação eletrónica.

Para tal, o Governo irá:

· Realizar estudos para o estabelecimento da gestão da rede informática do Governo e de outras entidades públicas;

· Implementar a Política Nacional para as Tecnologias de Informação e Comunicação;

· Adotar a tecnologia de informação moderna, na função pública, para apoiar a coesão do Governo e as iniciativas de Governo Eletrónico (PED 2020);

· Melhorar e atualizar continuamente o Portal Eletrónico do Governo, nomeadamente com informações sobre o País e as atividades governamentais, incluindo a ligação com todas as entidades governamentais e públicas;

· Fomentar a existência de portais eletrónicos para todas as entidades governamentais, com qualidade;

· Promover uma plataforma interativa com as entidades governamentais, inicialmente centralizada no Portal do Governo, onde o Governo abre um espaço para ouvir, debater e organizar informações relevantes à opinião pública;

6.7. Governu Eletróniku

Governu Eletróniku ka Administrasaun Públika Eletrónika, permite informa no divulga ba populasaun em jerál servisu sira ne'ebé presta tiha ona no informasoens ne'ebé Governu hasai, hodi uza teknolojia Informasaun no Komunikasaun, hodi asegura boa governasaun, transparénsia ne'ebé bot liu iha prosesus no polítikas públikas, no, iha tempu hanesan, bele hakbesik ema ba órgauns governamentais, nune'e, bele iha sira-nia partisipasaun boot-liu iha desizoens ne'ebé governantes foti ka hasai.

Governu sei aposta iha dezenvolvimentu iha Teknolojia de Informasaun no Komunikasaun, hodi implementa Polítika Nasionál kona-ba Teknolojia de Informasaun no Komunikasaun, nune'e bele kria daudaun kondisoens ne'ebé presiza atu Ajénsia Teknolojias Informasaun no Komunikasaun, bele konkretiza nia misaun atu jere rede informátika Governu-nian no mós entidades públikas seluk nian, hodi hala'o modernizasaun ba Estadu no hadi'a funsionamentu no prestasaun servisu sira iha instituisoens públikas.

Parte fundamentál hosi estratéjia ne'e, maka modernizasaun administrativa, hodi dezenvolve mais-valia husi Governu Eletróniku, inklui estabelesimentu plataforma ba konektividade no asesu ba internet, iha instuisoens Estadu no Governu.

Nune'e, Governu sei nafatin dezenvolve esforsus atu aprosima sidadauns ba iha administrasaun públika, liuhusi dezenvolve setór informátiku no teknolójiku ne'ebé permite, iha futuru, sistema moderno no efikás iha governasaun eletrónika.

Ba ida ne'e, Governu sei:

· Hala'o estudus atu estabelese jestaun rede informátika Governu nian no entidades públikas seluk;

· Implementa Polítika Nasionál ba Teknolojias de Informasaun no Komunikasaun;

· Adota teknolojia de informasaun ne'ebé moderna, iha funsaun públika, atu apoia koezaun iha Governu no apoia inisiativas ba Governu Eletróniku (PED 2020);

· Hadi'a no atualiza, ho forma kontinuada, Portál Eletróniku Governu nian, liuliu informasaun kona-ba Rai laran no atividades Governu nian, inklui ligasaun ho entidades governamentais no públikas hotu;

· Fomenta ezisténsia portais eletrónikus, ho kualidade, ba entidades governamentais hotu;

· Promove plataforma interativa ida ho entidades governamentais, ne'ebé hetan sentralizasaun uluk iha Portál do Governu, husi ne'ebé Governu loke espasu ida atu rona, halo debate no organiza informasoens ne'ebé relevantes ba opiniaun públika;

· Hahú konversasoens ho órgauns de soberania sira seluk, atu kria espasu ida ba diálogu entre órgauns ne'e, liuhusi plataforma tenolójika nian;

- Iniciar conversações com os outros órgãos de soberania para a criação de um espaço de diálogo entre eles recorrendo às plataformas tecnológicas;
- Fazer um levantamento e promover a coordenação interministerial sobre as componentes do Governo eletrónico e os serviços e formulários que devem ser disponibilizados online no futuro;

- Continuar a desenvolver a Gestão de Finanças Públicas eletrónica e o Modelo de Transparência de Timor-Leste, através dos portais eletrónicos que permitem consultar as operações do Estado, incluindo o Portal de Transparência do Orçamento, o Portal de Aprovisionamento Eletrónico, o Portal de Transparência das Ajudas e o Portal de Resultados do Governo;

- Implementar gradualmente mais serviços de pagamentos online do Estado;

- Continuar a investir na criação de bases de dados eletrónicos, além da base de dados da Função Pública.

6.8. Justiça

Promover o Estado de Direito e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos os cidadãos e sem discriminação, continua a ser um grande desafio para Timor-Leste e comporta aspetos de grande complexidade. A consolidação do setor da justiça é, por isso mesmo, de importância fundamental para a construção da paz e construção do Estado. É, também, um fator crucial para transmitir confiança e atrair investimento, no desenvolvimento da economia. Enfrentamos vários desafios que passam, resumidamente, por quadros legais deficientes ou desadequados à nossa realidade, infraestruturas insuficientes e dificuldades no que respeita à capacitação e qualificação dos nossos recursos humanos, condições fundamentais para permitir o acesso à justiça para todos.

O contexto histórico explica alguns dos desafios neste setor, destacando que uma parte dos profissionais no setor da Justiça não domina o sistema legal inspirado no modelo português, nem mesmo o domínio pleno da língua portuguesa, essencial para uma boa interpretação e aplicação das leis. Esta situação cria uma dependência total e absurda aos documentos jurídicos, escritos por juristas estrangeiros, que, na maioria das vezes, não interpreta a realidade fazendo apenas recurso à linguagem jurídica, em português, que os atores de justiça timorenses nem entendem, levando-os a tomar, quase sempre. decisões erradas.

A fragilidade do sistema de justiça pode pôr em causa a própria construção do Estado e o desenvolvimento económico e social da nação. Não há confiança para investimento económico sem um sistema judicial que assegure o cumprimento da Lei. E, sem investimento, não há emprego e, sem emprego, não há paz. É, por isso mesmo, um tema que deve ser abordado com o respeito necessário pelas instituições e pela separação de poderes, mas também com urgência e seriedade.

É, portanto, objetivo deste Governo iniciar uma reforma profunda a esta instituição, o que levará tempo, dada a sua

- Halo levantamentu no promove koordenasaun interministeriál kona-ba komponente Governu eletróniku ho servisu sira no formulárius, ne'ebé tenke disponíveis 'online' iha futuru;

- Kontinua dezenvolve Jestaun de Finansas Públikas eletrónika no Modelo Transparénsia iha Timor-Leste, liuhusi portais eletrónikus, ne'ebé permite iha konsulta kona-ba operasoens Estadu-nian, inklui mós Portál de Transparénsia kona-ba Orsamentu, Portál de Aprovizionamentu Eletróniku, Portál de Transparénsia de Ajudas no Portál kona-ba Rezultadus Governu-nian;

- Implementa gradualmente servisu sira de pagamentu 'online' ba Estadu;

- Kontinua investe iha kriasaun de baze-de-dadus eletrónikus (para além de baze de dadus Funsaun Públika nian).

6.8. Justisa

Promove Estadu de Direitu no garante igualdade iha asesu justisa ba ema hotu, sai nafatin dezafiu boot ba Timor-Leste, ne'ebé lori aspetus komplexus tebes. Tan ne'e, konsolidasaun iha setór justisa sai hanesan baze importante no fundamentál ba konstrusaun pás no konstrusaun do Estadu. Nomós, fator krusiál ida atu transmiti konfiansa no atrai investimentu, ba dezenvolvimentu ekonomia nian. Ita enfrenta dezafius barak ne'ebé, atu koalia badak de'it, mosu husi kuadrus legais ne'ebé defisientes (ka, frakus) no la adekuadas ba ita nia realidade, kona-ba infraestruturas ne'ebé la sufisiente no kona-ba difikuldade iha kapasitasaun no kualifikasaun ita-nia rekursus umanus, ne'e hotu hanesan kondisoens fundamentais atu permite ema hotu hetan asesu ba justisa.

Ita iha kontestu istóriku ida, ne'ebé esplika didi'ak dezafius balun iha setór ida ne'e, hodi destaka katak parte balun hosi profisionais iha setór justisa la iha domíniu iha sistema legál, sistema ne'ebé inspiradu husi modelu portugés, nune'e mós, la iha domíniu plenu (ka di'ak) iha língua portugueza, nu'udar kondisaun esensiál tebes atu interpreta no aplika leis. Situasaun ida ne'e kria dependénsia totál no absurda ba dokumentu jurídiku sira, ne'ebé jurista husi rai-li'ur maka hakerek, ne'ebé, dala barak, la interpreta realidade, hodi halo de'it rekursu ba linguajen jurídika, h lian portugés, ne'ebé atór justisa timoroan sira la hatene, ho lori sira, dala barak, atu hola desizaun ne'ebé laloos.

Frajilidade iha sistema justisa bele kria problemas boot ba prosesu 'konstrusaun do Estadu' ne'e rasik no mós ba dezenvolvimentu ekonómiku no sosiál Nasaun nian. Sei laiha konfiansa ba investimentu ekonómiku, bainhira laiha sistema judisiál ne'ebé asegura kumprimentu ba Lei. No bainhira laiha investimentu, sei laiha servisu no, se laiha servisu, sei laiha pás. Nune'e, maka tema ida ne'e tenke aborda, tuir duni respeitu ne'ebé nesesáriu ba instituisoens no tuir respeitu ba separasaun poderes, maibé mós ho urjénsia no seriedade.

Ho nune'e, Governu ida ne'e iha objetivu atu hahú reforma ne'ebé klean, iha instituisaun ida ne'e, hodi hatene katak reforma ne'e sei lori tempu, tamba ninia kompleksidade. Ami fiar katak kooperasaun institusionál, iha prosesu ida ne'ebé inkluzivu, no iha apropriasaun hosi sira ne'ebé iha knaar atu foti desizoens

complexidade. Acreditamos que a cooperação institucional, num processo que seja inclusivo, e uma apropriação pelos decisores nacionais, poderão contribuir para a solução deste desafio, ou seja, para a consolidação de um sistema de Justiça eficaz, onde os processos, através dos quais ela é aplicada, sejam céleres, equilibrados, confiáveis, independentes e justos.

Fazem, assim, parte dos principais objetivos do Governo:

- Consolidar a paz e a democracia, garantindo os direitos, deveres, liberdades e garantias fundamentais de todos os cidadãos;
- Introduzir uma reforma profunda no setor da justiça;
- Melhorar a eficiência, a eficácia, a celeridade e a digitalização do exercício e da administração da justiça;
- Promover um setor judiciário profissional, competente, independente e transparente;
- Construir um quadro de recursos humanos no setor da justiça, competente, independente, profissional e experiente;
- Garantir a independência dos Tribunais, face aos demais órgãos de soberania;
- Promover e respeitar os direitos de todos os cidadãos, nomeadamente dos cidadãos portadores de necessidades especiais, incluindo a ampliação de assistência jurídica aos cidadãos mais vulneráveis e desprotegidos e com necessidades especiais, particularmente no que respeita ao acesso e à própria compreensão do sistema da justiça;
- Promover a confiança do povo e de outros cidadãos estrangeiros, incluindo investidores, no sistema de justiça.

O Governo, para prosseguir com os objetivos enunciados, irá implementar o seguinte, segundo as diferentes temáticas do setor:

a. No plano de desenvolvimento institucional, consolidar a administração da justiça, através do melhoramento da capacidade institucional e coordenação. E, para isso:

- Rever e atualizar o Plano Estratégico do Setor da Justiça (2011-2030), para uma reforma mais célere no setor da justiça;
- Promover a revisão das linhas de coordenação e planeamento integrado, estabelecer a Comissão Técnica para a revisão do PESJ e incentivar diálogos com os '*stakeholders*' do Setor da Justiça sobre a política e resultados da implementação;
- Efetuar a reforma do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, como sendo um centro de excelência para os atores Judiciários e harmonizar a base legal sobre recrutamento dos magistrados e defensores públicos;

nasionais, sei bele kontribui ba solusaun ba dezafiu ida ne'e, ka, ba iha konsolidasaun sistema de Justisa ida efikás, iha ne'ebé prosesus, iha ne'ebé justisa sei aplika, sai prosesus ne'ebé lalais, ekilibradus, bele fó konfiansa, independentes no justus duni.

Hanesan parte ida mós husi nia objetivus prinsipais, maka Governu sei:

- Konsolida pás no demokrasia, hodi garante direitus, deveres, liberdades no garantias fundamentais ba sidadauns tomak;
- Introduz reforma ida ne'ebé kle'an, iha setór justisa;
- Hadi'a efisiénsia, efikásia, servisu lalais no dijitalizasaun, iha ezersísiu no iha administrasaun justisa nian;
- Promove setór judisiáriu ida ne'ebé profisionál, kompetente, independente no transparente;
- Harii kuadru ida ba rekursus umanus, iha setór justisa, ne'ebé kompetente, independente, profisionál no es-periente;
- Garante independénsia husi tribunais iha ninia relasaun ho órgauns soberania sira seluk;
- Promove no respeita direitus ba sidadauns hotu-hotu, liuliu sidadauns ne'ebé iha nesesidade espesiál sira, inklui haluan asisténsia jurídika ba sidadauns ne'ebé vulneráveis no desprotejidus no sira ne'ebé iha nesesidade espesiál sira, liuliu kona-ba asesu no kompriensaun sistema justisa nian rasik;
- Promove konfiansa ba Sistema justisa, tantu husi povu tomak no mós husi sidadauns estranjeirus, ne'ebé inklui investidores.

Atu realiza objetivus ne'ebé temi iha leten, Governu sei implementa, tuir temátikas setór nian ne'ebé oioin:

a. Iha planu dezenvolvimento institusionál, sei konsolida administrasaun justisa, liuhusi melloria iha kapasidade institusionál no koordenasaun. Ba ida ne'e, sei:

- Revee no atualiza Planu Estratéjiku do Setór de Justisa nian (2011-2030), hodi hala'o reforma ida ke lalais iha setór justisa;
- Sei haree fila fali (ka Revee) liñas koordenasaun no planeamentu integradu, no estabelese Komisaun Téknika atu halo revizaun ba PESJ no insentiva diálogus ho stakeholders Setór Justisa nian, kona-ba políticas no rezultados husi implementasaun;
- Hala'o reforma ba Centro de Formação Jurídika no Judisiária - CFJJ, nu'udar Sentru de excelénsia ida ba atores judisiárius no armoniza baze legál kona-ba rekrutamentu majistradus no defensores públikus nian;

- Melhorar a coordenação do setor, assegurando que as suas instituições possuem uma perspetiva clara de como interagem e se complementam;
- Desconcentrar os serviços da justiça e criar mecanismos efetivos que facilitem o acesso de toda a população à justiça.

b. A reforma do quadro legal será feita através da consolidação e harmonização dos quadros legais no sistema da Justiça e do Direito. E, para tal:

- Rever o conjunto de leis e códigos estruturantes para o setor da justiça, já aprovadas e implementadas, completando as lacunas e melhorando a regulamentação sempre que necessário;
- Completar o quadro legal do sistema judicial e proceder à revisão das leis existentes;
- Rever as recomendações da Proposta de Política Pública e Estratégia da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça, preparada pela Comissão da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça, para definir um plano de implementação para a reforma estrutural da Administração da Justiça;
- Rever a Lei da Organização Judiciária;
- Rever a Lei da Câmara de Contas;
- Rever, na medida do necessário, o Estatuto dos Magistrados Judicias, o Estatuto do Ministério Público e o Estatuto da Defensoria Pública recentemente aprovados;
- Implementar a Lei de Terras e Propriedades e finalizar o levantamento cadastral e o registo de bens imóveis;
- Completar o pacote de Lei das Terras e rever o Registo Predial;
- Propor a aprovação de legislação que permita melhorar o regime de gestão dos bens imóveis do Estado e o arrendamento dos bens imóveis do Estado aos particulares;
- Propor e aprovar o Regime Jurídico de Proteção dos Dados Pessoais;
- Reforçar a Política de Línguas no Setor da Justiça, com a implementação e reforço do Regime de Utilização de Línguas Oficiais no setor da justiça, que visa a adoção de um modelo bilingue para a elaboração de atos normativos, processos judiciais e o procedimento administrativo dos serviços da Justiça;
- Introduzir a regulamentação necessária para a aplicação obrigatória bilingue (português e tétum) no setor da Justiça;
- Propor a criação da Ordem dos Advogados.

c. O desenvolvimento dos recursos humanos na área da Justiça é crucial para um setor, com um papel inquestio-nável no processo de construção do Estado. Assim, haverá que:

- Hadi'a koordenasaun iha setór ida ne'e, hodi asegura katak ninia instituisoens hetan perspetiva ne'ebé klara atu oinsá sira interaje no komplementa malu;
- Deskonsentra servisu sira justisa no kria mekanizmus efetivus ne'ebé bele fasilita asesu ba justisa husi populasaun tomak.

b. Reforma ba kuadru legál, sei hala'o husi konsolidasaun no armonizasaun ba kuadrus legais tomak iha Sistema Justisa no área Direitu. Nune'e, sei:

- Revee konjuntu de leis no kódigus estruturantes, ne'ebé aprova no implementa ona iha setór de justisa, hodi haree ba saida maka sei falta no hadi'a tiha regulamentasoens, bainhira presiza;
- Kompleta kuadru legál iha Sistema judisiál no hala'o revizaun ba leis ne'ebé iha hela;
- Revee rekomendasoens husi Proposta kona-ba Polítika Públika no Estratéjia ba Reforma Lejislativa no ba Setór de Justisa, ne'ebé prepara tiha ona husi Komisaun ba Reforma Lejislativa no ba Setór de Justisa, atu define planu de implementasaun ida ba reforma estruturál iha Administrasaun da Justisa;
- Revee Lei Organizasaun Judisiária;
- Revee Lei Kámara Kontas;
- Revee, karik presiza, Estatutu Majistradus Judisiais, Estatutu Ministériu Públiku no Estatutu Defensoria Públika ne'ebé foin aprova;
- Implementa Lei de Terras e Propriedades no finaliza levantamentu kadastrál no rejistu ba bens imóveis;
- Kompleta tiha pakote Lei de Terras no revee Rejistu Predial;
- Propoin aprovasaun lejizlasaun nian ne'ebé ajuda hadi'a rejime de jestaun de bens imóveis Estadu nian no arendamentu bens imóveis do Estadu ba partikulares;
- Propoin no aprova Rejime Jurídiku Dadus Pesoais;
- Reforsa Polítika kona-ba Lian iha Setór Justisa, liuhusi implementasaun no reforsu husi Rejime de Utilizasaun kona-ba Línguas Ofisiais iha setór justisa, hodi adopta modelu bilingue (ka lian rua) iha elaborasaun atus normativus, iha prosesus judisiais no iha prosedimentus administrativus ba servisu sira justisa-nian;
- Introduz regulamentasaun ne'ebé presiza ba aplikasaun obrigatória ba lian rua (portugés no tetun) iha setór justisa;
- Propoin kriasaun Orden Advogadus.

c. Dezenvolvimentu Rekursus umanus nian iha área Justisa, krusiál tebes ba Setór ida ne'e, ho nia knaar ne'ebé fundamentál tebes iha prosesu harii Estadu. Nune'e, sei presiza:

- Definir uma política e um plano estratégico de formação do quadro dos recursos humanos no setor da Justiça, crucial para a melhoria e consolidação do setor, com medidas de curto, médio e longo prazo e ponderando os aspetos fundamentais que têm vindo a obstaculizar a área da Justiça;
- Assegurar a revisão dos processos de recrutamento, formação e afetação dos recursos humanos no setor da Justiça;
- Continuar a desenvolver planos e a formar os recursos humanos necessários com vista ao estabelecimento futuro, a médio e longo prazo, de todas as instituições previstas na Constituição e na Lei;
- Fomentar a formação contínua dos auditores da Câmara de Contas e juízes ao Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas;
- Assegurar a formação contínua e complementar para os Defensores Públicos e estabelecimento da Ordem dos Advogados, independentemente da organização da ordem referida;
- Garantir a formação aos funcionários públicos, oficiais de justiça, técnicos de apoio administrativo no setor da justiça;
- Implementar a formação dos Notários e Conservadores do Registo e Notariado;
- Apoiar a formação aos técnicos cadastrais e reforçar o funcionamento da Comissão de Terras;
- Investir no Centro de Formação Jurídica e Judiciária e na melhoria das suas capacidades, para continuar a capacitação e formação dos profissionais do setor da justiça;
- Preparar o currículo do ensino e promover a reforma dos quadros de formadores/docentes no CFJJ;
- Continuar a formação dos magistrados, defensores públicos e advogados privados no CFJJ;
- Reforçar a capacidade dos Defensores Públicos e criar condições para a existência de advogados privados, profissionais e competentes, para melhorar a assistência jurídica efetiva e de qualidade;
- Promover a capacitação dos atores judiciais nacionais;
- Promover e capacitar a função do Inspetor Judicial;
- Reforçar o quadro de juízes em número suficiente para implementar todos os órgãos judiciários em funcionamento e os previstos, e recrutar e formar o pessoal para desempenhar funções administrativas de modo a libertar os juízes de tais tarefas;
- Formar Oficiais de Justiça para desempenharem cabalmente as suas funções;

- Define polítika no planu estratéjiku ida ba formasaun iha kuadru rekursus umanus ba setór justisa nian, tanba ne'e krusiál ba melloria no konsolidasaun setór, ho medidas ba kurtu, médiu no longu prazu, hodi konsidera didi'ak aspetus fundamentais ne'ebé, to'o agora, difikulta hela área justisa;
- Asegura revizaun ba prosesus rekrutamentu, formasaun no hatama rekursus umanus iha setór justisa;
- Kontinua dezenvolve planus no hala'o formasaun rekursus umanus, hodi haree ba iha futuru, ho médiu no longu prazu, bele estabelese instituisoens hotu-hotu ne'ebé previstas ona iha Konstituisaun no Lei;
- Insentiva formasaun kontínua ba auditores iha Kámara de Kontas no ba juízes iha Tribunál Superiór Administrativu, Fiskál no Kontas;
- Asegura formasaun ne'ebé kontínua no formasaun komplementár ba Defensores Públikus no mós estabelese Ordem dos Advogados, ne'ebé la haree ba organizasoens oin-oin advogados nian;
- Garante formasaun ba funsionárius públikus, ofisiais de justisa, téknikus de apoiu administrativu iha setór justisa;
- Implementa formasaun ba Notárius, Konservadores do Rejistu no Notariadu;
- Apoia formasaun ba téknikus kadastrais no reforsa funsionamentu Komisaun de Terras;
- Investe iha Centro de Formasaun Jurídika no Judisiária no hadi'a kapasidades iha Sentru ne'e, atu bele kontinua fó kapasitasaun no formasaun ba profisionais iha setór justisa;
- Prepara kurríkulu atu hanorin no haree mós atu reforma kuadrus ba formadores ka dosentes iha CFJJ;
- Kontinua formasaun ba majistradus, defensores públikus no advogadus privadus iha CFJJ;
- Reforsa kapasidade Defensores Públikus nian no kria kondisoens ba advogadus privadus, profisionais no kompetentes, hodi hadi'a asisténsia jurídika, ne'ebé tenke efetiva no ho kualidade;
- Promove kapasitasaun Atores Judisiais timoroan sira;
- Promove no kapasita funsaun Inspetor Judisiál nian;
- Reforsa kuadru de juízes ho númeru sufisiente, atu preenxe órgauns judisiárius ne'ebé iha no hirak ne'ebé sei estabelese, no rekruta no forma pessoál atu kaer funsoens administrasaun nian, hodi liberta juízes husi servisu sira sira ne'e;
- Forma Ofisiais de Justisa atu bele kaer ka hala'o didi'ak sira-nia servisu;

- Formação académica de material de reintegração social, legal e treinamentos físicos aos guardas prisionais, bem como a formação especializada aos guardas prisionais no centro de reabilitação juvenil;

- Rever os critérios de recrutamento dos juízes internacionais, a fim de melhorar as funções de assessoria, formação e mentoria, para uma verdadeira transferência de conhecimentos e para que os juízes nacionais se apercebam melhor dessas funções de assessoria.

d. A necessidade de dotar o Sector com infraestruturas adequadas, apresenta-se como uma condição de extrema relevância. Para isso, haverá que:

- Investir na capacidade das instituições do setor da Justiça, para o melhor cumprimento dos seus mandatos, incluindo infraestruturas de apoio, equipamentos e informatização;

- Construir o edifício do Supremo Tribunal de Justiça;

- Finalizar a construção do edifício da delegação da Defensoria Pública nos municípios;

- Construir residências para os guardas prisionais;

- Reabilitar os edifícios da Defensoria Pública, os edifícios do Registo Civil e Conservatórias e das Terras e Propriedades nos municípios;

- Construir o Centro de Reabilitação Juvenil;

- Modernizar o setor da Justiça, incluindo infraestruturas, equipamentos e ferramentas, também processuais;

- Aprovar e instalar o sistema de IT que permita a digitalização processual e uma rede com capacidade para cobrir todos os municípios do território nacional com vista ao incremento da celeridade e da simplificação processual.

e. Com relação ao acesso à Justiça, fomentar a aproximação da Justiça aos cidadãos e, para tal:

- Assegurar a capacidade dos serviços prisionais para garantir a segurança e a melhoria das instalações prisionais, o cumprimento de normas internacionais e a reintegração dos prisioneiros nas comunidades através do estabelecimento de Centros de Reintegração;

- Melhorar a capacidade dos serviços de registo e notariado para garantir a segurança do comércio jurídico e assegurar que os atos são executados de forma rápida e acessível aos cidadãos;

- Melhorar a eficácia da gestão de cadastro de terras e o património imobiliário do Estado;

- Continuar a implementar o alargamento da emissão de bilhetes de identidade a todos os municípios, e continuar a investir na emissão do Passaporte Eletrónico de Timor-Leste;

- Formasaun akadémika kona-ba reintegrasaun sosiál, ho matéria legál no treinamentu ba guardas prisionais, no mós formasaun espesializada ba guardas prisionais iha Sentru Reabilitasaun juvenil;

- Revee tiha kritérius kona-ba rekrutamentu ba juízes internasionais, hodi iha melloria iha sira-nia funsaun asesoria, formasaun no mentoria nian, atu nune'e bele iha transferénsia de koñesimentu lolós no mós atu juízes nasionais bele kompriende di'ak liu kona-ba servisu asesoria nian ne'e.

d. Nesesidade atu fó infrastruturas ne'ebé adekuadas ba Setór ida ne'e, boot tebetebes. Nune'e, sei:

- Investe iha kapasidade instituisoens setór de justisa nian, atu bele kumpre didi'ak sira-nia mandatu, inklui infrastruturas de apoiu, ekipamentus no informatizasaun;

- Harii edifísiu ba Supremu Tribunál Justisa nian.

- Finaliza konstrusaun edifísiu ba delegasaun Defensoria Públika nian, iha munisípiu sira;

- Harii residénsia ba guardas prisionais;

- Reabilita edifisius Defensoria Públika nian, edifisius Rejistu Sivíl no Konservatórias no edifisius Terras e Propriedades, iha munisípiu sira;

- Harii Centro Reabilitasaun Juvenil;

- Moderniza setór justisa, inklui infrastruturas, ekipamentus no ferramentas, no mós prosesuais;

- Aprova no instala Sistema IT, ne'ebé sei permite dijitalizasaun husi prosesu sira ho rede ne'ebé bele kobre munisípiu hotu-hotu, atu aumenta rapidés no simplifikasaun prosesuál.

e. Relasiona ho asesu ba justisa, sei fomenta aprosimasaun husi justisa ba sidadauns no, atu ida ne'e akontese, sei:

- Asegura kapasidade servisu sira prisionais nian, hodi garante seguransa no melloria iha instalasoens prisionais, kumprimentu ba normas internasionais no ba reintegrasaun prizioneirus nian iha komunidades, liuhuso estabelesimentu ba Sentrus Reintegrasaun;

- Hadi'a kapasidade servisu sira de rejistu no notariadu, hodi garante seguransa ba komérsiu jurídiku no asegura katak atus ezekuta duni ho lalais no bele iha asesu ba sidadauns;

- Hadi'a efikásia iha jestaun ba kadastru de Terras no património imobiliáriu Estadu nian;

- Kontinua implementa prosesu atu haluan emisaun billetes de identidade ba munisípiu sira hotu, no kontinua investe iha emisaun Pasaporte Eletróniku Timor-Leste nian;

- Criar e desenvolver o sistema de emissão do Cartão de Identificação Único para todos os cidadãos maiores de idade;

- Expandir o programa de Clínicas de Acesso à Justiça, em coordenação com o programa da Janela Única do setor da economia por forma a abranger todos os municípios;

- Rever o mapa do setor da justiça e implementar medidas que visem garantir, no futuro, a existência judicial em todos os municípios, com qualidade e profissionalismo;

- Efetuar campanhas alargadas de divulgação do sistema de justiça, as leis e os direitos fundamentais dos cidadãos, para criar a confiança no sistema de Justiça e assegurar a perceção de "Justiça para todos";

- Continuar a disseminação das leis, decretos-leis e diplomas legais com a finalidade de aumentar o conhecimento dos cidadãos.

f. Por último, uma matéria, que é transversal a todas as instituições do Sector da Justiça, é a boa governação, pois só dela poderá advir o bom desempenho da Justiça em prol do bem comum. Para isso, é preciso:

- Melhorar a capacidade dos órgãos de supervisão, controlo e disciplina do sistema da Justiça, assegurando uma maior independência e a sua eficácia e eficiência (Conselhos Superiores e Câmara de Contas);

- Reforçar o Conselho de Coordenação do Setor da Justiça, fortificando o funcionamento do Conselho Superior de Magistrados Judiciais, Ministério Público, Defensoria Pública e estabelecer o Conselho Superior da Câmara de Contas;

- Garantir o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e procedimentos em matéria de planeamento, orçamentação, gestão financeira, aprovisionamento, logística e recursos humanos, incluindo o estabelecimento de sistemas coordenados de gestão de casos processuais;

- Melhorar a coordenação dentro do próprio setor da justiça e entre este setor e os restantes órgãos, sobretudo os mais relevantes à melhoria do setor da Justiça;

- Reforçar os serviços do Conselho de Coordenação do Setor da Justiça, harmonizando a base legal de modo a disponibilizar oportunidades aos *stakeholders* para participar nas reuniões do Conselho de Coordenação;

- Continuar a reforçar a implementação de sistemas de gestão, digitalização processual e de procedimentos, incluindo o sistema de gestão de casos processuais;

- Aperfeiçoar os mecanismos de cooperação internacional, alinhando as prioridades dos seus programas com as estratégias e prioridades do país;

- Kria no desenvolve sistema emisaun Kartaun Identifikasaun Úniku ba sidadaun hotu-hotu ne'ebé atinje ona maioridade;

- Expande programa Klínika de Asesu ba Justisa, liuhusi koordenasaun ho programa Janela Únika husi setór ekonomia nian, hodi abranje munisípiu sira hotu;

- Revee mapa setór justisa nian no implementa medidas atu bele garante, iha futuru, presença judisiál, ho kualidade no profisionálismu, iha munisípiu sira hotu;

- Hala'o kampañas boot atu divulga Sistema de justisa, leis no direitus fundamentais sidadauns nian, hodi kria konfiansa ba Sistema de justisa no asegura kompreensaun ne'ebé di'ak kona-ba 'justisa ba ema hotu';

- Kontinua disemina (ka halo sosializasaun) ba leis, dekretus-leis no diplomas legais atu aumenta koñesimentu husi sidadauns.

f. Ikus liu, matéria ida ne'ebé transversál ba instituisoens tomak iha Setór de Justisa, maka boa governasaun, tamba só ho ida ne'e, maka bele mosu dezempeñu di'ak iha justisa, ne'ebé sei benefisia ema hotu. Ba ida ne'e, sei presiza:

- Mellora (ka hadi'a) kapasidade Órgaus de supervizaun, kontrolu no dixiplina iha Sistema justisa, hodi asegura independénsia boot liu no mós ninia efikásia no efisiénsia (Konsellus Superiores no Kámara Kontas);

- Reforsa Konsellu de Koordenasaun Setór de Justisa nian, hodi fortifika funsionamentu Konsellu Superiór de Majistradus Judisiais, Ministériu Públiku, Defensoria Públika no estabelese Konsellu Superiór Kámara Kontas nian;

- Garante aperfeisoamentu ba sistemas de jestaun no prosedimentus nian, iha planeamentu, orsamentasaun, jestaun finanseira, aprovizionamentu, lojístika no rekursus umanus, inklui estabelese sistemas koordenadus ba jestaun kazus prosesuais nian;

- Hadi'a koordenasaun iha setór justisa rasik no entre setór ne'e ho órgauns seluk, liuliu órgauns ne'ebé relevantes ba hadi'a setór de justisa;

- Reforsa servisu sira iha Konsellu de Koordenasaun Setór Justisa, hodi armoniza tiha baze legál ida no fó oportunidades ba 'stakeholders' sira atu partisipa iha reunioens Konsellu de Koordenasaun nian;

- Kontinua reforsa implementasaun ba sistemas de jestaun, dijitalizasaun prosesuál no prosedimentus, inklui Sistema ba jestaun kazus prosesuais;

- Aperfeisoa (ka hadi'a di'ak liután) mekanizmus kona-ba kooperasaun internasionál, ne'ebé tenke aliña prioridades iha sira-nia programas ho estratéjias no prioridades País nian;

- Continuar a promover a cooperação com os países da CPLP e da ASEAN e demais organizações internacionais na área da justiça, enquanto parceiros importantes para o desenvolvimento do setor da Justiça.

6.8.1. Reforma da Polícia Científica de Investigação Criminal

- Reformar e capacitar a Polícia Científica de Investigação Criminal, que passará a estar na dependência do Comando da PNTL, com o objetivo de reforçar a capacidade das ações de prevenção, deteção e investigação;

- Investir em laboratórios e equipamentos científicos e criminais;

- Reforçar a formação na área de investigação criminal, nomeadamente através da cooperação bilateral com a Escola da Polícia Judiciária Portuguesa;

- Reformar, modernizar e aperfeiçoar a capacidade desta polícia científica.

6.9. Defesa e Segurança

O desenvolvimento de instituições de Defesa e de Segurança, transparentes, eficientes, competentes e profissionais, são fundamentais à manutenção da democracia e à consolidação da estabilidade e da paz, ao nível nacional e internacional.

Como tal, tem havido um bom esforço, depois da crise de 2005-2007, para se assegurar um setor de Defesa e Segurança forte, com uma abordagem que toma em consideração as circunstâncias próprias do país, nomeadamente o seu passado de conflito recente, a sua juventude e inerente fragilidade.

Os desafios de reconstrução, incluindo a preparação dos recursos humanos, o desenvolvimento de um quadro legal sólido e consistente com as idiossincrasias locais e a disponibilização de equipamentos e infraestruturas necessárias às instituições de segurança nacional, têm vindo a ser abordados gradualmente por alguns governos constituídos.

O Governo irá, como tal, continuar a consolidar os progressos já alcançados, a corrigir os sistemas e imperfeições do setor, e a desenvolver novas estratégias que permitam a consolidação de um setor de Defesa e Segurança moderno e profissional.

Nestes objetivos, inclui-se o reforço da coordenação e da cooperação estreita entre as Forças de Defesa (F-FDTL) e as Forças de Segurança (PNTL), assegurando clareza e empenho de acordo com as respetivas responsabilidades e missões distintas.

O Governo irá ainda criar o Conselho de Segurança Nacional que será um órgão consultivo do Governo, com vista à prestação de aconselhamento e apoio às tomadas de decisão superior, e ainda com vista à elaboração de políticas e legislação que incluam matérias de defesa e segurança.

- Kontinua promove kooperasaun ho paízes CPLP no ASEAN nian no ho organizasaun internasionál sira seluk-tan, iha área de justisa, nu'udar parseirus importantes ba dezenvolvimentu ba setór de justisa.

6.8.1. Reforma ba Polísia Sientífika Investigasaun Kriminál

- Reforma no kapasita Polísia Sientífika Investigasaun Kriminál, ne'ebé ba oin sei tutela husi Komandu PNTL, ho objetivu atu hametin nina kapasidade ba asoens kona-ba prevensaun, detesaun no investigasaun;

- Investe iha laboratóriu no ekipamentus sientífikus no kriminais;

- Reforsa formasaun iha área investigasaun kriminál, liuhosi kooperasaun bilaterál ho Eskola Polísia Judisiária husi Portugal;

- Reforma, moderniza no aperfeisoa kapasidade husi Polísia Sientífika ida ne'e.

6.9. Defeza no Seguransa

Dezenvolvimento iha Instituisoens de Defeza no Seguransa, ne'ebé transparentes, efisientes, kompetentes no profisionais, sai fundamentál ba manutensaun da demokrasia no ba konsolidasaun da estabilidade no pás, iha nível nasionál no internasionál.

Nune'e,iha duni esforsu di'ak ida, depoi-de krize 2005-2007, atu assegura setór de Defeza no Seguransa ida ne'ebé forte, ho abordajen ida ne'ebé tau iha konsiderasaun sirkunstánsias Nasaun nian, liuliu hosi nia pasadu konflitu ne'ebé naruk no foin liu, ho Estadu ne'ebé foin harii no ninia frajilidade.

Dezafiu iha rekonstrusaun, inklui preparasaun rekursus umanus, dezenvolvimentu kuadru legál ida ne'ebé sólidu no konsistente ho "idiosinkrasias" ka diferensas ka espesifisidades lokais no disponibilizasaun ekipamentus no infraestruturas, ne'ebé nesesárias ba Instituisoens Seguransa nasionál nian, hetan abordajen graduál hosi Governus ne'ebé kaer ukun.

Governu sei, ho ida ne'e, kontinua konsolida progresus ne'ebé alkansa ona, sei buka korrije sistemas no imperfeisoens iha setór ida ne'e, no sei dezenvolve estratéjias foun ne'ebé permite konsolidasaun iha setór Defeza no Seguransa, ne'ebé modernu no profisionál.

Ho objetivus hirak ne'e, inklui reforsu iha koordenasaun no kooperasaun di'ak entre Forsas de Defeza (F-FDTL) no Forsas de Seguransa, hodi asegura klareza no empeñu, tuir responsabilidade ida-idak nian no misoens ida-idak nian ne'ebé distintas ka keta-ketak.

Governu mós sei kria Konsellu de Seguransa Nasionál, ne'ebé sai nu'udar Órgaun Konsultivu ba Governu, hodi bele akonsella no apoia iha tomada de desizoens superiores, no mós hodi halo elaborasaun ba polítika no lejizlasaun ne'ebé inklui matéria de Defeza no Seguransa nian.

6.9.1. Defesa

As Forças Armadas de Timor-Leste, as FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), compostas exclusivamente de cidadãos nacionais, constitucionalmente estão responsabilizadas pela defesa militar. A sua missão principal é garantir a independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no respeito pela ordem constitucional.

Além da sua missão principal, as F-FDTL podem ser empregues em outras missões de apoio às autoridades civis, no quadro do Sistema Integrado de Segurança Nacional, nos termos da Lei de Segurança Nacional, bem como no apoio à política externa do Estado, em operações de apoio à paz e humanitárias.

Tal como as Forças de Segurança, as Forças de Defesa são apartidárias e devem obediência aos órgãos de soberania competentes, sendo-lhes vedada qualquer intervenção política.

No desenvolvimento do setor da Defesa, o Estado timorense reafirma a sua postura estratégica de defesa, baseada no respeito pelo Estado de Direito, prosseguindo a diplomacia e a dissuasão como forma de prevenir e resolver possíveis conflitos, mantendo, no entanto, a não renúncia ao uso da força nos termos da Carta das Nações Unidas necessária para garantir a independência nacional.

Esta abordagem implica investir nas Forças de Defesa para que estejam capacitadas para defender a Nação de ameaças externas, bem como habilitadas para contribuir para os esforços de cooperação regional e internacional, incluindo a preservação da paz e estabilidade nacional e internacional.

Neste contexto, o desenvolvimento da defesa terá em atenção uma leitura contemporânea do contexto geoestratégico internacional do século XXI, permeado por novos tipos de riscos e ameaças - agora difusas, multidimensionais e de caráter acentuadamente interno, tornando ténue a fronteira entre defesa e segurança. Exige-se, assim, uma leitura esclarecida do ambiente de segurança do século XXI, reavaliando o papel e funções da instituição da defesa do Estado Timorense e seu posicionamento nas relações externas nesta área, sobretudo no que diz respeito à segurança cooperativa e sua participação nas ações coletivas humanitárias e de paz no âmbito da Organização das Nações Unidas e outros fóruns internacionais.

De modo a consolidar a edificação do planeamento estratégico da defesa e militar, cujos documentos são fundamentais para o desenvolvimento das capacidades essenciais das F-FDTL para o desempenho de suas missões, e para orientação do ciclo do planeamento de forças, a defesa dará continuidade à elaboração do edifício estruturante do planeamento estratégico da defesa e militar. O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, irá cimentar o edifício estruturante do planeamento estratégico, consolidando a Diretiva Ministerial de Planeamento e Defesa Militar, rever e implementar o Conceito Estratégico Militar, as Missões das F-FDTL, o Sistema e Dispositivo de Forças, a Lei de Programação Militar e o decreto-lei relativo ao aprovisionamento militar no caminho

6.9.1. Defeza

Forsas Armadas de Timor-Leste, FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), ne'ebé forma hosi sidadauns nasionais de'it, tuir konstituisaun, responsabiliza ba iha defeza militár. Nia misaun prinsipál ne'e fokus liu atu garante independénsia nasionál, integridade territoriál no liberdade no mós seguransa ba populasaun konta agresaun ka ameasa esterna, tuir respeitu ba orden konstitusionál.

Aleinde nia misaun prinsipál, F-FDTL bele partisipa iha misoens de apoiu seluk ba autoridades sivis, iha kuadru sistema ne'ebé integradu iha Seguransa Nasionál, haktuir termus da Lei Seguransa Nasionál, nune'e mós iha apoiu ba polítika esterna Estadu nian, iha operasoens de apoiu ba pás no umanitárias.

Hanesan mós ho Forsas de Seguransa, Forsas de Defeza laiha no labele tama partidu no tenke obedece de'it ba Órgauns de Soberania kompetentes, no tenke hadook-an hosi intervensaun polítika saida de'it.

Iha dezenvolvimentu setór de Defeza, Estadu Timor reafirma nia postura estratéjika iha defeza, ne'ebé iha respeitu ba Estadu de Direitu, hodi kontinua diplomasia no disuazaun, hanesan forma ida hodi prevene no rezolve konflitus ruma, maibé, mantein nafatin katak bele uza forsa tuir Karta Nasoens Unidas nian bainhira nesesáriu duni atu garante independénsia nasionál.

Abordajen ida ne'e implika atu investe iha Forsas de Defeza hodi hetan kapasidade atu defende Nasaun hosi ameasas esternas, nune'e mós aptas atu kontribui ba esforsus iha kooperasaun rejionál no internasionál, inklui iha prezervasaun pás no estabilidade nasionál no internasionál.

Iha kontestu ida ne'e, dezenvolvimentu ba defeza sei tau atensaun ba iha leitura kontemporánea kona-ba kontestu jeoestratéjiku internasionál sékulu XXI nian, nakonu ho riskus foun no ameasas – sei konfuzas, multidimensionais no ho karater liuliu internu, hodi halo fraku liu baliza entre defeza no seguransa. Ezije mós, nune'e, leitura di'ak ida ba ambiente de seguransa iha sékulu XXI, atu halo fali avaliasaun ba papel no funsaun ba instituisaun defeza Estadu Timor noni nia pozisaun iha relasaun esterna iha area ida ne'e, liuliu kona-ba seguransa kooperativa no ninia partisipasaun iha asaun koletiva umanitária no pás sira nian iha ámbitu Organizasaun Nasoes Unidas no foruns internasionais seluk.

Atu konsolida metin liu tan planeamentu estratéjiku ba defeza no militar, ne'ebé nia dokumentu ne'e fundamentál ba dezenvolvimentu iha kapasidade esensiál F-FDTL nian, hodi hala'o sira nia misaun, no hodi fó orientasaun ba siklu planeamentu forsas, defeza sei fó kontinuidade ba elaborasaun edifísiu estruturante ba planeamentu estratéjiku defeza no militár nian. Konseitu Estratéjiku ba Defeza no Seguransa Nasionál sei hametin edifísiu estruturante planeamentu estratéjiku nian hodi konsolida Diretiva Ministeriál ba Planeamentu no Defeza Militar, revee no implementa Konseitu Estratéjiku Militar, Misaun F-FDTL, Sistema no Dispozitivu Forsas nian, Lei Programasaun Militár nian no dekretu-lei kona-ba aprovizionamentu militár, hodi moderniza no profesionaliza

para a modernização e profissionalização das F-FDTL. Nesta ótica, o planeamento de forças serve o planeamento estratégico baseado numa avaliação das necessidades de defesa nacional consoante os riscos e ameaças identificados conforme a Doutrina de Defesa Militar da RDTL.

O Governo irá, ainda, assumir uma estratégia mais eficaz no que respeita à segurança geoestratégica marítima, considerando os eventos recentes em vários pontos do mundo, com o crescente aumento do terrorismo, mas também do tráfico humano e outros tipos de crime organizado. Por outro lado, considerando a posição geográfica de Timor-Leste, a sua extensa Zona Económica Exclusiva e a riqueza dos recursos naturais no mar, incluindo os recursos energéticos do Mar de Timor, é urgente o desenvolvimento da capacidade naval para que Timor-Leste esteja em condições de proteger e preservar os seus recursos e o seu povo e, sobretudo, no combate à pesca ilegal.

Neste sentido, a defesa irá consolidar a legislação necessária para a edificação do Sistema de Autoridade Marítima de Timor-Leste (SAMTL) e da Autoridade Marítima Nacional, e implementar operacionalmente o seu funcionamento como entidade que exerce o poder público nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional e a função de estrutura superior de direção, administração e coordenação dos órgãos e serviços que atuam no âmbito do SAMTL.

O Governo, na área da defesa, irá prosseguir com o cumprimento dos seguintes objetivos:

- Defender a soberania nacional, a consolidação da paz e da estabilidade e promover a reconciliação e unidade nacional;
- Promover o serviço militar, enquanto dever patriótico, e incutir nos profissionais do setor o sentido de modelo exemplar de cidadania e integridade;
- Envolver as F-FDTL no desenvolvimento económico, social e humano do país;
- Desenvolver ações de cooperação bilateral e multilateral para a promoção e preservação da paz e da estabilidade nacional, regional e mundial, no fortalecimento da segurança cooperativa;
- Assegurar a participação das F-FDTL em forças multinacionais e organizações internacionais, incluindo operações de manutenção de paz e operações humanitárias das Nações Unidas;
- Treinar e melhorar a capacidade das F-FDTL para o apoio a civis, sobretudo em caso de desastres naturais e outras emergências no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional;
- Capacitar a Componente Naval para a defesa, vigilância, controlo e fiscalização das atividades marítimas e portuárias no âmbito do Sistema de Autoridade Marítima de Timor-Leste;
- Promover a Componente de Apoio Aéreo para participar de

F-FDTL. Ho vizaun ida ne'e, planeamentu Forsas serve atu halo planeamentu estratéjiku ne'ebé bazeadu iha avaliasaun nesesidade ba defeza nasionál konforme risku no ameasa ne'ebé identifika ona, tuir Doutrina Defeza Militár RDTL nian.

Governu mós sei asume estratéjia ne'ebé sei efikás liu tan, kona-ba seguransa jeoestratéjika no marítima, ne'ebé konsidera eventus foin lalais ne'e iha parte barak iha mundu tomak, iha ne'ebé aktus terrorismu aumenta, no mós tráfiku umanu no krimes organizadus seluk. Iha parte seluk, konsidera katak pozisaun jeográfika Timor-Leste, ho ninia Zona Ekonómika Ezkluziva ne'ebé luan no nia rikeza iha rekursus naturais iha Tasi laran ne'ebé hale'u territóriu tomak, inklui rekursus enerjétikus hosi Tasi Timor, sai urjente atu haree oinsá dezenvolve kapasidade navál atu Timor-Leste iha kondisaun atu proteje no prezerva ninia rekursus no nia Povu no, **liuliu, iha kombate ba peska ilegál**.

Nune'e, Defeza sei konsolida lejizlasaun ne'ebé nesesáriu hodi hadia Sistema Autoridade Marítima Timor-Leste (SAMTL) no Autoridade Marítima Nasionál, no implementa operasionálmente nia funsionamentu hanesan entidade ne'ebé ezerse poder públiku iha espasus marítimus, iha soberania no juridisaun nasionál no ho funsaun husi estrutura superiór diresaun nian, administrasaun no koordenasaun hosi órgaun no servisu ne'ebé hala'o iha ámbitu SAMTL.

Governu, iha área de defeza, sei buka alkansa objetivus hirak tuir mai:

- Defende soberania nasionál, konsolida pás no estabilidade no promove rekonsiliasaun no unidade nasionál;
- Promove servisu militar, nu'udar devér patriótiku no inkute iha profisionais setór ida ne'e atu sai modelu ezemplár ba sidadania no integridade;
- Envolve F-FDTL iha dezenvolvimentu ekonómiku, sosiál no umanu País nian;
- Dezenvolve asoens kooperasaun bilaterál no multilaterál, ba promosaun no prezervasaun ba pás no ba estabilidade nasionál, rejionál no mundiál, iha fortalesimentu ba seguransa koperativa;
- Asegura partisipasaun Forsas Armadas timor-nian iha forsas multinasionais no iha organizasaun internasionál sira, inklui operasoens ba manutensaun de pás no operasoens umanitárias husi Nasoens Unidas;
- Treina no hadia kapasidade Forsas Armadas atu fó apoiu ba populasaun sivíl, liuliu iha tempu dezastres naturais no kazus de emerjénsia sira seluk, iha ámbitu sistema integradu de seguransa nasionál nian;
- Hasa'e kbiit Komponente Navál ba iha defeza, vijilánsia, kontrolu no fiskalizasaun ba atividades marítimas no portuária iha ámbitu Sistema de Autoridade Marítima de Timor-Leste;
- Promove Komponente de Apoiu Aéreo, hodi partisipa ho

forma integrada na defesa militar do país, bem como vigiar o espaço aéreo nacional e participar de missões humanitárias em apoio à população civil;

· Promover a edificação de todas as capacidades das F-FDTL identificadas no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional;

· Rever e implementar o Conceito Estratégico Militar e a Lei da Programação Militar;

· Consolidar as bases estruturantes do Planeamento Estratégico da Defesa e Militar;

· Promover o estudo e a reflexão sobre a obrigatoriedade do serviço militar;

· Promover a participação das mulheres no setor da defesa, incluindo a criação de oportunidades de progressão nas carreiras, promovendo a igualdade de género.

Para a prossecução destes objetivos, irão ser levadas a cabo as seguintes ações:

· Assegurar que o setor da defesa, incluindo as F-FDTL através da implementação de uma cultura organizacional, é credível, profissional e bem equipado, com versatilidade para a realização de uma série de missões e com vocação para participar nos esforços de segurança, estabilidade e desenvolvimento nacional (PED 2020);

· Rever e atualizar o "Estudo Estratégico Força - 2020" e redefinir os planos de desenvolvimento e consolidação das F-FDTL, naquilo que ainda for necessário até à edificação dos documentos estruturantes do Planeamento Estratégico da Defesa e Militar;

· Implementar o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, incluindo a revisão e aprovação do respetivo quadro legal;

· Rever e implementar a Diretiva Ministerial de Planeamento e Defesa Militar, o Conceito Estratégico Militar, as Missões das F-FDTL, o Sistema e Dispositivo de Forças, a Lei de Programação Militar e o regime jurídico do aprovisionamento militar de modo a consolidar o ciclo do planeamento estratégico da defesa;

· Criar e implementar legislação específica para as infraestruturas militares;

· Melhorar as infraestruturas e edificar novas instalações militares para todas as componentes, incluindo as principais bases terrestres, aérea e navais;

· Transformar o Instituto de Defesa Nacional num estabelecimento de ensino superior de Defesa Nacional e promover a Academia Conjunta para as Forças de Defesa e as Forças e Serviços de Segurança para todas as instituições relevantes;

· Construir Bairros para as famílias dos Militares integrados

forma integrada iha defeza militár país, nune'e mós taumatan ba espasu aéreo nasionál no partisipa iha misoens umanitarias hodi apoia populasaun sivíl;

· Promove edifikasaun ba kapasidade hotu-hotu iha F-FDTL ne'ebé identifika ona iha Konseitu Estratéjiku de Defeza no Seguransa Nasionál;

· Revee no implementa Konseitu Estratéjiku Militár no Lei Programasaun Militár nian;

· Konsolida bazes estruturantes Planeamentu Estratéjiku de Defeza no Militár nian;

· Promove estudu no reflesaun kona-ba obrigatoriedade ba servisu militar;

· Promove partisipasaun feto iha setór Defeza, inklui fó oportunidades iha progresaun karreiras, ne'ebé promove igualdade ba jéneru.

Atu alkansa objetivus hirak ne'e, sei implementa asaun hirak tuirmai:

· Asegura atu setór de Defeza, inklui F-FDTL liuhosi implementasaun ba kultura organizasionál ida, ne'ebé kredível, profisionál no ekipadu ho di'ak, ho kbiit boot no luan atu hala'o misoens oioin, hodi bele partisipa iha esforsu seguransa, estabilidade no dezenvolvimentu nasionál (PED 2020);

· Haree fali ka Revee no atualiza "Estudu Estratéjiku Forsa-2020" no defini fali planu ba dezenvolvimentu no konsolidasaun ba Forsas Armadas, iha buat ne'ebé presiza to'o estabelese dokumentus estruturante ba Planeamentu Estratéjiku de Defeza no Militar;

· Implementa Konseitu Estratéjiku kona-ba Defeza no Seguransa Nasionál, inklui revizaun no aprovasaun ba nia kuadru legal;

· Revee no implementa Diretiva Ministeriál ba Planeamentu no Defeza Militar, Konseitu Estratéjiku Militar, Misoens ba F-FDTL, sistema no dispozitivu forsas nian, Lei ba Programasaun Militár no rejime jurídiku aprovizionamentu militár nian hodi konsolida siklu planeamentu estratéjiku defeza nian;

· Kria no implementa lejizlasaun espesífika ba infraestrutura militár sira;

· Hadi'a infraestruturas no harii instalasoens foun ba komponentes tomak, inklui bazes teritoriais no navais ne'ebé prinsipais;

· Tranforma Institutu Nasionál Defeza sai estabelesimentu ensinu superiór ba Defeza Nasionál no promove Akademia Konjunta ba Forsas Defeza no Forsas no Servisu Seguransa nian ba instituisaun relevante sira hotu;

· Harii Bairros ba família Militares ne'ebé integra ona iha Baze

nas Bases Militares, em diferentes localidades e sempre que necessário;

- Desenvolver estudos e planos de investimento para a construção de um Hospital dedicado à prestação de cuidados de saúde ao pessoal militar, policial e aos veteranos;
- Equipar as F-FDTL com equipamento, material e armamento moderno e de qualidade, em observância da legislação nacional e internacional em vigor;
- Implementar uma política de desenvolvimento integrado dos recursos humanos do setor da Defesa;
- Melhorar os processos de recrutamento militar, com base no mérito;
- Melhorar os sistemas e tecnologias de informação e desenvolver o sistema de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Cibersegurança, Informações e Vigilância (C5IRS);
- Melhorar os sistemas de abastecimento logístico e de manutenção através dos meios e recursos das F-FDTL;
- Proceder aos estudos de viabilidade para a criação de pequenas unidades industriais para a produção das rações de combate, fardamento e de munições de pequeno calibre (5.56mm e 9mm);
- Incrementar a capacidade das Componentes operacionais, terrestre, naval e das unidades de apoio;
- Dotar a Componente Naval com meios adequados ao cumprimento das suas missões;
- Reforçar e capacitar a Autoridade Marítima Nacional com vista a assegurar a soberania nos espaços marítimos sob jurisdição nacional e defesa dos recursos marítimos;
- Investir na formação de recursos humanos, civis e militares, para assegurar o bom funcionamento da Autoridade Marítima Nacional;
- Reforçar o desenvolvimento de Unidades de Forças Especiais;
- Reforçar a Componente de Apoio Aéreo para participar de forma integrada na defesa militar do país, bem como patrulhar e vigiar o espaço aéreo nacional e participar de missões humanitárias em apoio à população civil;
- Consolidar a cooperação bilateral e multilateral na área do treino e formação, promover parcerias estratégicas com países parceiros e contribuir para o desenvolvimento nacional e internacional;
- Criar oportunidades de treino e apoio logístico para aumentar a participação de elementos das F-FDTL nas operações de manutenção de paz e operações humanitárias das Nações Unidas;

Militár sira, iha lokalidade ne'ebé la hanesan no bainhira de'it presiza;

- Dezenvolve estudus no planus investimentu ba konstrusaun Hospitál Militár ida, ne'ebé dedika ba prestasaun kuidadus saúde ba pesoál militar, polisiál, no veteranus;
- Fornese F-FDTL ho ekipamentu, materiál no armamentu modernu no ho kualidade, tuir lejizlasaun nasionál no internasionál ne'ebé vigora hela;
- Implementa polítika integrada ba dezenvolvimentu ba rekursus umanus iha setór Defeza nian;
- Hadi'a prosesus de rekrutamentu militar, bazeia ba méritu;
- Hadi'a sistemas no teknolojia de informasaun no dezenvolve sistema de Komandu, Kontrolu, Komunikasaun, Komputadores, Siberseguransa, Informasaun no Vijilánsia (*C5IRS*);
- Hadi'a sistema abastesimentu lojístiku no manutensaun nian liuhosi meius no rekursus F-FDTL nian;
- Halo estudu viabilidade hodi kria unidade industriál ki'ik atu prodús *rações de combate* (hahán kombate nian), fardamentu no munisaun ho kalibre ki'ik (5.56mm no 9mm);
- Aumenta kapasidade ba Komponentes operasionais, terrestre, navál no unidade apoiu nian;
- Abastese ka fó ba komponente navál meius ne'ebé adekuadus hodi hala'o ninia misaun;
- Reforsa no kapasita Autoridade Marítima Nasionál, hodi asegura soberania no juridisaun nasionál no defeza rekursus marítimus nian;
- Investe iha formasaun ba rekursus umanus, sivíl no militár sira, hodi asegura funsionamentu ne'ebé di'ak ba Autoridade Marítima Nasionál;
- Reforsa dezenvolvimentu iha Unidades de Forsas Espesiais nian;
- Reforsa Komponente Apoiu Aéreu hodi partisipa ho forma integrada iha defeza militár nasaun nian, nune'e mós patrulla no tau-matan ba espasu aéreu nasionál no partisipa iha misoens umanitarias hodi apoia populasaun sivíl sira;
- Konsolida kooperasaun bilaterál no multilaterál iha área treinu no formasaun, promove parseria estratéjika ho paízes parseirus no kontribui ba dezenvolvimentu nasionál no internasionál;
- Kria oportunidades ba treinu no apoiu lojístiku hodi aumenta partisipasaun elementus F-FDTL iha operasoens ba manutensaun da pás no operasoens umanitárias Nasoens Unidas nian;

- Reforçar a capacidade do setor da defesa em termos das unidades de engenharia e saúde, para a prestação de apoio às populações, e em termos de formação linguística;

- Implementar o Sistema de Alerta Nacional e melhorar a capacidade de resposta a desastres naturais e emergências;

- Promover, juntamente com as Forças e Serviços de Segurança, bem como a Proteção Civil, exercícios conjuntos no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional;

- Continuar a desenvolver medidas e a implementar ações que conduzam a um processo de reforma justo e digno para os veteranos que ainda se encontrem no ativo.

6.9.2. Segurança

A Segurança, como uma das funções essenciais do Estado, é um pressuposto indispensável ao exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, dependendo da sua garantia à preservação da estabilidade da própria sociedade e o normal desenvolvimento da atividade económica.

Nos termos da Constituição, a PNTL e os serviços de segurança estão mandatados para defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna dos cidadãos, sendo rigorosamente apartidários e agindo de forma exemplar, em termos de respeito pelos direitos humanos.

Nesta medida, o Governo assume, como prioridade da sua ação, a adoção de políticas e de medidas concretas que continuem a contribuir para fazer de Timor-Leste um país mais seguro, reforçando a autoridade do Estado e o desenvolvimento e consolidação da eficácia das Forças e Serviços de Segurança, reconhecendo que este é um domínio em que a constituição do investimento apresenta, tanto a curto, como a médio e longo prazo, vantagens e benefícios exponenciais.

O Governo continuará, por isso, a implementar um plano estratégico abrangente que responda aos objetivos estratégicos da sua realidade, que abrange questões relevantes como a prevenção dos riscos para a estabilidade social, o combate à criminalidade, a proteção civil e a sinistralidade rodoviária.

No setor da Segurança, o Governo irá continuar a implementar um plano abrangente, de longo prazo, assegurando que o setor de Segurança cumpra o seu papel primordial de servir o povo e garantir a paz, a segurança e a estabilidade.

O Governo quer garantir a prossecução dos seguintes objetivos:

- Rever o quadro legal das instituições dos setores da Segurança Interna e da Proteção Civil relativamente às promoções, recrutamento e qualificação, e de acordo com a política estabelecida no PED 2011-2030 e com o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional;

- Desenvolver a capacidade operacional das instituições da Segurança Interna e da Proteção Civil, melhorando o cumprimento das suas missões;

- Reforsa kapasidade iha setór de Defeza, iha ámbitu unidades de enjeñaria no saúde, hodi fó apoiu ba populasoens, kona-ba formasaun linguístika;

- Implementa Sistema de Alerta Nasionál no had'ia kapasidade hodi hatán ba dezastres naturais no emerjensias;

- Promove hamutuk ho Forsa no Servisus de Seguransa, nune'e mós ba protesaun Sivíl, ezersísiu hamutuk iha ámbitu sistema integradu Seguransa Nasionál nian;

- Kontinua dezenvolve medidas no implementa asoens ne'ebé bele lori ba iha prosesu reforma ida ne'ebé justu no dignu, ba Veteranus ne'ebé sei ativu hela iha F-FDTL.

6.9.2. Seguransa

Seguransa, nu'udar funsaun ka devér esensiál ida mós ba Estadu, sai hanesan kondisaun indispensável ba ezersísiu direitus no liberdades fundamentais sidadauns nian, no prezervasaun estabilidade iha sosiedade laran rasik no funsionamentu normál atividade ekonómika, depende tebetebes ba garantia ida ne'e.

Tuir Konstituisaun, PNTL no servisus de Seguransa iha devér atu defende legalidade demokrátika no garante seguransa interna ba sidadauns, no Polísia no Forsas de Seguransa labele tama ka defende partidu ida, hodi bele atua ho forma ezemplár ka hodi sai nu'udar ezemplu, hatudu respeitu ba ema hotu-hotu.

Nune'e, Governu assume, hanesan prioridade ba nia asaun, kaer polítikas no medidas ne'ebé konkretas hodi kontinua garante katak Timor-Leste País ida ne'ebé seguru duni, hodi reforsa autoridade Estadu-nian, no hodi dezenvolve no konsolida efikásia Forsas no Servisus de Seguransa, no rekoñese mós katak, iha área ida ne'e, investimentu saida de'it sei lori, iha kurtu, médiu no longu prazo, vantajens no benefísios ne'ebé di'ak.

Governu mós sei kontinua implementa plano estratjiku abranjente ida, ne'ebé bele fó resposta ba objetivus estratéjikus, husi nia realidade rasik, no loke-an ba kestoens relevantes, hanesan prevensaun de riskus ba estabilidade sosiál, kombate ba kriminalidade, protesaun sivíl no sinistralidade ka asidentes iha estrada. Iha setór seguransa, Governu sei kontinua implementa planu ida abranjente, ba tempu naruk ka longo prazu, hodi asegura katak setór seguransa kumpre nia papel primordiál atu servi povu no garante pás, seguransa no estabilidade.

Governu hakarak alkansa objetivus hirak tuir mai:

- Haree hikas kuadru legál ba instituisoens iha setór de Seguransa Interna no Protesaun Sivíl kona-ba promosaun, rekrutamentu no kualifikasaun no, tuir polítika ne'ebé estabelese ona iha PED 2011-2030 no iha Konseitu Estratéjiku de Defeza no Seguransa Nasionál;

- Dezenvolve kapasidade operasionál husi Instituisoens seguransa interna no protesaun sivíl, hodi hadi'a sira iha kumprimentu misoens ne'ebé simu;

- Intensificar a desconcentração dos serviços, aproximando-os dos cidadãos em todo o território nacional;
- Continuar a apostar no reforço da Proteção Civil, através da efetiva implementação legal e operacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Continuar a aperfeiçoar o Serviço de Migração, implementando as leis e os regulamentos em vigor, nomeadamente a nova Lei de Migração e Asilo;
- Reforçar a capacidade da Unidade de Patrulhamento de Fronteiras, através da construção de postos de vigilância e aquisição dos equipamentos necessários;
- Reforçar a capacidade da Direção Nacional de Segurança Rodoviária, garantindo a existência de serviços acessíveis aos cidadãos e a adoção de regras e procedimentos na gestão e procedimento dos autos de contraordenação rodoviária;
- Aperfeiçoar os mecanismos internos de monitorização e reporte do cumprimento pelo respeito dos direitos humanos;
- Continuar a melhorar o sistema de prevenção e resolução de conflitos comunitários;
- Reforçar a formação e a especialização de recursos humanos, através de programas de estudos ou estágios, de média e longa duração, em instituições homólogas dos Estados membros da CPLP;
- Reforçar a cooperação bilateral com os Estados-membros da CPLP e ASEAN em áreas de relevo, de competências especializadas e à prestação de assistência técnica;
- Avaliar, rever a atualizar o Plano Estratégico de Segurança Interna 2030, com vista a adequá-lo aos desafios atuais dos setores da Segurança Interna e da Proteção Civil;
- Implementar o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional e as capacidades identificadas para as Forças e Serviços de Segurança;
- Aperfeiçoar os procedimentos e mecanismos de planeamento, orçamentação, gestão financeira, aprovisionamento, logística e recursos humanos, através da implementação das leis aplicáveis e da adoção de regras e procedimentos uniformes e transparente na prática dos atos respetivos;
- Assegurar a ordem e segurança de pessoas e bens, garantir a paz, a estabilidade e a harmonia social, prevenindo e combatendo a criminalidade;
- Garantir o respeito pelos direitos humanos de todos os cidadãos, na atuação das forças de segurança;
- Profissionalizar as Forças e Serviços de Segurança;
- Modernizar a Instituição, incluindo os sistemas e processos, adotando procedimentos modernos e eficientes, também fazendo uso das Tecnologias da Informação;

- Intensifika deskonsentrasaun servisus, hodi hakbesik tan ba sidadauns, iha territóriu nasionál tomak;
- Kontinua haree atu reforsa Protesaun Sivíl, iha ninia implementasaun lolós tuir lei no iha Área operasionál husi Autoridade Nasionál de Protesaun Sivíl;
- Kontinua hadi'a Servisus de Migrasaun, hodi implementa leis no regulamentus ne'ebé vigora, liuliu Lei (foun) de Migrasaun e Asilu;
- Reforsa kapasidade Unidade Patrullamentu Fronteira, liuhosi konstrusaun ba postu vijilánsia no akizisaun ba ekipamentu sira ne'ebé presiza;
- Reforsa kapasidade Diresaun Nasionál de Seguransa Rodoviária, atu garante katak iha servisus asesíveis ba sidadauns no atu adopta regras no prosedimentus iha jestaun no prosesu halo autus ba kazus iha Estrada;
- Aperfeisoa mekanizmus internus monitorizasaun nian no iha reporte kona-ba kumprimentu ba respeito direitus umanus;
- Kontinua hadi'a Sistema de prevensaun no rezolusaun ba konflitus komunitárius;
- Reforsa formasaun no espesializasaun iha Rekursus umanus, liuhusi programas de estudu ka estájius, ba media no longa durasaun, iha instituisoens hanesan iha Estados-membros CPLP;
- Reforsa kooperasaun bilaterál ho Estadus-membros CPLP ho ASEAN, iha áreas importantes ba kompetensias espesializadas no iha assisténsia téknika;
- Avalia, Revee no atualiza Plano Estratéjiku de Seguransa Interna nian 2030, atu nune'e bele ajusta ho dezafius atuais ka ohin-loron nian, iha setores de seguransa interna no protesaun sivíl;
- Implementa Konseitu Estratéjiku ba Defeza no Seguransa Nasionál no ba kapasidade ne'ebé identifika ona ba iha Forsas no Servisus de Seguransa nian;
- Aperfeisoa prosedimentus no mekanizmus ba planeamentu, orsamentasaun, jestaun finanseira, aprovizionamentu, lojístika no rekursus umanus, liuhusi implementasaun de leis ne'ebé vigora no adopsaun de regras no prosedimentus uniformes ka hanesan no transparentes, iha kada área ne'ebé temi iha leten;
- Asegura orden no seguransa ema nian no sasán, garante pás no estabilidade no mós harmonia sosiál, hodi prevene no kombate kriminalidade;
- Garante respeitu ba direitus umanus sidadauns hotu nian, ho atuasaun forsas de seguransa nian;
- Profisionaliza Forsas no Servisus de Seguransa;
- Moderniza Instituisaun ida ne'e, inklui mós sistemas no prosesus, hodi adopta prosedimentus ne'ebé modernus no efisientes, no mós liu hosi uza teknolojia de informasaun;

· Promover a participação das mulheres no setor da Segurança, incluindo a criação de oportunidades de progressão nas carreiras.

Para tal, irão ser desenvolvidas as seguintes ações:

· Assegurar que o setor da Segurança, incluindo a Polícia Nacional de Timor-Leste, venha a funcionar com profissionais qualificados e responsáveis, apoiados por infraestruturas e equipamentos modernos, regidos por regulamentos que promovam a eficácia, a responsabilidade e a boa governação do setor (PED 2020);

· Continuar a implementar o Plano da Segurança Interna 2030, baseado nos seus objetivos estratégicos com o enfoque, a curto-prazo, na implementação da segunda fase dedicada ao "Alargamento e Desenvolvimento da Segurança Interna (2016-2020)";

· Reformar o quadro legal para a modernização e melhoria da atuação da Polícia e das Direções Civis e Operacionais, de acordo com o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional e PED 2011-2030;

· Rever e reformar o quadro legal para o controlo efetivo das fronteiras terrestres e marítimas;

· Rever e atualizar o Regulamento da Disciplina da PNTL;

· Criar mecanismos de prevenção e gestão de conflitos para mudar atitudes e mentalidades, promover a democracia, a tolerância e o respeito pela diferença;

· Reforçar o modelo de policiamento comunitário e capacitar as Forças Policiais na resolução de conflitos, orientando os profissionais do setor para um modelo de policiamento que vise as comunidades;

· Rever a Lei das Artes Marciais e Armas Brancas, reforçar o estatuto da Comissão Reguladora de Artes Marciais (CRAM) e dar continuidade à prática de policiamento comunitário (visibilidade, envolvimento e profissionalismo);

· Aperfeiçoar a capacidade operacional na consolidação da segurança pública;

· Aperfeiçoar a capacidade operacional para a prevenção da criminalidade e investigação criminal;

· Reforçar a coordenação e cooperação entre a Polícia Nacional de Timor-Leste e a Polícia Científica de Investigação Criminal, que passará a estar na dependência do Comando da PNTL;

· Reforçar a capacitação institucional e modernizar infraestruturas, equipamentos e as tecnologias de informação do setor, incluindo a informatização do sistema de recolha e tratamento das informações;

· Investir na capacitação das Forças de Segurança, no que respeita ao atendimento ao público, assegurando atendimento adequado a mulheres e crianças e a pessoas com necessidades especiais;

· Promove partisipasaun Feto iha Setór de Seguransa, inklui kriasaun de oportunidades ba progresaun de karreiras.

Nune'e, sei dezenvolve asaun hirak tuir mai:

· Asegura atu setór de seguransa, inklui mós Polísia Nasionál de Timor-Leste, bele ona funsiona ho profisionais kualifikadus no responsáveis, ne'ebé hetan apoiu iha infraestruturas no ekipamentus modernus, no haktuir didi'ak regulamentus ne'ebé promove efikásia, responsabilidade no boa governasaun iha Setór ne'e (PED 2020);

· Kontinua implementa Planu Estratéjiku ba Seguransa Interna tinan 2030, bazeia ba sira nia objetivus estratéjikus, liuliu, iha tempu badak ka kurtu prazu, iha implementasaun ba faze daruak, ne'ebé dedika ba "Alargamento no Dezenvolvimentu ba Segurança Interna" (2016-2020);

· Reforma kuadru legál hodi halo modernizasaun no hadi'a atuasaun polísia no diresoens sivíl no operasionál nian, haktuir Konseitu Estratéjiku ba Defeza no Seguransa Nasionál no PED 2011-2030;

· Haree fali ka Revee no halo reforma ba kuadru legál atu halo kontrolu efetivu ba iha fronteiras terrestre no marítima;

· Revee no atualiza Regulamentu de Disiplina PNTL nian;

· Kria mekanizmu prevensaun no jestaun de konflitus atu muda atitudes no mentalidades, promove demokrasia, toleránsia no respeitu ba diferensa;

· Reforsa modelu polisiamentu komunitáriu no kapasita forsas polisiais hodi buka rezolve konflitus, hodi orienta profisionais iha setór ne'e ba modelu polisiamentu ida ne'ebé tau matan ba komunidades;

· Revee Lei kona-ba Artes Marsiais no Armas Brankas, reforsa estatutu da Komisaun Reguladora de Artes Marsias (CRAM) no fó kontinuidade ba prátika polisiamentu komunitáriu (ho vizibilidade, envolvimentu no profisionalismu);

· Hadi'a tan kapasidade operasionál, iha konsolidasaun seguransa públika;

· Hadi'a di'ak liu kapasidade operasionál hodi halo prevensaun ba kriminalidade no investigasaun kriminál;

· Reforsa koordenasaun no kooperasaun entre Polísia Nasionál de Timor-Leste no Polísia Sientífika ba Investigasaun Kriminál, ne'ebé, ba oin, sei depende husi Komandu PNTL;

· Reforsa kapasitasaun institusionál no moderniza infraestruturas, ekipamentus no teknolojias informasaun iha setór, inklui mós tau iha informátika sistema rekolla no tratamentu ba informasaun;

· Investe iha kapasitasaun forsas de seguransa kona-ba respeitu iha atendimentu ba públiku, hodi asegura atendimentu ne'ebé adekuadu ba feto no labarik sira no ema sira ne'ebé ho nesesidade espesiál;

- Assegurar a existência de uma Unidade de Tráfego e Segurança Rodoviária bem formada e profissional nas estradas de todo o país, garantindo o cumprimento rigoroso do Código da Estrada (PED 2020);
- Criar a Academia da Polícia;
- Assegurar a qualidade do ensino das ciências policiais para elevar os conhecimentos dos agentes da Polícia;
- Promover a Direção Nacional da Segurança Rodoviária e diminuir a sinistralidade, intensificando ações policiais de prevenção e controlo, bem como através da promoção de campanhas abrangentes de educação rodoviária;
- Promover a educação cívica dos cidadãos, sobre a utilização das vias públicas e respetivas regras de transito, ao nível intersectorial;
- Rever e elaborar um quadro legal que harmonize e melhore a legislação rodoviária e elaborar um Plano Nacional de Prevenção e Segurança Rodoviária;
- Proteger e preservar o património do Estado de acordo com os objetivos aprovados;
- Continuar a desenvolver a cooperação bilateral e internacional com os parceiros de desenvolvimento, a fim de assegurar o desenvolvimento do setor;
- Continuar a investir em infraestruturas, incluindo edifícios civis, Comandos Municipais, esquadras e centros de formação.

6.9.3. Serviços de Migração

- Regulamentar a Lei n.º 11/2017, de 24 de maio, alterada pela Lei n.º 10/2021, de 16 de junho, sobre Migração e Asilo e elaborar uma nova "*green list*";
- Aprovar os modelos e formulários necessários à implementação da Lei de Migração e Asilo;
- Regulamentar a organização, o conteúdo e o funcionamento do Sistema de Gestão das Fronteiras;
- Implementar uma rede digital própria de comunicações, para o Sistema de Gestão de Fronteiras, que permita a ligação entre a Direção Geral e Delegações Regionais e Postos Consulares;
- Estabelecer os mecanismos para a implementação de fronteiras eletrónicas (*E-Gates*) nos principais postos das entradas;
- Rever o estatuto pessoal do Serviço de Migração, de modo a garantir aos funcionários a definição das funções e carreiras;
- Reforçar os serviços consulares para proceder à emissão de vistos de turismo;

- Asegura ezisténsia Unidade de Tráfegu no Seguransa Rodoviária ne'ebé formadu ho di'ak no profisionál, iha estradas rai laran tomak, nune'e garante kumprimentu ne'ebé rigorozu iha kódigu estrada (PED 2020);
- Kria Akademia Polísia;
- Asegura kualidade ensinu ba siénsia polisiál hodi hasa'e koñesimentu ajente Polísia nian;
- Promove Diresaun Nasionál de Seguransa Rodoviária no hamenus asidentes, nune'e mós aumenta asaun Polísia sira nian, hodi prevene no kontrola, nune'e mós liuhosi promosaun kampañas ne'ebé abranjente iha edukasaun rodoviária;
- Promove edukasaun sívika ba sidadauns hotu, kona-ba utilizasaun via públika no ba regras de tránzitu, iha nível intersetoriál;
- Haree fali no elabora kuadru legál ida ne'ebé bele harmoniza no hadi'a lejizlasaun rodoviária nian no elabora Planu Nasionál kona-ba Prevensaun no Seguransa Rodoviária;
- Proteje no prezerva patrómóniu Estadu, tuir objetivus ne'ebé aprovadu ona;
- Kontinua dezenvolve kooperasaun internasionál ho parseirus dezenvolvimentu, hodi asegura dezenvolvimentu iha setór;
- Kontinua investe iha infraestruturas, inklui mós edifísiu sivíl, eskuadras no Sentrus formasaun.

6.9.3. Servisus Migrasaun

- Regulamenta Lei nu. 11/2017, 24 fulan-maiu, ne'ebé altera ona hosi Lei nu. 10/2021, loron 16 fulan-juñu, kona-ba Migrasaun no Azilu, no elabora '*green list*' foun ida;
- Aprova modelos no formulárius ne'ebé presiza atu implementa Lei Migrasaun no Azilu;
- Regulamenta organizasaun, konteúdu no funsionamentu ba Sistema de Jestaun Fronteiras;
- Implementa rede dijitál própria ida ba komunikasoens ba Sistema jestaun de fronteiras, ne'ebé permite ligasaun entre Diresaun Jerál no Delegasoens rejionais no Postos konsulares;
- Estabelese mekanizmu sira hodi implementa fronteiras eletronikas (*E-Gates*) iha postos prinsipais de entrada ka ema tama mai;
- Revee estatutu pessoál Servisu Migrasaun nian, hodi garante iha definisaun klara kona-ba funsoens no karreiras ba funsionarios iha instituisaun ne'e;
- Reforsa servisu konsulár sira hodi halo emisaun ba vistu turizmu sira;

· Construir um edifício próprio para a Direção-Geral do Serviço de Migração;

· Melhorar as infraestruturas e equipamentos dos Serviços de Migração nas fronteiras, para assegurar o controlo de entradas e saídas de cidadãos nacionais e estrangeiros;

· Formar e reforçar as capacidades dos profissionais dos Serviços de Migração e controlo de fronteiras.

6.9.4. Serviço Nacional de Inteligência

· Reformar o quadro legal do Serviço Nacional de Inteligência e o quadro orgânico de pessoal de forma adequada ao desempenho da missão;

· Aprovar e implementar o Plano Estratégico do Serviço Nacional de Inteligência;

· Promover a formação dos recursos humanos e a capacitação institucional do Serviço Nacional de Inteligência;

· Dotar os serviços com meios adequados de pesquisa, recolha e análise de informações e dados, capacitando a instituição com equipamentos e meios tecnológicos necessários ao desempenho das suas funções;

· Promover a coordenação e cooperação com as Forças de Defesa e com as Forças de Segurança, para prevenção e combate a ameaças internas e externas;

· Promover a cooperação internacional entre o Serviço Nacional de Inteligência de Timor-Leste e outras entidades congéneres de outros países.

6.9.5 Autoridade Nacional de Proteção Civil

· Rever a Lei da Proteção Civil, Lei n.º 12/2020, de 2 de dezembro, de forma a reforçar o Sistema Nacional de Proteção Civil de forma integrada com as autoridades municipais e com os ministérios relevantes;

· Desenvolver uma carreira profissional dos funcionários da Proteção Civil e Bombeiros, através da criação de uma carreira própria;

· Construir um edifício próprio para a Autoridade Nacional de Proteção Civil, dotado dos equipamentos necessários ao planeamento e coordenação das atividades de Proteção Civil e Bombeiros;

· Continuar a implementação de um sistema de número único de emergência, para os serviços de apoio policial, médico e bombeiros;

· Estabelecer acordos de cooperação bilateral na área de Proteção Civil e Bombeiros;

· Desenvolver um programa de apoio à capacitação dos recursos humanos, assim como infraestruturas e equipamento necessário à atuação da Proteção Civil, incluindo um corpo organizado e profissional de Bombeiros, para que levem a cabo a sua missão com eficiência e responsabilidade (PED 2020);

· Konstrói edifísiu próprio ida ba Diresaun-Jerál Servisu Migrasaun;

· Hadi'a infraestruturas no ekipamentus iha servisus migrasaun iha fronteiras hodi asegura kontrolu ba tama-no-sai sidadauns nasionais no estranjeirus;

· Forma no reforsa kapasidades profisionais servisus migrasaun nian no kontrolu iha fronteiras.

6.9.4. Servisu Nasionál de Intelijénsia

· Reforma kuadru legál hosi Servisu Nasionál Intelijénsia no kuadru orgániku pesoál nian ho adekuadu ba dezempeñu funsaun;

· Aprova no implementa Planu Estratéjiku do Servisu Nasionál de Intelijénsia;

· Promove formasaun de rekursus umanus no kapasitasaun institusionál, iha Servisu Nasionál de Intelijénsia;

· Adopta servisus ho meius ne'ebé adekuadus iha peskiza, rekolla no análize informasaun no dadus, hodi kapasita instituisaun ho ekipamentus no meius teknolójikus ne'ebé nesesárius, ba dezempeñu ninia funsaun;

· Promove koordenasaun no kooperasaun ho Forsas de Defeza no Forsas de Seguransa, atu prevene no hasoru ameasas internas ka esternas;

· Promove kooperasaun internasionál entre Servisu Nasionál de Intelijénsia de Timor-Leste ho entidades konjéneres paízes seluk nian.

6.9.5. Autoridade Nasionál de Protesaun Sivíl

· Revee Lei Protesaun Sivíl nian, Lei n.º 12/2020, loron 2 fulan-dezembru hodi reforsa Sistema Nasionál de Protesaun Sivíl ho forma integrada ho autoridade munisipál no ho ministériu relevante sira;

· Dezenvolve kareira profisionál ba funsionárius de Protesaun Sívil no Bombeirus, liuhosi kriasaun karreira rasik;

· Harii edifisiu rasik ba Autoridade Nasionál de Protesaun Sivíl, ne'ebé iha ekipamentus nesesárius ba planeamentu no koordenasaun iha atividades protesaun sivíl no bombeiros nian;

· Kontinua implementasaun ba sistema númeru úniku emerjénsia nian ida, ba servisu de apoiu husi Polísia, médikus no Bombeirus;

· Estabelese akordu de kooperasaun bilaterál iha area Protesaun Sívil no Bombeirus;

· Dezenvolve programa hodi apoiu ba kapasitasaun rekursus umanus, nune'e mós infraestruturas no ekipamentus ne'ebé presiza, atu atua iha protesaun sivíl, inklui mós Korpu de Bombeiros, organizadu no professionál, atu bele lori sirania misaun de servisu ho efisiénsia no responsabilidade (PED 2020);

- Capacitar a Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Desenvolver o Serviço Nacional de Bombeiros;
- Criar mecanismos de alerta antecipado perante situações de desastres naturais e meios adequados de resposta e atuação.

6.10. Relações Internacionais e Política Externa

Timor-Leste é uma pequena Nação, com uma localização geográfica altamente estratégica, cuja segurança depende do estabelecimento de relações de amizade e de cooperação sólidas com países dos vários pontos do globo, mas, sobretudo, com os países vizinhos, os países da região e os países com os quais partilha laços culturais, históricos e de solidariedade de longa data, destacando-se naturalmente os países de língua oficial portuguesa.

Também é consistente com os fundamentos constitucionais, Timor-Leste rege-se pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e independência, da soberania permanente dos povos sobre as suas riquezas e recursos naturais, da proteção dos direitos humanos, do respeito mútuo pela soberania, integridade territorial e igualdade entre Estados e da não ingerência nos assuntos internos dos Estados.

A história da independência nacional é indissociável dos atos de diplomacia, amizade e solidariedade de governos e povos de todo o mundo. O objetivo da política externa timorense não poderia ser outro que não continuar a manter e a reforçar as relações de amizade e de cooperação e a promover, na cena internacional, a reconciliação, a paz, a estabilidade, a justiça e uma ordem económica internacional que permita a realização destes objetivos e que contribua para reduzir a pobreza e para o desenvolvimento sustentável mundial.

Timor-Leste irá ainda conduzir uma política externa que fomente a cooperação bilateral, regional e multilateral, potenciando parcerias económicas, sociais e culturais com outros países, essenciais à captação de investimento e à capacitação das instituições e recursos humanos do país.

Neste contexto, o Governo preconizará os seguintes objetivos no âmbito das relações internacionais e da política externa:

- Promover os interesses nacionais que decorrem do contexto histórico, geográfico, cultural e estratégico do país, preservando a identidade nacional;
- Fortalecer as relações de amizade, cooperação e solidariedade com todos os Estados, com base nos princípios constitucionais de soberania e independência, segundo o princípio de "não há aliados nem inimigos, todos serão unicamente e apenas amigos" – este será o lema do IX Governo Constitucional, que orientará as Relações Internacionais e a Política Externa, na atual e difícil conjuntura mundial;

- Kapasita Autoridade Nasionál de Protesaun Sívil;
- Dezenvolve Servisu Nasionál de Bombeirus;
- Kria mekanizmu de Alerta, atu reaje no aviza molok iha situasaun dezastre naturál, no meius adekuadus ba resposta no atuasaun.

6.10. Relasaoes Internasionais no Polítika Esterna

Timor-Leste, meia-illa ida ne'ebé lokalizada iha Sudeste Asiático, ne'ebé nia seguransa depende ba estabelesimentu relasoens de amizade no kooperasaun sólidas ho paízes hosi fatin-fatin iha mundu, no liuliu, ho paízes viziñus, ho paízess iha rejiaun no paízes ne'ebé Timor Leste partilla lasus istórikus, kulturais no solidariedade hori uluk kedas, hanesan paízes ho língua ofisiál portugueza.

Nomós konsistente ho fundamentus konstituisaun nian, Timor-Leste kaer metin prinsípius kona-ba independénsia nasionál, direitu povus nian ba autodeterminasaun, soberania permanente povu-nian kona-ba ninia riku-soi no rekursus naturais, kona-ba protesaun ba direitus umanus, respeitu malu iha soberania, integridade teritoriál no mós kona-ba igualdade entre Estadus no kona-ba labele iha interferénsia iha asuntus internus Estadus nian.

Istória independénsia nasionál labele hadok-an husi atus diplomátikus, amizade no solidariedade hosi governus no povus iha mundu tomak. Objetivu polítika externa timorense labele iha dalan seluk, se lae atu kontinua mantein no reforsa relasoens amizade no kooperasaun, hodi promove, iha palku internasionál, rekonsiliasaun, pás, estabilidade, justisa no sistema internasionál, ne'ebé bele permite atu hala'o objetivus hirak ne'e, hodi kontribui hamenus kiak no dezenvolvimentu sustentável iha nível mundiál.

Timor-Leste, tenke lori polítika esterna ida ne'ebé promove kooperasaun bilaterál no multilaterál, hodi loke dalan ba parserias ekonomikas, sosiais no kulturais ho nasoens seluk, lne'ebé esensiál tebes atu atrai investimentu no kapasitasaun ba instituisoens no ba rekursus umanus País ne'e nian.

Iha kontestu ida ne'e, IX Governu sei hamosu objetivus hirak tuir mai, iha ámbitu relasoens internasionais no polítika esterna:

- Promove intereses nasionais ne'ebé mai husi kontextu istóruku, jeográfiku, kulturál no estratéjiku país nian, hodi prezerva identidade nasionál;
- Harii imajen ida kredível ba país independente no responsável no defende toleránsia, direitos umanus, Estadu de direito demokrátiku no Sistema mundiál ho regras klaras no aseites internasionálmente;
- Fortalese relasoens de amizade, kooperasaun no solidariedade ho Estadus hotu-hotu, ho baze iha prinsípius konstitusionais kona-ba soberania no independénsia, tuir prinsípiu de 'la iha aliadus, nem inimigus, hotu-hotu mesak amigus de'it' – ida ne'e mak lema husi IX Governu Konstitusionál, ne'ebé sei orienta Relasoens Internasionais no Polítika Esterna, iha atuál no difísil konjuntura internasionál;

- Finalizar as fronteiras terrestres e marítimas permanentes com a Indonésia para completar a luta de Timor-Leste pela soberania plena sobre as suas terras e mares;

- Afirmar os laços de amizade e cooperação no espaço regional e à escala global, com prioridade com quem Timor-Leste partilha fronteiras terrestres e marítimas: a Indonésia e a Austrália e os países com que partilha uma matriz identitária comum - histórica, cultural e linguística - designadamente os países da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP);

- Reforçar a solidariedade, a cooperação e a agenda comum dos Países frágeis e afetados por conflito, particularmente com vista à implementação de iniciativas que levem ao desenvolvimento e à consolidação da paz e da estabilidade, no âmbito do g7+;

- Reforçar as relações de amizade e de cooperação bilateral com os países do Sudeste Asiático, e continuar a consolidar a representação diplomática em todos os países membros da ASEAN;

- Priorizar a adesão à ASEAN, desenvolvendo iniciativas com os países-membros da ASEAN com vista à promoção de reformas nacionais que vão ao encontro das diretrizes desta Associação, continuando todos os esforços para que Timor-Leste se torne membro efetivo de pleno direito desta organização;

- Reforçar as relações internacionais com os países do Pacífico, incluindo a participação como Observador no Fórum das Ilhas do Pacífico, bem como dos Estados das Pequenas Ilhas do Pacífico em Desenvolvimento, com quem Timor-Leste partilha tanto em comum;

- Aprofundar as relações históricas entre a Igreja Católica e Timor-Leste para o bem comum e construção de uma sociedade que promova a dignidade da pessoa e fraternidade humana, a justiça e a paz, através da cooperação com a Santa Sé e a implementação do acordo bilateral assinado, a Concordata;

- Promover o multilateralismo enquanto objetivo prioritário da política externa, face à complexidade da conjuntura internacional. Neste âmbito, o reforço de envolvimento junto da Organização das Nações Unidas será uma prioridade, valorizando-se os assuntos de interesse de Timor-Leste e na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a participação construtiva na reforma do Conselho de Segurança, bem como em temas centrais como as alterações climáticas, os assuntos do mar e a sustentabilidade dos oceanos, a Economia Azul, a questão das migrações e refugiados, bem como iniciativas de cariz humanitário;

- Reforçar as relações de amizade e de cooperação bilateral com países amigos e importantes parceiros de desenvolvimento, tais como Portugal, Austrália, Indonésia, Estados Unidos da América, Cuba, Nova Zelândia, Japão, Coreia do Sul, Reino Unido, Irlanda e a China, bem como com os restantes países do BRICS, da CPLP, ASEAN e os

- Finaliza ka hakotu fronteiras terrestres no marítimas permanentes ho Indonesia atu kompleta luta Timor-Leste nian ba soberania plena ba ninia Rai no ninia Tasi;

- Reforsa lasus de amizade no kooperasaun, iha espasu rejionál no eskala globál, ho prioridade ba Rai sira ne'ebé Timor-Leste partilla fronteiras terrestres no marítimas, Austrália no Indonézia, no ho paízes ne'ebé partilla lasus istórikus, kulturais no língua komum, hanesan CPLP;

- Reforsa solidariedade, kooperasaun no ajenda komun ida ba paízes frájeis no afetadus ho konflitu, liuliu atu implementa inisiativas ne'ebé bele lori Rai sira ne'e ba dalan dezenvolvimentu no ba konsolidasaun pás no estabilidade, iha ámbitu g7+;

- Reforsa relasoens de amizade no kooperasaun bilaterál ho paízes Sudeste Asiátiku nian no kontinua konsolida reprezentasaun diplomátila iha Paízes hotu membros ASEAN;

- Hasai nu'udar prioridade adesaun ba ASEAN, hodi dezenvolve inisiativas ho países-membros da ASEAN atu haree ba reformas nacionais ne'ebé ba hasoru ho diretrizes husi Assosiasaun ne'e, hodi kontinua esforsus hotu-hotu atu Timor-Leste bele sai membro efetivu ho pleno direito iha Organizasaun ne'e;

- Reforsa relasoens internasionais ho illas Pasífiku, inklui partisipasaun nu'udar Observador iha Forum das Illas do Pasífiku, no mós ho Estados husi Illas ki-ki'ik iha Pasífiku, ne'ebé buka hela hala'o sira dezenvolvimentu, tanba ho sira Timor-Leste partilla buat barak em komum;

- Hakle'an relasoens istórikas entre Igreja Katólika ho Timor-Leste ba bem komum no atu harii sosiedade ne'ebé promove dignidade ema no fraternidade umana, justisa no pás, liu hosi kooperasaun ho Santa Sé no implementasaun akordu bilaterál ne'ebé assina ona – Konkordata;

- Promove multilateralismu, hanesan objetivu prioritário ba polítika esterna, hare ba komplexidade konjuntura internasionál. Nune'e, reforso iha envolvimento iha ONU sai mós prioridade, hodi fó valor ba asuntus de interesse ba Timor-Leste no promosaun ba Objetivus de Dezenvolvimentu Sustentável, no mós partisipasaun konstrutiva ba reforma Konsello de Seguransa, no mós iha temas hanesan altersaoens klimatikas, assuntos Tasi nian no sustentabilidade Oseanus nian, Ekonomia Azul, problema de migrasoens no refujiadus, no mós inisiativas ho karater umanitáriu;

- Reforsa relasoens amizade no kooperasaun bilaterál ho paízes amigus ne'ebé sai parseirus importantes ba dezenvolvimentu, hanesan Portugál, Austrália, Indonézia, Estadus Unidus Amérika, Kuba, Nova Zelándia, Japaun, Koreia do Sul, Reinu Unidu, Irlanda no China, no mós ho paízes ne'ebé pertense ba BRICS, CPLP, ASEAN no ninia

seus parceiros de diálogo (Austrália, Canadá, China, União Europeia, India, Japão, Nova Zelândia, República da Coreia, Federação da Rússia, Reino Unido e Estados Unidos da América) e demais parceiros externos, e com os países da região do Golfo;

- Consolidar os laços de amizade e de cooperação com os países da União Europeia, bem como continuar a apostar nos projetos de cooperação realizados em parceria com esta organização;

- Reforçar as relações internacionais com países empenhados em consolidar o seu desenvolvimento e defender a integridade territorial, tais como os Estados das Pequenas Ilhas do Pacífico em Desenvolvimento, bem como aqueles países empenhados no uso e controlo das suas riquezas em benefício dos seus povos;

- Defender os princípios fundamentais do Movimento dos Não Alinhados e da Carta das Nações Unidas, na preservação e promoção da paz mundial, através do diálogo e da diplomacia entre os Estados e evitar o uso da força na resolução de conflitos;

- Continuar a fortalecer o papel de Timor-Leste nas organizações regionais e internacionais como o Fórum das Ilhas do Pacífico, o Fórum Regional da ASEAN, o Diálogo do Pacífico Sudoeste, o Grupo de Estados África, Caraíbas e Pacífico, ACP-UE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Asiático para o Desenvolvimento, Asian Infrastructure Development Bank, Organização Mundial do Comércio, Bali Democracy Forum, Melanesian Spearhead Group, Coral Triangle Initiative, e outras organizações internacionais;

- Reativar a participação de Timor-Leste no Fórum de Macau com o objetivo de reforçar a cooperação económica e comercial entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa.

6.11. Delimitação de Fronteiras Terrestres e Marítimas

No âmbito da política externa, a delimitação de fronteiras, marítimas e terrestres, é uma prioridade nacional, já que se trata de uma questão de soberania nacional.

Timor-Leste conseguiu levar a Austrália para as negociações, no âmbito da Conciliação Obrigatória, e no mês de março de 2018, Timor-Leste e Austrália assinaram o Tratado na presença do Secretário-Geral da ONU e, no dia 30 de agosto de 2019, Timor-Leste ratificou o Tratado.

Para alcançar a soberania total, Timor-Leste deve finalizar as fronteiras terrestres e marítimas com a Indonésia, de acordo com o direito internacional, como uma questão de prioridade nacional.

6.12. Desenvolvimento Institucional da Política Externa

Tendo em vista a implementação da política externa do país, no âmbito das relações internacionais, o Governo continuará a fortalecer as instituições responsáveis pela aplicação da sua

parseiru diálogu sira (Austrália, Canadá, China, União Europeia, India, Japão, Nova Zelándia, República da Coreia, Federação da Rússia, Reino Unido e Estados Unidos da América), no parseiru esternu sira seluk, no ho país sira hosi Rejiaun Golfo nian;

- Konsolida lasus amizade no kooperasaun ho paízes iha Uniaun Europeia, nune'e mós kontinua aposta iha projetus kooperasaun ne'ebé hetan parseria ho organizasaun ida ne'e;

- Reforsa relasaun internasionál ho nasoens ne'ebé iha kompromisu hodi konsolida sira-nia dezenvolvimentu no defende integridade territoriál, hanesan Estadu sira ho Illa Ki'ik iha Pasífiku ne'ebé iha hela dezenvolvimentu nia laran, nune'e mós nasoens ne'ebé iha kompromisu hodi uza no kontrola sira-nia rikusoin hodi benefisia sira-nia povu;

- Defende prinsípius fundamentais Movimentu Naun-Aliñadu no Karta das Nasoens Unidas, kona-ba prezervasaun no promosaun pás iha mundu, liuhosi diálogu no diplomasia entre Estadus, hodi evita uza fali forsa atu rezolve konflitus;

- Kontinua hametin papel Timor-Leste iha organizasaun rejionál no internasionál sira, hanesan Fórum das Illas do Pasífiku, Fórum Rejionál ASEAN, Diálogu do Pasífiku Sudoeste, Grupu Estadus Áfrika, Caraíbas no Pasífiku (OEACP), no OEACP-EU, Banku Mundiál, Fundo Monetário Internasionál, Banku Asiático ba Dezenvolvimentu, Asian Infrastructure Development Bank, Organizasaun Mundiál ba Komérsiu, Bali Democracy Fórum, Melanesian Spearhead Group, Initiativa Korál Triangle, TIA-GT (Grupo de Traballo Timor-Leste. Indonesia ho Austrália) no organizasoes internacionais seluk.

- Reativa partisipasaun Timor-Leste nian iha Forun Makau ho objetivu atu reforsa kooperasaun ekonómika no komersiál entre Repúblika Populár Xina ho País Lingua Portugeza sira.

6.11. Delimitasaun ba Fronteiras Terrestres no Marítimas

Delimitasaun fronteiras marítimas no terrestres sai nu'udar prioridade nasionál boot ida, tanba assuntu ne'e trata kona-ba soberania nasionál.

Timor-Leste konsegue duni lori Austrália ba negosiasoens, liuhusi Konsiliasaun Obrigatória, no iha marsu tinan 2018, Timor-Leste no Austrália assina Tratadu ne'e iha Secretário-Jerál nia oin no, iha loron 30 fulan-agosto tinan 2019, Timor-Leste ratifika Tratadu ne'e.

Atu hetan soberania totál, Timor-Leste tenke finaliza fronteiras terrestres no marítimas ho Indonésia, tuir direito internasionál nu'udar kestaun prioridade nasionál ida.

6.12. Dezenvolvimentu Institusionál ba Políticka Esterna

Ho objetivu atu implementa políticka esterna Nasaun-nian, iha ámbitu relasaun internasionál, Governu sei kontinua hametin instituisoens ne'ebé responsáveis ba aplikasaun ninia políticka

política externa e a promover a cooperação bilateral e multilateral, orientada para o desenvolvimento da Nação.

Assim, o Governo, irá:

- Continuar a desenvolver o quadro legal conducente ao fortalecimento do setor das Relações Externas, incluindo a estruturação e elevação do Estatuto das Carreiras Diplomáticas, bem como regular os direitos e deveres dos funcionários dos Serviços Diplomáticos;
- Aprovar e implementar a legislação relativa ao Protocolo de Estado, que institucionalize o conjunto de procedimentos e regras internas e no relacionamento de Timor-Leste com outros Estados, dignificando também assim a Nação e os seus representantes;
- Continuar a elaboração, produção e aprovação do Dokumentu Mutin (Livro Branco de Política Externa);
- Harmonizar todos os compromissos internacionais que vinculam o Estado de Timor-Leste e proceder à sua divulgação intersectorial, por forma a melhorar o profissionalismo e a ação do Estado, bem como cumprir as obrigações assumidas;
- Sistematizar procedimentos e a regulamentação sobre Tratados Internacionais e garantir a preservação e divulgação dos documentos relacionados com a assinatura de Tratados Internacionais, Acordos, Memorandos de Entendimento e Protocolos, identificando e promovendo a entidade depositária dos mesmos;
- Aprovar o novo regime transitório dos funcionários permanentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o quadro de pessoal da Carreira Diplomática e fortalecer o Centro de Estudos Diplomáticos, enquanto serviço central do MNEC para promover a capacitação do quadro de pessoal da carreira diplomática;
- Desenvolver um plano de formação contínua aos recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, incluindo o reforço de competência em línguas nacionais e estrangeiras;
- Continuar o processo de racionalização e redimensionamento das missões diplomáticas e consulares no estrangeiro;
- Melhorar e atualizar constantemente o portal do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, incluindo a disponibilização ao público de informação que promova o País e facilite o conhecimento e o acesso a áreas de interesse nacional;
- Produzir e distribuir, por todas as representações diplomáticas, materiais promocionais sobre o país, também por forma a atrair o investimento, comércio e o turismo em Timor-Leste;
- Fazer um estudo profundo sobre recursos humanos de Timor-Leste, a fim de poderem participar plenamente e

esterna no atu promove kooperasaun bilaterál no multilaterál, ne'ebé orienta ba dezenvolvimentu Nasaun.

Nune'e, Governu sei:

- Kontinua dezenvolve kuadru legál, ne'ebé lori ba fortalesimentu setór ida ne'e, inklui mós estruturasaun no hasa'e estatutu ba karreiras diplomátikas, nune'e mós atu regula direitus no deveres funsionárius nian, iha servisus diplomátikus;
- Aprova no implementa lejizlasaun kona-ba Protokolu Estadu, ne'ebé institusionáliza prosedimentus lubun ida no regras internas, iha relasionamentu entre Timor-Leste ho Estadus seluk, hodi nune'e dignifika Nasaun no Nasaun-nia reprezentantes;
- Kontinua halo elaborasaun, produsaun no aprovasaun ba Dokumento Mutin (Livro Branco de Política Externa);
- Armoniza kompromisus internasionais, ne'ebé vinkula Estadu Timor-Leste nian no halo nia divulgasaun intersetoriál, hodi hadi'a profisionalismu no hadi'a asaun husi Estadu, nune'e mós atu kumpre obrigasoens ne'ebé Estadu assume tiha ona;
- Sistematiza prosedimentus no regulamentasaun kona-ba Tratadus Internasionais no garante prezervasaun no divulgasaun dokumentus ne'ebé relasiona ho asinatura Tratadu Internasionais, Akordus, Memorandus de Entendimentu no Protokolus, hodi identifika no promove entidade depozitária ba dokumentus ne'e;
- Aprova rejime tranzitóriu foun ba funsionáriu permanente Ministériu Negósius Estranjeirus nian ba kuadru pesoál Karreira Diplomátika nian, no hametin liu tan Sentru Estudus Diplomátikus, nu'udar servisu sentrál MNEK nian hodi promove kapasitasaun ba kuadru pesoál karreira diplomátika nian;
- Dezenvolve planu formasaun kontínua ba rekursus umanus iha Ministériu dos Negósius Estranjeirus no Kooperasaun, inklui mós reforsu iha kompeténsia iha línguas nasionais no estranjeiras;
- Kontinua prosesu rasionalizasaun (katak hamenus) no redimensionamentu (katak bele hakbit) ba misoens diplomátikas no konsulares iha estranjeiru;
- Hadia no atualiza portál Ministério Negósius Estranjeirus no Kooperasaun, inklui mós hato'o ba públiku informasaun ne'ebé promove país no fasilita koñesimentu no asesu ba áreas interese nasionál nian;
- Produz no fahe ba reprezentasoens diplomátikas tomak, materiais promosionais (atu promove) kona-ba ita-nia País, hodi atrai investimentu, komérsiu no turizmu mai Timor Leste;
- Halo estudo ne'ebé kle'an kona-ba rekursus umanus Timor-Leste nian atu parsisipa plenamente no hasai proveito husi

tirarem proveito da futura adesão na ASEAN, incluindo as recomendações para capacitar o pessoal técnico em cada setor, para poderem representa cabalmente Timor-Leste;

- Analisar com vista à sua efetiva implementação todos os Tratados e Convenções Internacionais, ratificados ou por ratificar e todos os compromissos assumidos ou por assumir no futuro, no âmbito das Organizações das Nações Unidas e outras organizações internacionais. Tal inclui igualmente os compromissos voluntários já assumidos para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim também nas outras áreas consideradas prioritárias ao País. A harmonização dos compromissos internacionais que vinculam o Estado e a sua divulgação intersectorial, irá contribuir para a melhoria do profissionalismo e ação do Estado assim também para cumprir com as obrigações que o Estado assume.

6.13. Comunidades Timorenses no Exterior

O Governo está especialmente empenhado em fortalecer os laços que unem os nossos compatriotas na diáspora ao nosso Estado. Entendemos que, apesar das distintas circunstâncias que podem ter motivado que muitos timorenses tenham deixado de residir no nosso território nacional, procurando a segurança ou melhores condições de vida noutros países, é fundamental que mantenhamos, e se possível fortaleçamos, os laços que unem os Timorenses na diáspora à República Democrática de Timor-Leste. Os nossos compatriotas no estrangeiro constituem o melhor meio de promoção do nosso País no estrangeiro.

A participação política, além de constituir um direito fundamental reconhecido a todos os cidadãos timorenses, constitui, também, um importante instrumento de fortalecimento da ligação dos nossos concidadãos à nossa Comunidade Nacional.

O Governo vai, assim, continuar a promover a adoção de medidas que apoiem os nossos compatriotas que residem no estrangeiro e fortaleçam a sua ligação a Timor-Leste, pelo que se propõe a realização das seguintes tarefas:

- Aprovar legislação que permita assegurar a prestação de serviços públicos aos cidadãos timorenses na diáspora, através das embaixadas e consulados da República Democrática de Timor-Leste;

- Reforçar os meios disponibilizados às embaixadas e aos consulados da República Democrática de Timor-Leste para a prestação de serviços no domínio dos registos e notariado e da emissão de passaportes aos cidadãos residentes fora do território nacional;

- Introduzir mecanismos de apoio e proteção consular aos cidadãos timorenses residentes no estrangeiro;

- Melhorar os mecanismos de disseminação da informação pelas comunidades timorenses na diáspora, relacionadas com a vida e com os interesses do nosso País.

futura adezaun ba ASEAN, hodi inklui rekomendasoens atu kapasita pessoál tékniku iha kada setór hodi bele reprezenta Timor-Leste fó forma ne'ebé efikás;

- Analiza, ho objetivu atu implementa duni, Tratadus no Konvensoens Internasionais hotu-hotu ne'ebé ratifika tiha ona ka atu ratifika no kompromissu hotu-hotu ne'ebé assume tiha ona ka atu assume iha futuru, iha ámbito Organizasaun Nasoens Unidas no organizasaun internasionál sira seluk. Ne'e inklui mós kompromissus voluntários ne'ebé assume tiha ona ba implementasaun Objetivus de Dezenvolvimentu Sustentável, nune'e mós iha áreas seluk ne'ebé konsideradas prioritárias ba País. Armonizasaun iha kompromisus internasionais ne'ebé vincula Estadu no ninia divulgasaun intersetoriál, maka sei kontribui atu hadi'a profissionalismo no asaun Estadu nian, nune'e mós atu kumpre obrigasoens ne'ebé Estadu assume.

6.13. Komunidade Timoroan iha Estranjeiru

Governu empeñadu atu hametin lasus ne'ebé bele hako'ak di'ak liu ita-nia kompatriotas iha estranjeiru. Ita entende katak, apezarde sirkunstánsias ne'ebé la hanesan, hodi lori timoroan barak husik hela ita-nia rai, hodi ba buka seguransa no kondisaun vida ne'ebé di'ak iha rai seluk, tan ne'e, fundamentál tebes atu ita mantein nafatin, no se bele karik hametin liu tan, lasus ne'ebé liga timoroan tomak iha estranjeiru ho Repúblika Demokrátika Timor-Leste. Ita-nia kompatriotas iha estranjeiru sai meius di'ak ida hodi halo promosaun kona-ba ita-nia País iha estranjeiru.

Partisipasaun polítika, aleinde sai nu'udar direitu fundamentál ne'ebé rekoñesidu ba sidadaun timoroan tomak, hanesan mós instrumentu importante ida hodi hametin ligasaun ita-nia sidadauns ba ho ita-nia Komunidade Nasionál.

Governu determinadu tebes atu kontinua promove adosaun ba medidas ne'ebé bele apoia ita-nia kompatriotas, ne'ebé hela iha estranjeiru, no hametin liu tan nia ligasaun ho Timor-Leste, nune'e, propoin atu hala'o tarefas hirak tuir mai:

- Aprova lejizlasaun ne'ebé permite atu asegura prestasaun servisus públikus ba sidadauns timoroan iha estranjeiru, liu hosi Embaixadas no Konsuladus da Repúblika Demokrátika Timor-Leste iha estranjeiru;

- Hametin meius hirak ne'ebé iha Embaixadas no Konsuladus RDTL nian iha estranjeiru, hodi fó prestasaun de servisu kona-ba rejistus no notariadu no emisaun pasaporte ba sidadauns ne'ebé hela iha rai-li'ur;

- Hatama mekanizmu hodi fó apoio no protesaun Konsulár ba sidadauns timoroan ne'ebé hela iha estranjeiru;

- Hadi'a mekanizmu hodi fahe informasaun ba komunidade timoroan iha estranjeiru, ne'ebé relasiona ho vida no ho interese ita-nia Nasaun.

Apreciado, sem rejeição, nas reuniões plenárias de 18 e 19 de julho de 2023.

Publique-se.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

Apresiado, sem rejeisaun, iha reuniaun plenária loron 18 no 19 julho 2023.

Publique-se.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay